

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago
da Conceição (1935-1965)

Guilherme Machado Nunes

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa
de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia
Santiago da Conceição (1935-1965)

Guilherme Machado Nunes

Tese de Doutorado apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

BANCA EXAMINADORA

Benito Bisso Schmidt (Orientador) – PPGH/UFRGS

Natalia Pietra Mendez – PPGH/UFRGS

Clarice Gontarski Speranza – PPGH/UFRGS

Gláucia Cristina Candian Fraccaro – UFSC

Pablo Francisco de Andrade Porfirio – CAP/UFPE

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Nunes, Guilherme Machado
Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann
Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da
Conceição (1935-1965) / Guilherme Machado Nunes. --
2021.
289 f.
Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Biografia. 2. Gênero. 3. Comunismo. 4.
Feminismo. 5. História Social. I. Schmidt, Benito
Bisso, orient. II. Título.

Guilherme Machado Nunes

Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965)

Tese de Doutorado apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação em História.
Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre, 30 de março de 2021

Resultado: aprovado sem correções.

BANCA EXAMINADORA:

Clarice Gontarski Speranza
(UFRGS)

Natália Pietra Mendez
(UFRGS)

Gláucia Cristina Candian Fraccaro
(UFSC)

Pablo Francisco de Andrade Porfírio
(CAP/UFPE)

Agradecimentos

Chegar ao final de uma Tese, em condições normais, já é uma tarefa das mais árduas intelectualmente falando. Esta, realizada após um Golpe de Estado, a ascensão do fascismo, durante uma pandemia e em meio a diversas outras mudanças de ordem pessoal, fazem com o percurso tenha sido bastante acidentado e, por isso mesmo, sou eternamente grato a tudo, todas e todos que permitiram que eu chegasse até o final.

Minha família é grande e espalhada, e todos que restaram dos expurgos pós-2018 deram algum tipo de contribuição. Preciso citar, é claro, meus pais, Alice e Ronaldo, que não só incentivam e apoiam minhas decisões como, seja em Porto Alegre, seja em São Paulo, sempre me proporcionam um ambiente seguro e aconchegante. Em São Paulo, minha madrastra Deia e meu irmão Gustavo (talvez meio sem entender) também presenciaram um pouco do processo e certamente estão felizes com seu final. Em Porto Alegre, também agradeço ao Dario e o pessoal da Zona Sul pelos assados e o convívio.

Débora, além de minha irmã, se transformou em uma grande economista feminista-marxista, se tornando referência também em âmbito acadêmico. Acompanhou quase tudo de longe, da *gringa*, mas nem por isso sou menos grato e orgulhoso. Sou grato e orgulhoso ao infinito – e além.

Como com duas cidades separadas por mil quilômetros (Porto Alegre e São Paulo) estava muito tranquilo, resolvi morar no interior de Santa Catarina por dois anos, me tornando professor substituto no Instituto Federal Catarinense – *campus* Videira. Lá, tive uma sorte absurda: encontrei condições incríveis de trabalho, alunos e alunas excelentes e muitos colegas com quem aprendi muito. Além disso, pude morar com um grande amigo de infância que também trabalha lá, o que facilitou demais o processo, e acabei “herdando” seus amigos – os melhores que eu poderia herdar. Muito obrigado Marcos, Lud, Matias, Francini, Jane, Denise, Beloti, Rohling, Letícia e Horácio. Obrigado pelas viagens, jogos, almoços e caminhadinhas!

No meio disso tudo... Marina esteve ao meu lado por boa parte da empreitada, e serei sempre grato por tudo. Se hoje me considero um bom professor e um bom pesquisador (no mínimo *muito* esforçado, vai), tem muito dela nisso. Muito Obrigado.

Benito Schmidt, entre pós-docs, lançamentos de livros e a luta incansável pela regulamentação de nossa profissão (vencemos!), me orienta desde o TCC (2013), e sua leitura

atenciosa, o rigor nas correções e incentivo intelectual (indicando livros, fontes, pessoas) foram fundamentais em toda a minha formação. Agradeço também a Pablo Porfírio e Gláucia Fraccaro por aceitaram fazer parte da banca e avaliar o trabalho – a Marisângela Martins e Natalia Medendez, agradeço também as considerações feitas na Banca de Qualificação.

À professora Hildete Pereira de Melo, que tive o prazer e a honra de conhecer em um evento em Niterói em 2017. Além de conversar sobre a minha ainda incipiente pesquisa, Hildete gentilmente me enviou um texto seu, à época inédito no Brasil, e que foi muito importante para este trabalho.

Aos colegas do GT Mundos do Trabalho do Rio Grande do Sul, interlocutores e pessoas incríveis e que, em algum momento e de alguma forma, ajudaram na produção desse trabalho. Não posso deixar de citar Clarice Speranza, Micaele Irene Scheer, Melina Klinert Perussato, Alisson Droppa e Frederico Bartz. Por este último, amigo de longa data, também agradeço ao pessoal do GT História e Marxismo e todos os debates e eventos organizados e participados – especialmente os nacionais. Agradeço também aos colegas de orientação Roger Camacho Barreto Júnior e José Júnior pelo companheirismo e o compartilhamento de leituras, indicações e até angústias.

A Carlos Quadros, também um dos meus alicerces em São Paulo, agradeço a amizade, os debates, as indicações de leituras e outras empreitadas menos acadêmicas. Agradeço também aos amigos que foram boas companhias e/ou indicaram leituras e arquivos na cidade: Gui Monteiro, Vivian, Adriana e Ramone. E somou-se a isso tudo, em meio a shows e arrepios de toda sorte, a incrível Nathalia Albar. Que sorte, obrigado!

Na Casa do Povo, no Bom Retiro, fui muito bem recebido e conheci um pessoal que ficou muito feliz em saber que eu estava escrevendo sobre Elisa Kauffmann. Na figura de Marina Sendacz, agradeço a todos e todas que acreditam e preservam a memória de quem, como Elisa, lutou por um outro mundo. Também sou grato às funcionárias do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, do Arquivo Histórico de São Paulo e do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em julho de 2019, em Recife, tive alguns dos melhores dias da minha vida. Além da Anpuh e de tudo o que ela proporciona, tive uma intensa rotina de pesquisas em diversos arquivos pela cidade, conhecendo mais não só do meu objeto de pesquisa mas também do Brasil. No mais desgastante e inusitado episódio, após simplesmente não conseguir encontrar *onde* estava uma determinada documentação, encontrei um arquivo escondido em um prédio

anexo da Câmara Municipal. Chegando lá, infelizmente, as fontes que eu precisava estavam incompletas, mas a funcionária se comprometeu a seguir procurando. Ela o fez e, pelos próximos seis meses, recebi centenas de fotos da documentação pelo *whatts app*. Muito obrigado Faysa de Maria Oliveira e Silva! Aos funcionários do APEJE e da FUNDAJ, também agradeço. Ao Maestro Wendell Kettle, Cida Predrosa, Cláudia Parente, Guido Bianchi e Inamara Mélo, que compartilharam materiais sobre Júlia Santiago comigo e/ou aceitaram gravar entrevistas, meu muito obrigado.

Em Porto Alegre, já na reta final, o pessoal do Memorial e da Biblioteca da Câmara Municipal toparam me atender – com máscara e distanciamento, claro – de modo que pudesse incrementar minha pesquisa sobre Julieta Battistioli. MUITÍSSIMO obrigado.

A todo o pessoal de futebol – suspenso por tempo indeterminado e órfãos na nossa quadra de estimação... – aos companheiros de Laut, que me ajudam a desopilar e produzir outras coisas das quais me orgulho (Alessandra, Murilo e Pedro); ao pessoal que segue fazendo música, fomentando cultura e mantendo espaços para isso nessa cidade cada vez mais triste (minha referência, com muito carinho e saudade, aos que não resistiram e foram muito importantes pra minha vida: Casa Obscura, Signus e Bambus); a todo mundo que produz vídeo e podcast, que me acompanharam *demais* nesse monte de andanças; ao Bar do Alexandre e nosso grupo de *habitués* (de nome pouco ortodoxo no *zap*); a quem não se fez tão presente nesse processo mas nem por isso deixo de ter consideração; e a quem, de alguma forma, me inspirou e deu força para seguir com a pesquisa: o meu muito muito muito obrigado.

Por fim, agradeço à CAPES por ter financiado integralmente este trabalho e também boa parte da minha formação entre auxílios para pesquisas e eventos. Pela manutenção e ampliação do incentivo à ciência no Brasil!

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história, In BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 223.

Resumo

Este trabalho trata da vida de três mulheres brasileiras que militaram no Partido Comunista do Brasil (PCB) e que foram eleitas as primeiras vereadoras de suas respectivas capitais. Com origens, ofícios e interesses diversos, as vidas de Elisa Kauffmann Abramovich (São Paulo), Julieta Battistioli (Porto Alegre) e Júlia Santiago da Conceição (Recife) nos ajudam a pensar os limites e possibilidades da militância de mulheres em geral e das comunistas em particular entre os anos 1930 e 1960 no Brasil. Ao longo da pesquisa – utilizando fundamentalmente a imprensa do PCB, jornais de grande circulação, documentação do DOPS e história oral – foi possível perceber as relações entre gênero, raça, classe, etnia e religião atuando na formação e nas escolhas das mulheres aqui estudadas, desempenhando papel fundamental para a composição e o alargamento de seus respectivos campos de possibilidades.

O trabalho é dividido em três partes, e cada parte é subdividida em outras três, uma para cada militante. A primeira trata de seus anos de formação, enfocando relações familiares, o ingresso no mercado de trabalho e na militância política, onde foi possível problematizar questões relativas à divisão entre espaço público e privado, o cotidiano industrial feminino e as possibilidades de organização para estas mulheres. A segunda confere centralidade ao PCB, mapeando suas organizações femininas, debatendo a relação nem sempre harmoniosa entre feminismo e comunismo e mostrando suas campanhas eleitorais e seus mandatos parlamentares. Nesta parte, ficou evidente como as campanhas e o exercício desses mandatos se pautaram, em grande medida, pela lógica do que hoje chamaríamos de “direito à cidade”, e as organizações das quais elas faziam parte foram muito importantes para politizar a maternidade e uma série de outras questões de gênero constantemente negligenciadas pelo Partido. Por fim, o trabalho trata da memória, discutindo como essas mulheres lembraram de sua militância e, sobretudo, como são lembradas atualmente por diferentes partidos, organizações e sujeitos. Através de homenagens, discursos e entrevistas, sugeriu-se como funcionam as disputas e os processos de enquadramento da memória.

Palavras-chave: biografias; gênero; comunismo; memória; militância.

Abstract

This thesis addresses the lives of three Brazilian women who were in the Communist Party of Brazil (PCB) and were elected the first councilors in their respective capitals. With different origins, crafts and interests, the lives of Elisa Kauffmann Abramovich (São Paulo), Julieta Battistioli (Porto Alegre) and Júlia Santiago da Conceição (Recife) help us to think about the limits and possibilities of women's militancy general and of communists in particular between the 1930s and 1960s in Brazil. Throughout the research – using mainly the PCB press, widely circulated newspapers, DOPS documentation and oral history – It was possible to perceive the entangles between gender, race, class, ethnicity and religion acting on the formation and choices of the women studied here, playing a fundamental role in the composition and expansion of their respective fields of possibilities.

The work is divided into three parts, and each part is subdivided into three, one for each militant. The first part deals with their formative years, focusing on family relationships, entering the job market and political activism, where it was possible to discuss issues related to the so called division between public and private space, the female industrial daily life and the possibilities of organization for these women. The second part gives centrality to the PCB, mapping its feminine organizations, debating the not always harmonious relationship between feminism and communism and showing its electoral campaigns and its parliamentary mandates. In this part, it was evident how the campaigns and the exercise of these mandates were guided, to a great extent, by the logic of what we would today call “right to the city”, and the organizations of which they were part were very important to politicize motherhood and a series of other gender issues constantly overlooked by the Party. Finally, the work deals with memory, discussing how these women remembered their activism and, above all, how they are remembered today by different parties, organizations and subjects. Through tributes, speeches and interviews, it was suggested how disputes and memory framing processes work.

Key words: biographies; gender; communism; memory; militancy

Lista de Imagens

- Figura 1.** Quadro de Vereadoras Porto-alegrenses ao longo da história _____ p. 14
- Figura 2.** Prestação de contas da OFIDAS _____ p. 47
- Figura 3.** Mosaico de fotos das atividades do Clube I. L. Peretz no ano de 1961 _____ p. 59
- Figura 4.** Fachada da Escola Scholem Aleichem _____ p. 67
- Figura 5.** Carteira Profissional de Julieta Battistioli. Acervo Julieta Battistioli _____ p. 73
- Figura 6.** Campanha pela Paz, coleta de assinaturas, convocação para o I Congresso da FMB e uma imagem exaltando uma mãe com seu filho _____ p. 111
- Figura 7.** Campanha no Jornal *Nossa Voz* _____ p. 131
- Figura 8.** Emilce Aveline e Julieta Battistioli _____ p. 142
- Figura 9.** Candidatura de Júlia Santiago. _____ p. 182
- Figura 10.** Rifa da campanha “O Petróleo é nosso!” _____ p. 204
- Figura 11.** Rifas para o I Congresso Feminino _____ p. 213
- Figura 12.** Formatura no Scholem _____ p. 231
- Figura 13.** Convite para a exibição do documentário “Júlia: uma operária de luta” _____ p. 248
- Figura 14.** Registro de Prisão de Júlia Santiago em 1956 _____ p. 254

LISTA DE SIGLAS

ACMRE – Arquivo da Câmara Municipal do Recife
AFIB – Associação Feminina Israelita Brasileira
AHJB – Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (SP)
AHSP – Arquivo Histórico de São Paulo
AIP – Associação de Imprensa de Pernambuco
AJBM – Acervo João Batista Marçal
ANL – Aliança Nacional Libertadora
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (PE)
APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
ASMOB – Archivio Storico Del Movimento Operario Brasiliano
BCMPA – Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre
BDLB – Biblioteca Digital Luso-Brasileira
CEDEM/UNESP – Centro de Documentação e Memória/UNESP
COR – Circulo Operário do Recife
CEHIBRA – Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira/Fundaj
GIBSA – Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem
FDIM – Federação Democrática Internacional de Mulheres
FMB – Federação de Mulheres do Brasil
FMESP – Federação de Mulheres do Estado de São Paulo
FMRGS – Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
HDB/BN – Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional
ICIB – Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo (SP)
ICUF – União da Cultura Judaica (Idischer Cultur Farband, no original)
OFIDAS – Organização Feminina Israelita de Assistência Social
MCMPA – Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre
MCSHJC – Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa
NPH/UFRGS – Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

UDN – União Democrática Nacional

UET – União Estadual dos Trabalhadores

SUMÁRIO

Introdução	p. 14
Parte I: Anos de formação e o início da militância	p. 34
Capítulo 1: Elisa	p. 38
1.1 – <i>Do Império Russo ao centro de São Paulo: o bairro do Bom Retiro</i>	p.38
1.2 – <i>As associações femininas judaicas: assistência social e a formação como professora</i>	p. 46
1.2.1 – <i>Vita Kempner, AFIB e as colônias de férias Kinderland</i>	p. 53
1.2.2 – <i>O colégio Scholem Aleichem</i>	p. 62
Capítulo 2: Julieta	p. 71
2.1 – <i>Julieta antes de ser “Dona”: do interior do RS ao Quarto Distrito de Porto Alegre</i>	p. 72
2.2 – <i>A vida na fábrica</i>	p. 79
Capítulo 3: Júlia	p. 86
3.1 – <i>A chegada no Recife e o trabalho fabril</i>	p. 86
3.2 – <i>Os Círculos Operários do Recife, outras militâncias e reconstrução do PCB</i>	p. 92
Parte II: A vida no Partido	p. 98
Capítulo 4: As Associações Femininas Comunistas	p. 99
Capítulo 5: Elisa no PCB	p. 123
5.1 – <i>“Uma candidata israelita nas eleições municipais da capital paulista”</i>	p. 125
Capítulo 6: Julieta no PCB	p. 139
6.1 – <i>“Oradora obrigatória na maioria dos comícios vermelhos realizados nesta capital”</i>	p. 140
6.2 – <i>“Eu sou uma vereadora eleita pelo povo, uma mulher operária”</i>	p. 154
6.3 – <i>“O Partido às vezes queria o impossível”</i>	p. 172
Capítulo 7: Júlia no PCB	p. 176
7.1 – <i>“Fique certo que ser comunista é o que estou lhe dizendo”</i>	p. 176
7.2 – <i>“Em franca atividade vermelha”: repressão e perseguição policial</i>	p. 196

7.3 – “Tinha dias que eu dormia uma hora”: militância sindical e a frente do Recife _____ p. 212

Parte III: A vida depois do Partido: história e memórias _____ p. 222

Capítulo 8: “Ela substituía o religioso judaico pelo religioso comunista” _____ p. 224

8.1 – *A memória familiar no Bom Retiro* _____ p. 225

8.2 – *A memória da comunidade judaica progressista* _____ p. 230

Capítulo 9: “Essa mulher que resolveu escrever sua trajetória de forma corajosa, diferente do senso comum” _____ p. 238

9.1 – *A monumentalização de Julieta* _____ p. 239

Capítulo 10: Júlia, a tecelã; Júlia, uma operária de luta _____ p. 244

10.1 – *Resumo da ópera* _____ p. 244

Considerações finais _____ p. 259

Fontes e Bibliografia _____ p. 265

Fontes _____ p. 265

Bibliografia _____ p. 267

Introdução

Quem ingressar na Câmara de Vereadores de Porto Alegre perceberá, em frente ao plenário, uma parede temática com o quadro de todas as mulheres que ocuparam o legislativo municipal. Há mais quadros conforme avançamos no tempo, e antes dos anos 1970 há somente uma mulher, que pelos trajes e qualidade da fotografia, destoa dos demais retratos.



Figura 1. Quadro de Vereadoras Porto-alegrenses ao longo da história (Julieta Battistioli bem acima e à esquerda). Foto do autor.

Trata-se de Julieta Battistioli, que, segundo a descrição do quadro, foi eleita a primeira vereadora da Capital gaúcha.¹ Suplente do metalúrgico (negro) Eloy Martins em 1947, ela tomou posse na Câmara no ano seguinte. Quem for um pouco mais versado na história de Porto Alegre e/ou do movimento sindical, do PCB e da esquerda em geral, perceberá que a primeira vereadora de Porto Alegre foi comunista. Será que esse fenômeno ocorreu simultaneamente em outras capitais?

Em boa medida, essa foi a pergunta que deu início à presente pesquisa. E a resposta foi positiva: Recife e São Paulo tiveram, nessa mesma eleição, suas primeiras vereadoras, ambas comunistas: Júlia Santiago da Conceição e Elisa Kauffmann Abramovich, respectivamente. Essas três mulheres ocuparam o mesmo espaço, em similar período de tempo e militando no mesmo partido, que à época, apesar de já estar na ilegalidade, contava com diversas frentes de atuação de massa, bastante respaldo nos movimentos sindicais e entre artistas e intelectuais. Além disso, os anos 1940 e 1950 presenciaram o surgimento de

¹ Hoje Julieta dá nome à Escola do Legislativo da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

inúmeras associações e movimentos de mulheres comunistas (ou simpatizantes), o que, em boa medida, proporcionou a ascensão política e eventualmente social dessas – e de outras – mulheres e se constituiu em importante espaço de militância.

As origens e os percursos de cada uma dessas militantes foram bastante variados. Julieta Battistioli nasceu em Palmares, no Rio Grande do Sul, em 1907.² Logo cedo, mudou-se para Porto Alegre e começou a trabalhar nas indústrias têxteis da zona norte da cidade, onde rapidamente se tornou uma liderança sindical. Aos 19 anos de idade, casou-se com um militante comunista e filho de italianos chamado Fortunato Battistioli. A apresentação do livro *Adorável Camarada – Memórias de Julieta Battistioli* descreve assim o começo de sua atuação na fábrica:

Defendia aumento de salário e melhores condições de trabalho. Organizava comícios no final do expediente. Um caixote de maçãs jogado num canto transformava-se em palanque e ela, em voz alta e firme, falava aos trabalhadores. [...] Falava com tanta simplicidade e convicção que os operários paravam para ouvi-la. E, mais tarde, os camaradas do Partido Comunista também aprenderam a escutá-la atentamente.³

Júlia Santiago teve um início de trajetória similar. Nascida em São Lourenço da Mata, em 1917, foi para o Recife aos 10 anos de idade e ao longo de sua militância sindical foi fundadora do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Pernambuco. Segundo o site *Vozes do Norte*, ela foi responsável por três jornais da categoria: *Gazeta Sindical*, *Terra Livre e Novos Rumos*.⁴ É curioso que sua trajetória tenha sido marcada pela atuação na imprensa operária – especialmente a *Folha do Povo*, diário comunista de grande circulação entre os anos 1940 e 1950 – uma vez que ela jamais fora formalmente alfabetizada, como veremos adiante.

² MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha: Anarquistas, Comunistas, Socialistas e Trabalhistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2008, p. 31. Esta e outras obras de Marçal (1941-2018) serão bastante utilizadas ao longo do trabalho. Jornalista, escritor, historiador diletante e autodidata, muitos de seus escritos carecem de maior comprovação empírica, enaltecendo memórias e *causos* que ouviu ou viveu. De todo modo, Marçal reuniu, em seu arquivo privado, vasta documentação acerca de muitos personagens e eventos do movimento operário e da esquerda do Rio Grande do Sul, e seus escritos tornaram-se indispensáveis para, no mínimo, pensar a consolidação de imagens e a memórias a respeito de determinadas pessoas, organizações e acontecimentos.

³ VASCONCELLOS, Naira. Apresentação. In CARVALHO JÚNIOR, Francisco; GARCIA, Eliane Rosa (Orgs.). *Adorável Camarada – Memórias de Julieta Battistioli*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008. Julieta confere essa entrevista com cerca de 40 anos de intervalo entre o narrado e a maioria dos acontecimentos aqui estudados – e na presença de sua filha. Além disso, faz parte um projeto de história oral do Núcleo de Pesquisa em História sobre comunistas e militância operária.

⁴ Ver <http://vozesdazonanorte.blogspot.com.br/2011/06/julia-santiago-primeira-mulher.html> Acesso em 08 set 2016. Essas informações constam também em muitos de seus prontuários e depoimentos aos DOPS, como veremos ao longo do trabalho.

Diferentemente de Julieta e da maioria das mulheres de sua época, Júlia jamais se casou ou teve filhos.

Elisa Kauffmann,⁵ por sua vez, nasceu em 8 de julho de 1919, de pais fugidos dos pogrons do Leste Europeu. Diferentemente das outras duas mulheres, Elisa não foi operária, mas sim assistente social e professora. Aos 20 anos, quando já exercia a profissão, casou-se com o comerciante argentino Francisco Abramovich, então com 25. Além da questão profissional, Elisa também se difere de suas correligionárias pelo seu pertencimento étnico-religioso: era judia. Foi, inclusive, figura de grande destaque na comunidade judaica progressista – eram assim que se autorreferenciavam – que se estabeleceu no bairro no Bom Retiro, em São Paulo, entre os anos de 1930 e 1960. Elisa fez de seu judaísmo um importante aspecto de sua militância e identidade, enquanto suas correligionárias não: Julieta era branca, e Júlia era negra – embora talvez não se reconhecesse dessa forma, como veremos na parte final do trabalho. É importante perceber como a noção de *branquitude* opera, reconstruindo-se “histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global”.⁶ Isso significa dizer que, na prática, os pais de Elisa não eram brancos quando exilaram-se do Império Russo, mas *tornaram-se* brancos ao desembarcarem no Brasil, legando à sua filha uma série de “privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos” que vão marcar sua trajetória e proporcionar a expansão de suas possibilidades de atuação.

Em 1947, Elisa foi eleita para a Câmara Municipal de São Paulo, mas teve seu mandato interrompido antes mesmo de tomar posse, em 31 de dezembro daquele ano, quando o Tribunal Superior Eleitoral de São Paulo cassou todas as candidaturas do Partido Social Trabalhista (PST), legenda que abrigou a maioria das candidaturas comunistas no estado. Mais uma vez, portanto, sua trajetória difere das outras, uma vez que nunca tomou posse.

De início, é possível perceber que Elisa pode funcionar como uma espécie de “contraponto” às trajetórias de Júlia e Julieta. Sempre que formos seduzidos por teleologismos e determinismos – as operárias que perceberam a exploração e se tornaram comunistas –, sua trajetória díspar nos lembra que havia muitas formas de militar e de ser comunista para as mulheres brasileiras da primeira metade do século XX.

⁵ As informações a seguir são tiradas de FILHO, Fausto Salvadori. Ela não teve medo da vida. *Revista Apartes*, março-abril de 2014, pp. 19-23.

⁶ CARDOSO, Lourenço C. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud*, v. 8, p. 607-630, 2010, p. 611.

Além da diversidade geográfica e de suas histórias familiares – como os próprios sobrenomes já indicam –, a militância de cada uma delas esteve bastante atrelada às suas profissões, o que também contribuiu para o alargamento do escopo desta pesquisa. Enquanto Júlia e Julieta eram operárias têxteis e possuíam experiência sindical, desempenhando algum papel nessas frentes de atuação do Partido e também nas suas associações femininas (especialmente na Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul e na de Pernambuco), Elisa era professora e trabalhou nos setores de assistência social da comunidade judaica de São Paulo, o que proporcionou tanto pontos de convergência quanto de tensão entre ela e seus correligionários. Tendo suas vidas como fio condutor narrativo – e da pesquisa –, o que se pretende é responder às seguintes questões: como foi possível que essas mulheres ascendessem no partido e na política a ponto de se tornarem vereadoras? De que forma suas experiências enquanto trabalhadoras e *mulheres* influenciaram sua militância político-partidária e sua atuação parlamentar? Uma vez que as três personagens ingressaram nas atividades laborais por volta dos anos 1930 e deixaram de se dedicar às funções políticas, partidárias e/ou sindicais por volta dos anos 1960, esse é o recorte da pesquisa – sua fluidez é também fruto da escassez de fontes, o que será melhor debatido mais adiante.

De todo modo, o recorte se inicia “oficialmente” em 1935, quando encontramos as primeiras notícias acerca de Julieta Battistioli e Júlia Santiago, e vai até 1965, momento em que Júlia Santiago é presa pela última vez. Elisa veio a falecer em 1963, mas é sabido que Júlia seguiu militando durante a ditadura, apesar de fazê-lo com bem menos intensidade. Adentrar à Ditadura civil-militar, porém, demandaria um tempo do qual não dispomos. Além disso, a parte final, que trata das memórias acerca dessas mulheres, quase sempre faz referência ao recorte indicado, com especial ênfase para as décadas de 1940 e 1950.

Pretende-se realizar, portanto, um estudo biográfico entrecruzado de três personagens. Esse tipo de abordagem tem se constituído cada vez mais em uma aposta para discutir a tensão entre sujeito e estrutura na história. No caso de biografias sobre militantes em geral – e de comunistas em particular – costuma-se enfatizar a formação desses sujeitos a partir de suas experiências e possibilidades de atuação em determinados contextos. Ou até dentro do próprio partido: ao biografar Caio Prado Júnior, por exemplo, Lincoln Secco mostrou que, apesar de discordar de algumas teses do PCB sobre a realidade brasileira e de não ter sido um grande quadro dirigente, o intelectual teve papel de destaque no Partido, sendo muito respeitado e

chegando a ministrar cursos de formação – não à toa, foi eleito deputado em 1945 e para a Assembleia Nacional Constituinte em 1946.⁷

Estudar a vida de lideranças comunistas brasileiras tem ajudado a compreender as dinâmicas e as disputas internas do PCB. Astrojildo Pereira, Otávio Brandão e Luiz Carlos Prestes, de certa forma, “monopolizam” os estudos biográficos que vêm lançando novas luzes a essas e outras questões, como por exemplo as relações nem sempre harmoniosas entre o PCB e a Internacional Comunista.⁸ Em regiões afastadas do centro do Brasil, a trajetória de alguns militantes também ajuda a apreender melhor a relação entre os quadros periféricos e o Comitê Central, assim como as estratégias regionais e os limites da autonomia das sessões estaduais do PCB,⁹ além de elucidar temas mais amplos, como as organizações sindicais de determinada região.¹⁰ Um dos momentos em que isso se tornou mais evidente foi na formação da *Frente do Recife*, experiência única de organização e coligação protagonizada pelo PCB nos anos 1950 na capital pernambucana, mas perceberemos que sempre houve, por menor que fosse, espaço para autonomias, tensões e reelaboração de projetos políticos locais.

Quando se fala de biografia de militantes, algumas obras não podem ficar de fora. Edilene Toledo, em seu *Travessias Revolucionárias*, faz importantes considerações sobre os estudos biográficos para melhor compreender o movimento operário. Diz a autora:

Voltar a atenção para a história de vida de um indivíduo pode revelar mais sobre a complexidade das experiências do movimento operário, por meio da análise da relação entre o particular e o contexto. Talvez o estudo de caso possa revelar mais sobre as dificuldades que os militantes tinham que afrontar, as condições sociais e econômicas dos trabalhadores, as lutas operárias, as formas de organização, as tradições.¹¹

⁷ SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

⁸ Para citar alguns exemplos: PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015; AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Otávio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Araújo (orgs.). *As esquerdas no Brasil v. 1: A formação das tradições (1889 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁹ Esse ponto aparecerá especialmente na trajetória de Júlia Santiago e na constituição da *Frente do Recife*.

¹⁰ Por exemplo: NUNES, Guilherme Machado. Revendo a Conjuntura 1933-1935 em Porto Alegre através da vida de Policarpo Hibernon Machado. *Oficina do Historiador*, v. 9, p. 155-174, 2016.; BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. *História Social (UNICAMP)*, v. 14/15, p. 157-173, 2008.

¹¹ TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 22. Para uma outra biografia de militante – desta feita, uma mulher – ver RAGO, L. M.. *Entre a História e a Liberdade. Luce Fabbrì e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2001.

Em grande medida, é também isso que esta pesquisa pretende: identificar novas e complexas questões sobre a militância e a atuação de mulheres – comunistas em particular – ao longo do século XX no Brasil.

Aliás, é notória a baixa produção de biografias de mulheres comunistas brasileiras. Maria Elena Bernardes, ao biografar Laura Brandão, foi muito feliz no subtítulo de seu trabalho: “a invisibilidade da mulher na política”.¹² Contudo, Laura nunca ingressou formalmente no partido – e a autora mostra que isso também foi motivo de discriminação. Talvez um dos maiores nomes femininos do PCB seja o de Patrícia Galvão, Pagu, que também possui alguns estudos sobre sua vida, como os de Maria Lygia Quartim de Moraes.¹³

Existem outras exceções, como o trabalho de Benito Bisso Schmidt sobre as comunistas Gilda Marinho e Lila Ripoll em Porto Alegre.¹⁴ O artigo, porém, propõe questões diferentes das nossas, pois pretende “analisar e comparar as *memórias construídas* a respeito da militância comunista de Gilda Marinho (1906-1984) e de Lila Ripoll (1905-1967) nas décadas de 1940 e 1950”¹⁵, destacando muito mais as diferenças entre o que se diz e o que se lembra de cada uma delas do que propriamente suas atuações políticas. A questão da memória, contudo, também nos interessa e será discutida na parte final do trabalho.

Em obra mais recente, Schmidt sugere três *fronteiras historiográficas* que poderiam ser transpostas a partir dos estudos biográficos:

as fronteiras cronológicas que, por uma série de razões, foram estabelecidas e solidificadas, e passaram a aprisionar processos e personagens em períodos bem delimitados, impossibilitando a percepção de continuidades, rupturas, formação de tradições etc. [...]

As fronteiras geográficas, as quais foram estabelecidas por um certo nacionalismo (e, em certos casos, regionalismo) metodológico, que também encarcera as temáticas da história do trabalho (mas não só) nos limites administrativos das unidades da federação e/ou dos Estados nacionais. [...]

Por fim, deve-se levar em conta a possibilidade de ultrapassagem de fronteiras, na falta de melhor nome, “sociológicas”, como aquelas estabelecidas, por exemplo, entre vida pública e vida privada, e entre militância e vida cotidiana.¹⁶

¹² BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade da mulher na política*. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP: Campinas, 1995. Por muito tempo (talvez até hoje) Laura receba o aposto de “esposa de Otávio Brandão” para ser identificada, o que invisibiliza sua trajetória.

¹³ MORAES, Maria Lygia Quartim. As faces de Pagu. *Revista de História* (Rio de Janeiro), v. 51, p. 30-33, 2009; A solidão de Pagu. In: FERREIRA; JORGE, Op. cit.

¹⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. Gilda e Lila: duas maneiras de ser mulher e comunista em Porto Alegre nas décadas de 1940 e 1950. *História Oral* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 9-32, 2006.

¹⁵ *Ibidem*, p. 10. Grifos meus.

¹⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. Que diferença faz? Os estudos biográficos na história do trabalho brasileira. In FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina C. L.; PETERSEN, Sílvia R. F. *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 71-72.

Partindo da vida de três mulheres de três regiões diferentes do Brasil, espera-se justamente tensionar as amarras temporais (não se enquadram no período 1930-1945 ou 1945-1964, por exemplo, usuais em recortes temporais acadêmicos), geográficas (na medida em que, mesmo distantes e talvez sem se conhecerem compartilhavam uma série de experiências em comum, frequentando espaços similares) e “sociológicas”, uma vez que, como veremos adiante, às mulheres, de maneira geral sempre coube o espaço privado, sendo o público – e especialmente o mundo político – mais difícil de transpor. Mulheres militantes e vereadoras tensionam essas barreiras.

A discussão sobre público-privado retornará com força ao longo do trabalho, e suas tensões permanecerão nos acompanhando. De antemão, cabe fazer alguns apontamentos. Anne McClintock, em seu *Couro Imperial*, elabora uma síntese bastante sofisticada para explicar as origens da separação e o “empurrão” sofrido pelas mulheres em direção à esfera privada, por excelência a da domesticidade:

É lugar-comum notar o surgimento histórico da distinção entre o público e o privado no século XIX. No entanto, a separação, ainda que decisiva, não aconteceu do dia para a noite, nem naturalmente. Ao final do século XVII, novas formas de dinheiro extraídas das minas e fazendas imperiais tinham começado a inundar a agricultura e a indústria feudais e, ao longo do século seguinte, armadores, industriais, banqueiros e profissionais, encorajados pelo lucro imperial, começaram a definir novas formas de dominação legítima fora da elite familiar tradicional.

[...]

O processo de definição do espaço político público como masculino e não feminino não aconteceu simplesmente “por acaso”. Enquanto achavam seus meios de acesso ao poder, os novos profissionais e comerciantes deliberadamente excluía as mulheres de classe média dos clubes e tabernas, das lojas maçônicas e das organizações financeiras, das salas comerciais e dos *pubs*, das reuniões dos encontros políticos, da Câmara dos Produtores, das eleições legislativas e das universidades; em suma, de todas as instituições de poder público, que foram por isso mesmo definidas como espaços exclusivamente masculinos.¹⁷

A consagração do espaço político público como masculino foi, portanto, construída historicamente. Para Nancy Fraser, ainda hoje existe uma confusão, especialmente nos debates feministas, acerca da expressão “âmbito público”, pois ela seria utilizada para tudo aquilo que está fora do ambiente doméstico e familiar.¹⁸ Para Fraser, o problema dessa concepção é combinar no mesmo bojo “pelo menos três coisas analiticamente distintas”:

¹⁷ MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 248-249.

¹⁸ FRASER, Nancy. Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. *Debate Feminista*, pp. 23-58, março de 1993, p. 24.

Estado, economia oficial do trabalho assalariado e os espaços de discurso público. Para superar essa questão, a autora recorre à definição de Habermas, que pensa o espaço público como um terreno de interações discursivas, um “teatro para debater e deliberar”.¹⁹ A partir dessa noção, Fraser identifica uma série de construções de espaços públicos alternativos conformados pelas camadas subalternas, que a autora define como “contra-públicos subalternos”. Essa ideia vai ser desenvolvida no capítulo 4, ao tratarmos dos espaços e associações femininas que surgiam por todo o Brasil entre os anos 1940 e 1960.

Dessa forma, não seria possível descolar a dimensão política dessas vidas de outros fatores, como seus relacionamentos pessoais, sua militância ou o cotidiano no trabalho. O convívio doméstico das mulheres aqui estudadas conformou e foi conformado dialeticamente em relação aos debates públicos e à própria atuação pública que tiveram. Segundo Elza Macedo,

A distinção entre público e privado, outra constante do pensamento liberal indica que, para além da dicotomia identificada, grande parte dos direitos de cidadania conquistados e a conquistar, depende da capacidade de grupos organizados do público redefinir questões privadas como objeto da agenda pública reivindicando assim a dimensão política daquilo que foi sempre o núcleo mais intangível da esfera privada, a esfera doméstica. No movimento de mulheres nos anos 40 e 50 observa-se que embora existente, a distinção aparece pontilhada de imbricações: ordem na casa... esta vista como espaço (privado) onde repercutem as políticas sociais (públicas); ...e vamos à luta (espaço político público) para o qual as mulheres transportam as solicitações do lar e da família (doméstico).²⁰

Assim, a vida de mulheres trabalhadoras – duas delas operárias – e que acabam se elegendo vereadoras de capitais pelo PCB (em que pese a utilização de uma “legenda de aluguel”, como veremos) se constitui em um campo privilegiado de observação desses fenômenos. Através delas, podemos ver como se relacionam a vida política, familiar e sindical, por exemplo. No caso de Elisa, talvez a fronteira seja ainda mais “embaçada”, visto que o judaísmo era presente e muito importante nos “dois âmbitos”.

Ainda sobre os estudos, biográficos, segundo Giovanni Levi,

Trata-se antes de tudo de um problema de escala e de ponto de vista: se o acento recai sobre o destino de uma personagem — e não sobre o conjunto de uma situação social — a fim de interpretar a rede de relações e obrigações exteriores nas quais ele

¹⁹ Ibidem, p. 25.

²⁰ MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 46-47.

se insere, é bastante possível conceber de modo diferente a questão do funcionamento efetivo das normas sociais.²¹

Levi nos ajuda a pensar biografia em diálogo direto com a Micro-história, especialmente quando esta é pensada como um método de investigação. Assim como sugeriu Jacques Revel, o princípio da variação de escalas é fundamental para melhor apreender a realidade estudada,²² e as vidas dessas mulheres, ao mesmo tempo em que nos indicam possibilidades e limites *personais* de atuação, apontam sempre para questões como a democracia brasileira, a repressão, os debates entre espaço público e privado, etc. Assim, com essas mulheres no centro das ações, podemos conceber de outra forma o funcionamento interno do PCB, do movimento sindical brasileiro e das câmaras de vereadores; e especialmente como o “funcionamento efetivo das normas sociais” operava de forma diferente para as mulheres – que, ainda por cima, eram comunistas.

Mas será possível pensar nesse funcionamento de modo geral? Não estaríamos diante de “mulheres excepcionais”? Moema de Rezende Vergara alerta para os perigos de trabalhar com essa noção, uma vez que excepcional seria toda mulher que não se enquadrasse nas normas de sua época:

Ao optarmos por trabalhar com esta noção de excepcionalidade arriscamo-nos, então, a reproduzir a visão hegemônica que reduziram, até o presente, as experiências históricas das mulheres a uma feminilidade normativa ou essencialista, fora da qual o que existe é anomalia e transgressão da ordem natural.²³

Contra isso, Vergara sugere que é preciso “abordar os ‘casos isolados’ das mulheres não como exceções, mas como a ponta visível de um iceberg.”²⁴ Em uma abordagem prosopográfica, por exemplo, Valentine Mercier²⁵ apresenta uma série de mulheres comunistas no mesmo período aqui estudado, com trajetórias e origens sociais as mais diversas, ocupando espaços similares e engajando-se em muitas das associações que aparecerão ao longo da Tese

²¹ LEVI Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 7.

²² REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. V. 15, n. 45 set/dez. 2010, p. 442-443.

²³ VERGARA, Moema de Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. *cadernos pagu*, v. 13, 1999, pp.223-251, p. 227.

²⁴ *Ibidem*, p. 228.

²⁵ MERCIER, Valentine. *Mouvements féminins et parti communist au Brésil (1945-1961)*. Paris: Éditions l’IHEAL, 2020.

– algumas delas também ocupando o parlamento. Estaríamos diante de dezenas de “casos isolados”, de “mulheres excepcionais” ou de diversas “pontas visíveis de um iceberg”?

Há também uma questão de recorte temporal, visto que, a princípio, boa parte do trabalho se concentra entre o final dos anos 1930 e 1960, como mencionado anteriormente. Se convencionou fazer um recorte político do período 1945-1964, que já foi chamado de “período populista”²⁶ ou “o tempo da experiência democrática”.²⁷ Existe uma boa quantidade de trabalhos que tratam do recorte: é importante lembrar, entre outros, dos de Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro sobre o sindicalismo brasileiro entre 1945 e 1964;²⁸ da obra de Marcelo Badaró Mattos²⁹ que trata do tema no mesmo período; e, para um balanço historiográfico, também do artigo de Alexandre Fortes e Antônio Luigi Negro.³⁰ Partindo da vida de personagens que “rompem” com o marco 45-64, é possível entender como mecanismos de vigilância e repressão que antecedem o dito período seguem funcionando, monitorando essas e outras mulheres – especialmente a partir de suas atividades sindicais, quando foi o caso, e de suas atuações nas uniões e associações femininas, que serão apresentadas no capítulo 4.

Sobre o PCB nesse período e suas diversas formas de atuação, há um grande número de pesquisas. É possível partir de um trabalho clássico, como o de Ronald Chilcote,³¹ que trata de um recorte mais abrangente (1922-1974), ou reduzir nosso foco ao período da democratização, como fazem Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana.³² Assim como os autores, considero que o período foi “marcado por forte inserção do PCB nas organizações dos trabalhadores”,³³ mas creio que as vidas de Júlia, Elisa e Julieta nos ajudem a articular essas frentes com outras desenvolvidas pelo Partido no período. O trabalho de

²⁶ Para um debate sobre o conceito e um balanço de seus usos, ver FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁷ Subtítulo do livro organizado por Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano vol III – O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

²⁸ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964). In FERREIRA; DELGADO, Op. cit. Ver também SILVA, Fernando Teixeira da; costa, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes. In: FERREIRA, Op. cit.

²⁹ MATTOS, M. B.. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003; *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

³⁰ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA; DELGADO, Op. cit.

³¹ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração – 1922-1972*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

³² SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). IN: FERREIRA; REIS, Op. cit.

³³ *Ibidem*, p. 103.

Marisângela Martins, por exemplo, retoma três décadas de articulações entre as atividades militantes e a produção literária e cultural de escritores gaúchos entre 1927 e 1957.³⁴

Talvez na mesma medida em que a vida pública – legal e/ou ilegal – do Partido Comunista ganhasse cada vez mais destaque e importância, cresciam os discursos e iniciativas anticomunistas, agora turbinados pela Guerra Fria. É claro que o anticomunismo não é novidade, e inclusive precede a Revolução Russa de 1917, mas, no Brasil, Rodrigo Patto Sá Mota aponta como “foi a ‘Intentona Comunista’, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo.”³⁵ Ao longo dos anos 1930, ainda, houve uma série de organizações, especialmente católicas, dedicadas ao combate do “credo vermelho”, como os círculos operários católicos e a Ação Integralista Brasileira (AIB, bastante presente nas memórias de Júlia Santiago e Julieta Batisttioli, como veremos). O que muitas vezes é esquecido é que essas iniciativas adentraram os anos 1940 e aliaram-se a um discurso fortemente ancorado na moral, na família e nos supostos bons costumes.³⁶ Ao analisar o Partido da Representação Popular (PRP), herdeiro da AIB, Gilberto Calil aponta que “O desfecho da guerra e a divulgação dos crimes do nazismo geravam um contexto claramente desfavorável para os movimentos de direita em geral e para os fascistas em particular”³⁷, fazendo com que a tática quase que exclusiva desses grupos fosse a denúncia do comunismo atrelada às suas práticas “antifamília”, “antiocidentais” e “anticristãs.”

É preciso ter isso em mente para pensar as estratégias adotadas pelas mulheres comunistas nesse período, que parecem apresentar uma contradição: ao mesmo tempo em que tensionavam as estruturas sociais do capitalismo brasileiro ao ocuparem espaços até então indisponíveis, reforçavam muitos dos ideais de feminilidade do período, como o seu “lado maternal”, a luta contra a carestia vinculada aos cuidados do lar, etc. As Associações Femininas e também a vida das três mulheres aqui estudadas são úteis para pensar a segunda parte da aparente contradição não apenas pelo prisma da estratégia eleitoral ou de mobilização

³⁴ MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

³⁵ MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 7.

³⁶ O próprio Sá Mota, que identifica três fases agudas do anticomunismo brasileiro (1935-37, 1946-1950 e 1961-64), opta por não se aprofundar nas práticas e discursos anticomunistas desse período.

³⁷ CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010, p. 24-25.

popular, mas também da politização dessas questões, em especial da maternidade, como sugeriu Abril Zarco³⁸ e reforçaremos na segunda parte.

Em que pese os inúmeros méritos das obras citadas sobre o período, as mulheres são quase ignoradas por todas elas. O trabalho de Eliane Garcia, por sua vez, ao estudar as frentes legais de um PCB já na ilegalidade, após 1947, destaca a frente feminina do Partido.³⁹ Alane Ferreira e Marcelo Lins também dedicaram esforços para melhor compreender como se desenvolveram as questões de gênero no interior do PCB entre os anos 1922 e 1947.⁴⁰ Recentemente, algumas historiadoras têm desenvolvido teses e dissertações sobre essas associações, suas relações com o PCB e os debates entre feminismo e comunismo. Iracéli da Cruz Alves⁴¹ tem desenvolvido várias pesquisas acerca do movimento feminista brasileiro, mulheres organizadas no PCB e seus debates e conflitos entre os anos 1930 e 1950. Além dela, cabe mencionar os trabalhos de Marcela Morente⁴² e Viviane Leão⁴³, além das já citadas Elza Macedo e Valentine Mercier, todos com importantes dados e interpretações acerca das mulheres comunistas, a Federação de Mulheres do Brasil e o debate público-privado nesse mesmo período. Todos os trabalhos se revestem de importância para a realização desta tese, que tem na abordagem biográfica e no cruzamento de três vidas femininas a sua contribuição para o debate.

A atuação parlamentar do PCB também ainda é pouco estudada. Se a experiência do Bloco Operário e Camponês (BOC) nos anos 1920 foi muito bem contada por Dainis Karepovs,⁴⁴ há uma lacuna sobre a participação de comunistas no parlamento brasileiro, primeiro enquanto PCB, e depois em “legendas de aluguel”. A historiografia parece se concentrar mais na atuação do Partido durante a Assembleia Constituinte de 1946. Podemos

³⁸ ZARCO, Abril. Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de la Plaza de Mayo. *Revista Punto Género*, n. 1, pp. 229-247, 2011.

³⁹ GARCIA, Eliane Rosa. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947 – 1960)*. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS: Porto Alegre, 1999.

⁴⁰ FERREIRA, A. S.; LINS, M. S. As Questões de Gênero no interior do Partido Comunista do Brasil – PCB (1922-1947). *Temporalidades*, v. 7, p. 176-190, 2015.

⁴¹ ALVES, Iracéli da Cruz. *A Política no Feminino: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)*. Dissertação (Mestrado em História), UFES, Feira de Santana, 2015. Outros artigos da mesma autora aparecerão ao longo do trabalho.

⁴² MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o Mundo Público: Movimentos de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2015.

⁴³ LEÃO, Viviane Maria Zeni. *Mulheres e o imaginário comunista (uma nova história; uma história nova) 1945-1956*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, UFPR, 2003.

⁴⁴ KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924 – 1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

destacar, nesse sentido, desde os livros mais antigos de Sérgio Soares Braga⁴⁵ e Giovanni Netto,⁴⁶ até o recente trabalho de Guilherme Ribeiro.⁴⁷ O hiato, porém, permanece: como se deu a atuação desses parlamentares? Que projetos eram propostos e a quais medidas eles se opuseram durante o breve período em que exerceram seus mandatos? Analisar a atuação dessas mulheres nas respectivas câmaras de vereadores, portanto, será parte importante deste trabalho, e já adianta-se: a lógica de todas as campanhas para as Câmaras Municipais, assim como o exercício de seus mandatos, foram muito pautados pelo que hoje poderíamos chamar de *direito à cidade*. Adriano Duarte usa o termo para se referir à efervescente vida associativa do bairro da Mooca em São Paulo no pós-Segunda Guerra, momento em que “a situação de morador, de trabalhador e sua condição de cidadão”⁴⁸ estavam diretamente associadas à iluminação, transporte, saúde, escolas, etc.

Uma boa forma de se reconstituir alguns contextos, formular hipóteses sobre possíveis caminhos e recuperar algumas questões organizativas do PCB é através dos livros de memórias de antigos militantes do Partido Comunista – todos homens, diga-se de passagem. A memória, como afirma Joana Pedro, “é gendrada, e a forma da narrativa da memória também o é. O reconhecimento de si como protagonista, como personagem histórico, é atravessado por relações de gênero.”⁴⁹ Isso ficará muito evidente no relato de Júlia Santiago e, principalmente, de Julieta Battistioli. Enquanto muitos homens resolveram contar suas memórias em determinado momento de suas vidas como forma de “acertar contas” com o passado, reivindicando maior reconhecimento e se colocando em uma posição de injustiçado perante o Partido, essas mulheres reconhecem com muito custo seus feitos, especialmente os parlamentares. Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Leôncio Basbaum, Elóy Martins, Gregório Bezerra... Muitos foram os militantes que resolveram registrar suas memórias.⁵⁰ É

⁴⁵ BRAGA, Sérgio Soares. A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946. *Princípios*, nº46, agosto/outubro de 1997.

⁴⁶ GIOVANETTI NETTO, Evaristo. O PCB na Assembléia Constituinte de 1946. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

⁴⁷ RIBEIRO, Guilherme L.. Corpo estranho: a incômoda presença do PCB na Assembleia Constituinte de 1946. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. O assunto aparece tangencialmente na biografia de Carlos Marighella. MAGALHÃES, Op. cit.

⁴⁸ DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura Popular e Cultura Política no após-Guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese (Doutorado em História). Campinas, Unicamp, 2002, p. 42.

⁴⁹ PEDRO, Jona Maria. Viver o Gênero na Clandestinidadade. In ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 51.

⁵⁰ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.; MARTINS, Op. cit.; BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; BEZERRA, Gregório. *Memórias (duas partes)*. São Paulo: Boitempo, 2011.

claro que é preciso fazer uma série de mediações em relação a esse tipo de escrita: levar em conta o momento em que se escreve, perceber que períodos a memória de cada um relembra, como essas experiências são retomadas, etc. Porém, como mencionado, são bons documentos para pensar como a memória opera de formas diferentes, e também para reconstituir trajetórias e, acima de tudo, as possibilidades que se apresentavam em determinados momentos.

No entanto, as mulheres que militaram ao lado desses homens no Partido quase nunca são mencionadas nessas memórias e deixaram raríssimos relatos semelhantes – as aqui estudadas legaram no máximo entrevistas. Segundo Iracélli Alves,

De uma forma geral, em se tratando da militância feminina, nota-se que grande parte dos textos memorialísticos, a maioria de autoria masculina, deu pouca visibilidade à militância feminina e/ou às discussões feministas. A presença de mulheres no partido aparece como um elemento secundário. O único texto de memória escrito por mulher que foi consultado não teve como preocupação central a militância feminina. Em *Meu Companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*, como o próprio título indica, Maria Prestes (1992), no tempo da escrita viúva do *Cavaleiro da Esperança*, teve como preocupação central lembrar a vida de Prestes, especialmente em família. Mesmo tendo sido militante de base do PCB, quando era mais conhecida como “Mira”, e tendo desenvolvido atividades cruciais para a sobrevivência do partido, a autora dá pouca ênfase a sua experiência política. Num universo hegemonicamente masculino, não era incomum entre as próprias mulheres a ideia de que suas atividades políticas eram irrelevantes.⁵¹

Podemos pensar essa situação como um sintoma da forma como as hierarquias de gênero⁵² operam também na produção memorialística, algo muitas vezes introjetado pelas próprias mulheres. Some-se a isso, ainda, as dificuldades intrínsecas trazidas pela subjetividade do pesquisador no trato com a pouca documentação desse tipo que foi encontrada.⁵³

⁵¹ ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História, Memória e Política. *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 107-140, 2017, p. 131.

⁵² Essa noção aparece em artigo de Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, que, ao conceituarem “gênero”, afirmam que a categoria “dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder [...]” SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007, p. 288.

⁵³ Margareth Rago faz uma advertência importante acerca das percepções de quem escreve e de como se escrevem determinados trabalhos: “Diferentemente do olhar masculino, atento às grandes ações vivenciadas na esfera pública, como greves, momentos de enfrentamento político, de lutas marcantes, de repressão policial, o radar feminino capta facilmente as experiências cotidianas e subjetivas, os jogos microscópicos de poder ou de sedução constituídos nas relações que se estabelecem na esfera da vida privada, no seio da família, fotografando os olhares emocionados, os pequenos gestos e as pequenas atitudes, a circulação de fluídos e energias, como diríamos hoje, menos visíveis e pouco importantes aos olhos masculinos.” Michelle Perrot nos lembra que o que é registrado pelas mulheres não advém de uma condição “natural”, mas está

É justamente quando essas mulheres “deixam” o âmbito privado e, de alguma forma, ocupam o espaço público – formulando registros, comparecendo a reuniões – que abundam fontes sobre as três. Suas campanhas para as respectivas Câmaras de Vereadores repercutiram bastante, recebendo especial atenção na imprensa oficial do Partido. Segundo Apolinário Rebelo, no pós Segunda Guerra o PCB passou a ter “a segunda rede de comunicação do país, perdendo apenas para os Diários Associados, de Assis Chateaubriand.”⁵⁴ Cada capital possuía seu diário, onde podemos ver entrevistas, campanhas e falas de nossas protagonistas. O PCB chegou, inclusive, a possuir um jornal composto exclusivamente por e para mulheres, chamado *Momento Feminino*, que aparecerá ao longo do trabalho.

Para tentar compreender melhor a falta de fontes referentes a outros momentos de suas vidas, como trabalhar com os vestígios encontrados e não insistir excessivamente em uma narrativa que apenas martiriza essas mulheres, é importante levar em consideração muitos dos apontamentos que vêm sendo feitos acerca da história das mulheres nos últimos anos. Michelle Perrot, por exemplo, defende que

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.⁵⁵

Perrot defende, portanto, que se leve em conta a agência feminina. Aliás, agência feminina ou feminista? Para início de conversa, é preciso ter em mente a “dupla manifestação” do feminismo, conforme sugeriu Natália Mendez,⁵⁶ identificando o fenômeno

ligado “à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade.” O presente trabalho busca abordar as duas dimensões apontadas por Rago. Se emular um olhar feminino constitui tarefa das mais árduas, atentar para as condições, como sugere Perrot, que levaram às mulheres deste trabalho a se movimentar da forma como o fizeram será fundamental. Cf. RAGO, Margareth. A experiência feminina do anarquismo no Brasil. In ARAÚJO, Angela M.C. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 64; PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 9, n. 18, ago-set., pp. 9-18, 1989, p. 15.

⁵⁴ REBELO, Apolinário. Os 80 anos de A classe Operária: o jornal de esquerda mais antigo do país. Apud LIRA, Ana Paula de Araújo. Folha do Povo: a voz popular no jornalismo diário recifense (1935-1960). *V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo, 2007, p. 2. Segundo o autor, o principal jornal do Partido, *Tribunal Popular*, do Rio de Janeiro, chegou a ter tiragem de 50 mil exemplares diários no ano de 1946.

⁵⁵ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, p. 224.

⁵⁶ Ver MENDEZ, Natália Pietra. *Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008,

como ideia e como ação. A partir dos anos 1960 e 1970, surgiu de fato o feminismo enquanto *pensamento e corrente teórica*, com textos acadêmicos, livros e grupos de estudo. Segundo Iracelli Alves,

É comum a compreensão de que o feminismo só teria nascido efetivamente na década de 1970. Há uma supervalorização das experiências feministas que emergiram na década de 1970 em detrimento das anteriores. Muitas vezes credita-se ao feminismo dos anos 70 uma ousadia supostamente ausente nos movimentos precedentes. [...]

Ainda prevalece a ideia de que os “movimentos femininos” anteriores aos anos 1970 seriam movimentos emancipatórios, portanto, não completamente feministas, já que o “verdadeiro” feminismo reivindica a libertação das mulheres, questionando os valores masculinos. Tal conclusão parte do pressuposto de que antes dos anos 1970 não eram comuns questionamentos ligados à sexualidade, ao aborto e à dupla moral sexual. Todavia, [...] questões mais vinculadas ao que comumente relacionam ao movimento de libertação já estavam sendo postas muito antes dos anos 1970.⁵⁷

Céli Pinto, por exemplo, de certa forma advoga pela separação criticada por Alves ao afirmar que entre 1932 e 1970 houve “um período de refluxo do movimento feminista” e que após o Golpe do Estado Novo “o movimento praticamente morre”.⁵⁸ Se por um lado a autora reconhece que “houve momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida”, por outro, define esses movimentos como não sendo feministas, pois, segunda ela, não lutavam “pela transformação da condição da mulher na sociedade.”⁵⁹

Celia Donert parte de premissas diferentes. Pensando em uma perspectiva global e levando em conta os impactos da Guerra Fria, a autora afirma que esses movimentos dos anos 1940 e 1950 teriam sido fundamentais para garantir direitos para as mulheres ao redor do mundo:

O apoio comunista aos direitos das mulheres não era enfaticamente "feminista", refletindo a compreensão bolchevique - e marxista - do "feminismo" como um ideologia burguesa promovida por mulheres de classe alta que buscam avançar em seus próprios interesses em detrimento da solidariedade de classe. No entanto, a inclusão de cláusulas de não discriminação com base no gênero, bem como na nacionalidade e raça, na Declaração Universal dos Direitos Humanos foi o resultado de lobby dos estados comunistas em aliança com as mulheres do movimento.⁶⁰

principalmente introdução e capítulo 2.

⁵⁷ ALVES, Iracelli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História, Memória e Política. *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 107-140, 2017, pp. 109-110.

⁵⁸ PINTO, Céli R. J. *História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.10.

⁵⁹ *Ibidem*, p.11.

O feminismo e a Guerra Fria aparecerão na segunda parte da Tese, ao tratarmos da Federação de Mulheres do Brasil (FMB) e suas relações com a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). É importante ter sempre em mente o questionamento feito por Francisca de Haan: o quanto os paradigmas ocidentais sobreviveram ao fim da Guerra Fria e seguem influenciando a historiografia? Para a autora, pensar o final dos anos 1960 como marco inicial do feminismo, apagando ou relegando a segundo plano o papel da FDIM é um indício importante.⁶¹

June Hahner, por sua vez, no livro *Emancipação do Sexo Feminino*, trata da luta das brasileiras ao longo de quase um século pelo direito de votar,⁶² trabalhar e se educar e, ao mesmo tempo, as disputas no interior do movimento feminista, apresentando propostas e possibilidades diversas de atuação que poderiam ir desde o anarquismo de Maria Lacerda de Moura até o pragmatismo de Bertha Lutz.⁶³ Em que pese as divergências internas, Hahner defende o uso do termo *feminista* para todos os movimentos que, de alguma forma, foram protagonizados por mulheres e lutaram por melhores condições de vida e trabalho. Segundo Louise Tilly, Nancy Cott propôs uma definição “funcional e completa” do termo, com a qual concordamos e que supõe três componentes:

1.a defesa da igualdade dos sexos ou oposição à hierarquia dos sexos; 2. o reconhecimento de que a "condição das mulheres é construída socialmente, [...] historicamente determinada pelos usos sociais"; 3. a identificação com as mulheres enquanto grupo social e o apoio a elas.⁶⁴

⁶⁰ DONERT, Celina. Women's Rights in Cold War Europe: Disentangling Feminist Histories. *Past and Present*, Supplement 8, pp. 178-202, 2013, p. 179. Tradução minha. No original: Communist support for women's rights was emphatically not 'feminist', reflecting the Bolshevik—and Marxist—understanding of 'feminism' as a bourgeois ideology promoted by upper-class women seeking to advance their own interests at the expense of class solidarity.⁶ Nonetheless, the inclusion of non-discrimination clauses on the basis of gender, as well as nationality and race, in the Universal Declaration of Human Rights was the result of lobbying from the communist states in alliance with the women's movement.

⁶¹ DE HAAN, Francisca. “Continuing Cold War Paradigms in Western Historiography of Transnational Women's Organisations: The Case of the Women's International Democratic Federation (WIDF),” *Women's History Review* 19 (4): 547-73, 2010.

⁶² HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Santa Cruz: Edunisc; Florianópolis: Editora Mulheres, 2003. Ver também o trabalho de Susan Besse, que em determinado momento mostra como o voto feminino, em 1932, ao mesmo tempo em que foi uma vitória das sufragistas, marginalizou ainda mais as mulheres operárias, uma vez que a grande maioria era composta por analfabetas, e pela legislação da época não poderiam votar. BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 10.

⁶³ Para um balanço sobre essa discussão, ver ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História, Memória e Política. *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 107-140, 2017.

⁶⁴ TILLY, Lousie. Gênero, História Social e História das Mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, pp. 29-62, 1994, p. 31.

Sobre esse debate, mais recentemente Gláucia Fraccaro apresenta uma perspectiva que trata as polêmicas e divisões como algo menos importante diante do que representou tal movimento:

[...] a polarização narrativa, a separar e a escalonar os campos do feminismo, não é uma estratégia capaz de produzir sínteses. As trajetórias de “Rachel”, de Leolinda Daltro, de Bertha Lutz, de Patrícia Galvão, de Maria Lacerda de Moura, geralmente entendidas como casos isolados, como excepcionalidades, são histórias que podem ser compreendidas, a partir de suas disputas e no conjunto, de modo a revelar a história dos direitos das mulheres no Brasil. O feminismo se constituiu, no País, como um campo político, permeado por disputas e diferentes projetos de emancipação que compuseram o repertório sobre direitos e justiça social.⁶⁵

Partimos dessa última premissa: por mais que não se reivindicassem feministas durante o período estudado (talvez Julieta se visse assim no final da vida, como veremos), suas lutas fazem parte da história do movimento feminista. É difícil mensurar até que ponto a incorporação de padrões estabelecidos de feminilidade eram táticos ou não, mas várias fontes e situações indicam que havia em curso um processo de identificação de questões referentes às desigualdades de gênero. Como escreveu Elza Macedo: “ir à luta mesmo que nos limites interpostos pelo estar na casa engendra um processo, lento mas gradual, de tomada de *consciência de gênero*.”⁶⁶ Talvez identificar uma suposta “consciência de gênero” não seja possível, mas certamente concordamos com Valentine Mercier, que identifica o período como “essencial para compreender a formação de uma identidade de gênero politizada e as modalidades de emergência de uma consciência coletiva.”⁶⁷

Outras historiografias nos ajudam a pensar essas questões. A Argentina, país vizinho, de herança colonial e agrário-exportadora, é bastante rica em obras que abordam gênero, trabalho e as lutas das mulheres em circunstâncias muitas vezes similares à brasileira, o que ajuda a enriquecer esse debate. A historiadora Mirta Zaida Lobato, por exemplo, desenvolveu muitos estudos sobre as mulheres trabalhadoras de seu país. Em *La mujer trabajadora en el siglo XX*, a autora mostra como as condições insalubres de trabalho nas fábricas do final do século XIX “empurraram” as mulheres de volta para o lar, pois havia uma ideia generalizada

⁶⁵ FRACCARO, Gláucia. *Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 84. A Raquel mencionada na citação é uma operária tecelã, demitida em 1933 e que acaba ingressando no PCB. Para acompanhar sua saga, ver, na mesma obra, p. 63-66.

⁶⁶ MACEDO, Op. cit., p. 40, grifos do autor.

⁶⁷ MERCIER, Op. cit., *Conclusion*, disponível em <<https://books.openedition.org/iheal/9067>> Acesso em 04 nov 2020. Tradução minha, no original: “cette période nous semble primordiale pour comprendre la formation d’une identité sexuée politisée et les modalités de l’émergence d’une conscience de groupe.”

de que aquilo traria “nefastas consequências para sua saúde, sua moral e seus filhos”.⁶⁸ Depois disso, Lobato se lançou em uma empreitada maior, se propondo a contar a história das trabalhadoras argentinas ao longo de praticamente um século (1869-1960), narrando não só as péssimas condições de trabalho e as questões de gênero que estavam ligadas ao aproveitamento ou não da mão de obra feminina no mundo do trabalho, mas também suas organizações e participações em sindicatos.⁶⁹

A prestigiosa Revista *Archivos de historia del movimiento obrero* dedicou uma edição inteira à temática, com um dossier intitulado “Estudios de género, trabajadores y izquierda”. Na apresentação, Débora D’Antonio e Ludmila Scheinkman afirmam que, diante dos avanços da historiografia, não basta mais – se é que um dia bastou - “restituir as mulheres na história”, apontando sua presença onde até então estava invisibilizada. Citando outra importante historiadora que tem se dedicado ao tema, Andrea Andújar, as autoras concluem:

[...] ya no se trataba de “restituir a las mujeres a la historia sino demostrar que contradicciones de clase asumían formas diversas para mujeres y varones y que, por tanto, la opresión capitalista no podía ser desmontada sin tener en cuenta esta diferencias y las desigualdades que emanaban de ellas”.⁷⁰

Citando a já mencionada Mirta Zaida Lobato, as autoras mostram como

los estudios de mujeres, feministas y de género expandieron nuestro conocimiento sobre el mundo del trabajo, la organización de las empresas, las tecnologías, las calificaciones y los salarios, pero también, de las organizaciones sindicales, los estereotipos culturales de empresarios y líderes sindicales y el papel del Estado a través de la legislación, las instituciones, la justicia y las ideas.⁷¹

Michelle Perrot provavelmente concorde com essas colocações, sintetizando da seguinte maneira as mudanças pelas quais passou a história das mulheres:

⁶⁸ LOBATO, Mirta Zaida. La mujer trabajadora en el siglo XX: un estudio de las industrias de la carne y textil em Berisso, Argentina, p. 17. In: RIVERA, Márcia (org.). *Mujer, trabajo y ciudadanía*. Buenos Aires: CLACSO, 1995. Essas ideias também foram muito fortes no Brasil, como evidencia o trabalho clássico de Maria Valéria Pena. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

⁶⁹ LOBATO, Mirta Zaida. *Historia de las trabajadoras em la Argentina (1869-1860)*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

⁷⁰ D’ANTONIO, Débora; SCHEINKMAN, Ludmila. Presentación del dossier. In *ARCHIVOS*, Buenos Aires, ano IV, n. 7, Setembro de 2015, p. 11. A citação original está em ANDÚJAR, Andrea. El Género de la Historia: aportes y desafíos para el estudio del pasado. In: VIANO, Cristina (Org.). *Miradas sobre la historia. Fragmentos de un recorrido*. Rosário: Prohistoria ediciones, 2012, p. 87-102

⁷¹ Ibidem, p. 12. A citação original está em LOBATO, Mirta Zaida. Trabajo, cultura y poder: dilemas historiográficos y estudios de género en la Argentina. In: LOBATO et all. *Histórias con mujeres: mujeres con historia*. UBA, 2008.

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade.⁷²

Nesse sentido, também não se pretende apenas “incluir” mulheres no PCB ou na vida política brasileira no miolo do século XX, mas tentar identificar o que isso significava concretamente, como as relações de poder e opressão que eram características do espaço privado poderiam se reproduzir no espaço público – justamente tensionando essa divisão – e se entrecruzar com outros marcadores sociais de diferença como classe ou religião. Com isso, se busca também expandir o conhecimento acerca do funcionamento de instituições como escolas, partidos, sindicatos e a política (a fronteira “mais difícil de transpor”⁷³) a partir das possibilidades e limites da militância feminina comunista. Estudar a vida dessas três mulheres é, de certa forma, uma aposta para tentar aglutinar todas as questões mencionadas acima, contribuindo com novas questões e debates para a historiografia.

* * *

O trabalho está dividido em três partes, separadas e escolhidas de maneira relativamente arbitrária – mas com alguma lógica. Originalmente se pensou em dedicar uma parte para cada personagem, como fez Edilene Toledo de forma muito competente em seu já citado *Travessias Revolucionárias*. No entanto, a fim de 1) desde cedo apresentar todas as personagens e 2) comparar as experiências diversas para evidenciar que os caminhos não eram retilíneos, optou-se pelo seguinte: a parte I, chamada *Anos de formação e o início da militância*, trata da juventude das personagens, seu ingresso no mercado de trabalho e o posterior – ou imediato – ingresso em algum tipo de militância; a parte II, chamada *A vida no*

⁷² PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 15-16. Sobre ocupar o espaço público, a autora ainda afirma: “Agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. [...] Com frequência apoiam-se em seus papéis tradicionais, e aí tudo vai bem. [...] Tudo se complica quando ousam agir como homens.” Ibidem, p. 146. É possível, porém, questionar até que ponto essas noções não valem fundamentalmente para mulheres europeias e/ou brancas. Maria Odila Dias, por exemplo, mostra que, ainda entre o fim da Colônia e o início do Império, mulheres libertas assumiam papéis considerados masculinos com muita frequência, apontando a existência de mulheres tropeiras e comerciantes. DIAS, Maria Odila. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

⁷³ Ibidem, p. 151.

Partido, trata da militância no PCB e em suas outras frentes de atuação – como as federações e associações de mulheres –, das campanhas para a Câmara de Vereadores e dos mandatos; a parte III, intitulada *A vida depois do Partido: história e memórias*, trata da militância ou não dessas mulheres depois da campanha e dos mandatos eletivos e também da memória – como elas são lembradas hoje em dia e, quando possível, como elas próprias se lembraram, posteriormente, desse período de suas vidas. Cabe reforçar que a centralidade do Partido como definidor dos capítulos e, em última instância, de suas existências, é uma escolha de minha inteira responsabilidade.

PARTE I:

Anos de formação e o início da militância

Mas, se as mulheres saírem de casa, para onde elas irão? Como elas se unirão a outras mulheres? Elas realmente sairão de sua casa motivadas apenas pelo desejo de protestar contra suas tarefas domésticas? Não é muito mais realista convocá-las a “sair de casa” em busca de empregos fora de casa, ou ao menos a participar de campanhas de massa por empregos decentes para as mulheres? Certo, o trabalho sob as condições do capitalismo é um trabalho embrutecedor. Certo, não é criativo e é alienante. Ainda assim, com tudo isso, permanece o fato de que, se estão empregadas, as mulheres podem se unir a suas irmãs – e inclusive a seus irmãos – a fim de desafiar o capitalismo no local de produção. Como trabalhadoras, como militantes ativas no movimento operário, as mulheres podem gerar o verdadeiro poder de combater aquele que é o sustentáculo e o beneficiário do sexismo: o sistema capitalista monopolista.

DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp; 241-242.

Todo estudo biográfico traz consigo algumas armadilhas. Talvez a mais famosa delas seja aquilo que Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”. Para o sociólogo francês, há um risco quase intrínseco a esta abordagem: conferir uma excessiva coerência à vida das pessoas, atribuindo um sentido linear à sua trajetória e uma unidade identitária representada por um nome próprio.⁷⁴

Para a historiadora italiana Sabina Loriga, contudo, estudar uma vida é justamente uma forma privilegiada de quebrar coerências e linearidades do discurso histórico. Segundo

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. In: AMADO, Janaína; FERREIRA; Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

Loriga, é possível “utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas.”⁷⁵ Em texto posterior, ela defende que esse tipo de estudo é muito profícuo para apreender a constante tensão entre sujeito e estrutura, evidenciando não apenas o que é geral e o que é particular, mas sim as suas conexões através de um ator social.⁷⁶ Dessa forma, processos já conhecidos e estudados podem ganhar outras perspectivas, capazes de produzir *estranhamento*.⁷⁷

Além dessa ponderação, seria possível também questionar até que ponto uma supervalorização da *ilusão biográfica* não eclipsa a noção de *experiência*, tão cara à história social. Se tudo é ilusão,⁷⁸ será que o acúmulo de vivências, lutas, experiências organizativas, opressões e formas de reagir a elas, tradições e costumes pouco influenciam trajetórias e escolhas individuais? Como escapar desses dilemas?

No caso de biografias de mulheres, outros desafios somam-se a esses, como ficará evidente ao longo da leitura do presente capítulo. Segundo Michelle Perrot, “a narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas pouco aparecem”,⁷⁹ e isso se manifesta de forma contundente nos registros que ficam para a posteridade: encontrar vestígios das mulheres aqui biografadas fora da vida pública e/ou partidária foi tarefa árdua, sendo os relatos memorialísticos e a história oral os tipos de documentação por excelência para tal.⁸⁰

As vidas de Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago apresentam-se como um desafio e tanto quando levamos em conta essas e outras questões. Para início de conversa – e pesquisa –, fontes e relatos sobre a infância e adolescência dessas mulheres são quase inexistentes. Assim, é necessário compreender o contexto no qual essas jovens se constituíram: quais eram suas relações pessoais, que ideias circulavam, quais

⁷⁵ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 246 – 247.

⁷⁶ LORIGA, Sabina, *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 226.

⁷⁷ Ibidem, p. 227.

⁷⁸ Vale ressaltar que, ao questionar a unidade subjetiva de uma vida e sua consequente coerência, Bourdieu não está necessariamente alargando sua ideia para todas as situações sem levar em conta papel do contexto nas trajetórias de vida – talvez seus próprios conceitos de *capital cultural*, *capital simbólico* e *habitus* evidenciem isso. A questão é justamente tencionar até que ponto a *ilusão* é incompatível com a noção de *experiência*, tendo-se em mente que, uma vez formulada uma ideia, ela pode ser utilizada e extrapolada de diversas formas por outros autores.

⁷⁹ PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 9, n. 18, ago-set., pp. 9-18, 1989, p. 9.

⁸⁰ Perrot também trata desse tema, que será melhor abordado mais adiante.

caminhos eram possíveis de serem percorridos. Cabe sempre advertir que o contexto não é compreendido como algo pronto onde elas simplesmente “aterrizam” e se movimentam em algo “pré-fabricado”. Como escreveu Schmidt:

pensado como “campo de possibilidades”, o contexto ganha outra significação: ele deixa de ser um “cenário”, um “palco”, ou um “pano de fundo”, metáforas muito empregadas em obras biográficas e que sugerem uma relação de exterioridade entre os atores e os espaços onde eles atuam, e passa a ser considerado como uma “rede humana móvel”, estruturada a partir de uma desigual distribuição de poder, onde uma “margem de decisão”, nunca ilimitada, é possível aos grupos e indivíduos.⁸¹

Todos os itinerários e espaços percorridos e ocupados por Júlia, Elisa e Julieta se entrecruzaram, misturaram, interferiram-se mutuamente a partir de suas atuações. Se a exposição que segue divide a vida dessas mulheres entre seus diferentes locais de atuação, militância e sociabilidade, cabe mencionar que isso atende a dois fins codependentes: alguma divisão haveria de ser escolhida, e privilegiando-se espaços ao invés do tempo, tenta-se romper com uma possível leitura teleológica da história.

Por fim, cabe alertar que por se tratar de um trabalho que tem mulheres como protagonistas, há períodos e espaços por elas ocupados com abundâncias de fontes e outros com muita escassez – algo comum em biografias. Artifícios como comparações, análises minuciosas de pequenos indícios e um pouco de imaginação histórica – ancorada em um campo de possibilidades indicado e reconstituído por espaços e experiências formados e formadores dessas mulheres – foram largamente utilizados. Começaremos nosso percurso pelo Bom Retiro, em São Paulo.

Praticamente todas as fontes a que tivemos acesso indicam uma excessiva coerência na trajetória de Elisa, apresentando um percurso harmonioso e racional dessa mulher: imersa em uma comunidade de judeus progressistas, tornou-se militante no movimento estudantil, comunista e das associações beneficentes judaicas. Além disso, entrevistas concedidas para esta e outras pesquisas reconstróem uma Elisa decidida, líder e bastante articulada nos bastidores. Não se pretende aqui “desfazer” essa imagem e apresentar a “verdadeira” Elisa em oposição a uma memória construída e enganosa – diga-se: boa parte do discurso acerca dela encontra farto respaldo documental. Porém, cabe ao pesquisador evidenciar que a história não estava dada no momento em que seus pais se fixaram no bairro paulistano do Bom Retiro, e

⁸¹ SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzi: biografia de um militante revolucionário – de 1964 a 1984*. Porto Alegre: Libretos, 2017, p. 21.

que por diversas vezes Elisa fez escolhas dentre algumas possibilidades⁸² que se apresentaram, trilhando um caminho em detrimento de outros. Vejamos que caminhos foram esses.

⁸² É importante mencionar a ideia de *campo de possibilidades*, do antropólogo Gilberto Velho, segundo a qual os indivíduos, a fim de colocar em prática seus projetos individuais e coletivos, sempre interagem com diferentes paradigmas e premissas culturais, que se metamorfoseiam de maneira dinâmica. Ver VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. RJ: Zahar, 1999, especialmente capítulos II e IV.

CAPÍTULO 1: ELISA

1.1 – Do Império Russo ao centro de São Paulo: o bairro do Bom Retiro

O final do século XIX e início do XX testemunhou um grande fluxo migratório para o Brasil de judeus que fugiam dos *pogrons* patrocinados sistematicamente pelo império russo a partir de 1881. Segundo Erick Zen, o antisemitismo se difundiu nas instituições russas com muita força após o assassinato do Czar Alexandre II pelo grupo *Narodnaia Volia*. O atentado foi atribuído à judia Hessia Helfman e o czarismo passou a utilizar os *pogrons*

como forma de dar vazão aos descontentamentos sociais ao incentivar as *Centúrias Negras*, realizadores dos massacres de judeus mais sangrentos. [...] Os czares passaram a justificar a perseguição aos movimentos políticos e sociais como repressão ao “perigo judeu”.⁸³

Um dos destinos que mais recebeu esse grupo de judeus *ashkenazim* foi a cidade de São Paulo, em especial o bairro do Bom Retiro. Ali, formaram uma comunidade de judeus laicos, não sionistas⁸⁴ e progressistas.

Foi nesse contexto, na década de 1880, que chegaram ao Brasil os “russos” Israel e Anita Kauffman, pais de Elisa. Ele, de Odessa, e ela, da Bessarábia.⁸⁵ Segundo uma das netas do casal, Fanny, antes de São Paulo seus avós foram parar em uma cidadezinha chamada Escada, em Pernambuco – local de chegada de muitos judeus no final do século XIX. Elisa e seu irmão Jacob nasceram ali, mas em virtude dos problemas de saúde dele acabaram se mudando para São Paulo, conforme relato de Fanny Abramovich:

[...] minha mãe nasceu lá [em Escada], dois anos depois nasceu meu tio Jacozinho com problema endocrinológico que demorou, acho que até quando ele morreu não tinha sido diagnosticado com certeza, a minha avó se mandou de Pernambuco sozinha, mal falando português, muito menos “pernambucquês”, com a minha mãe pequena e esse meu tio menorzinho para interná-lo no hospital Fernandinho que era o Hospital Ortopédico da Santa Casa. Ele ficou internado lá quatro anos, quer dizer, ele passou a fase da educação da instrução primária com operações sucessivas [...].⁸⁶

⁸³ Cf. ZEN, Erick R. G. *Imigração e Revolução: lituanos, poloneses e russos sob vigilância do DEOPS*. São Paulo: EDUSP, 2010, p. 35.

⁸⁴ A divisão da comunidade em torno do sionismo será tratada mais adiante.

⁸⁵ FILHO, Fausto Salvadori. Ela não teve medo da vida. *Revista Apartes*, março-abril de 2014, p. 19.

⁸⁶ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 9. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB. Mais adiante Fanny afirma que Jacob levou uma vida normal na medida do possível e, embora tivesse muitas dificuldades de locomoção, chegou a ser campeão sul-americano de remo.

Consta que o Pavilhão Fernandinho foi inaugurado apenas em 1931, e se Jacob nasceu dois anos após Elisa o relato deve remeter a 1921,⁸⁷ mas é possível que Fanny esteja apenas fazendo confusão com os nomes – parece muito razoável que uma família saísse do interior de Pernambuco e procurasse um grande centro para tratar um filho. Ainda mais quando Fanny nos informa que sua avó Anita também possuía um tipo de debilidade física: “[...] ela tinha uma deficiência física, não tão grave quanto a do meu tio [...], ela era quase uma anã...”⁸⁸

Fosse em Pernambuco, fosse em São Paulo, muito provavelmente Israel e Anita perceberam que sua ascendência despertava interesse da polícia brasileira. Segundo a historiadora Zilda Márcia Iokoi, tão logo a imigração judaica se tornou volumosa, ocorreu uma espécie de diferenciação de “catalogação” por parte das autoridades nacionais. Judeus do Leste eram vistos como “os mais apegados às suas tradições religiosas e cívicas e constituía-se [sic] por elementos mais dificilmente assimiláveis”,⁸⁹ enquanto os ocidentais eram encarados como um “grupo mais assimilável, por terem sofrido os efeitos da civilização ocidental, o que, para os agentes do serviço reservado, significava contar com pessoas mais cultas, cumpridoras e obedientes das leis brasileiras.”⁹⁰ Israel e Anita pertenciam ao primeiro grupo.

Em dois momentos posteriores essa situação ganhou novos ingredientes, adquirindo novos significados. O primeiro deles vem com a Revolução Russa de 1917, que somou ao preconceito institucional sofrido pela população judaica advinda do leste a desconfiança e perseguição política oriundas do anticomunismo. O Brasil vivia um momento de ebulição social, com greves e insurreições operárias entre os anos 1917 e 1919, o que levou o Estado a legislar sobre o trabalho ao mesmo tempo em que desenvolvia novos mecanismos de repressão e vigilância – como a expulsão de estrangeiros, as constantes declarações de Estado de Sítio e a criação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), em 1924.

Ao mesmo tempo, Zen aponta o ano de 1921 como o primeiro a trazer ao porto de Santos refugiados da Revolução de Outubro. Segundo ele, “definiam-se como czaristas” e colocavam-se “em oposição ao bolchevismo e dispostos a combatê-lo onde quer que

⁸⁷ Cf. <https://pavilhaofernandinho.wordpress.com/sobre/> Acesso em 28 mar 2018.

⁸⁸ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 8. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

⁸⁹ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência. A saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Associação Humanitas; Itajaí: Ed. Univali, 2004, p. 162.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 166.

estivessem, sobretudo entre os russos aqui estabelecidos.”⁹¹ Dessa forma, se tornarão informantes do DEOPS, ajudando a repressão brasileira em seu trabalho de vigilância e contribuindo para criar mais um marcador de diferença: eles seriam os “russos brancos” e os demais seriam os “russos vermelhos” – estes sim uma verdadeira ameaça à ordem pública.

O segundo momento em que o estigma mudou qualitativamente ocorreu nos anos 1930, com a ascensão do nazifascismo na Europa e posteriormente com o Estado Novo brasileiro. Em 1937, a União da Cultura Judaica (ICUF), entidade mundial de esquerda, decidiu que todas as comunidades judaicas deveriam organizar escolas, jornais, associações culturais, colônias de férias, etc. No Brasil, muitas capitais vão se mobilizar nesse sentido e criar uma enorme gama de associações. Em São Paulo, surgiram a partir de então e ao longo desse período o jornal *Nossa Voz* (impresso em português e em iídiche), o Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB/Casa do Povo), a Organização Feminina Israelita de Assistência Social (OFIDAS) e o Colégio (depois Ginásio) Israelita Brasileiro Scholem Aleichem.⁹² Como veremos mais adiante, Elisa teve destacada atuação em quase todas essas organizações.

Aqui percebemos como o pertencimento étnico, ou até mesmo a noção de identidade de forma mais ampla, não operam no vácuo, apartados da realidade e das diferentes tensões sociais que os rodeiam. O escritor polonês – e judeu – Isaac Deutscher considera que a identidade judaica não está necessariamente atrelada à religião, e que ela aflora em ambientes hostis não-judeus.⁹³ Na conjuntura dos anos 1930 e 1940, não apenas a Europa entrava em ebulição com o antissemitismo nazista e a Segunda Guerra Mundial, como no próprio Brasil puderam ser ouvidos ecos desses movimentos históricos. Maria Luíza Tucci Carneiro, por exemplo, mostra que

Uma intensa campanha de brasilidade ufanista, antiliberal, anticomunista e xenófoba – aprimorada nos anos 30 e 40 do século XX – prestou-se a encobrir valores racistas e antissemitas, sustentados pela elite política brasileira. Através do slogan “promover o homem brasileiro e defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país”, o Estado republicano encontrou uma fórmula eficaz para acobertar uma série de práticas autoritárias aprimoradas durante o governo Vargas.⁹⁴

⁹¹ ZEZ, Op. cit., p. 66.

⁹² Cf. ALTMAN, Max. In: CHARNIS, Cristina Catalina et all. *A VANGUARDA PEDAGÓGICA: o legado do Colégio Israelita Scholem Aleichem*. São Paulo: Lettera.doc, 2008, p. 42.

⁹³ DEUTSCHER, Isaac. Quem é Judeu? In: *O Judeu Não-Judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 45-46.

⁹⁴ CARNEIRO, Maria L. T. A Imagem do Imigrante Indesejável. *Seminários*, São Paulo, v. 3, n. 3, Dezembro, p. 21-42, 2003, p. 26.

Michael Hall, estudando os italianos em São Paulo, sugere que a noção de pertencimento étnico deva ser interpretada tal qual Thompson tratou o conceito de consciência de classe:

em vez de considerá-la como sempre igual e como uma entidade reificada que determina certas práticas, poderíamos tentar ver, no decorrer das lutas, como uma identificação étnica pode emergir (ou não), se desenvolver e esvaecer em circunstâncias históricas específicas.⁹⁵

João Fábio Bertonha concorda com tal postura, afirmando que identidades “não se expressam num vácuo, mas num contexto econômico, social, político e cultural que condiciona sua fluidez e ajuda a compor o seu significado.”⁹⁶

Estudos mais recentes sobre migrações judaicas na América Latina, ao mesmo tempo em que de certa forma endossam essa noção da etnicidade se (re)construindo em oposição a outras abordagens mais essencialistas, questionam até que ponto o antissemitismo desempenhou um papel determinante em tal processo, afirmando-o como apenas *parte* da história. Em trabalho sobre o judaísmo em São Paulo durante o Estado Novo, Roney Cytrynowicz inicia seu texto relatando a visita de autoridades brasileiras à Escola Israelita Brasileira Luiz Fleitlich⁹⁷ no ano de 1938, sobre a qual foram anotadas algumas irregularidades – a mais grave delas, o ensino de língua estrangeira (hebraico). No entanto, o autor afirma que discursos eram muito mais frequentes do que ações práticas, chegando à seguinte conclusão:

Dada a divergência entre a virulência do discurso antissemita e a falta de ataques antissemitas, não é de se surpreender que entre 1937 e 1945 a minoria judaica em São Paulo experimentou uma vibrante vida pública, institucional, social, cultural e econômica que não seria esperada caso olhássemos apenas para os memorandos oficiais, as publicações de pequenos círculos de elites antissemitas ou os relatórios da polícia política durante aqueles anos. De fato, os anos 1937 a 1945 foram de intensa vida institucional que permitiu um *boom* nas atividades e organizações

⁹⁵ HALL, Michael M. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In CARNEIRO, Maria L. T.; FRANZINA, Frederico C. E. *História do Trabalho e Histórias da Imigração*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2010, p. 63.

⁹⁶ BERTONHA, João Fábio. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e luta de classes. In CARNEIRO; FRANZINA, Op. cit., p. 83.

⁹⁷ “Inaugurada em 11 de abril de 1937, visava atender aos pedidos dos membros da comunidade judaica do Brás, Belém, Tatuapé, Penha e Mooca, no ano de 1935, cientes da necessidade de educação judaica-cultura e religião para seus filhos.” Ver <https://artejudaicasaopaulo.blogspot.com/2017/01/escola-israelita-brasileira-luiz.html> Acesso em 18 jan 2019. Cytrynowicz afirma que no ano de 1944 foi fundada uma outra escola judaico-brasileira: o Ginásio Israelita-Brasileiro Chaim Nachman Bialik. CYTRYNOWICZ, Rony. Beyond the Stante and Ideology: Imigration of the Jewish Community ti Brail, 1937-1945. In LESSER, Jeffrey; REIN, Raanan (orgs.). *Rethinking Jewish-Latin Americans*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2008, p. 96.

durante e depois da guerra. Esses foram anos de resoluções institucionais e de definição da identidade “judaico-brasileira”.⁹⁸

Há também uma questão política e de classe que matiza o antissemitismo. Veremos mais adiante, por exemplo, que a comunidade judaica “não progressista” de São Paulo também criou suas próprias organizações, o que gerou algumas tensões e conflitos com o grupo do qual Elisa fazia parte. Em sua Revista “oficial”, *Aonde Vamos?*, capas com o retrato de Vargas eram comuns. Além disso, o 10 de novembro, data do Golpe do Estado Novo, era celebrado pela revista.⁹⁹ Em nome de interesses comuns, havia diálogo até mesmo com lideranças integralistas, notórias pelo seu antissemitismo velado ou explícito, como quando Horácio Lafer dividiu o microfone com Miguel Reale e Menotti Del Picchia em uma cerimônia de aniversário para o presidente Vargas.¹⁰⁰

Embora não se tenha muitas informações acerca da infância de Elisa Kauffmann, foram essas as tensões que fortaleceram os laços étnicos da comunidade do Bom Retiro onde ela cresceu. Sua militância, tudo indica, teve início no movimento secundarista, logo no golpe do Estado Novo, momento em que, ainda segundo Cytrynowicz, os membros das comunidades judaicas do Brasil passaram a se identificar como “judaico-brasileiros”, e não mais como imigrantes ou estrangeiros – talvez por isso a revista *Aonde Vamos* tenha embarcado no “estadonovismo” de Vargas, regime que tinha no discurso nacionalista um de seus pilares. Segundo o jornal *Nossa Voz*, Elisa articulou as lutas pela democracia e as causas judaicas: ocupou a secretaria da Associação dos Estudantes Israelitas e a vice-presidência da Federação dos Estudantes Secundários de São Paulo.¹⁰¹ É nessa época, como parte do projeto corporativista de Vargas, que se criou a UNE em 1937. Porém, a entidade vai demorar para ter o seu reconhecimento por parte do Estado pela aproximação, desde seu nascedouro, com o PCB. Segundo Victoria Langland, a UNE se tornou mais importante que a então principal entidade estudantil do período, a Casa do Estudante do Brasil, justamente por estar mais

⁹⁸ Ibidem, p. 93. Tradução minha, no original: “Given the divergence between the virulence of discursive anti-Semitism and the lack of anti-Semitic attacks, one should not be surprised that between 1937 and 1945 the Jewish minority in São Paulo experienced a vibrant public, institutional, social, cultural, and economic life that would not be expected if one only looks at state memos or the publications of a small circle of anti-Semitic elites or the reports of the political police during those years. In fact, 1937 to 1945 were years of intense institutional life that allowed a *boom* in activities and organizations during and after the war. These were times of institutional settlement and of defining a ‘Jewish-Brazilian’ identity”.

⁹⁹ *Aonde Vamos*. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1943, p. 5. AHJB.

¹⁰⁰ *Aonde Vamos*. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1943, p. 5. AHJB.

¹⁰¹ *Nossa Voz*, São Paulo, 23 de outubro de 1947, p. 2. BDLB, acesso em 15 abr 2017. Esse é o periódico oficial da comunidade judaica progressista e será melhor abordado mais adiante.

disposta a discutir e participar da política brasileira e dar mais espaço às mulheres e suas questões.¹⁰²

Foi também nessa época que sua mãe aceitou esconder na casa em que moravam o filho de uma amiga, perseguido pelo Estado Novo.¹⁰³ Segundo relato de Fanny, foi esse rapaz, médico, que recrutou Elisa para o PCB:

A minha avó era amicíssima da mãe dele, então, você conheceu a D. Huck? Que vinha a ser avó ou bisavó desse menino, Luciano Huck, que agora sai circulando, escreve no jornal da tarde, eu não sei fazer exatamente a relação. Então, veio por essa... Olha, do que contam, vinha gente porque, como eles vieram do Recife, então já vinha gente do Recife, não por questões políticas, mas vinha para fazer uma operação de apendicite e ficava seis meses, vinha o outro para tentar um emprego, uma possibilidade da vida e ficava dois anos. E isso, eles mal tendo dinheiro para comprar arroz e feijão. Então, esse médico que a minha mãe me contou que nutriu uma paixão avassaladora por ela, e eu não duvido a mínima, e fez a cabeça e ela entrou no partido.¹⁰⁴

Muitas questões saltam aos olhos em uma primeira leitura. Será que, mesmo com todo o entorno e criação nessa comunidade com fortes laços com as ideias comunistas, foi preciso alguém de fora (um homem!) de seu convívio nuclear para convencê-la a entrar no PCB? Teria sido o seu ingresso uma resposta a um flerte da juventude, ao encantamento que aquele homem despertava? Ou será que essa foi a forma como Elisa lembrava desse momento fundamental de sua trajetória? De qualquer forma, cabe mencionar que seu irmão, Jacob, também foi recrutado pelo Dr. Huck.¹⁰⁵

Contudo, não foi com esse homem que Elisa se casou, mas sim com um comerciante argentino, que com apenas um ano de idade se mudou para o Brasil, chamado Francisco Abramovich. Francisco era filho de Bertha e Nicolau, trabalhador portuário em Odessa e com histórico de militância no Bund, partido socialista judaico.¹⁰⁶ Bertha e Nicolau fizeram uma

¹⁰² Ver LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flower. Student movements and the making and remembering of 1968 inmilitary Brazil*. Durham/London: Duke University Press, 2013, especialmente capítulo 1: Constructing the “House of Democratic Resistance”.

¹⁰³ FILHO, Op. cit., p. 19.

¹⁰⁴ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 13-14. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

¹⁰⁵ FILHO, Op. cit., p. 19.

¹⁰⁶ IOKOI, Op. cit., p. 261. O Bund foi um dos principais fundadores do Partido Social-Democrata Operário da Rússia, Lituânia e Polônia e até 1905 foi a maior organização deste tipo no leste europeu. Ver, por exemplo, WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil. Gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008, especialmente capítulo III: desdobramentos decisivos e transformação do mito (1945-1954).

das rotas sugeridas pela Jewish Colonization Assosiation (ICA)¹⁰⁷: em 1910 partiram para a Argentina, onde em 1914 tiveram Francisco, na cidade de Santa Fé.¹⁰⁸ Um ano depois foram para a Bahia e em seguida para Itapira, no interior de São Paulo.¹⁰⁹ Assim como muitos outros imigrantes do Leste Europeu, Nicolau abriu um comércio, do qual Francisco tomaria parte assim que crescesse. Jeffrey Lessner explica que essa tendência se tornou ainda maior após a Primeira Guerra Mundial:

como a maioria dos judeus era composta de refugiados, eles se estabeleceram em áreas urbanas, onde havia maior disponibilidade de serviços de assistência, que iam desde o auxílio com moradia até pequenos empréstimos. A condição de refugiado significava também menores remessas de dinheiro, porque famílias inteiras haviam fugido dos países de origem. O dinheiro excedente era aplicado no Brasil, levando a maiores rendas familiares e à capacidade de apoiar instituições comunitárias.¹¹⁰

Francisco Abramovich lembra que a tendência progressista sempre estivera presente em sua casa, tendo participado desde muito cedo do Centro Cultura e Progresso e da Casa do Povo, atuando fundamentalmente nas partes mais burocráticas, como secretário.¹¹¹ Segundo sua primogênita, Fanny, foi justamente em uma dessas associações que Francisco e Elisa se conheceram.¹¹²

¹⁰⁷ Segundo o site do AHJB: “A Jewish Colonization Association foi fundada em 1891 pelo Barão Hirsh com a finalidade de prestar assistência a imigrantes judeus que tinham a premência de emigrar de seus países de origem, em especial da Europa Oriental (onde geralmente eram oprimidos ou perseguidos), para países com melhores oportunidades de vida. [...] Inicialmente os principais destinos dos imigrantes auxiliados pela JCA eram a Palestina e Argentina. Essa última, que contou com uma boa aceitação por parte do governo local, constituiu-se no objetivo final de judeus provenientes de diversos países. A JCA também passou a atuar no Brasil, tomando-se conhecida como ICA [...]”. http://www.ahjb.org.br/ahjb_pagina.php?ap=ica Acesso em 12 de 2019.

¹⁰⁸ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 6. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

¹⁰⁹ Vale mencionar que essa trajetória é praticamente idêntica à da família da Jacob Gorender, militante comunista, fundador do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, um dos tantos rachas do PCB no pós-Golpe de 64) e historiador dileitante, autor de obras como *O Escravismo Colonial e Combate nas Trevas*. Seu pai também saiu de Odessa em 1910 tendo a Argentina como destino e em seguida fixou residência em Salvador. Cf. IOKOI, Op. Cit., p. 268; QUADROS, Carlos Fernando de. *Jacob Gorender, um militante comunista: estudo de uma trajetória política e intelectual no marxismo brasileiro (1923-1970)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015, especialmente capítulo I: Salvador, a “capital soviética do Brasil”: tempo e espaço de formação política e intelectual de um jovem comunista.

¹¹⁰ LESSNER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 183.

¹¹¹ Entrevista de Francisco Abramovich a Frida Grinspun e Sara Fridman em 21/09/2000, p. 1. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo. Mais adiante veremos que Francisco seguiu exercendo esse tipo de função ao longo de seu casamento com Elisa.

¹¹² Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 14 Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

Em plena Segunda Guerra Mundial, em março de 1940, Elisa, então com 20 anos, e Francisco, então com 25, casaram-se – seis meses depois nasceu Fanny. Ambos estavam empenhados no Comitê Mrs. Churchill de auxílio às vítimas de guerra, atuante durante todo o conflito bélico. Segundo Francisco,

Esta ideia já surgiu no Centro Cultura e Progresso. Nesse Centro foi criado um comitê “Mrs. Churchill” - de auxílio às vítimas de guerra – uma organização de âmbito internacional comandada pela senhora do Churchill. No Centro Cultura e Progresso éramos o departamento judaico daqui que trabalhava para o comitê Churchill. Então angariávamos dinheiro, roupas, remédios que eram remetidos ao comitê, que por sua vez ajudavam as vítimas da guerra (1939 e 1945). Numa dessas reuniões feitas pelos participantes que trabalhavam para o referido comitê chegou-se à conclusão que as vítimas do holocausto deveriam ser lembradas por uma organização viva que perpetuasse a cultura judaica e as suas tradições. Chegou-se então à conclusão que se deveria construir uma edificação que chamou-se de Palácio Cultural que uma vez construído foi chamado Casa do Povo, embora oficialmente sempre foi Instituto Cultural Israelita Brasileiro – ICIB.¹¹³

Segundo Zilda Iokoi,¹¹⁴ as mulheres se envolveram com empenho nesse comitê – o que não causa nenhuma surpresa, afinal a ideia difundida e aceita naquela época da caridade como algo inerente ao feminino e à maternidade acabou por proporcionar uma importante arena de participação pública.¹¹⁵ Mais uma vez, o público e o privado aparecem como um amálgama que tanto limita quanto propicia discursos e formas de atuação consideradas legítimas: a partir de suas “qualidades inerentes” para os cuidados do lar, a mulher poderia adentrar o teatro *habermasiano* de debates e deliberações. Sendo Elisa uma jovem com militância estudantil e possível filiação comunista quando da eclosão do conflito, não causaria estranheza que ela tenha se engajado em tal empreitada – conhecendo, ali, seu futuro esposo. Posteriormente, sua participação nesse comitê é celebrada em um material de sua campanha para vereadora.¹¹⁶

O casal conquistou rapidamente grande proeminência na comunidade do Bom Retiro, militando e ocupando importantes cargos em diferentes associações que começaram a surgir no pós-Guerra. É sobre atuação de Elisa nesses espaços que contarão as próximas linhas.

¹¹³ Entrevista de Francisco Abramovich a Frida Grinspun e Sara Fridman em 21/09/2000, p. 1-2. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo.

¹¹⁴ IOKOI, Op, cit., p. 332.

¹¹⁵ Nos anos 1950, como veremos mais adiante, muito da participação pública e ativa das mulheres do PCB se deu através de comitês contra a carestia de vida e contra a Guerra da Coreia (defesa de seus filhos), temas também caros e entendidos como femininos. A ideia de feminilização da caridade e da assistência social também será discutida.

¹¹⁶ Cf. *Nossa Voz*, São Paulo, 23 de outubro de 1947, p. 2. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

1.2 – As associações femininas judaicas: assistência social e formação como professora

Em pleno desenrolar da Segunda Guerra Mundial, no dia 10 de junho de 1940, fundiram-se três entidades israelitas na cidade de São Paulo. Da união da Gota de Leite B'nai Brith, da Sociedade Beneficente de Damas Israelitas e do Lar da Criança Israelita nasceu a Organização Feminina Israelita de Assistência Social, a OFIDAS.¹¹⁷ Visando à assistência de mulheres e crianças necessitadas, a Organização estruturava-se em sete departamentos: Higiene Infantil, responsável pela assistência médica e alimentar para bebês de 0 a 3 anos; Lar da Criança, com capacidade para receber 75 crianças de 3 a 7 anos; Orientação Educacional e Profissional, encarregado de encaminhar jovens a partir de 12 anos para escolas e cursos; Peah, incumbido de recolher e reparar móveis e roupas usadas; Assistência Social, que buscava creches e auxílio à maternidade; Biblioteca Juvenil; Gabinete Dentário; e Administração.¹¹⁸ Todas essas atividades, portanto, eram ligadas ao cuidado, associado historicamente às mulheres.

O primeiro registro encontrado da participação de Elisa nessa entidade remete ao ano de 1942. No dia 9 de fevereiro, em assembleia geral extraordinária da OFIDAS, foi realizada uma reforma nos estatutos da entidade e a eleição de uma nova diretoria (que acabou por ser a mesma que já estava empossada), e dentre as assinaturas ao final da ata encontra-se o nome de Elisa.¹¹⁹ Com 23 anos de idade, ela possuía apenas um curso profissionalizante de confecção de flores artificiais¹²⁰ - “fazia lindas camélias”, segundo sua filha. Elisa teve na OFIDAS a porta de entrada para novas atividades profissionais. Pode-se dizer que seu ingresso na Organização contribuiu significativamente para o alargamento do seu campo de possibilidades, pois, segundo sua filha, foi ali que Elisa “virou uma espécie de professoras de trabalhos manuais”, atuando “em um curso que eles tinham para jovens, adolescentes de

¹¹⁷ Ata do dia 10 de junho de 1940. Livro de Atas da OFIDAS, p. 1-3. AHJB. Acervo OFIDAS, Caixa 1. Aqui cabe mencionar a presença maciça na assembleia de fundação e na ocupação de cargos diretivos de mulheres de uma família rica, influente e não alinhada com a corrente progressista: a presidência ficou a cargo de Luíza Klabin e a vice-presidência com Fanny Klabin (mãe da mecenas e colecionadora de arte Eva Klabin, que dá nome a um instituto e museu responsável por salvaguardar e expor o acervo adquirido ao longo de sua vida). Assinaram a ata, ainda, Alice Klabin e [ilegível] Klabin.

¹¹⁸ Correspondência à United Hias Service. AHJB. Acervo OFIDAS, Caixa 1.

¹¹⁹ Ata do dia 9 de fevereiro de 1942. Livro de Atas da OFIDAS, p. 6. AHJB. Acervo Ofidas, Caixa 1.

¹²⁰ FILHO, Op. cit., p. 22.

formação, de habilitação profissional, essa coisa toda, mas a inquietude dela era tão grande que ela foi crescendo e logo não era mais professora, era orientadora, e etc. e tal.”¹²¹

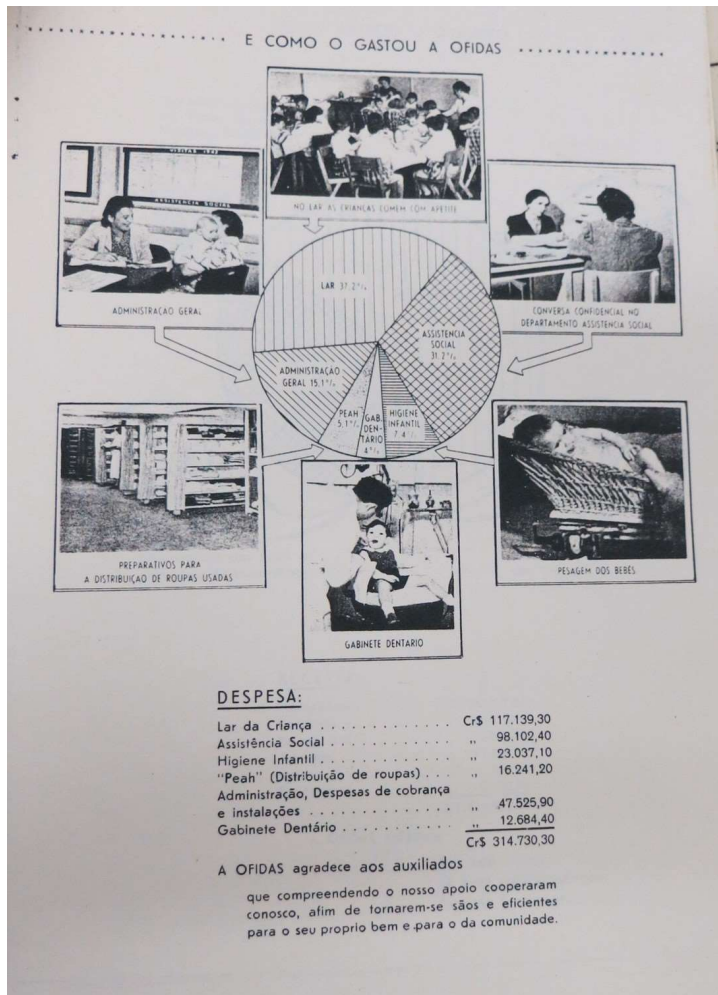


Figura 2. Prestação de contas da OFIDAS. Relatório OFIDAS em 1942-1943. AHJB. Acervo OFIDAS, Caixa 1.

Até esse momento, percebe-se que a coletividade judaica de São Paulo se organizava basicamente em torno de pautas de assistência e em defesa das vítimas da Segunda Guerra: ajuda a órfãos e esposas que perderam seus maridos, auxílio a novos imigrantes, etc. Thea Joffe, que trabalhou com Elisa na OFIDAS nesse período, recorda assim das atividades desenvolvidas:

a gente orientava as famílias que vieram de fora, ela [Elisa] arrumava, vamos dizer, lugar para estudar, ela dava ajuda para, se necessitasse de um médico, de um

¹²¹ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 9. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

psiquiatra, tudo isso. E a gente fazia as visitas e via se a pessoa podia ou não, e ela arrumava empregos para as pessoas também.¹²²

As mulheres judias na Argentina se organizavam nesse tipo de associação desde antes da Segunda Guerra. Já em 1908 se tem notícias da criação de uma Sociedade de Socorros de Damas Israelitas, que fornecia assistência médica, roupas e comidas para crianças judias necessitadas. Com o tempo, foram surgindo outras organizações similares, como a Sociedade Israelita Feminina de Beneficência (1912) e a Organização Sionista Feminina Argentina (1926), criada por *Ashkenazi*.¹²³ É importante lembrar que a rota da imigração no início do século XX tinha a Argentina como um dos seus principais destinos e muitas famílias passaram por aquele país antes de chegarem ao Brasil, sendo possível que tenham tomado parte dessa experiência organizativa.

Durante a Segunda Guerra, o número de associações desse tipo no Brasil ultrapassava uma dezena. A revista *Aonde Vamos*, inclusive, chega a publicar um texto pedindo doações para todas essas agremiações, que possuíam o judaísmo como polo aglutinador. Em uma espécie de editorial publicado em outubro de 1944, que pedia doações de roupas e comidas, assinam o texto: Asilo dos Velhos, Associação dos Israelitas Poloneses, Centro Hebreu Brasileiro, Centro Hebreu Brasileiro (Dep. Feminino), C.E.I.B. “Macabi”, Centro Cultural Progresso (talvez Centro Cultura e Progresso), Centro Recreativo Cultura, Escudo Vermelho de Davi, Escola Profissional O.R.T., Fundação Mrs. Churchill, Policlínica Linath Hatzedek, Soc. Israelita de Beneficentes Ezra e Soc. Beneficente dos Israelitas Poloneses.¹²⁴ Elisa participava de mais de uma das associações signatárias e polemizaria com outras nos anos seguintes. O período da Guerra, porém, parece ter sido de fato um momento de união e concentração de esforços.

Quando os ventos democráticos parecem soprar com mais força da Europa, começa a se engendrar um esforço coletivo para pôr em prática o que a União da Cultura Judaica pregava desde 1937: a propagação de entidades judaicas propositivas, garantindo a disseminação e preservação da cultura judaica através de centros, associações, escolas, etc. Para citar mais uma vez o exemplo argentino, Sandra Deutsch mostra como, diferente do caso

¹²² Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 23. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

¹²³ Ver GUY, Donna J. Women's Organization and Jewish Orphanages in Buenos Aires, 1918-1955. In LESSER; REIN, Op. Cit.

¹²⁴ *Aonde Vamos*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1944, p. 17. AHJB.

brasileiro – ou paulista –, há uma ligação entre mulheres comunistas e educação anterior à própria diretriz do ICUF:

As mulheres judias eram especialmente notáveis no Partido Comunista, onde desempenhavam papéis importantes na divulgação cultural em relação a outros falantes do iídiche. Nas décadas de 1920 e 1930, as mulheres comunistas começaram a educar a comunidade, ensinando crianças nas escolas de trabalhadores judeus, ensinando espanhol e marxismo a imigrantes judeus e trabalhando em bibliotecas comunistas judaicas. Mães de jovens alunos iam de porta em porta, incentivando outras mães a matricularem seus filhos nas escolas associadas ao partido. Com base em trabalhadores que eram atores e atrizes amadores, o IFT (Idische Folks Teater) apresentou peças de orientação esquerdista em iídiche.¹²⁵

Assim, quando da orientação em 1937, aproveitou-se uma estrutura preexistente de professoras comunistas.

Em São Paulo, o ponto fundamental dessa “virada” ocorreu com a construção da Casa do Povo, sede do Instituto Cultural Israelita Brasileiro, em 1946. Segundo Marcos Ajzenberg:

Quando os ecos de Stalingrado chegaram a São Paulo, Manuel Casoy – um grande capitalista judeu – fez uma aposta: quando o Exército Vermelho conquistasse Berlim, ele doaria os fundos para a construção de um grande centro cultural em São Paulo – a Casa do Povo, *Folkshoiz*. [...] À luz do Holocausto, o prédio da Casa do Povo torna-se uma homenagem, um monumento vivo à memória dos seis milhões de judeus sacrificados pelo nazifascismo. Trata-se também agora de manter, de salvar da extinção, a cultura iídiche, cujo berço europeu fora totalmente aniquilado.¹²⁶

Francisco Abramovich conta uma história similar, enriquecendo-a ainda mais com os detalhes conforme sua memória:

Para erigir essa memória, os fundos foram obtidos por donativos da coletividade progressista judaica. O Manuel Casoy, que era o presidente do comitê Mrs. Churchill disse – no dia em que as tropas soviéticas entrarem em Berlim, eu dou 500 contos de réis para erigir o monumento – era na época uma importância muito grande. Só para ter uma idéia, o terreno foi comprado por 85 contos de réis. Mas mesmo assim o dinheiro não foi suficiente. Então lançou-se inúmeras campanhas para obter o restante do dinheiro para terminar a construção, que levou 7 anos até seu término. Foi lançada a pedra fundamental em 1946 neste terreno onde é atualmente o ICIB na

¹²⁵ DEUTSCH, Sandra Magee. Changing the Landscape. The Study of Argentine-Jewish Women and New Historical Vistas. In LESSER, REIN, Op. Cit., p. p.172. Tradução minha, no original: “Jewish women were especially conspicuous in the Communist Party, where they played important roles in cultural outreach toward other yiddish speakers. In the 1920s and 1930s, Communist women began to educate the community, teaching children in the Jewish worker schools, coaching Jewish immigrants in Spanish and Marxism, and working in Jewish Communist libraries. Mothers of young pupils went from door to door, encouraging other mothers to enroll their children in the schools associated with the party. Drawing upon workers who were amateur actors and actresses, the IFT (Idische Folks Teater) presented leftist-oriented plays in Yiddish”.

¹²⁶ CHARNIS, Op. cit, p. 34-35.

Rua Três Rios 252, terreno este que os ex-proprietários venderam, depois que a sua indústria de papel que ficava nele, incendiou-se.¹²⁷

Esse lugar passou a ser uma espécie de polo aglutinador das agremiações judaicas progressistas a partir de então, de onde irradiavam e para onde convergiam os mais diversos esforços organizativos. Essa nova fase vai ser largamente noticiada pelo semanário *Nossa Voz*, que se constitui, portanto, em uma fonte crucial para reconstituir alguns dos passos de Elisa.

No final de 1947, por exemplo, o jornal nos informa que Elisa já era a diretora do curso vocacional da OFIDAS.¹²⁸ Não constitui novidade alguma na história brasileira o fato de atividades ligadas à educação e ao magistério constituírem uma oportunidade de ingresso e ascensão no mercado de trabalho para as mulheres. Em artigo intitulado *Mulheres em Sala de Aula*, Guacira Lopes Louro identifica no início do século XX um processo que ela chamou de “feminização do magistério”, calcado em um discurso que emergia na época, segundo o qual “as mulheres tinham, ‘por natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e ‘naturais educadoras’, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos.”¹²⁹

Notícias sobre Elisa surgiam com maior frequência, e ela aparecia cada vez mais como uma liderança comunitária em ascensão. O primeiro semestre de 1949 trouxe a festa de aniversário de 10 anos da OFIDAS, e coube a Elisa a fala em nome da diretoria, na qual retomou a história da entidade assim como do Lar da Criança Israelita.¹³⁰ Não se sabe se foi ela quem criou, nesse mesmo ano, a campanha “de crianças para crianças”, na qual os filhos e filhas da comunidade doavam livros para crianças necessitadas quando faziam aniversário, mas sabe-se que sua filha Fanny foi uma das seis primeiras doadoras.¹³¹

O ano de 1949 também trouxe tensões àquela comunidade. Veremos mais adiante que durante a campanha de Elisa à Câmara Municipal essas divisões também ficaram explícitas. Quanto mais o tempo passava, mais polêmica se tornava a questão acerca do Estado de Israel e o papel que este desempenhava na geopolítica mundial. Segundo Zilda Iokoi, no final dos anos 1940 houve um paulatino rompimento entre a esquerda e a direita judaicas,¹³² e isso se

¹²⁷ Entrevista de Francisco Abramovich a Frida Grinspun e Sara Fridman, p. 1. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo.

¹²⁸ São Paulo, 24 de dezembro de 1947, n. 39, p. 8. BDLB. Acesso em 12/07/2017.

¹²⁹ LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na Sala de Aula*. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI (Orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 450.

¹³⁰ *Nossa Voz*, São Paulo, 5 de maio de 1949, n. 110, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹³¹ *Nossa Voz*, São Paulo, 27 de outubro de 1949, n. 135, p. 8. BDLB, acesso 16 abr 2017.

¹³² IOKOI, Op. cit., p. 153.

fez sentir inclusive nas associações sem posicionamentos políticos declarados. Tanto é assim que, ao publicar suas diretrizes e princípios no jornal *Nossa Voz*, a OFIDAS fez questão de frisar que não era sionista nem antissionista, caso contrário

A harmonia até agora reinante seria forçosamente destituída e a Ofidas ficaria privada do que consideramos como essencial e extremamente precioso: a sua base completamente neutra e apolítica que permite a colaboração de todas as pessoas de boa vontade, independente de suas convicções políticas, as quais podem ser defendidas em outros setores que não dizem respeito à assistência social.¹³³

Não há como estabelecer relação direta de causa e consequência, mas o fato é que a OFIDAS começava os anos 1950 com problemas financeiros e em seu quadro de sócias. Na verdade, uma questão estava associada à outra: em 1942, ano do provável ingresso de Elisa na OFIDAS, a entidade possuía 1449 sócias e 60% de seu orçamento provinha de mensalidades. Além disso, 31% eram donativos referentes a festas familiares, noivados, casamentos, etc.¹³⁴ Sendo assim, a Organização era muito dependente de suas sócias, e uma questão delicada como a do Estado de Israel poderia significar uma ruptura na entidade e, conseqüentemente, uma diminuição no volume de seus rendimentos. Por isso, em abril de 1951, a OFIDAS escrevia em *Nossa Voz* reclamando maior participação da comunidade, caso contrário seria “obrigada a restringir suas atividades cada vez mais, porque é humanamente impossível que o reduzido grupo de senhoras que estão à testa dos trabalhos, possa continuar como até agora.”¹³⁵

Se em um primeiro momento o apelo parece ter surtido efeito,¹³⁶ não demorou muito para o tema ser pauta de uma longa reunião. Na noite de 9 de agosto de 1951, Elisa participou – inclusive secretariou os trabalhos – de uma tensa assembleia geral extraordinária da OFIDAS, que só deveria ocorrer em setembro de 1952. Sua convocação foi justificada da seguinte maneira pela diretoria:

A necessidade de uma reorganização nos quadros da diretoria e colaboradoras da OFIDAS vinha se apresentando de há muito tempo. Essa necessidade traduzia-se claramente na falta de interesse que a coletividade demonstrava para com qualquer

¹³³ *Nossa Voz*, São Paulo, 6 de outubro de 1949, n. 134, p. 7. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹³⁴ Relatório da OFIDAS referente ao de 1942-1943, s/p. AHJB; Acervo OFIDAS. Caixa 1.

¹³⁵ *Nossa Voz*, São Paulo, 3 de abril de 1951, n. 209, p. 26. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹³⁶ “A Diretoria sente-se imensamente grata por todo esse auxílio prestado e espera poder contar com tal colaboração também para o futuro.” *Nossa Voz*, São Paulo, 24 de maio de 1951, n. 217, p. 7. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

iniciativa da OFIDAS, embora ninguém nunca negasse o valor dos serviços por ela prestados à parte menos favorecida do nosso Ischuv [ICUF].

Verificamos esse fato como patente e inegável, parte da diretoria, após acuradas pesquisas, atribuiu a culpa desse estado de coisas que prejudicava a OFIDAS, impedindo seu natural desenvolvimento, à própria diretoria em si, que, ou devia mudar seu modo de agir ou então deveria deixar o mandato. As outras diretoras, porém, só conseguem pôr a culpa na própria coletividade, que, ao que diziam, não se interessava pelas instituições locais, só apoiando iniciativas pró Israel. Não levam elas em conta porém que o assunto Israel é relativamente recente, ao passo que a indiferença para com a OFIDAS vem de data bem mais longínqua...¹³⁷

Parte da diretoria, portanto, identificava na questão sionista um ponto importante de inflexão na participação e efetividades das ações da OFIDAS – por isso aquele manifesto publicado em *Nossa Voz* dois anos antes.

Para formar a chapa responsável por renovar a Organização, a diretoria “entrou em contato com figuras de destaque na coletividade”, que não foram recebidas com unanimidade pelo quórum. Entre falas defensivas e reclamações sobre a composição da chapa, a mesma foi eleita com 77 votos contra 14 brancos/nulos. Elisa, se não estava oficialmente na diretoria anterior, certamente estava muito próxima, pois dirigia importantes iniciativas da OFIDAS e foi secretária dessa reunião. Agora seu nome não constava nos quadros diretivos.¹³⁸ Aliás, não foram encontradas as assinaturas “Elisa K. Abramovich” ou “Elisa Kauffmann Abramovich” nas atas de reunião pelos próximos dez anos, o que indica uma menor participação dela na entidade. Seu nome só voltou a aparecer em ata da reunião do dia 17 de maio de 1961.¹³⁹

Isso não significa dizer que Elisa tenha se afastado da “coletividade”. A OFIDAS representou para essa mulher com curso de florista uma oportunidade prática de formar-se enquanto educadora e assistente social, ambas atividades associadas às mulheres, em uma época na qual a educação formal era bem menos acessível do que hoje – sequer existiam cursos de assistente social, por exemplo. Ana Paula Vosne Martins mostra como desde o final do século ocorreu um processo de “feminilização da filantropia”¹⁴⁰, especialmente entre

¹³⁷ Ata do dia 9 de agosto de 1951. Livro de Atas da OFIDAS, p. 23. AHJB. Acervo OFIDAS, Caixa 1.

¹³⁸ Ata do dia 9 de agosto de 1951. Livro de Atas da OFIDAS, p. 26. AHJB. Acervo OFIDAS, Caixa 1.

¹³⁹ Ata do dia 17 de maio de 1961. Livro de Atas da OFIDAS, p. 41. AHJB. Acervo OFIDAS, Caixa 1.

¹⁴⁰ Segundo a autora, ocorreu uma espécie de instrumentalização de qualidades que eram menos valorizadas pelos discursos racionalistas da época mas que eram virtudes reconhecidas por outros atores. Martins dá o exemplo da bondade: “Tanto do ponto de vista da filosofia moral, quanto dos valores cristãos, a bondade era considerada uma virtude. Demonstrar por gestos e palavras a excelência moral pela bondade passou a ser cada vez mais valorizado, especialmente pelas escritoras que viam nesta qualidade uma forma de empoderamento das mulheres que não colocava em risco sua respeitabilidade nem ameaçava a existência das fronteiras entre os sexos. Crescia a convicção de que as mulheres não só eram diferentes por características supostamente naturais, mas também por qualidades morais superiores que poderiam justificar e legitimar a participação das mulheres no mundo público por meio da educação, da literatura e da ação social, esta ainda fortemente associada à manifestação prática da caridade.” MARTINS, Ana Paula Vosne. *A Feminilização da*

mulheres das camadas médias e da elite do Ocidente. Para a autora, se por um lado essas práticas se embasavam em discursos movidos por “sentimentos morais e para a caridade cristã”,

encontravam ressonância entre as mulheres porque algumas delas perceberam que este poderia ser um caminho promissor para colocarem em prática suas ideias reformistas e, como notaram algumas lideranças femininas da época, pela filantropia as mulheres poderiam ser reconhecidas por sua “utilidade” social.¹⁴¹

No final dos anos 1940, munida de experiências em novas áreas de atuação, Elisa pôde se dedicar mais especificamente ao trato de crianças – outra forma de atuação pública “aceita” pelos padrões da época e que era reforçada pela “ideologia da domesticidade”.¹⁴² Esse trabalho se deu fundamentalmente através de duas formas: na Associação Feminina Vita Kempner e na Escola Scholem Aleichem. Tratemos, então, da primeira.¹⁴³

1.2.1 – Vita Kempner, AFIB e as Colônias de Férias Kinderland

No final do ano de 1948 o semanário *Nossa Voz* noticiava a fundação da Associação Vita Kempner em São Paulo. Segundo a própria entidade, sua finalidade seria “ajudar os órfãos judeus necessitados, cujos pais pereceram como mártires e seus filhos, que sobreviveram, estão hoje espalhados pelos países da Europa”.¹⁴⁴ Tratava-se de uma espécie de associação coirmã de uma homônima do Rio de Janeiro, fundada em 1947.¹⁴⁵ Ambas mudariam o seu nome para Associação Feminina Israelita Brasileira pouco tempo depois.

A história por trás desse nome é digna de filme, e mais uma vez evidencia as tensões trazidas pelos debates acerca do sionismo. Segundo Monique Goldfeld,

Filantropia. *Gênero*, Niterói, v. 15, n.2, p. 13-28, 2015, p. 18.

¹⁴¹ Ibidem, p. 23.

¹⁴² Ibidem, p. 25.

¹⁴³ Segundo algumas antigas professoras do Scholem, a OFIDAS possuía sua própria creche, mas não se sabe se Elisa chegou a trabalhar nela. Entrevista com professoras do primário à Tânia Furman e Frima Grinspum em 18/11/2000, p. 2. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo.

¹⁴⁴ *Nossa Voz*, São Paulo, 2 de dezembro de 1948, n. 88, p. 8. BDLB, acesso em 17 abr 2017. O curioso é que, ao final da apresentação, a Associação encerra o texto com vivas ao Estado de Israel, evidenciando como o desgaste acerca do debate sionista não foi imediato ao surgimento do dito Estado.

¹⁴⁵ GOLDFELD, Monique Sochaczewski. *Senhoras Progressistas e uma terra de crianças: a história da Associação Feminina Israelita Brasileira (1947) e da Colônia de Férias Kinderland (1952)*. Rio de Janeiro: edição da autora, 2007, p. 31. Segundo a autora, a associação existe até hoje e a partir de 1988 passou a se chamar *Kinderland*, por isso é comum encontrar relatos se referindo a ela com esse nome mesmo nos anos 1950, como veremos adiante.

A história de Vita Kempner chegou às ativistas da AFIB através das memórias de Abba Kovner, um dos chefes dos *partisans* (resistência) em Vilna, Lituânia, e posteriormente marido de Vita, e dos relatos do poeta Abraham Sutzkever. Quando a Alemanha invadiu a Polônia, Kalish caiu em mãos nazistas e Vita escapou para Vilna. Lá atuou junto aos *partisans* promovendo diversos atos de sabotagem contra os nazistas. Teria se envolvido com a explosão de um acampamento alemão e da estação elétrica que abastecia a cidade, assim como com a bem-sucedida fuga das mais de sessenta pessoas do campo de concentração de Kailis, em outubro de 1943. [...] Em 1944 foi presa pela Gestapo, conseguindo escapar pouco depois.

[...]
Logo após a criação da associação, ainda em fins dos anos 1940, verificou-se que Vita Kempner não só havia sobrevivido ao nazismo, como havia emigrado para Israel e lá vivia em um *kibutz*. Por não ser uma tradição dos judeus ashkenazitas homenagear pessoas vivas, houve um questionamento quanto ao nome, mas acharam por bem mantê-lo. Porém, quando as ativistas de São Paulo pediram a foto de Vita para divulgação, as senhoras do Rio imediatamente responderam ser mais condizente com todo o trabalho da AFIB que se divulgassem os retratos das crianças socorridas na Europa.

No início da década de 1950 se verificava uma polêmica na revista *Aonde Vamos?* a respeito do uso do nome de Vita Kempner, vendo-se a AFIB obrigada a publicar um boletim bilíngue, no final de 1950, para explicar o porquê da escolha do nome. Como a AFIB enviava recursos [...] para diversos países, auxiliando por vezes não-judeus, e em Israel às vezes auxiliava creches e instituições árabes, Vita teria se incomodado. Ela mesma teria pedido para que seu nome fosse retirado. Segundo memórias das ativistas da AFIB, tal fato teria se dado por pressões sionistas.¹⁴⁶

Ainda de acordo com Goldfeld, a seção paulista da Associação foi mais atuante que a de Rio de Janeiro, e a sua primeira diretoria, instituída em 31 de agosto de 1949, contava com Elisa Abramovich.¹⁴⁷ Ambas as seções trocaram bastante correspondência, tratando de questões como doações aos órfãos na Europa, Israel e África.

No final de 1949 a Vita Kempner de São Paulo realizou pela primeira vez uma atividade que se tornaria corrente e talvez seu principal carro-chefe: a “primeira colônia de férias Vita Kempner – para crianças israelitas necessitadas.”¹⁴⁸ Segundo o relato de Francisco Abramovich, foi assim que se deu a ideia:

surgiu no Rio de Janeiro a “Associação Scholem Aleichem do Rio de Janeiro”. Eles compraram o terreno e organizaram a colônia. Esta associação, cuja sigla é ASA, manteve intercâmbio com a nossa escola, assim nossos representantes iam para lá, combinavam tudo e eles reservavam uma parte da colônia Kinderland para nossas crianças. As crianças iam por grupos etários, infantil e adolescente. A Elisa Kauffman foi diretora da colônia várias vezes. As minhas filhas, Fanny e Irene, eram colonistas. O intercâmbio entre a Asa e a Casa do Povo era muito grande. O nosso coral se apresentava lá, os nossos teatros iam representar lá, assim como os de lá vinham para cá.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Ibidem, p. 33-34.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 37.

¹⁴⁸ *Nossa Voz*, São Paulo, 3 de novembro de 1949, n. 136, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

As inscrições para passar vinte dias em Lindoia, município no interior de São Paulo, deveriam ser realizadas na sede da Associação, na rua Barão de Itapetininga, nº 224, próximo à praça da República. A dita colônia também era aberta a crianças mais abastadas e até mesmo não-júdas, e para entretê-las, educá-las e alimentá-las era preciso uma forte logística, envolvendo a elaboração de um calendário com atividades lúdicas e físicas, palestras, etc. Segundo o site da própria entidade, a primeira colônia de férias foi realizada em 1950 num hotel em Lindoia e da qual participaram 65 crianças.¹⁵⁰

Ao longo do ano de 1950 foi possível perceber uma maior organização nos preparativos para a colônia. Entre os dias 18 e 20 de agosto ocorreu o I Congresso Nacional Vita Kempner, no Rio de Janeiro.¹⁵¹ A delegação paulista, ao regressar para sua cidade, informou às demais associadas o que foi discutido no Congresso, cabendo destacar aqui alguns dos 17 pontos informados: criação de uma colônia de férias permanente; criação de clubes infantis; fortificação do departamento cultural, ampliando os círculos de leitura; apoio ao apelo de Estocolmo, exigindo a proibição de armas atômicas – uma das grandes bandeiras do PCB no período e do movimento comunista internacional como um todo. Ainda, foram formadas comissões para que as resoluções se transformassem em realidade, e à Elisa coube integrar a Comissão de Clubes Infantis.¹⁵² Para viabilizar a colônia eram necessárias muitas campanhas para angariar doações da comunidade. Logo após esse Congresso, em novembro, é possível perceber que as associadas começaram a realizar o trabalho desde sua casa: tanto a mãe quanto a sogra de Elisa fizeram doações para que a colônia se realizasse.¹⁵³

No ano seguinte, a segunda edição da colônia contou com a presença de 150 meninos e meninas num hotel em Guararema, município da região metropolitana de São Paulo, a 80 km da capital. Segundo a própria AFIB (hoje Kinderland),

O grande sucesso dessas experiências pioneiras evidenciou a necessidade de se obter um local próprio para viabilizar novas temporadas de férias nos anos seguintes. Assim, em 29 de outubro de 1951 foi comprado a Kinderland em Sacra Família do

¹⁴⁹ Entrevista de Francisco Abramovich a Frida Grinspun e Sara Fridman, p. 3. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo.

¹⁵⁰ <http://www.kinderland.com.br/memoria/historia/> acesso em 19 abr 2018.

¹⁵¹ *Nossa Voz*, São Paulo, 3 de agosto de 1950, n. 175, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹⁵² *Nossa Voz*, São Paulo, 8 de setembro de 1950, n. 180, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017. Os círculos de leitura seriam retomados em março de 1955, incluindo um círculo feminino chamado Anita Garibaldi. Curiosamente, este também é o nome da Editora do PCdoB atualmente. Cf. *Nossa Voz*, São Paulo São Paulo, 11 de março de 1955, n. 512, p. 9. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹⁵³ *Nossa Voz*, São Paulo, 9 de novembro de 1950, n. 189, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

Tinguá, que no verão de 1952 recebeu o primeiro grupo de jovens, apesar das pequenas e precárias acomodações existentes no local.¹⁵⁴

Ao caráter permanente da colônia somou-se também um novo nome: *Kinderland*. Seu surgimento foi anunciado no jornal *Nossa Voz*, que fez um relato sobre essa experiência que contou com 110 crianças provenientes de São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói e Belo Horizonte, descrevendo a cerimônia de inauguração das instalações e encerrando a matéria da seguinte forma:

Estava inaugurada a Colônia e os presentes, ao contemplarem a paisagem maravilhosa, as magníficas instalações e também as crianças, que já haviam tomado conta do “playground”, do balanço ao escorregador, compreendiam bem o valor dessa obra realizada pelas valorosas lutadoras que, com tanto sacrifício e esforço, enfrentando muitas vezes calúnias, sofismas e inverdades, responderam com os fatos a tudo. E essa compreensão se refletia no grande número de pessoas que puseram seu nome no “Livro de Ouro” [livros das doações], aberto na ocasião.¹⁵⁵

A colônia cresceu tanto e tão rapidamente que apenas integrantes da Associação (que agora já se chamava Associação Feminina Israelita Brasileira, AFIB) não poderiam mais dar conta das tarefas a ela associadas, sendo necessária a contratação de monitores para acompanhar os colonistas. Composta por jovens, essa monitoria precisaria ser muito bem treinada para atender às crianças e, a partir de 1953, é possível encontrar chamadas para o curso de monitores. Um ano depois o semanário *Nossa Voz* trouxe em sua capa a programação do curso na íntegra:

Colônia de Férias Kinderland – II Curso de Monitores

- 1) A educação através da História – Natália Voinoff
- 2) A educação através da História – Natália Voinoff
- 3) Caracteres psicológicos da juventude – Dr. Jaime Gonçalves
- 4) Caracteres psicológicos da juventude – Dr. Jaime Gonçalves
- 5) Educação e moral – Natália Voinoff
- 6) Problemas da coeducação – Dr. H. Schor
- 7) A criança e a situação brasileira – Dr. Samuel Werebe
- 8) A criança judio-brasileira frente aos problemas judaicos – José A. Sendacz
- 9) Finalidade e organização do trabalho infanto-juvenil da AFIB – Elisa Kauffmann Abramovich.

RECREAÇÃO

A importância de recreação – Dr. Júlio Gouveia¹⁵⁶

¹⁵⁴ <http://www.kinderland.com.br/memoria/historia/> acesso em 18 abr 2018.

¹⁵⁵ *Nossa Voz*, São Paulo, 29 de janeiro de 1952, n. 267, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹⁵⁶ *Nossa Voz*, São Paulo, 9 de novembro de 1954, n. 487, p. 1. BDLB, acesso em 18 abr 2017.

É possível perceber a atenção que o desenvolvimento psicológico e físico das crianças ganhava por parte da organização da *Kinderland*. Esse curso ocorreu em janeiro de 1955, antes do início da colônia, e conforme o jornal, foi Elisa a grande organizadora:

Organizado pela infatigável Elisa Abramovich, realizou-se no decorrer do mês de dezembro findo, em São Paulo, um curso de Monitores para a Colônia de Férias *Kinderland*.

O curso, composto de dez palestras, foi confiado às pessoas mais autorizadas, como se verá abaixo, e que gentilmente se prontificaram a dar as aulas, subordinadas a temas sugeridos pela comissão da AFIB, encabeçada ainda por Elisa Abramovich, cuja experiência com as colônias de férias dos anos passados permitia escolher com critério seguro os assuntos de maior importância teórica e prática, não só para os jovens monitores, como também para os educadores, as mães e os pais, e outros elementos da numerosa assistência.

Finalmente, a própria Elisa Abramovich fez o relatório sobre as finalidades da Colônia “*Kinderland*” (que, como sabemos, não é uma colônia comum, de “engordar crianças”), e sobre o trabalho realizado até agora pela AFIB no sentido da realização dos seus planos.¹⁵⁷

Há poucos relatos sobre as atividades da Colônia, a única descrição minuciosa localizada foi referente às férias de 1960. A mãe de uma das crianças acompanhou um dia de atividades e as descreveu para o jornal *Nossa Voz*:

[...] às 7 da manhã toca o alerta, todos de short levantam-se e correm para o enorme pátio onde estão hasteadas as bandeiras da Colônia e do Brasil, e ao som do hino da colônia há o hasteamento das mesmas, cantando depois cada grupo o seu próprio hino, música e letra, criação deles mesmos [...]. Toca a sineta, todos ocupam suas respectivas mesas presididas pelo monitor e o café, queijo e doce é devorado em poucos minutos. Voltam então aos quartos e cada um ocupa-se da respectiva arrumação de sua cama e da organização de sua mala, até as 10 horas ficam com liberdade de ir à aula de ginástica ou simplesmente de espreguiçar-se na grama, outros querem se deleitar com um pouco de música, jogos ao ar livre como basquete ou vôlei, ou ainda bate-papos. Os garotos preferem sempre o futebol, e por falar nisso temos séria competição entre si ou com as colônias próximas. As dez horas toca novamente a sineta chamando para o lanche, e logo após um bom banho na belíssima piscina, que segundo o que tenho visto, poucas iguais [há] no Rio. Às 11:30 termina a piscina e as crianças aprontam-se para o almoço que sai exatamente às 12 horas.¹⁵⁸

À tarde a agenda contaria ainda com educação física, trabalhos manuais, banho de piscina, lanche e janta às 18:30, enquanto a noite trazia atividades culturais como conferências, debates, apresentações teatrais e shows feitos pelas crianças.

¹⁵⁷ *Nossa Voz*, São Paulo, 21 de janeiro de 1955, n. 504, p. 5. BDLB, acesso em 18 abr 2017.

¹⁵⁸ *Nossa Voz*, São Paulo, 3 de abril de 1961, n. 881, p. 26. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

Os relatos das atividades realizadas na colônia, assim como as preocupações teóricas expressas nos jornais, nos remetem a uma série de debates realizados na Rússia revolucionária. Wendy Goldman nos mostra como “ao contrário de feministas modernas, que defendem a redistribuição das tarefas domésticas *dentro da família*”, as teóricas bolcheviques “buscavam transferir o trabalho doméstico para a esfera pública.”¹⁵⁹ Alexandra Kollontai, uma das principais pensadoras do período, dedicou boa parte de sua produção intelectual reivindicando leis que protegessem mulheres e crianças, assim como a criação de casas, cozinhas, lavanderias e lojas de reparos comunitárias como forma de socialização das atividades domésticas.¹⁶⁰ Tanto a colônia de férias quanto a escola da qual trataremos a seguir parecem ter se inspirado em muitas dessas premissas e discussões. Não sabemos exatamente o quanto Elisa estava a par desses debates, mas o pedagogo ucraniano Anton Makarenko (1888-1939),¹⁶¹ seu grande referencial pedagógico para a criação e funcionamento do Scholem Aleichen, não apenas estava em contato com a efervescência revolucionária do período como foi ator importante do processo: ao longo da década de 1920, ele foi chefe de uma colônia de ressocialização para órfãos e delinquentes juvenis, um dos muitos projetos que surgiram em função dos debates do período.¹⁶² Direta ou indiretamente, Elisa parece ter tido algum tipo de contato com essas ideias.

Para que as crianças mantivessem o contato fora da colônia, foi criado, no ano de 1954, o clube I. L Peretz.¹⁶³ Segundo o site da Associação Kinderland, o clube

Congregou dezenas de jovens que nos seus dias de folga reuniam-se, mantinham os laços de amizade e o sentimento coletivo e realizavam sadios e educativos empreendimentos de lazer. Em 1981 esta iniciativa foi retomada com o nome de Clubinho. Haviam dois clubinhos, um para jovens de 10 a 13 anos e outro para menores de 13 anos. O dos menores funcionava com a colaboração dos monitores, ao passo que o dos maiores funcionava organizado por uma comissão dos próprios jovens que se responsabilizavam por sua própria programação.¹⁶⁴

¹⁵⁹ GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 24.

¹⁶⁰ Cf. CLEMENTS, Barbara. Emancipation Through Communism: The ideology of Alexandra Michajlovna Kollontai. *Slavic Review*, n. 30, pp. 323-338, 1973, p. 23.

¹⁶¹ Pedagogo ucraniano que se especializou no trabalho com menores abandonados, especialmente os que viviam nas ruas e estavam associados ao crime e que concebeu um modelo de escola baseado na vida em grupo, na autogestão, no trabalho e na disciplina que contribuiu para a recuperação de jovens infratores. Em suas práticas pedagógicas demonstrou grande habilidade junto às questões educacionais, colocou em prática uma maneira revolucionária e eficaz de educar. Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Anton_Makarenko e <https://novaescola.org.br/conteudo/1557/anton-makarenko-o-professor-do-coletivo>. Acesso em 14 jan 2019.

¹⁶² GOLDMAN, Op. cit., p. 177.

¹⁶³ Judeu Polonês nascido na metade do século XIX, escritor e autor de peças em iídiche.

¹⁶⁴ <http://www.kinderland.com.br/memoria/historia/clubes-i-l-peretz-e-clubinho/> Acesso em 23 abr 2018.

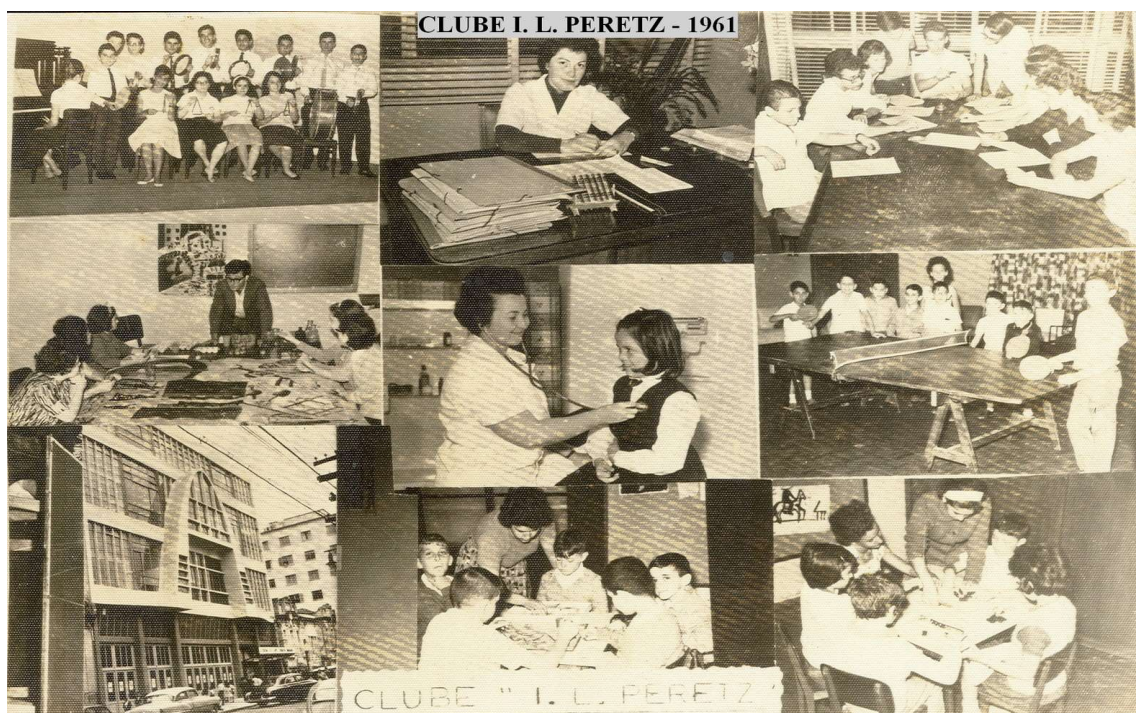


Figura 3. Mosaico de fotos das atividades do Clube I. L. Peretz no ano de 1961, com Elisa Kauffmann Abramovich no quadro bem de cima, ao centro. Acervo fotográfico da Casa do Povo.

O Clube proporcionaria a essas crianças círculos de leitura, aulas de teatro e outras atividades culturais,¹⁶⁵ e tratou-se de mais uma tarefa realizada por Elisa, pois é importante lembrar que ela fora designada para a Comissão de Clubes Infantis no I Congresso Nacional Vita Kempner quatro anos antes. Francisco Abramovich recorda que, apesar da independência, tanto a AFIB quanto o *Clubinho*, como era chamado, funcionavam na Casa do Povo, o que conferia certa unidade às diferentes associações e borrava suas fronteiras:

O Clubinho, a Vita Kempner eram agremiações que funcionavam dentro do Instituto mas não eram do Instituto. Vita Kempner era uma organização feminina oriunda da Kinderland do Rio de Janeiro. Como o intercâmbio era muito grande, resolveu-se fazer, criar um ramo aqui em São Paulo. O Clubinho formou-se com as crianças que vinham das colônias de férias – Kinderland, que de lá chegavam para o espírito de cooperação e conagração. A primeira sede para essas agremiações (Clubinho e Vita Kempner) foi na Ribeiro de Lima. Era uma sede com bom pátio para as atividades lúdicas das crianças. Posteriormente formou-se o Clubinho na Casa do Povo.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Por uma série de similaridades e conexões, a Argentina tem sido o outro país com o qual comparamos a experiência dessa comunidade em São Paulo, e lá não foram encontrados clubes ou experiências similares.

¹⁶⁶ Entrevista de Francisco Abramovich a Frida Grinspun e Sara Fridman em 21/09/2000, p. 2. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo.

Outras mulheres que participaram da Associação e da concepção e organização do Clubinho se recordam dele de forma mais amarga, lamentando que não tenha conseguido atingir plenamente seus objetivos:

Bela Casoy: O clubinho aqui em São Paulo, não alcançou nossos objetivos, ao passo que no Rio de Janeiro, isto foi alcançado – os ideais progressistas sempre foram transmitidos às crianças e elas tinham performances artísticas (coro, orquestra, teatro) – de boa qualidade. Não só artísticas como também esportivas.

Frima Grinspum: O Clubinho que frequentava a colônia de férias, era na sua maioria do Rio de Janeiro. O nosso clubinho também ia para a colônia, era um braço. Era um apêndice disso.

Sara Fridman: Quais eram as atividades do Clubinho, fundado pela Vita Kempner?

Lea: Eu não trabalhei para o Clubinho. Mas a minha opinião, que enquanto a atividade Colônia se fortaleceu bastante, a experiência “Clubinho” foi sempre muito sofrida. Muito ligado exclusivamente ao Bom Retiro. As possibilidades de deslocamento não eram tão fáceis como hoje. E as crianças que iam para colônia dificilmente frequentavam o clubinho.

Bela Casoy: Não tivemos no Clubinho o sucesso esperado porque depois das férias os monitores não participavam do clubinho, e eles eram o elo entre as crianças e não nós adultos (os mais velhos). Pois não era essa nossa função. Nós dávamos as instruções aos monitores para o funcionamento da colônia.¹⁶⁷

Fica a impressão de que se tentou dar um “passo maior que a perna”: na impossibilidade de a AFIB organizar e administrar sozinha a colônia, era necessário o treinamento de monitores que, em seguida, se tornariam essenciais para o Clubinho. Como esses eram jovens que muito provavelmente estavam atrás apenas de um emprego de verão, sua continuidade foi “sofrida”, como disseram as entrevistadas.

Ainda no final dos anos 1950, em uma espécie de “última tentativa”, Elisa foi a nomeada como diretora do Clube I. L. Peretz (não ficou claro se esse cargo sequer existia antes disso), fazendo uma dobradinha com seu marido Francisco, eleito Secretário-geral do ICIB.¹⁶⁸ Sob sua direção, foi promovida uma festa de aniversário do Clubinho em dezembro de 1961. Ao relatar o evento, o jornal *Nossa Voz* evidenciou o grande esforço das associações progressistas para que o Clubinho enfim engrenasse:

[...] Infelizmente, nem sempre houve a necessária compreensão de parte das instituições coirmãs em condições de promoverem o progresso do “Clubinho”. Mas ao par da renovação de atividades culturais e sociais progressistas numa série de domínios, que se assinala ultimamente, também se verificou uma mudança radical de atitude em relação ao “Clubinho”. Surgiu um comitê conjunto de representantes do Comitê de São Paulo da União Cultural Israelita Brasileira, da Associação Feminina Israelita Brasileira, do Instituto Cultural Israelita Brasileiro e da Escola

¹⁶⁷ Entrevista de Bela Casoy, Tuba Schor, Lea Goldztein, Luíza Cymbalista, Hinda Melhson a Frima Grinspum e Sara Fridman em 19/02/2001, p. 4. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo.

¹⁶⁸ Cf. *Nossa Voz*, São Paulo, 15 de janeiro de 1959, n. 770, p. 1. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

Scholem Aleichem, para patrocinar a reorganização e o desenvolvimento do Infanto-Juvenil “I. L. Peretz”.¹⁶⁹

Vale mencionar que o adjetivo “progressista” era constantemente empregado após termos como “cultura”, “ideias”, “atividades”, constituindo-se em um traço característico de autorreconhecimento daquela comunidade, um marcador fundamental para diferenciar-se dos judeus sionistas e suas próprias organizações.¹⁷⁰ Os referidos valores progressistas ficarão mais evidentes quando tratarmos da Escola Scholem Aleichem, que os diluía em sua organização curricular e na formação de professoras, mas aqui já é possível identificar que a preocupação com as artes (clubes de leitura, teatro), a solidariedade, o cuidado com a infância e diversas iniciativas de auxílio aos menos favorecidos compunham uma espécie de “núcleo duro” do conceito de “progressista” dessa comunidade.

Como é possível perceber, todas as instituições da qual Elisa foi parte fundamental se engajaram nessa empreitada, não sendo surpresa, portanto, que o jornal cite ela e Francisco como figuras de destaque para que o Clubinho seguisse funcionando:

No entanto, mesmo toda a boa vontade de parte das instituições coirmãs e do comitê conjunto não teria possibilitado alcançar o que foi alcançado em prol do desenvolvimento do “Clubinho”, se para a direção do mesmo não houvesse sido designados Elisa e Francisco Abramovich.

A reconhecida capacidade administrativa do ativo militante cultural e social Francisco Abramovich, aliada à direção pedagógica de Elisa Abramovich, cujos conhecimentos no domínio da educação e capacidade organizadora possibilitaram o extraordinário desenvolvimento e ascenso qualitativo da Escola “Scholem Aleichem” de São Paulo, criaram condições para um salto radical no desenvolvimento do Clube Infanto Juvenil “I. L. Peretz”, elevando-o ao seu nível atual.

É por isso de particular importância e inteira justiça manifestarmos em termos altamente elogiosos o nosso reconhecimento a esses dois incansáveis batalhadores e ativistas de muitos anos nas instituições culturais e sociais judaicas progressistas de São Paulo.

Que o desenvolvimento e o ascenso do “Clubinho”, em particular o êxito dos seus últimos empreendimentos, lhes sirvam de recompensa e como expressão de reconhecimento por seus esforços tão dedicados e cheios de sacrifício em prol da educação da juventude israelita-brasileira e pela formação de novos quadros para as nossas atividades sociais e culturais.¹⁷¹

¹⁶⁹ *Nossa Voz*, São Paulo, 7 de dezembro de 1961, n. 913, p. 9. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

¹⁷⁰ Essa divisão também ocorreu na Argentina. Ver BELL, Lawrence. Bitter Conquest: Zionists against Progressive Jews and the Making of Post-War Jewish Politics in Argentina. *Jewish History*, n. 17, 2003, p. 285-308.

¹⁷¹ *Ibidem*.

Não foi apenas a redação do jornal que enalteceu Elisa como uma “incansável batalhadora” de reconhecida “capacidade organizadora”. O jornal também traz relatos das crianças que participaram da festa:

Hoje eu fui ver a exposição de pinturas com meus colegas. Estava lindo! Nunca imaginei que crianças de 6 e 7 anos de idade pudessem pintar tão bem. Eu não sou poeta, mas eu gosto muito de pintura. Se Deus quiser eu vou ser pintora quando eu crescer. E ainda é sorte que eu estudo na escola “Scholem Aleichem”, pois ela é a única escola onde há pinturas modernas e feitas somente pelas crianças, sem que elas tenham nenhuma ajuda. Fiquei admiradíssima, pois nunca vi crianças pintarem tão bem. E com um bom professor de pintura como o do C. I. Peretz, só poderia ter bons alunos. E quem organizou tudo isso foi D. Elisa, ela é minha diretora. A melhor diretora do mundo. Foi ela quem teve a ideia da exposição. Vamos homenageá-la com essa descrição. Glória Berguer (3º ano-A).¹⁷²

A jovem Glória era aluna do Scholem Aleichem. Talvez a criação e a direção da escola sejam os legados de Elisa mais lembrados até os dias de hoje, pois tratou-se de uma experiência de vanguarda na área da educação e formou uma grande quantidade de alunos e alunas ao longo de quase 40 anos. É hora de conhecer a Escola.

1.2.2 – O colégio Scholem Aleichem

Voltemos aos anos da década de 1940. Elisa já era uma reconhecida professora e assistente social, e sua campanha eleitoral em 1947¹⁷³ acrescentava o aposto “militante comunista” a sua biografia. Tida em boa conta pela comunidade judaica (não só pelos progressistas, uma vez que a OFIDAS congregava todas as correntes), com experiência em educação, no trato com crianças e pertencente a um partido que se preocupava cada vez mais com a participação feminina, Elisa parecia sintetizar tudo o que o PCB desejava para que se iniciasse uma nova empreitada: a criação de uma escola disseminadora dos valores progressistas – com respaldo em seu histórico de assistência social, a ideia de Elisa como uma mulher “adequada” aos padrões do Partido ganhava ainda mais força por ela ser professora, outra ocupação “feminilizada”, como mencionado anteriormente. Segundo Fanny

¹⁷² *Nossa Voz*, São Paulo, 7 de dezembro de 1961, n. 913, p. 7. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹⁷³ Será tratado no capítulo 5.

Abramovich – e isso em mais de uma entrevista –, foi por tarefa partidária que Elisa assumiu a responsabilidade de fundar uma escola.¹⁷⁴

Assim, em novembro de 1948, Elisa e uma comissão para criar o Colégio Israelita-Brasileiro Scholem Aleichem realizaram um jantar de angariação de fundos no salão do Palácio Trocadero,¹⁷⁵ e em janeiro a escola iniciava as matrículas para o ano letivo de 1949, que teria início em fevereiro. As matrículas eram para o Jardim de Infância e a primeira série, atendendo crianças de 5 a 6 anos. Em mais uma demonstração de intercâmbio entre as associações judaicas do Bom Retiro, as inscrições eram realizadas na “sede da União Central dos Israelitas Poloneses, na rua da Graça 83, 1º andar, às quintas-feiras das 20:30 horas às 22 horas, e diariamente das 14 às 16 horas, à rua José Paulino 102.”¹⁷⁶

Se em um primeiro momento a fundação da escola pode parecer meramente a aventura de uma abnegada e disciplinada militante com alguma bagagem na área, uma análise acerca do funcionamento do Scholem evidencia que se tratou de uma experiência ímpar na história da pedagogia brasileira. Além disso, cabe lembrar que sua fundação também atendeu aos anseios e diretrizes propostas em 1937 pelo ICUF, nos mostrando como os diferentes pertencimentos de Elisa se entrecruzaram constantemente. Isso não configura uma excepcionalidade.

Uma escola israelita em São Paulo não constituiria, por si só, uma novidade. Porém, como aponta a pedagoga Natália Frizzo de Almeida, o projeto era diferente pois defendia

o ensino da língua iídiche, em detrimento do hebraico. A partir disso, buscaram empreender “experimentações educacionais” e inovar em termos metodológicos e nas suas opções curriculares. A Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem (EIBSA), até 1953, ano de fundação do ICIB, funcionou num galpão alugado na Rua Bandeirantes, no bairro do Bom Retiro (SP). No período que abrange os anos de 1949 e 1966 restringia-se ao ensino primário. Após 1967 ampliaram os níveis de ensino oferecidos pela escola criando-se o Ginásio. A partir de então passou a se chamar Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem. A escola era gerida por uma sociedade mantenedora sem fins lucrativos.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Cf. Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 14-15. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB. É importante mencionar que em 1962, com o afastamento de Elisa da Escola em virtude de sua doença, quem assumiu a direção foi Frima Grinspum, que relata: “na realidade, eu fazia parte da diretoria executiva, devida a toda a história de minha vida, do meu irmão Iacha, que era comunista, filho de comunista e participante do partido e eu vim parar aqui também por isso.” Ou seja, havia uma relação íntima entre a militância comunista e a escola. Entrevista com professoras do primário à Tânia Furman e Frima Grinspum em 18/11/2000, p. 10. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo.

¹⁷⁵ *Nossa Voz*, São Paulo, 4 de novembro de 1948, n. 84, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹⁷⁶ *Nossa Voz*, São Paulo, 6 de janeiro de 1949, n. 93, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

¹⁷⁷ ALMEIDA, Natália Frizzo de. *Memória, História e Renovação Pedagógica: O Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: USP, 2015, p. 15-16. Em 1953, a Escola mudou-se para o prédio do ICIB, na Rua Três Rios.

Todos os relatos de ex-alunos e profissionais do colégio conferem à Elisa um papel decisivo, destacando-a como organizadora e mentora intelectual do Scholem. Há outra seção deste trabalho dedicada à discussão da memória, mas será difícil contorná-la totalmente nas próximas linhas.

Em 2006, por exemplo, um grupo formado por ex-alunos e ex-alunas, e ex-professoras organizou um seminário para relembrar a escola no aniversário de 25 anos de seu fechamento. Esse encontro foi transformado em livro, e praticamente todas as falas conferem um papel decisivo à “Dona Elisa”. Logo na introdução, por exemplo, Lilian Starobinas descreve Elisa da seguinte maneira:

Autodidata, reunia erudição das leituras à confiança no talento dos professores e orientadores que contratava. Apostava numa escola dinâmica, na qual os professores continuavam estudando e eram incentivados a criar. A experiência na militância comunista incitou em Elisa a necessidade de unir teoria e prática, e a direção de uma escola como o Scholem apresentou-se como um terreno fértil para materializar ideias que rompiam com a camisa-de-força do sistema de educação formal.¹⁷⁸

Fanny enfatizou em diversos espaços o papel de sua mãe. Na entrevista a seguir, destaca como se deu seu processo formativo e como isso se refletiu na escola e em quem nela trabalhou:

Então, aí, a mamãe, por tarefa partidária, foi dirigir o Scholem e se revelou uma grande educadora, então foi um processo rodopiante, um processo mágico, um processo efervescente, ela fez coisas que até hoje são avançadas. Eu lembro que, nos anos 1950, o Scholem tinha uma classe para disléxicos que mal se fala hoje em termos de psicopedagogia, e nós tínhamos, eu fui trabalhar lá em 1958. Nós tínhamos reuniões com pedagogos, com psicólogos, assessorias psicológicas, éramos cercadas do que havia de melhor e mais cutucante, a mamãe chamava para isso e para aquilo. Ela se metia no Rio, ia fazer um curso na sociedade Pestolazzi,¹⁷⁹ voltava três meses depois, realmente, a inquietude dela era muito grande e realmente, eu não posso negar que o grande período do Scholem foi o período da minha mãe, isso eu acho que é indiscutível, quem passou pelo Scholem, quem sabe das referências do marco pedagógico da cidade de São Paulo, não dentro só da colônia judaica, que foi do Scholem sabe que o grande período foi o período da mamãe. Depois, teve a direção da Firma, muito mais opaca, e depois vieram outros profissionais até chegar na decadência, mas o momento, eu só posso chamar de

¹⁷⁸ STAROBINAS, Lilian. Introdução. In: CHARNIS, Op. cit., p. 14.

¹⁷⁹ De acordo com a própria entidade: “A Sociedade Pestalozzi do Brasil – SPB/Brasil é uma entidade civil, de direito privado, sob forma de associação sem fins lucrativos, de âmbito nacional, tem o propósito de promover o estudo, assistência, tratamento, educação e ajustamento social das crianças e adolescentes, portadores de necessidades especiais que por seu desenvolvimento mental e aptidões de caráter especiais, necessitem de assistência terapêutica e pedagógica.” <http://pestalozzidobrasil.com.br/institucional/> Acesso em 14 jan 2019.

efervescente mesmo do Scholem, e naquela época só tinha primário, se começava na pré.¹⁸⁰

Vimos anteriormente que durante o Estado Novo há registro de pelo menos duas escolas judaicas. Porém, os estabelecimentos em questão não disseminavam os valores progressistas pregados pelo ICUF, e ensinavam o hebreu, não o iídiche. O iídiche era o idioma dos judeus *ashekazis*, oriundos em sua grande maioria da Europa Oriental e que migraram em larga escala para a América, como exposto anteriormente, a partir dos *pogroms* promovidos pelo império russo a partir de 1880. A escolha pela manutenção e difusão do idioma, portanto, tem importantes significados políticos e culturais. Segundo Esther Szuchman, enquanto a Europa Ocidental condenava cada vez mais o iídiche ao esquecimento aderindo ao hebraico como idioma oficial desde o século XVIII, a ilustração judaica russa e mais tarde os socialistas adotaram-no cada vez mais como seu.¹⁸¹ Em meados do século XX, o iídiche já era bastante identificado com a esquerda.¹⁸²

Embora outras escolas já ensinassem – ou tenham ensinado em algum momento – o iídiche,¹⁸³ tudo indica que o Scholem Aleichem tenha sido a primeira e talvez única experiência de construção de um estabelecimento formal de ensino calcado nos valores dessa comunidade. Veremos mais adiante que a comunidade judaica progressista argentina chegou a ter iniciativas similares a essa, mas, ao que parece, foram efêmeras.

Oficialmente, Elisa foi diretora da escola somente entre 1958 e 1962, mas segundo Fanny isso ocorreu apenas por questões formais, uma vez que ela não possuía formação e/ou tempo de serviço para assinar os diplomas. Assim, “a professora chave da escola era a D. Maria Trevisan que assinava, porque a mamãe não tinha o direito de assinar, então, ela que assinava como diretora, os diplomas, etc.”

O que não significa dizer que a escola não possuísse diretrizes muito claras. Fanny recorda como se ensinava a cultura judaica sempre em relação com a cultura brasileira: “para mim é muito nítido que se comemorava *Pessach* não junto com a páscoa, mas junto com

¹⁸⁰ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 14-15. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

¹⁸¹ SZUCHMAN, Esther. Língua e identidade: o iídiche e o hebraico no contexto histórico da educação judaica no Brasil. *Vértices* (São Paulo), v. 13, p. 50-72, 2012, p. 55.

¹⁸² Ibidem, p. 63.

¹⁸³ Szuchman aponta que nos anos 1920 e 1930 no Rio de Janeiro, Porto Alegre e na própria cidade de São Paulo foram criadas escolas que ensinavam tanto o hebraico quanto o iídiche. Cf. Ibidem, pp. 59-62.

Tiradentes, como dois movimentos de libertação, sabe?”¹⁸⁴ O ex-aluno Marcos Ajzenberg, por sua vez, lembra que o

Pessach – a libertação dos judeus da escravidão do Egito – ligava-se naturalmente à Abolição da Escravatura no Brasil, e ainda, por extensão, à Inconfidência Mineira; Purim – a libertação dos judeus da tirania de Haman, o grão-vizir persa, pelas artes da rainha Ester – ligava-se ao carnaval; Chanuká – a revolta dos Macabeus contra o império Macedônico, de Alexandre, o Grande – ligava-se às festas de fim de ano – Natal e Ano Novo.¹⁸⁵

Ainda segundo o mesmo ex-aluno, a escola também era conhecida pela sua qualidade. De acordo com Ajzenberg,

Alunos médios da Escola conseguiam facilmente transpor os famosos exames de admissão, conseguindo matricular-se nos melhores ginásios públicos [...] Esse era o grande objetivo da classe média de então: estudar nos ginásios públicos de elite como rota certa para a universidade, também pública. Dessa forma, a qualidade do Shcoleim foi decisiva para a ascensão de grande parte da comunidade judaica, cuja segunda geração pôde graduar-se nas universidades brasileiras.¹⁸⁶

A ex-professora de iídiche Sara Cunha Lima recorda que com o tempo houve uma grande quantidade de crianças não-judias matriculadas na escola. Eram basicamente “filhos de intelectuais que queriam a escola mais interessante para os filhos. Os filhos do Guarnieri (Gianfrancesco) estavam aqui... eram os filhos de uma vanguarda.”¹⁸⁷ Afinal de contas, quem não gostaria de matricular seus filhos em uma escola que recebia as visitas de Caetano Veloso, Belchior e Novos Baianos¹⁸⁸ e que homenageava Florestan Fernandes em suas formaturas?¹⁸⁹

¹⁸⁴ Ibidem, p. 16.

¹⁸⁵ AJZENBERG, Marcos. In CHARNIS, Op. cit., p. 39.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 38.

¹⁸⁷ Entrevista com professoras do primário à Tânia Furman e Frima Grinspum em 18/11/2000, p. 5. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo. Em entrevista ao jornal *Nossa Voz* em 1959, Elisa afirmou: “Temos na Escola um número bastante significativo de crianças não-judias – continua a Sra. Elisa Abramovich – que se têm integrado perfeitamente ao ambiente, participando ativamente de todos os trabalhos e realizações. Estas crianças, inclusive, são ótimas alunas em iídiche.” *Nossa Voz*, São Paulo, 29 de outubro de 1959, n. 809, p. 9. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

¹⁸⁸ Cf. STAROBINAS, Lilian. Introdução. In: CHARNIS, Op. cit., p. 14.

¹⁸⁹ A Formatura da turma de 1960 homenageou o sociólogo: “O homenageado especial, ou melhor, patrono eleito da turma, era o Prof. Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o qual, tendo embora aceito a homenagem – e tendo inclusive feito uma visita à Escola, da qual saiu encantado – não pôde porém comparecer, por se encontrar, naquela semana, no México, representando a UNESCO.” *Nossa Voz*, São Paulo, 19 de janeiro de 1961, n. 871, p. 9. BDLB, acesso em 17 abr 2017.



Figura 4. Fachada da Escola Scholem Aleichem, já em funcionamento na Casa do Povo, na rua Três Rios, bairro do Bom Retiro. Ao lado, o Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB). Acervo fotográfico da Casa do Povo.

É possível apontar fundamentalmente dois diferenciais da gestão e concepção de Elisa sobre o funcionamento do Scholem que explicam seu caráter de vanguarda: a inspiração no pedagogo ucraniano Anton Makarenko e o recrutamento e formação de professoras. A professora Cecília da Silveira Luedemann teve acesso aos três volumes de *Poema Pedagógico*, de Makarenko, com as anotações de Elisa. Segundo ela, esses foram seus principais pontos de interesse na obra:

a organização do coletivo de educadores e de educandos baseada nos conflitos do cotidiano; a educação inclusiva (portadores de deficiência) não discriminatória e leiga (sem dogmatismo religioso), sem intolerâncias (antisemitismo); debater em assembleia todos os conflitos: roubo, briga, alcoolismo, jogo com aposta, para criar normas e sanções com uma disciplina consciente; refletir sobre as fraquezas dos educadores e a ignorância pedagógica, para a construção de novas teorias e práticas pedagógicas; leitura coletiva na criação de novos sujeitos com imaginação suficiente para se identificarem com personagens, autores e novas perspectivas de vida; a educação contra todas as dificuldades das crianças e dos jovens, para a afirmação da vida; o reconhecimento da dificuldade do processo de constituição da coletividade e

da educação coletiva, a necessidade do debate pedagógico no lugar do dogmatismo teórico, a realidade complexa e conflituosa que traz à tona incertezas e crises entre educadores, mas o caráter sempre otimista na busca do êxito; e a formação de um futuro baseado na igualdade de direitos e de deveres, na honra, na felicidade de cada um e de todos, pela realização presente de uma infância e adolescência de afeto e camaradagem.¹⁹⁰

Mais uma vez é possível identificar alguns dos debates e projetos discutido na Rússia revolucionária. Segundo Wendy Goldman, em 1919 ocorreu a primeira grande reunião de pedagogos no Congresso Pan-Russo do Departamento para a Proteção da Infância. O evento teve como grande preocupação as crianças necessitadas e que incorriam na delinquência, mas muitos dos princípios que estavam sendo discutidos para a criação de espaços de ressocialização embasariam diversas concepções sobre a educação em geral. Uma pedagoga de nome Elizarova,¹⁹¹ por exemplo, defendia que essas instituições fossem de “tipo familiar” e que aplicassem o princípio da autogestão¹⁹² – características observáveis no Scholem, como apontam os relatos.

Para colocar em prática essas ideias, desde a fundação do Scholem Elisa recrutou um grupo de professoras em sua maioria muito jovens, com pouca (ou até nenhuma) experiência em sala de aula e abertas a essa forma de organização e concepção pedagógica. Sua filha Fanny, logo que ingressou no curso de pedagogia da USP,¹⁹³ começou a trabalhar no Scholem. Professora de artes e teatro, ela recorda: “A gente se formou aqui, não veio formada de outro lugar. A gente se fez fazendo.”¹⁹⁴ O próprio Scholem oferecia cursos de formação, como lembra Sara Cunha Lima: “Me lembro quando eu tinha uns 14 ou 15 anos, a D. Elisa me chamou se eu não queria dar umas aulas de iídiche e participar de um curso de formação de professora de iídiche.”¹⁹⁵

É importante perceber que, na entrevista em que Lima afirma isso, estavam presentes outras cinco ex-professoras do Scholem, e todas ingressaram na escola pelas mãos de Elisa. Todas mulheres. Guacira Lopes Louro ressalta que, no final dos anos 1930, “o magistério

¹⁹⁰ LUEDEMANN, Cecília. In CHARNIS, Op. cit. P. 77-78. A própria Cecília Luedemann possui uma biografia de Makarenko. Ver LUEDEMANN, Cecília. *Anton Makarenko, Vida e Obra A Pedagogia na Revolução*. São Paulo, Expressão Popular, 2002

¹⁹¹ Chama a atenção a coincidência do quase homônimo, ainda mais quando percebemos que, em russo, os sufixos *ov* (masculino) e *ova* (feminino) são um complemento ao nome da família. Elizarova seria da família Elizar. Cf. <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/sobrenomes-russos-desvende-como-se-formam-confira-exemplos/>> Acesso em 20 abr 2021.

¹⁹² GOLDMAN, Op. cit., p. 100.

¹⁹³ *Nossa Voz*, São Paulo, 12 de março de 1959, n. 778, p. 9. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

¹⁹⁴ ABRAMOVICH, Fanny, In CHARNIS, Op. cit., p. 14.

¹⁹⁵ Entrevista com professoras do primário à Tânia Furman e Frima Grinspum em 18/11/2000, p. 8. Projeto Memória ICIB, Casa do Povo.

primário já era então claramente demarcado como um lugar de mulher”.¹⁹⁶ Mulher de seu tempo, Elisa não estava imune a ideias fortemente arraigadas na sociedade. É possível também que ela enxergasse no magistério uma boa oportunidade de atuação e crescimento profissional para aquelas jovens assim como havia sido para ela anos antes. Não há como saber com certeza e uma hipótese não exclui necessariamente a outra, mas de qualquer forma não foram apenas aspectos identitários (judaísmo) e políticos (ideias progressistas) que marcaram a experiência de Elisa no Scholem, mas também de gênero.

É curioso pensar como as experiências de vanguarda, progressistas e até mesmo libertárias que se desenvolveram a partir da Revolução Russa em relação à família, à educação e à infância parecem ter marcado a trajetória de Elisa, suas colegas e do Scholem como um todo. Wendy Goldman aponta como as duas primeiras décadas pós-outubro de 1917 apresentaram um “compromisso feroz e libertário com a liberdade individual e a ‘extinção’ da família”, mas que a partir de 1936, com a consolidação do stalinismo e de novos códigos sobre os assuntos, consolidou-se um “fortalecimento repressivo da unidade familiar”¹⁹⁷ tanto no âmbito dos cuidados quanto educativos. No entanto, essas ideias resistiram ao tempo, viajaram através de todas as redes criadas pelo comunismo internacional e chegaram à São Paulo do pós-Segunda Guerra.

Outra marca importante da escola foi a preocupação com as atividades extracurriculares, algo responsável por estreitar ainda mais seus laços com outras instituições da comunidade. Desde sua fundação o Scholem ofereceu cursos de dança, piano e teatro, por exemplo. No décimo aniversário do colégio, Elisa definiu assim a importância desse tipo de prática:

Damos especial atenção às atividades extracurriculares, que muito contribuem para a formação da criança [...] assim, as crianças fazem diversos trabalhos, como por exemplo sobre a semana da criança.

[...]

Faz-se também teatro (dia 22 levaremos no auditório do ICIB a peça de Scholem Aleichem “O Canivete”, representada pelas crianças, dirigidas pela professora Cecília Althausen). Este tipo de atividade contribui para que a criança receba da Escola não somente instrução, mas educação, no verdadeiro sentido da palavra.¹⁹⁸

¹⁹⁶ LOURO, Op. cit., p. 471.

¹⁹⁷ GOLDMAN, Op. cit., p. 389.

¹⁹⁸ *Nossa Voz*, São Paulo, 29 de outubro de 1959, n. 809, p. 9. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

As ligações do Scholem com o ICIB se tornaram ainda mais íntimas quando a escola se mudou para seu prédio em 1953, como mencionado anteriormente, e o ambiente era um estímulo ainda maior para que outras atividades se desenvolvessem.

Sua família também se fez presente nas instâncias diretivas do Scholem. Além de sua filha Fanny, que lecionou na escola por muito tempo,¹⁹⁹ Francisco estava na direção da Casa do Povo desde 1957, e seu sogro, Nicolau, era membro do conselho fiscal.²⁰⁰ Em 1960, passou a integrar também o conselho fiscal da escola, enquanto seu irmão, Jacob, compunha a Comissão Cultural e Social.²⁰¹

Havia algo mais que unia Elisa, seus familiares próximos e boa parte dessa comunidade: a vida no Partido Comunista. Isso, porém, é assunto para mais adiante, agora é o momento de conhecer nossa segunda personagem.

¹⁹⁹ Fanny chegou a representar a escola ao lado de sua mãe na Conferência de Escolas Judaicas Progressistas do Brasil organizada pelo Comitê Central da União Cultural Israelita Brasileira, ocorrida nos dias 10 e 11 de agosto na Biblioteca Scholem Aleichem, no Rio. *Nossa Voz*, São Paulo, 30 de agosto de 1962, n. 948, p. 11. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

²⁰⁰ *Nossa Voz*, São Paulo, 9 de julho de 1957, n. 702, p. 3. BDLB, acesso em 16 abr de 2017.

²⁰¹ *Nossa Voz*, São Paulo, 20 de outubro de 1960, n. 858, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr de 2017.

CAPÍTULO 2: JULIETA

Julieta Silveira Ramos nasceu em Palmares do Sul, a menos de 100 quilômetros de Porto Alegre, em 13 de janeiro de 1907. Filha dos trabalhadores rurais Thomé Silveira Ramos e Maria da Silva Ramos,²⁰² mudou-se para Porto Alegre ainda cedo – uma trajetória similar à de Júlia Santiago, como veremos a seguir.

Na capital, morou sempre entre os atuais bairros do Passo D’Areia, Navegantes e São João – à época, o Quatro Distrito Industrial da cidade, região marcadamente operária e onde conheceu Fortunato Battistioli, oito anos mais velho e com quem se casou no dia 27 de fevereiro de 1926.²⁰³ Um ano depois nascia sua filha Seraphina, nome da mãe de Fortunato.²⁰⁴ A “timidez” da militância de Julieta ao longo dos 1930 pode ter também aí uma explicação: para além da provável falta de registros aliada ao período ditatorial que se iniciou em 1937, Julieta estava criando sua filha ao lado do marido. Ao que tudo indica, o casal não possuía uma estrutura familiar tão grande quanto a de Elisa, por exemplo, para auxiliar no cuidado com a filha – segundo a Certidão de Casamento do casal, o pai de Julieta era falecido e Fortunato já era órfão de pai e mãe quando da união. É claro que o final do Estado Novo e a legalização do PCB em 1945 possibilitaram maior visibilidade e liberdade de ações e movimentos para Julieta, mas talvez a maioria de sua filha nesse momento também tenha contribuído para uma militância mais intensa.

Entre fábricas, sindicatos e as sociabilidades cotidianas, Julieta, que rapidamente “tornou-se” Battistioli em função do nome do marido, foi forjando-se uma importante liderança. Neste capítulo, o que pretendemos é conhecer um pouco desse bairro e das dinâmicas que ele ensejava. O 4º Distrito era tão pulsante que foi chamada de “uma cidade dentro da cidade” por Alexandre Fortes ao descrever a urbanização e desenvolvimento da região no início do século XX,²⁰⁵ e ao longo de 1950 possuía um espaço exclusivo no jornal

²⁰² Carteira de Identidade de Julieta Battistioli. Acervo Julieta Battistioli, MCMMPA. Alguns documentos, como a ficha funcional da Câmara de Vereadores, afirmam que a mãe de Julieta se chamava Delfina Silveira Ramos. Tanto sua carteira de identidade quanto sua Certidão de Casamento, porém, apresentam-na como Maria da Silva Ramos. Não foi possível verificar o porquê dessa confusão.

²⁰³ BRASIL. Cartório de Registro Civil da 1ª Zona de Porto Alegre. Certidão de Casamento. Acervo Julieta Battistioli, MCMMPA.

²⁰⁴ Cf. BRASIL. Certidão de Óbito de Julieta Battistioli. Registro Civil das Pessoas Naturais da 6ª Zona da Cidade de Porto Alegre. Acervo Julieta Battistioli, MCMMPA.

²⁰⁵ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS/Rio de Janeiro: Garamond, 2004, título do capítulo 1.

Diário de Notícias.²⁰⁶ Não causa espanto algum constatar que ele foi fundamental na composição do campo de possibilidades que foi sendo construindo para – e por – Julieta ao longo de sua trajetória.

2.1 – Julieta antes de ser “Dona”: do interior do estado ao Quarto Distrito de Porto Alegre

Antes de tornar-se vereadora de Porto Alegre, Julieta realizou um percurso rico de experiências formativas, organizacionais, militantes e partidárias, que lhe proporcionaram ocupar esse espaço até então exclusivamente masculino. Sempre é importante lembrar que esse itinerário não é linear, sendo imbricado por relações interseccionais e que poderiam ter outro resultado. Ao se contar, a própria Julieta deixa evidente como, sobretudo nos anos 1940 e 1950, essas idas e vindas se tornaram até difíceis de narrar: as discussões sobre memória ganharão um capítulo à parte, mas aqui cabe apontar que partimos das premissas apontadas por Daniel James. Não cabe destrinchar desde já essas noções, mas apenas indicar que, ao contar-se, Julieta apoia-se em um “variado espectro de possíveis papéis, autorrepresentações, repertórios e narrativas disponíveis.”²⁰⁷

Há pouquíssimos vestígios da vida de Julieta anteriores à sua militância no PCB, que, veremos, parece ter tido início muito cedo. Segundo João Batista Marçal e Marisângela Martins, Julieta nasceu em Palmares, em 1907, filha de trabalhadores rurais.²⁰⁸ Logo cedo ela se mudou para Porto Alegre,²⁰⁹ e a mudança não foi para um lugar qualquer da cidade: Julieta estabeleceu-se no bairro Navegantes, situado no 4º Distrito da capital, reduto fabril e com um grande contingente do operariado porto-alegrense, onde, segundo o autor e a autora, com 13 anos de idade, começou a trabalhar na Renner.²¹⁰ De acordo com o jornalista João Aveline, o ingresso no mundo do trabalho havia ocorrido ainda mais cedo: aos onze anos de idade, ela teria deixado de estudar por falta de condições financeiras e iniciado a vida laboral.²¹¹ O

²⁰⁶ A sessão chamava-se *Página do 4º Distrito* e divulgava eventos culturais e esportivos que aconteceriam no bairro. Até onde foi possível verificar, o segmento era quase diário e existiu entre 1950 e 1951.

²⁰⁷ Cf. JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: a história de *Doña Maria*, história oral e questões de Gênero. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (orgs.), *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 293.

²⁰⁸ SCHUMACHER; BRAZIL, Op. cit., p. 355.

²⁰⁹ MARÇAL; MARTINS, Op. cit., p. 31.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ AVELINE, João. *Macaco preso para interrogatório: retratos de uma época*. Porto Alegre: AGE, 1999, p. 179.

primeiro registro em sua Carteira Profissional data de 4 de março de 1932, já como costureira do setor de sapataria da A. J. Renner,²¹² o que não significa que ela não trabalhasse antes, por empreitada – não custa lembrar que as próprias Carteiras de Trabalho eram uma novidade criada em 1933.

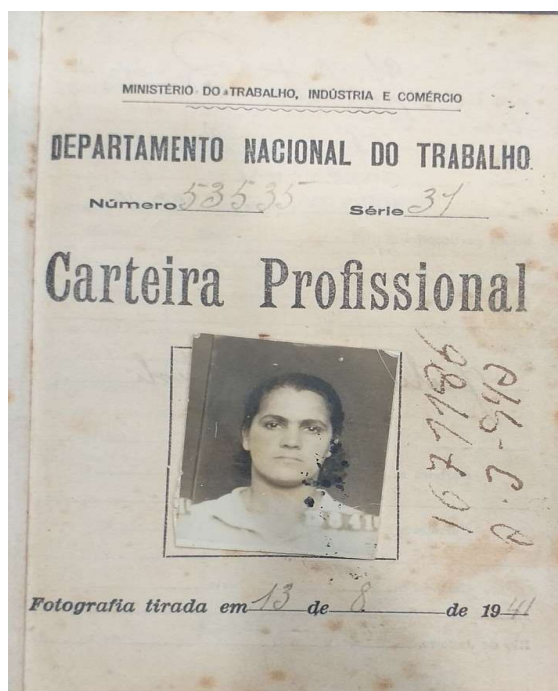


Figura 5. Carteira Profissional de Julieta Battistioli. Acervo Julieta Battistioli, MCMPPA.

Daniel James, ao estudar a vida de *Doña María*, uma militante operária peronista, inicia o livro explicando e descrevendo a cidade onde a personagem atuou, Berisso. Marcada pela indústria frigorífica, que viveu seu auge entre os anos 1940 e 1950, a cidade reivindica orgulhosamente o título de “berço do peronismo”.²¹³ O autor baseou seu livro em uma série de entrevistas realizadas com María Roldán no final dos anos 1980 e inicia sua obra pela paisagem de Berisso até chegar ao Centro Cívico da cidade, espécie de museu dos “tempos gloriosos” de Perón e dos frigoríficos. Segundo James,

O Centro Cívico se converteu em um espaço dedicado à rememoração e à comemoração. A história de Dona María está moldada pelos princípios morais, as forças ideológicas e as experiências históricas comemoradas por ele. Uma

²¹² Carteira Profissional Nº 53353. Acervo Julieta Battistioli, MCMPPA.

²¹³ JAMES, Daniel. *Doña María: historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires: Manantial, 2004, p. 28.

caminhada por este espaço pode nos ajudar a estabelecer o contexto dentro do qual se deve ler seu relato de vida.²¹⁴

Talvez possamos tensionar a ideia de que seu relato de vida se dê “dentro” de um contexto, pois como vimos anteriormente, partimos da premissa de que o contexto tanto constitui quanto é constituído pelos indivíduos a partir de suas relações e atuações. De qualquer forma, conhecer as características do bairro Navegantes, onde Julieta viveu, trabalhou e militou pela maior parte de sua vida, pode ser um bom ponto de partida. Como afirma Mike Savage, o espaço precisa ser visto e considerado no processo de formação de uma classe, e acreditamos que o mesmo valha para um indivíduo percebendo-se como pertencente a essa classe, afinal “lugares particulares podem se tornar habitats para certos grupos sociais de modo que estes lugares se tornam integralmente ligados em seus ‘habitus’, seus estilos de vida, e, desse modo, podem ser a base sobre a qual sua identidade coletiva é formada.”²¹⁵

Ao estudar com profundidade esse bairro, Alexandre Fortes assim o descreve:

Na primeira metade do século XX, Porto Alegre experimentou um acelerado processo de crescimento urbano associado à expansão de seu parque industrial, que se articulava a uma rede de transportes de médio e longo cursos (navegação fluvial, ferrovia e aviação civil). O distrito industrial, constituído originalmente pelos bairros Navegantes e São João, e que posteriormente se expandiria por toda a zona norte da capital, concentraria o crescimento populacional da cidade.²¹⁶

Crescimentos fabris e populacionais se retroalimentavam, e a instalação das Indústrias Renner, em 1914, foi um marco para o bairro. Segundo Heloísa Reichel,

Devido ao crescimento da empresa e à construção dos prédios que se destinavam a atender o operariado na sua subsistência e lazer, foi ganhando uma posição de centro coordenador e de referência para o bairro e seus moradores, fossem eles operários ou não. Uma série de obras como o estádio do “Renner Futebol Clube”, a Igreja Evangélica e sua escola, o colégio da paz, a Cooperativa de Consumo, o Centro de Saúde Modelo, utilizados pela comunidade do bairro, foram construídos com financiamento da empresa.²¹⁷

²¹⁴ Ibidem, p. 19. Tradução minha, no original: “El Centro Cívico [de Berisso] se convirtió en un sitio dedicado a la vez a la rememoración y la conmemoración. La historia de Doña María está modelada por los principios morales, las fuerzas ideológicas y las experiencias históricas conmemoradas en él. Una caminata por este espacio puede ayudarnos a establecer el contexto dentro del cual debe leerse su relato de vida.”

²¹⁵ SAVAGE, Mike. Espaços, Redes e Formação de Classe. *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 8.

²¹⁶ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS/Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 31.

Em 1916, a empresa fecha sua matriz, em São Sebastião do Caí, região de colonização alemã do estado, e concentra toda sua produção na capital gaúcha. Desse ponto até 1940, os números que expressam o crescimento do bairro e da empresa são impressionantes: o número de prédios no entorno da fábrica saltaram de 378 para 1.704 no período, um aumento de cerca de 350%, enquanto a população no bairro saltou de 5.090 para 15.766, um crescimento de 210% – “mais que cidades como São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Gabriel e Dom Pedrito”.²¹⁸

A região ainda viu emergir fábricas de grande porte, como Wallig e F. G. Bier, concentrando um número importante de trabalhadores e trabalhadoras fabris no bairro. Foi esse o local onde Julieta viveu e se constituiu enquanto operária e militante. O bairro, portanto, desempenhou um papel importante em sua trajetória, assim como ocorrera com Elisa. Não custa lembrar que o fato de morar em uma região com determinadas características não define a trajetória de uma pessoa. Elisa não se tornou comunista *porque* morava no Bom Retiro, assim como Julieta não se tornou uma liderança operária e ingressou no partido em função de morar no Navegantes, mas ambas as situações compuseram seus respectivos campos de possibilidades. No caso de Julieta, sua atuação e suas formas de sociabilidade com colegas de trabalho e vizinhos contribuíram justamente para que o lugar fosse adquirindo essas características (bairro operário, com clubes e espaços de lazer, reconhecidamente popular, etc.) – trata-se, portanto, de uma via de mão dupla.

Essa não é a única coincidência entre ambas: assim como sua correligionária de São Paulo, Julieta também ingressou na militância comunista pelas mãos de um homem: seu marido Fortunato, compartilhando a militância e a vida conjugal com a mesma pessoa.²¹⁹ De acordo com Julieta, Fortunato trabalhava desde os onze anos de idade na fábrica de calçados Castor, onde sofreu um acidente que atrofiou seu braço:

²¹⁷ REICHEL, Heloísa. J. (Org.). Vida e trabalho num bairro fabril: depoimentos. *Revista Anos 90 (UFRGS)*, Porto Alegre -RS, v. 2, p. 187-197, 1994, p. 193.

²¹⁸ FORTES, Op. cit., p. 41.

²¹⁹ Existem muitos estudos que mostram, direta ou indiretamente, as relações endogâmicas ocorridas na militância de esquerda (ver SCHMIDT, *Flávio Koutzii...*, Op. cit.; e PEDRO, Joana Maria. *Viver o Gênero na Clandestinidade*. In ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017). No entanto, cabe registrar que, quando o enfoque são as mulheres, muitas vezes a vida conjugal era um *entrave* à militância. Elza Macedo, ao pesquisar a vida da militante carioca Lydia da Cunha, traz relatos de familiares que apontam justamente que acham “que Lydia não teria entrado para o movimento se não tivesse se separado.” Ou seja, por mais que as trajetórias sejam permeadas por relações de gênero, o percurso não está dado de antemão. Ver MACEDO, Op. cit., p. 120.

Ele como guri foi para a fábrica de meias onde sua mãe trabalhava. Então lá ele se acidentou. Tinha onze anos. A máquina pegou o braço dele e torceu e arrebentou aqui (JB refere-se ao antebraço) os nervos, tudo aqui assim. Era pra ter tirado o braço, mas na Santa Casa não tiraram, ficou com o braço, então ele tinha o braço assim, ele não espichava ele, era assim [atrofiado]. E esses dedos eram mais finos que os da mão esquerda. É porque... ele não desenvolveu, ele só tinha onze anos, aquele braço não desenvolveu igual o outro, mas mesmo assim ele foi vender.²²⁰

Impossibilitado de operar boa parte do maquinário da época, já casado com Julieta, Fortunato adquiriu uma carrocinha e um burro com o dono da casa onde moravam e foi ser verdureiro.

A vida de casados coincidiu com a expansão das indústrias Renner. Heloísa Reichel aponta como a crise de 1929 proporcionou um aumento da demanda por produtos nacionais, o que

possibilitou às Indústrias Renner aumentar significativamente capital e produção. Os lucros, assim gerados, investidos em bens de produção e insumos durante momentos favoráveis à importação, permitiram à empresa índices reais de crescimento e produtividade, ampliando instalações, maquinário e modernizando o seu sistema produtivo.²²¹

Nesse espaço em flagrante crescimento, Julieta começou sua vida de operária e militante. Foram encontradas poucas referências a ela nesse período, sendo boa parte delas aproximações memorialísticas. Marçal e Martins, por exemplo, afirmam que “na década de 1930, participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e recolheu assinaturas na vizinhança pela libertação de Olga Benário.”²²²

Em suas memórias, ela também relata suas ações contra os integralistas nesse período. Apesar da associação do bairro com o movimento operário, especialmente associações e sindicatos influenciados pelo comunismo e pelo trabalhismo, a região viu crescer um forte movimento integralista ao longo dos anos 1930:

Os integralistas eram muito fortes ali no Navegantes. Muito forte, porque tinha o mestre da secção de corte dos alfaiates, que ele era um chefe também, ele até tinha na casa dele o emblema [...].
É o Sigma. É, ele trabalhava com a camisa... dos integralistas. E tinha também umas italianas que trabalhavam no Renner e moravam ali perto do Renner também naquela que ficava... a Arrozeira Brasileira.
[...]

²²⁰ CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 16-17.

²²¹ REICHEL, Op. cit., p. 190.

²²² MARÇAL; MARTINS, Op. cit., p. 31.

É, as mulheres, as moças e a velha trabalhavam lá e iam vestidas também de... [integralistas] que eu sempre tinha de passar e dizer alguma coisa pra elas. Dar um “chachacoalho” nelas. Às vezes dava vontade de atirar escada abaixo! (RISOS) Tinha raiva daqueles integralistas mesmo, era antifascista.²²³

Além disso, Julieta enfatiza que Fortunato trazia “a palavra de ordem do Partido” para pichar as paredes e que “o velho é que tinha o contato” com o PCB.

As outras documentações em que é possível encontrar informação sobre ambos é a imprensa. Fortunato aparece em *A Voz do Trabalho*, jornal oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS),²²⁴ em 1934 como integrante de uma Comissão de Frente Única surgida de uma assembleia operária para discutir a aplicação – ou não – da legislação trabalhista no Rio Grande do Sul.²²⁵ Julieta, por sua vez, aparece como signatária de um telegrama reproduzido no jornal *A Manhã*, onde reclamavam da violência policial cometida pela “polícia política paulista, sequestrando uma jovem de nome Geny Gleizer”.²²⁶ Segundo Gláucia Fraccaro, Geny Glazer tinha 16 anos e era do PCB, foi presa em uma reunião da Juventude Comunista e acusou a polícia de a ter violentado.²²⁷

Julieta foi constituindo-se como uma liderança da fábrica e, por extensão, do bairro, a partir de sua atuação na base, realizando “trabalhos miúdos que um comunista faz dentro de uma fábrica e o Partido nem fica sabendo”,²²⁸ como incentivar as colegas a merendar quando quisessem. Em outra passagem, Julieta recorda como aconselhou colegas de trabalho que tiveram sua jornada laboral reduzida – com equivalente prejuízo do salário – diante da mecanização do processo de confecção da seção de calçados:

²²³ CARVALHO JÚNIOR; MARTINS, Op. cit., p. 13.

²²⁴ A FORGS foi fundada em 1906, sendo um dos principais resultados da primeira greve geral de Porto Alegre, ocorrida naquele ano. Em um processo ainda pouco estudado em virtude da escassez de fontes, ela encerra atividades no final de 1929 e é refundada em 1933. Sobre sua fundação e seus primeiros anos, ver, por exemplo, SCHMIDT, Benito Bisso. *De Mármore e de Flores: A primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005; PETERSEN; Sívila R. F. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. Sobre sua refundação e a conjuntura dos anos 1930, ver NUNES, Op. cit.; KONRAD, Diorge, A FORGS, a LEP e o Insetô Reacionário: a Negação da Política como Espaço da Luta Social (1933-1935). *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 2, p. 400-409, 2009.

²²⁵ *A Voz do trabalhador*, Porto Alegre, n. 56, 17 de novembro de 1934, p. 2. AJBM, NPH/UFRGS;

²²⁶ *A Manhã*, Porto Alegre, 6 de outubro de 1935, p. 2. A nota é assinada exclusivamente por mulheres, evidenciando uma solidariedade de classes (“nós, operários”), mas também de gênero. Assinam a nota: Julieta Batistioli, Diamantina André, Hilda Boner, Lina Necke, Otacilia Silveira, Inocência Martins, Affonsa Teixeira, Honorina Bauer, Seraphina Moreira, Cecy Geny, Nair Zamora, Carmem Sierra, Aracy Evangelista, Esmeralda Stein, Ercolina Silva, Rosa Cohen, Maria Machado, Rachel Goldberg, Isabel Eugel, Alice Ribeiro, Maria Moreira, Dalva Moraes, Theodora Moreira, Julieta Telles.

²²⁷ FRACCARO, Op. cit., p. 83.

²²⁸ CARVALHO JÚNIOR; MARTINS, Op. cit., p. 19.

Bem, então... nós nos encontrávamos... no banheiro. E elas me contaram e eu disse assim: “Mas não, não precisa vocês ficarem em casa, a fábrica Renner é grande demais, ela pode espalhar vocês em outros lugares”. [...] Aí foi quando eu aconselhei elas, que elas tinham o Renner como um pai, achavam que o Renner era o papai, que era muito bom, eu disse: “vocês façam o seguinte: vão ao papai, faz uma comissão (RISOS), vocês estão em casa, não estão trabalhando, não estão fazendo nada, se juntem e vão lá”. Então ele (A. J. Renner) disse que não mandava mais na fábrica, eram os filhos, mas que ele ia ver se resolvia o problema delas, e resolveu. Distribuiu elas por outras secções, por outro serviço, mas não ficaram mais em casa sem ganhar.²²⁹

Veremos que Julieta usou sua tribuna na Câmara Municipal inúmeras vezes para denunciar essa situação, apontando que a demissão e a recontração por empreitada era algo cada vez mais comum em Porto Alegre – inclusive na Renner, que não escapou de suas críticas.

Julieta, ao que tudo indica, era uma pessoa a quem as colegas recorriam para resolver problemas do cotidiano fabril. Isso, somado a seus famosos “comícios relâmpagos” (quando subia em uma caixa para discursar sobre situações que precisavam ser melhoradas na Renner ou no bairro), foram fazendo com que ela se tornasse uma referência. No trecho destacado chama a atenção como Julieta consegue se aproveitar do “paternalismo” que caracterizava a organização laboral naquele espaço: havia creches, refeitórios e outras políticas assistencialistas colocadas em prática pela Renner.²³⁰ Julieta recorda que “era muito difícil fazer política lá dentro do Renner, porque ele era um patrão que cumpria as leis do trabalho”.²³¹ É possível questionar até que ponto a Renner cumpria de fato tal legislação,²³² mas, de qualquer forma, o que nos interessa aqui é perceber que essa era a *imagem*²³³ que se tinha da empresa, e Julieta soube se aproveitar dela para ajudar suas colegas.

²²⁹ Ibidem, p. 19-20.

²³⁰ Heloísa Reichel sintetiza essas práticas da seguinte maneira: “Fundou-se na fábrica um conjunto de obras assistenciais que se destinavam a atender o operário enquanto realizava seu trabalho: a creche, o refeitório, o consultório médico e dentário. Outras atendiam sua sobrevivência, como a cooperativa de crédito e de consumo. Além disso forneciam-lhe condições de lazer e educação, como o Grêmio Esportivo Renner e a Escola Senai.” REICHEL, Op. cit., p. 193.

²³¹ Ibidem, p. 35.

²³² A. J. Renner foi uma das principais lideranças do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, fundado no final de 1930, que dedicou muitas de suas reuniões a discutir formas de burlar a aplicação da legislação trabalhista. Ver NUNES, Guilherme Machado. “*A Lei de Férias no Brasil é um aleijão*”: greves e outras disputas entre Estado, trabalhadores/as e burguesia industrial (1925-1935). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016, especialmente capítulo 2.

²³³ Heloísa Reichel mostra como na medida em que a empresa crescia, aumentavam também seus serviços e se fortalecia a relação com o bairro: “A possibilidade de utilizar a cooperativa, através de amigos e parentes dos funcionários da indústria, fez com que se formasse, no imaginário dos moradores do Bairro Navegantes, uma visão de que a fábrica realmente congregava a ‘família rennista’, como queria seu proprietário, aliviando as tensões do conflito de classe.” REICHEL, Op. cit., p. 196.

Mais uma vez é possível traçar algumas comparações com *Doña* María Roldán, de Berisso. Ao recordar de suas funções como delegada sindical, María discorre sobre a vez que foi tirar satisfações sobre a incorreção em um pagamento:

Ser delegada era uma grande responsabilidade. Havia muito agradecimento porque eu por exemplo na minha juventude era uma mulher muito rápida. Por exemplo, uma mulher me disse que isso aconteceu comigo, no envelope que eu comprei, eu trouxe o envelope, eu imediatamente deixei minhas ferramentas de trabalho, peguei meu avental, fui para a gerência: “O que há de errado com esta senhora porque há 11 milhões a menos aqui?”²³⁴

Há outras passagens, em que essas duas mulheres se assemelham, como nos momentos de convocar para greves ou ajudar suas companheiras com problemas em relação à autoridade dos patrões. Foquemos, agora, no cotidiano laboral.

2.2 – *A vida na fábrica*

Há alguns relatos e indícios esparsos acerca da atuação e do cotidiano fabril de Julieta na Renner, mas sabe-se que ela trabalhou lá por muito tempo – inclusive enquanto foi vereadora, como veremos adiante. Partindo de algumas notícias e de suas memórias, é possível reconstituir um pouco desse momento de sua vida. Mais uma vez é possível fazer algumas comparações com *Doña* María Roldán – às vezes, inclusive, para pontuar diferenças.

O livro que traz os relatos de Julieta inicia tratando uma questão clássica no mundo laboral fabril: automação/mecanização da produção *versus* manutenção de empregos. Vejamos:

Não, não era contra a fita [mecânica], porque era um progresso, porque eu era uma progressista. [...] Mas é no regime atual que nós vivemos, o progresso não vem em benefício do homem, mas, sim, prejudicar o homem. Porque muitas faziam aquilo que outras faziam na fita. E as outras tinham que ser desempregadas. E na secção de fiação tinha uma banca em que trabalhavam seis mulheres, quando botaram a fita, uma só tomava conta de tudo.
[...]

²³⁴ JAMES, Op. cit., p. 60. Tradução minha, no original: “Ser delegada era una gran responsabilidad. Había mucho agradecimiento porque yo por ejemplo he sido en mi juventud una mujer muy movediza. Por ejemplo, me decía una señora a mí me pasó esto, en el sobre me llegó esto, me traía el sobre, yo inmediatamente dejaba mis herramientas de trabajo, me sacaba el delantal, me iba a la gerencia: ‘Que pasa con esta señora, por que acá hay 11 millones menos?’ [...]”

Então eu protestava [contra] as fitas com muitos comícios-relâmpagos que fiz na porta da fábrica, esclarecendo [a]os trabalhadores o que eram as fitas mecânicas.²³⁵

Cerca de 40 anos depois da implementação da fita mecânica, Julieta ainda recorda que não era contra o uso daquela tecnologia por si só – afinal, se reconhecia como uma progressista e aquilo “era um progresso”. Uma das interpretações mais clássicas – talvez mecanicistas – do marxismo e que ecoou com muita força entre os comunistas brasileiros, especialmente nos anos 1950, foi a defesa do desenvolvimento das forças produtivas como sinônimo de progresso e amadurecimento das condições para a revolução proletária. Julieta narrar-se assim pode ser um indício importante da força que essa ideia teve entre a militância comunista.

Também chama a atenção no relato de Julieta como a revolta contra situações tidas como injustas e a sua atuação, que muitas vezes parece bastante autonomista (fazia comícios rapidamente, sozinha), são uma constante. Daniel James, ao tentar identificar um padrão-chave no discurso de María Roldán, o define como “a busca por uma vida melhor, não formulado dentro de um contexto de relato de mobilidade social mas sim de um rechaço à injustiça social e o consequente compromisso com o ativismo social e político.”²³⁶ No entanto, María Roldán confere um papel central ao sindicato em sua vida e militância, enquanto no relato de Julieta – e mesmo em outras documentações – sua atuação aparece de maneira muito mais autônoma na fábrica – sua organização parece ter sido mais partidária do que sindical. Talvez isso possa ser explicado pelas questões expostas anteriormente em relação à natureza paternalista da Renner: Julieta recorda que era muito difícil fazer trabalho de base na fábrica. Aparecem poucas menções a colegas seus sindicalizados – parece que foi mais fácil jogar com a imagem de A. J. Renner “paizinho” do que convencer suas colegas a ingressar no sindicato ou no PCB. Alexandre Fortes aponta, a partir do relato oral de antigos trabalhadores da fábrica e de duas publicações oficiais, que

Durante muito tempo, as indústrias Renner se constituíram numa fortaleza inexpugnável, impenetrável pelo movimento operário organizado, fosse pela eficácia de sua política social e salarial, pelo trabalho doutrinário que desenvolvia por meio de suas publicações, fosse pelo rigor do seu sistema de vigilância e repressão.
[...]

²³⁵ CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 18.

²³⁶ JAMES, *Doña María...* p. 164-165. Tradução minha, no original: “El patrón clave presente en el testimonio de doña María es la búsqueda de una vida mejor, no formulado dentro de un contexto de un relato de movilidad social sino de un rechazo de la injusticia social y el consecuente compromiso con el activismo social y político.”

A empresa realizava uma disputa ideológica da lealdade de seus operários com o movimento operário, por meio de instrumentos como o *Boletim Renner* e outras publicações institucionais.²³⁷

No dia 12 de julho de 1944, a Renner fechava ainda mais essa fortaleza, criando a sua própria cooperativa de consumo, que seria registrada um ano depois junto ao Ministério da Agricultura²³⁸ – não foi possível verificar o porquê do registro feito junto a esse Ministério e não ao Ministério do Trabalho. Julieta, claro, era cooperada, e segundo sua carteira, que data de 1945, ela morava na rua Cairú, 688, quase esquina com a Avenida Farrapos – região das mais movimentadas do bairro.

A situação do PCB no Rio Grande do Sul nesse momento era delicada. Com frequência lembramos da repressão do Estado Novo ou das reações ao *putsch* de 1935, mas mesmo antes disso o cerco já estava se fechando. Náuber Gavski da Silva, por exemplo, ao analisar atas referentes às reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Porto Alegre, identifica uma “vida sindical muito ativa” até 1934, uma enorme retração entre 1935 e 1937, e uma retomada em 1938. Em números: entre 1932 e 1934 ocorreram 45 reuniões; entre 1935 e 1937, apenas 4; entre 1938 e 1940, 52.²³⁹ O autor identifica realidade semelhante em relação aos metalúrgicos e afirma que “não havia motivos para diferenças gigantes entre um e outro sindicato, no que se refere à liberdade de debate político”,²⁴⁰ que era bastante limitada e uma realidade comum a toda a classe trabalhadora organizada.

As perdas – inclusive de vidas – do Partido foram determinantes para seu encolhimento no Rio Grande do Sul. Segundo Dainis Karepovs, o partido contava com apenas 150 militantes filiados no ano de 1937 no estado²⁴¹ – ou seja, somente a casa de Julieta e Fortunato possuía 1,33% de todos os filiados gaúchos. Bem ou mal, menos de dois anos antes esse partido julgou que havia condições para a tomada do poder, e por mais “aventureira” e “quixotesca” que possa ter sido a empreitada, é um indicativo importante do grau de capilaridade e difusão das ideias e militantes comunistas até então.²⁴²

²³⁷ FORTES, Op. cit., p. 213.

²³⁸ Cf. Caderneta da Cooperativa de Consumo dos Empregados das Indústrias Renner Ltda., capa. Acervo Julieta Battistioli, MCOMP.

²³⁹ SILVA, Nauber G. *O "mínimo" em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 - c. 1968)*. Tese (Doutorado em História), UFRGS: Porto Alegre, 2014, p. 251-252.

²⁴⁰ Ibidem, p. 251.

²⁴¹ KAREPOVS, Dainis. *Luta Subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003, p. 188.

²⁴² Sobre o levante de 1935, ver, por exemplo, VIANNA, Marly. *Revolucionários de 1935: sonhos e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O trabalho de reconstrução e fortalecimento do Partido sob o Estado Novo certamente não foi tarefa fácil. Antes mesmo, ainda em 1935, a situação já era tensa e havia diversos militantes presos, torturados e mortos, como revela o caso de Mário Couto, recém-formado em medicina e morto durante uma greve em janeiro daquele ano, em plena luz do dia, na Avenida João Pessoa, região central de Porto Alegre.²⁴³ De acordo com João Batista Marçal, diversos militantes gaúchos acabaram *girados* para o Rio de Janeiro e São Paulo para escapar da polícia de Flores da Cunha, então interventor do Rio Grande do Sul, como Isaac Ackelrud, Hermenegildo Assis Brasil, dentre outros.²⁴⁴

Trabalhando em uma fábrica muito bem “protegida” das investidas do movimento operário organizado, com os próprios sindicatos sob vigilância e filiada a um partido clandestino, estigmatizado e com suas principais lideranças presas, Julieta, na mesma medida em que se tornava uma liderança, também acabava chamando muita atenção para si. Em seu relato ela simplesmente não recorda de perseguições e assédios sofridos em virtude de sua atuação política (sempre recordando que “dava muita produção”, que trabalhava bastante), só encontramos uma notícia que denuncia essa situação em 1949:

50% DE AUMENTO – A bandeira dos trabalhadores da Renner

[...]

Como Julieta Batistioli, são muitas as outras operárias que estão ameaçadas de serem jogadas a rua por se destacarem na luta pelas reivindicações operárias, principalmente nas lutas por aumento nos miseráveis salários que recebem os trabalhadores da Renner. Assim agindo, - despedindo trabalhadores que mais se destacam nas lutas reivindicatórias - visam os patrões única e exclusivamente arrancar do meio da massa operária daquela empresa aqueles que não vacilam no sentido de esclarecer suas companheiras de trabalho indicando-lhes as melhores formas de luta.²⁴⁵

É difícil saber se não há um certo exagero na narrativa, recorrente em textos de denúncia, e quem eram as outras trabalhadoras ou porque elas seriam demitidas e Julieta não. O que chama a atenção aqui é a demarcação de gênero – “operárias” – e a ausência novamente do sindicato. Que o setor têxtil sempre foi formado majoritariamente por mulheres não chega a constituir nenhuma novidade. No entanto, convém lembrar que no final dos anos 1940 a Renner já era muito maior que apenas uma indústria do setor têxtil – a própria Julieta

²⁴³ MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê!, 1986, p. 43.

²⁴⁴ *Ibidem*, pp. 11-35.

²⁴⁵ *A Tribuna [antiga Tribuna Gaúcha]*, Ano I, num. 52. Porto Alegre, 4 de outubro de 1949, p. 4. CEDEM/UNESP.

trabalhava agora no setor calçadista – sua filiação sindical nesse momento, inclusive, era junto ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Porto Alegre.²⁴⁶ Além disso, estamos falando de uma empresa que mais ou menos nessa época possuía 2.500 funcionários e funcionárias, 4.000 se contarmos as subsidiárias.²⁴⁷ Ou seja, o marcador de gênero parece importante, pois a questão deve dizer respeito especificamente às mulheres. O que nos leva à seguinte suposição: sendo ainda os sindicatos um ambiente bastante masculino, faz sentido que Julieta e suas colegas não o percebessem como uma ferramenta importante na luta por seus direitos, preferindo outras formas de organização e atuação. Em 1951, por exemplo, ao escrever sobre as células femininas do Partido Comunista, uma autora (supõe-se) toca justamente nesse ponto, afirmando a importância dos ambientes exclusivamente femininos que surgiam: “O fato de serem reuniões específicas de mulheres fez com que aumentasse o comparecimento. Muitas companheiras que se acanhavam de falar em reuniões gerais, sentiram-se mais à vontade ali e se desenvolveram com maior facilidade.”²⁴⁸

Isso não significa que Julieta não tivesse vínculos com organizações de trabalhadores e trabalhadoras. Além de filiada ao sindicato do setor calçadista, o DOPS afirma o seguinte sobre ela:

Salário mínimo: às 20:45 horas do dia 8 do corrente, teve lugar, na sede da UET, uma reunião de dezenove pessoas, para tratar do assunto que serve de título a esta nota. Dentre os presentes, o agente deste S.I. identificou os seguintes elementos: Walter Guimarães e Eduardo Domingos, respectivamente, presidente e secretário dos trabalhos; Adão Figueira da Silva, Jorge Vitorino, Prof. Antônio Rodrigues, Julieta Batistioli, Wilson Mello, José da Rosa Matos (bancário), Adão de Tal (idem) e um uruguaio de sobrenome Dela Rocha.²⁴⁹

Ou seja, Julieta estava sim articulada em alguma frente para exigir melhores salários. Segundo Eloy Martins, que seria o cabeça da chapa para a vereança, ele era o presidente da UET nessa época.²⁵⁰

O documento do DOPS ligando Julieta à UET é de novembro de 1951, mas exatamente um ano antes a União já havia sido alvo de ofensiva policial. O *Diário de*

²⁴⁶ Carteira do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Porto Alegre. Acervo Julieta Battistioli, MCMPA. Sua filiação data de setembro de 1945, e o documento traz o canhoto do pagamento da mensalidade referente a abril de 1952.

²⁴⁷ Levantamento Socioeconômico. Sesi, Porto Alegre, 1953. Biblioteca da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul (FIERGS). In FORTES, Op. cit., p. 178

²⁴⁸ *A Classe Operária*, n. 406, 1 de novembro de 1951, p. 4. CEDEM/UNESP.

²⁴⁹ Boletim n. 47, Porto Alegre, 15 de novembro de 1951. pp. 124-136. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul), pasta 19 [D]. Cx 611, Disco 6. NPH/UFRGS.

²⁵⁰ MARTINS, Eloy. *Um depoimento político. 55 anos de PCB*. Porto Alegre: Edição do autor, 1989, p. 91.

Notícias, com as tintas cada vez mais carregadas na retórica da Guerra Fria, narrou assim a operação que desfez “perigosa organização comunista em Porto Alegre” que “agia no estado a soldo de Moscou”:

[...] após longa e cuidadosa investigação, [a polícia] apurou que a União Estadual dos Trabalhadores (UET), com sede nesta capital [...] e filiada à Confederação dos Trabalhadores do Brasil, que, por sua vez, está ligada à Federação Sindical Mundial, com sede em Paris, e uma secção do Kominform, estava desenvolvendo franca propaganda vermelha no Rio Grande do Sul.²⁵¹

Após constar, com espanto, que a UET era dirigida “pelo vereador comunista Elói Martins”, o jornal prossegue sua longa reportagem, destacando as prisões ocorridas na operação:

[...] Lúcio Rochadel, ex-candidato à deputação federal pelo PR; José Carlos Anfiro, funcionário do extinto PCB; Jarbas Pereira, taquígrafo da Câmara dos Vereadores; Vilson Rangel, Brasilino Dias dos Santos, Adão Figueira e outros, por terem sido surpreendidos quando passavam bilhetes de rifa, cujo produto era destinado a assegurar fundos para a “Imprensa Popular”. Como se sabe, constitui contravenção a venda de rifas, sem permissão especial das autoridades competentes e fiscalização direta das mesmas.”²⁵²

Veremos que Júlia Santiago também foi presa por distribuir rifas – é bastante perceptível a unidade na forma de vigilância e repressão das polícias estaduais durante todo esse período. Julieta Battistioli, no entanto, escapou.

O jornal publicou, na mesma matéria, a íntegra do documento apreendido pela polícia que descrevia minuciosamente toda a organização da entidade, passando pelas finanças, planos de ação e de divulgação de suas ações, cabendo destacar o seguinte:

Para a execução deste plano, devem-se organizar comissões nos locais de trabalho, empresas, bairros, organizar bandos, precatórios, conferências, festas rifas, livro de ouro. Formar comissões específicas de jovens e mulheres. Levantar nas assembleias e demais atos operários o problema da solidariedade às vítimas da reação, organizando coletas na própria assembleia.²⁵³

Muito do que está nesse documento apareceu nas intervenções de Julieta enquanto vereadora e em suas memórias. Outras, é possível especular: certamente ela se organizou em seu local de trabalho ou nas proximidades, mas terá criado comissões de mulheres?

²⁵¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11 de novembro de 1950, p. 8. MCSHJC.

²⁵² *Ibidem*, p. 4.

²⁵³ *Ibidem*, p. 4.

De todo modo, a relação que estabeleceu com organizações sindicais foi bem diferente da de Mária Roldán,²⁵⁴ mas não significa que Julieta não tivesse circulado também por estes espaços. No entanto, foi no Partido Comunista e suas frentes que Julieta mais se destacou, como veremos no capítulo 6. Antes disso, porém, é preciso conhecer Júlia Santiago da Conceição.

²⁵⁴ María chegou a dizer para suas colegas que seriam demitidas da fábrica se não se filiassem ao sindicato. Cf JAMES, Op. cit., p. 55-56.

CAPÍTULO 3: JÚLIA

Júlia Santiago da Conceição, além de ter militado por mais tempo do que suas correligionárias, é certamente a figura mais conhecida entre as três:²⁵⁵ exerceu a vereança por mais tempo (apesar de não ter concluído o mandato), se engajou na imprensa partidária, foi líder sindical e virou até tema de documentário e de uma ópera no ano de 2017, como veremos nos capítulos finais. No entanto, se antes apontamos como as barreiras entre público e privado são historicamente construídas e mais porosas do que normalmente se admite, em termos documentais a fronteira se mantém: ao adentrar os espaços públicos de discussão, Júlia aparece em páginas de jornais, atas da Câmara de Vereadores e, como não poderia faltar, nos arquivos policiais. Descobrir seus anos de formação, (falta de) escolaridade e como foi se constituindo o seu campo de possibilidades ao longo da juventude é uma difícil tarefa.

Um bom início é a entrevista que Júlia concedeu na sua casa, no bairro do Cordeiro (onde viveu a maior parte de sua vida), no Recife, em dezembro de 1983 ao CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco. O documento é excelente para discutir a *memória* e também cruzar as informações ali fornecidas com outras documentações. A partir dessas memórias e do que foi possível pesquisar acerca dos anos de formação de Júlia enquanto operária e militante, esse capítulo se divide em duas partes: a primeira trata de seu relato sobre a infância, o cotidiano fabril e os espaços por onde circulou; o segundo apresenta mais especificamente o início de sua militância até o ingresso no PCB.

3.1 – A chegada no Recife e o trabalho fabril

Júlia nasceu em São Lourenço da Mata, na Região da Mata pernambucana a cerca de 20 km de Recife, mas não se lembra quando:

Em que ano eu não sei. Saí de lá com quatro anos. Meus pais vieram para o Recife porque ele era camponês e trabalhava para o meu avô por parte de mãe; esse meu avô era lavrador. Meu pai começou a namorar com a minha mãe... Você sabe; camponês namorar com a filha do lavrador é muito ruim. Ele teve que fugir, veio

²⁵⁵ Todo/a estudante de pós-graduação já precisou explicar sua pesquisa em conversas que podem ir desde a informalidade total até bancas, congressos e arquivos que exigem saber o que será feito da documentação consultada. Foi preciso explicar muito menos vezes quem era Júlia, no Recife, do que Julieta em Porto Alegre e Elisa em São Paulo. Ao longo do trabalho talvez fique claro o porquê.

embora, porque o meu avô estava lhe perseguindo. Veio com a família e *ai foi o fim da vida da gente*. Quando chegou aqui, muito moço, se soltou, deixou tudo, procurando mulher... Muito mulherengo, deixou a minha mãe com sete filhos, a mais velha com sete anos. A gente ficou vivendo na casa dos meus tios e eles não podiam sustentar sete filhos dos outros. De maneira que começamos, logo, a trabalhar. Eu comecei na fábrica de malhas da Várzea, com dez anos. Depois, eu não quis mais trabalhar nessa fábrica e sim na de tecidos. Inaugurou a fábrica do Zumbi e fui trabalhar nela.²⁵⁶

Há muitos pontos que chamam a atenção no relato de Júlia. Talvez a dramaticidade do “fim da vida da gente” ao chegar em Recife ofusque o restante da narrativa, mostrando uma mulher amargurada e que tem no abandono paterno um momento decisivo na sua vida – ao mesmo tempo, ela não lembra em que ano isso ocorreu. Seria um exagero narrativo? Difícil saber, mas veremos que ao longo de sua trajetória, há poucas figuras masculinas proeminentes – Júlia jamais se casou, por exemplo, algo bastante incomum para a época. Além disso, seu nome traz uma inversão pouco usual, com o nome da mãe ao final (Deolinda Maria da Conceição), e não o do pai (Laurindo Felipe Santiago).²⁵⁷ Não foi possível verificar se isso foi proposital.

Sobre seu nascimento, há informações conflitantes em seus diversos registros no DOPS. Um deles, por exemplo, afirma que ela nasceu em 10 de junho de 1920.²⁵⁸ O mais provável, no entanto, é que ela tenha nascido no dia 8 de fevereiro²⁵⁹ de 1917: a maioria dos documentos que informam a idade indicam isso (por exemplo, prisões ocorridas em 1949 informam que ela tinha 32 anos de idade).²⁶⁰ Na última parte do trabalho, veremos como a “memória oficial” reconheceu o ano de 2017 como o do centenário de seu nascimento.

Júlia recorda de ingressar no mundo do trabalho logo aos dez anos de idade, não frequentando “escola de espécie nenhuma”, se alfabetizando por si mesma.²⁶¹ Aos dezesseis anos, em 1933, ingressou na fábrica têxtil que por mais tempo trabalhou, “a fábrica do coronel

²⁵⁶ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 1. Grifos meus. FUNDAJ/CEHIBRA.

²⁵⁷ Cf. Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 3. Registro de Prisão. Fundo DOPS. APEJE.

²⁵⁸ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 2. Registro de Prisão. Fundo DOPS. APEJE.

²⁵⁹ Cf. o desejo de feliz aniversário conferido nesse dia pelo jornal *Folha do Povo*. *Folha do Povo*, Recife, 8 de fevereiro de 1950, p. 2. APEJE.

²⁶⁰ A Secretaria da Mulher do Recife e de Pernambuco e a UFPE realizaram uma ópera e um documentário, em 2017, para homenagear o centenário de Júlia – ou seja, consideram o ano de 1917 como o de seu nascimento. Cf. <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/11/2017/pcr-promove-homenagem-ao-centenario-de-julia-santiago-primeira-vereadora-do>> Acesso em 08/02/2019.

²⁶¹ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 1. FUNDAJ/CEHIBRA. Em outra passagem, Júlia se recorda que foi informada pelo Partido que “só podia estudar depois da revolução” e completa: “Imagine a inteligência dos nossos amigos!”. Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 2. FUNDAJ/CEHIBRA.

Othon”. Assim como no caso de Julieta, vale a pena reconstruir o campo de possibilidades de Julieta, compreendendo Recife como uma capital que se industrializava em ritmo acelerado no período em que ela ingressava nesse universo.

O início da indústria têxtil pernambucana remete ainda à metade do século XIX, quando o algodão ultrapassou a cultura da cana, já em declínio. Segundo Eduardo Silva, o algodão

constituía-se numa cultura mais democrática que a da cana-de-açúcar, pois era produzido tanto pelos grandes proprietários como por pequenos, e até mesmo por moradores de grandes propriedades, que passaram a semeá-lo em consórcio com o milho e/ou o feijão, colhendo, no mesmo roçado, o produto comercial e o de subsistência.²⁶²

Assim, não demorou muito para que as primeiras grandes fábricas têxteis surgissem, se expandissem e moldassem os bairros ao seu redor. Em 1887, por exemplo, foi fundada a Fiação e Tecelagem Pernambuco, mais popularmente conhecida como Fábrica da Torre, bairro em que se localizava – ainda hoje, marcadamente operário.²⁶³ Cerca de uma dezena de outras fábricas surgiram até 1927, ano em que foi fundada a referida “fábrica do Coronel Othon”, a Fábrica Bezerra de Mello – sobrenomes do “Coronel Othon”. Em 1933, com a fusão da Fábrica de Apipucos (fundada em 1905), Santa Amélia (fundada em 1931) e a própria Bezerra de Mello, surgiu o Cotonifício Othon Bezerra de Mello.²⁶⁴ Júlia lembra de conseguir ingressar nessa fábrica justo em 1933, ano da fusão. É possível que essas coisas estejam relacionadas e ela tenha conseguido o emprego como resultado dessa expansão.

Sobre os irmãos e irmãs, Júlia informa que “os mais velhos sustentavam os mais novos”, e que apenas a irmã Noêmia ingressou no PCB: “as outras gostavam, simpatizavam, mas não entraram”.²⁶⁵ Não fica claro se Júlia possuía algum irmão ou se eram sete mulheres.

A dinâmica familiar de Júlia, ao mesmo tempo em que exigia o trabalho desde a infância, proporcionava algum tipo de segurança (“os mais velhos sustentavam os mais novos”), de forma que ela pôde aprender e, até certo ponto, escolher a fábrica e o ofício que mais lhe convinha. Escolher ser uma criança, ao menos conforme os moldes sob os quais pensamos hoje – que brinca, estuda, tem direitos – não era uma opção:

²⁶² SILVA, Eduardo Ramires Pinheiro da. *Industrialização no nordeste do Brasil: a indústria têxtil em Pernambuco – 1940-1990*. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife, 1999, p. 103.

²⁶³ Ibidem, p. 115.

²⁶⁴ Ibidem, p. 127.

²⁶⁵ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 2. FUNDAJ/CEHIBRA.

Comecei a trabalhar com dez anos na fábrica da Várzea. Não cheguei a trabalhar lá um ano. Eu disse: “não, não quero ficar aqui, quero trabalhar na fábrica de estopa”. Entrei na fábrica do Zumbi e pedi uma vaga. Eles me colocaram em um negócio que chamavam “aranha”. Não era dentro da fábrica, porque eu era tão pequena [1,55 de altura, segundo o DOPS] que não alcançava no tear. Fiquei aí, mas todas as segundas-feiras, eu não trabalhava porque ia procurar uma vaga... Naquele tempo não se pagavam os dias que não se trabalhasse. Eu ia para a fábrica de Bezerra de Melo e, o sr. Gomes dizia para mim que não havia vaga... Passei três segundas-feira [sic] pedindo... Ele disse “vou botar esse diabo aí dentro”. Passei seis meses trabalhando de graça para o coronel Othon. Trabalhando, aprendendo... Quando aprendi, eles me deram um tear. Comecei dando produção... Aí eles me deram dois teares. Eles eram emboanceiros [sic]... “Eu já sei trabalhar, um tear só não dá.” Aí me deram. O mestre me marcava muito, porque fiz muito barulho para ganhar duas máquinas. O gerente mandou: “a menina quer trabalhar, você tem que dar”. Aí ele ficou me marcando. E foi assim que comecei trabalhando.²⁶⁶

O relato é rico para pensar as dinâmicas do mundo do trabalho fabril em uma capital longe dos principais centros industriais brasileiros. Informalidade e trabalho gratuito ainda imperavam em pleno ano de 1933 (segundo relato anterior da própria Júlia, esse foi o ano em que ingressou na fábrica do coronel Othon). Sua jornada, de certa forma, sintetiza as contradições de um Estado brasileiro que crescia e se pretendia moderno e “avançado”, enquanto convivía com práticas “atrasadas”.²⁶⁷ Se por um lado surgiam instituições com a finalidade de mediar os conflitos trabalhistas, como as Juntas de Conciliação e Julgamento (Decreto nº 22.132 de 1932) e o Instituto de Convenções Coletivas (Decreto nº 21.761 do mesmo ano),²⁶⁸ ainda havia o expediente do “tempo de experiência” (seis meses!). A primeira vez que Júlia se recorda de participar de uma greve, inclusive, foi para garantir a aplicação de um direito conquistado durante o período varguista:

Passou a existir nessa época a carteira profissional. Desde aí tenho carteira. Eles não queriam dar. Foi nessa ocasião, a primeira vez que participei de uma greve. A gente começou com apenas dez pessoas, porque o pessoal tinha medo. Eu sempre me reunia com o pessoal da fábrica... Vieram duas meninas e dois rapazes do Rio de Janeiro, para nos ajudar. “Foi um decreto de Getúlio e vamos fazer com que seja cumprido.” Então, a gente jogou o patrão pra cima do governo. “Bom agora vamos defender um direito que o Presidente deu pra gente...” Eles então disseram que iam

²⁶⁶ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 3. FUNDAJ/CEHIBRA.

²⁶⁷ A própria figura de Othon Bezerra de Mello é rica para pensar a dicotomia “atraso-progresso”. Lembrado como “Coronel” por Júlia e reprodutor de diversas práticas problemáticas no interior de sua fábrica, como veremos mais adiante, chegou a ser tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, tendo inclusive escrito um artigo intitulado “A evolução da indústria de tecidos de algodão em Pernambuco” em uma das publicações oficiais da instituição (ver *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. 29, n. 135, janeiro de 1928).

²⁶⁸ Para maiores informações acerca das instituições criadas no início dos anos 1930, ver MUNAKATA, Kazumi, *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

botar a gente pra fora. Eu já seis anos de fábrica, não tinha medo de ninguém, eu sabia de tudo... E começamos a lutar...²⁶⁹

Aqui é possível observar uma forma de atuação largamente abordada pela historiografia: a instrumentalização do discurso getulista que apresentava a legislação social como uma dádiva – Julieta Battistioli, quando na tribuna, vai denunciar esse mito em mais de uma oportunidade.²⁷⁰

O início da militância sindical também tem relação com o varguismo – ao menos é assim que Júlia recorda. A fundação do Sindicato da Fiação e Tecelagem se deu no contexto da Revolução de 30:

A gente estava fazendo um trabalho de rua quando arrebentou [a Revolução]. Estávamos na Torre [bairro operário], íamos fazer uma festa no sítio de Berardo que era pra juntar o pessoal todo. Arrebentou a Revolução e o pessoal todo lá de casa não sabia que eu fazia esse trabalho. Lembro que a gente foi se reunir no Cortume do Barbalho. Eu fiquei responsável para entrar com o pessoal todo. Fiquei na esquina e levei um a um. [...] Nos reunimos para fundar o sindicato, na rua das Laranjeiras. Como eu não tinha leitura, fiquei apenas como sócia. Luiza de Santana ficou na direção. Já era de cento e trinta o número de sócios. Depois, criado o Sindicato, ele começou a crescer, alugamos a sede da rua Concórdia. Aí o patrão botou o olho e colocou os seus peixinhos lá dentro. Botou todo o seu pessoal no Sindicato, para derrubar a gente.²⁷¹

Não foi possível verificar quem foi Luiza de Santana, mas chama a atenção que a primeira diretora do Sindicato da Fiação e Tecelagem foi uma mulher.

Há pelo menos duas formas de interpretar esse relato naquilo que se refere a datas e a situações cronológicas. A primeira talvez seja a mais espetacular: o leitor ou leitora deve ter se dado conta que, em outubro de 1930, quando eclode a *Revolução*, Júlia ainda tinha 13 anos de idade. Por mais que ela já trabalhasse há quase três anos e talvez seja anacrônico chamá-la de “criança” naquele momento, parece muito pouco provável que uma menina daquela idade tenha levado “um a um” os seus colegas para fundar um sindicato. Ainda mais por tratar-se de uma mulher – como mencionamos anteriormente, e diversos trabalhos já demonstram há muitos anos, cotidianos fabris e sindicatos também são espaços onde as desigualdades de gênero são reproduzidas. Outra leitura possível indica que, na verdade, Júlia está se referindo à “revolução de 1935”. De qualquer forma, o relato parece indicar que ela se conta como

²⁶⁹ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 3-4. FUNDAJ/CEHIBRA.

²⁷⁰ Ver sobre, isso, dentre outros, NUNES, *A Lei de Férias no Brasil...*, FORTES, Op. cit., MATTOS, *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil...* e GOMES, Op. cit.

²⁷¹ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 4. FUNDAJ/CEHIBRA.

alguém que sempre liderou, organizou, agitou. Esse é o “padrão-chave” de sua narrativa, para evocar mais uma vez Daniel James.²⁷²

E cabe pontuar novamente: a ideia de padrão-chave não significa algo deliberado e minuciosamente construído por María, Julieta ou Júlia. A mistura de suas experiências e dos impactos que elas tiveram em seu cotidiano com o repertório disponível para contar-se consolidam essas memórias como as realmente importantes. Faz sentido que Júlia se lembre como uma agitadora e organizadora “desde sempre”, pois conforme podemos perceber, constantemente ela foi identificada e *perseguida* como tal.

De qualquer forma, é muito provável que tenha ocorrido uma expansão dos sindicatos ao longo dos anos 1930. Não só em virtude do projeto varguista que paulatinamente adentrava as organizações operárias e tentava nortear suas práticas e ações, mas também da própria expansão industrial pernambucana. Segundo Eduardo Silva,

o ramo têxtil em Pernambuco teve seu desempenho influenciado positivamente pela ampliação da capacidade produtiva ocorrida na década anterior. Tendo sido atingida pela recessão mundial, [...] a indústria têxtil em Pernambuco recuperou-se rapidamente. O início da década dos anos trinta também foi marcado pela recuperação do nível de importações de maquinarias têxteis. O governo argumentava com o excesso de capacidade do setor, a fim de impor proibições às importações de tais máquinas, mas, depois, ficou demonstrada a ampla margem de expansão que possuía este setor no mercado nacional e internacional. [...] Para as exportações de tecidos, entre 1931 e 1937, registra-se um crescimento de 72% aproximadamente.²⁷³

Ou seja, a formação militante de Júlia se dá em um cotidiano de expansão do setor industrial têxtil, que ainda nos primeiros anos do século já se mostrava em ascensão e que pouco tempo depois da crise de 29 seguiu sua jornada de crescimento – algo similar ao ocorrido com as indústrias Renner, em Porto Alegre.

Com o aumento das fábricas e a experiência acumulada – somada a um possível contato com o PCB ainda nos anos 1930 – Júlia vai se tornando uma figura de destaque e, conseqüentemente, passa a chamar a atenção. Mais adiante, especialmente durante e após a campanha para a Câmara de Vereadores, serão as autoridades públicas que irão lhe conferir enorme atenção, culminando com prisões e outras formas de perseguições. Antes, porém, Júlia se torna figura visada no ambiente de trabalho. Veremos, inclusive, que possivelmente uma coisa alimentou a outra: quanto mais o Estado vigiava e perseguia, mais seus patrões

²⁷² JAMES, p. 164-165.

²⁷³ SILVA, Op. cit., p. 145.

também o faziam. Por ora, vale mencionar como Júlia recorda de uma de suas estratégias mais inusitadas para evitar uma possível demissão:

A turma disse que eu já estava muito marcada dentro da fábrica; [...] Aí comecei a namorar o filho do gerente. É uma diferença muito grande, não é? O gerente era alemão, Sr. Ernesto. Ele me chamava de Julinha, me protegia... Eu também dava muita produção pra não ser chamada a atenção. [...] Eles [colegas] tinham medo que depois eu passasse para o outro lado. Valdemar, José, diziam: “não, a gente acredita nela, deixa ela com a gente, não vamos interromper.” E eu não ia mesmo me passar por uma besteira dessas; estava ali para uma tarefa. O próprio Luiz [namorado] era integralista. Eu disse: “está muito ruim para mim, porque dá nojo, vou ver como posso sair dessa.” Disse a turma [sic] que arranjassem outra forma de eu trabalhar, que aquela para mim não dava mais. Eles disseram: “você vai entrar no Círculo Operário”.²⁷⁴

Se precisar se envolver com um integralista foi um dos preços a ser pago para escapar ou suavizar as perseguições sofridas, faz todo o sentido que Júlia consolide a memória e a narrativa da “liderança desde pequena”. O final do relato nos mostra, ainda, uma outra tática para escapar da perseguição e, ao mesmo tempo, praticar o “entrismo” (tática pecebista de ingressar em instituições as quais se opõe para miná-las por dentro): o ingresso nos Círculos Operários Católicos. A seguir trataremos de seus anos de Círculo Operário, a militância em outros espaços e a reconstrução do PCB pernambucano.

3.2 – Os Círculos Operários do Recife, outras militâncias e reconstrução do PCB

Júlia não queria mais namorar um integralista, e a solução encontrada foi o ingresso nos Círculos Operários. Veremos, porém, que o convívio com essas ideias não cessaria. Igreja Católica e integralismo se uniram muitas vezes para combater o comunismo, e o movimento operário foi um espaço importante em que essa junção se consolidou.

A Igreja Católica passou a dar grande importância à “questão social” a partir da encíclica de Leão XIII, a *Rerum Novarum*, expedida em 1891 em um contexto de ascensão das ideias e lutas socialistas na Europa. Segundo o historiador Carlos Miranda, logo no ano de 1900 a cidade do Recife já teve na figura do industrial Carlos Alberto de Menezes um grande entusiasta do sincretismo entre religião e organização laboral. Menezes organizou Congressos

²⁷⁴ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 5. FUNDAJ/CEHIBRA.

Católicos e fundou a Corporação Operária do Camaragibe nesse mesmo ano,²⁷⁵ Porém, foi só a partir da Revolução 30 e do projeto corporativista de Vargas que os Círculos Operários surgiram de fato como um modelo forte, organizado e com esse nome. A partir do levante frustrado de 1935, Igreja e Estado passaram a atuar em sintonia cada vez maior de modo a minar a influência comunista no meio sindical.²⁷⁶

Após a Guerra Civil espanhola, com um Estado historicamente católico “ameaçado”, a Igreja subiu o tom contra o comunismo e, em março de 1937, o Papa Pio XI editou a Encíclica *Divinis Redemptoris*. Segundo Rodrigo Patto Sá Mota,

Enquanto em documentos anteriores prevalecia uma postura preventiva, Pio XI constatava que o “estrago” causado pelos comunistas já era considerável (“...o comunismo alcançou fazer-se aceitar... por tantas multidões de operários...”) e a luta agora seria menos de prevenção e mais de reação. É interessante observar que na Carta Encíclica de 1937 não aparecem as ambiguidades anteriores quanto à caracterização do “inimigo revolucionário”. Não há mais uma multiplicidade de termos para defini-lo: tratar-se-ia do comunismo, identificado com a experiência soviética e baseado no pensamento de Karl Marx.²⁷⁷

Essa nova fase do combate ao comunismo somada o golpe do Estado Novo, em novembro daquele mesmo ano, fez com o que o projeto dos Círculos Operários ganhasse ares “oficialistas”. Conforme Miranda:

Em Pernambuco, Agamenon Magalhães [ex-Ministro do Trabalho e Interventor] procurou incentivar os [Círculos Operários], contando com isso com a ajuda dos Padres Pontes Carvalho e José Távora, tendo este, de dezembro de 1938 [sic], organizado o Primeiro Congresso Operário de Pernambuco.

[...]

Em abril de 1939, foi construído definitivamente o Círculo Operário do Recife, COR [...].²⁷⁸

Foi nessa organização que Júlia ingressou e, segundo lembra, passou alguns anos de sua vida:

Entrei com dezoito anos [provavelmente um pouco depois, visto que a fundação é de 1939], eles me aceitaram. O padre que estava lá, era Costa Carvalho [provavelmente Pontes Carvalho, citado por Carlos Miranda]. Comecei a trabalhar, fui ganhando a

²⁷⁵ MIRANDA, Carlos A. C.. Questão Social e os Círculos Operários do Recife. *Clio* (Revista do Programa de Pós Graduação Em História da UFPE), Recife, v. 16, p. 29-39, 1996, p.30.

²⁷⁶ Cf. DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p. 49.

²⁷⁷ MOTA, Op. 41.

²⁷⁸ MIRANDA, Op. cit., p. 36.

confiança e tal... Eles davam aulas de corte, e lá começamos a fundar uma célula; a própria professora, Adélia Barros, participava da base. Eu trabalhava em um canto, noutro... O padre então mandou que eu ficasse responsável pelo material de corte e costura. Não aprendi a costurar, fiz somente algumas tarefas, mas estava como aluna. O padre então me chamou e disse: “olha, tu não vendes material fiado, não. Quem quiser que compre pegue logo.” Mas eu só prestava contas no fim do ano e, para ganhar a confiança das meninas, eu disse: “vou vender fiado a vocês; o padre não quer, mas...” Eu guardava o dinheiro, só em dezembro é que prestava contas.²⁷⁹

O COR foi fundado com dois núcleos, Tamarineira e Prado, mas ao longo de 1939 se expandiu e foram criados núcleos nos bairros de Gameleira, Torre, Campo Grande e Tejipió.²⁸⁰ Na medida em que o Círculo crescia, Júlia também parecia ocupar postos cada vez mais importantes:

Ganhei a confiança do padre. Aí ele me botou pra ser a Secretária Geral das [sic] primeira, segunda, terceira e quarta zonas. Havia alguma coisa, o padre não podia comparecer... Uma missa em Escada, tinha que fazer a festa no núcleo de lá, então ele mandou que eu fosse lhe representando. A missa só começou quando eu cheguei. Eu já tinha cartaz, não é? Passei o dia na casa do padre, com a mãe dele, essa coisa toda... Ganhei muita confiança. Comecei a trabalhar em espetáculo de rua com a turma. Lá havia muita gente que era do partido. Até a minha irmã trabalhava naqueles papéis maiores. Aquele pessoal sabia ler bem, essa coisa toda... Para mim davam aqueles papéis pequenos e eu ficava satisfeita, porque não gostava daquilo, fui somente para ganhar o Círculo Operário. “Depois que você for delegada, veja as fichas que entram, se elas são ou não comunistas.” Quando chegava a hora de verificar as fichas, aquela que tinha tendência comunista eu dizia que não era. “Essa padre, é boa, é uma pessoa que merece nossa confiança.” Aquela que era integralista, essa então, eu condenava: “padre, tenho a impressão que essa não viu?” Eu tinha reunião às quartas-feiras com ele. Só entrava nessas quatro zonas quem eu queria, Então: “aquele que tem tendência comunista, entra; quem não tem, não entra.” Por aí começamos a trabalhar. Um dia, me mandam trabalhar no Pavão Dourado. Já era tempo de sair do Círculo Operário e ir para outro lugar. No Pavão Dourado havia muitos policiais. Imagine [a] dificuldade.²⁸¹

O Pavão Dourado era um bloco de carnaval do Recife. Interessada, Júlia perguntou ao “Sr. Honório”, dono do terreno onde ficava sua casa, como poderia ingressar. O Círculo Operário e o Pavão Dourado coexistiram no cotidiano militante de Júlia, que chegava a virar a noite no Pavão para, ao amanhecer, participar das atividades circunistas. Quando “não estava mais aguentando”, Júlia optou (ou recebeu como tarefa?²⁸²) ficar apenas no bloco, mas não sem antes “despejar” no padre o que certamente estava entalado em sua garganta:

²⁷⁹ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 5. FUNDAJ/CEHIBRA.

²⁸⁰ MIRANDA, Op. cit., p. 36.

²⁸¹ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 5-6. FUNDAJ/CEHIBRA.

²⁸² Carlos Miranda afirma que no meio dos anos 1940 o COR entrou em declínio, chegando a fechar os núcleos de Tejipió, Torre e Iputinga em 1944, e Tamarineira, Gameleira e Campo Grande em 1946 (Cf. MIRANDA, Op. cit., p. 37). É possível que o fim da trajetória de Júlia no COR tenha se dado, também, pelo declínio da instituição e a avaliação de que o Círculo Operário do Recife não tivesse mais importância.

Aí uma vez ele chegou, fez um sermão e disse que se precisava ter muito cuidado com os comunistas porque eram o mesmo que uma sementinha de jurubeba, que a gente planta um pé e amanhã se alastra. Eu já não estava mais aguentando, aí eu disse: “padre, se o Sr. continuar fazendo o sermão contra os comunistas, vou ter que pedir um aparte para o Sr. na hora da missa. Deixe os comunistas pra lá, eles não fazem mal a ninguém, esse medo que vocês tem é unicamente pelo poder que vocês querem ganhar. [...]” Aí fiquei resistindo. O padre fazia uma coisa, eu fazia outra com ele... Ele não podia falar porque se não eu falava também. Chamei ele na cozinha e disse: “o Sr. diz uma coisa, eu digo outra, digo a verdade. O Sr. disse para se ter cuidado com os comunistas. Por que não teve cuidado com os integralistas? O padre João está aí ensinando o integralismo. O Sr. não disse nada nem botou o padre João para fora, ele continua aí.”²⁸³

Não foi possível verificar se o tal Padre era de fato integralista, mas veremos no capítulo 7 que o COR fez campanha para um candidato integralista nas eleições que levaram Júlia à Câmara Municipal. Curiosamente, Júlia se recorda apenas de um dirigente integralista: o futuro comunista Paulo Cavalcanti (“o considero muito, mas ele foi integralista”). Além disso, se lembra de somente um embate de fato, ocorrido na praça em frente à Igreja do Caxangá em 1934.²⁸⁴ Conforme a imprensa da época, o evento sequer chegou perto do que ocorreria um mês depois na Praça da Sé, em São Paulo. Os integralistas teriam saído de sua sede, uniformizados, e chegaram para realizar seu comício em um “ambiente que se prenunciava hostil”, e sempre que tomavam a palavra eram vaiados pelos comunistas:

Por fim, terminado o comício entraram em forma os integralistas e rumaram para a sua sede pela rua da Imperatriz, entoando o hino nacional brasileiro, sem embargo, do que ainda foram alvo de novas vaias por parte de seus adversários. Ao que nos consta, apenas um ferido recebeu socorros da Assistência Pública: o auxiliar do comércio sr. René Macedo, integralista, que apresentava contusões generalizadas, produzidas por [ilegível] de automóvel, sem gravidade.²⁸⁵

Júlia se recorda do encontro e de sua participação, mesmo tendo apenas 17 anos à época, mas sem maiores destaques: “os integralistas foram de calças pretas e camisas verdes, inclusive as mulheres, e a nossa turma foi de calças pretas e camisas vermelhas. Eu era pequena, mas me metia em tudo. Acabamos e os integralistas foram embora.”²⁸⁶

²⁸³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 6. FUNDAJ/CEHIBRA.

²⁸⁴ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 8. FUNDAJ/CEHIBRA.

²⁸⁵ *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de setembro de 1934, p. 3. HDB/BN.

²⁸⁶ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 8. FUNDAJ/CEHIBRA.

Assim, é evidente que Júlia passou anos em um ambiente absolutamente hostil às suas crenças, realizando um difícil trabalho de base em uma instituição decididamente anticomunista. Segundo Rodrigo Patto Sá Mota,

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta.²⁸⁷

Os embates de Júlia com o Padre Carvalho – que vão durar até as vésperas de sua eleição – que o digam. Vale mencionar que o contexto de militância de Júlia no COR se dá em uma situação de desarticulação quase completa do Partido Comunista no Recife. Curiosamente, apesar de ter sido um dos palcos do *putsch* de novembro de 1935, a capital pernambucana não empreendeu um grande esforço de perseguição imediata aos comunistas locais, diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro, por exemplo. Segundo Gregório Bezerra,

Praticamente, o setor operário do Partido nada sofreu como organização. As organizações de base, distritais e zonais também quase nada sofreram. O Partido no Nordeste, em geral, ficou intacto. Só o setor militar, no Exército, foi duramente atingido.²⁸⁸

A direção nacional do partido, no entanto, foi também duramente atingida; segundo Dainis Karepovs, “os vários Comitês Regionais do PCB tiveram de conduzir o PCB nos estados de maneira quase que independente”,²⁸⁹ o que talvez explique essa tática de entrismo de Júlia no COR, algo bastante incomum na história do Partido.

Às vésperas do Estado Novo a situação partidária do PCB em Pernambuco já era delicada (100 filiados em maio de 1937²⁹⁰), e, após o fechamento do regime, a repressão foi implacável. Segundo Marco Aurélio de Oliveira,

O PCB, que já vinha sofrendo baixas e todo tipo de perseguições desde o movimento de 1935, sofreu rigorosa perseguição durante quase todo o Estado Novo. Em 1939, caía todo o Comitê Regional de Pernambuco e o PC deixava de ter uma estrutura estadual organizada até a anistia. O partido sobreviveu através de algumas

²⁸⁷ MOTA, Op. cit., p. 35-36.

²⁸⁸ In KAREPOVS, Op. cit., p. 59.

²⁸⁹ Ibidem, p. 65.

²⁹⁰ Ibidem, p. 189.

poucas organizações de base que permaneceram ativas e sobre as quais a repressão não estendeu seu braço.²⁹¹

Ao pensar os Círculos Operário no Estado Novo, Mota afirma o seguinte:

Numa fase em que a repressão contra as entidades e militantes operários era muito intensa, os ativistas cristãos não só eram poupados pela polícia, o que já constituiria uma vantagem considerável, mas recebiam o beneplácito das autoridades públicas. A organização, que em 1937 contabilizava 34 círculos e 31.000 membros, passou a registrar, em 1945, a existência de cerca de 200.000 inscritos, distribuídos em 200 círculos.²⁹²

É possível, portanto, que a estratégia do entrismo tenha sido uma possibilidade para garantir a sobrevivência do Partido – se não como instituição orgânica, como ideia. Talvez ações pouco conhecidas como a de Júlia tenham contribuído nesse sentido durante o Estado Novo.

Além disso, há o trabalho na própria fábrica, de convencimento, agitação e propaganda, que certamente pavimentaram o caminho para adesões imediatas ou durante a legalidade do Partido. Em 1933, por exemplo, Júlia fez campanha para a Assembleia Constituinte para Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB em 1922, candidato pela legenda Trabalhador Ocupa Teu Posto (“Eu era de menor, não podia... eu dizia para as meninas: ‘se eu fosse votar, votaria nessa chapa’.”²⁹³). Eram assembleias, instruções, distribuição de materiais (“eu jogava boletins, tarde da noite, até dentro do gabinete do mestre”), enfim, “foi um trabalho de recrutamento mesmo sério”.²⁹⁴

Militando nas fábricas, disputando as classes populares com a Igreja e o integralismo, e pensando em saídas até mesmo inusitadas para se preservar, Júlia e o PCB resistiram ao Estado Novo, e com a Lei de Anistia em abril de 1945 e o papel decisivo da URSS na Segunda Guerra Mundial, o futuro parecia muito promissor. É dele que trataremos a seguir.

²⁹¹ OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. *Considerações sobre a política do PCB e as lutas sociais entre o fim do Estado Novo e o início do Governo Dutra*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFPE, Recife, 1984, p. 68.

²⁹² MOTA, Op. Cit., p. 47.

²⁹³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 10. FUNDAJ/CEHIBRA.

²⁹⁴ Ibidem.

PARTE II: A VIDA NO PARTIDO

A trabalhadora amará seus filhos de forma sensata não se estiver em casa com eles, negando-se a lutar por sua libertação, mas se ela se tornar uma combatente, se ela quebrar, junto com os trabalhadores as correntes da escravidão e, assim, preparar para seus filhos uma vida alegre, livre e promissora.

ARMAND, Inessa Fiodoróvna. O Partido Comunista e a trabalhadora – Comunicação na IV Conferência Apartidária de Mulheres de Moscou. Setembro de 1919. In SCHNEIDER, Gabriela (Org.). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 230.

Em um importante artigo que trata da biografia como problema historiográfico, a historiadora italiana Sabina Loriga atenta para o risco de se cair no “paradoxo do sanduíche”: “um pouco de contexto, um pouco de existência individual e outra camada de contexto”.²⁹⁵ Contexto esse que surgiria como uma espécie de pano de fundo, apartado da vida social e a espera dos atores que encenariam seu drama nesse palco, sem capacidade de interagir ou interferir em sua disposição. Uma boa maneira de não cair nessa armadilha é considerar o contexto como um *campo de possibilidades*, como mencionado anteriormente.²⁹⁶

Assumindo o risco de cair nessa armadilha, o que se fará a partir de agora é um mapeamento das diferentes organizações femininas no Partido Comunista do Brasil entre os anos 1930 e 1960. Não para “pintar um quadro” no qual as personagens aqui estudadas possam ser inseridas, mas para mostrar quais as possibilidades de atuação e circulação de Elisa, Júlia e Julieta enquanto mulheres comunistas. Não há abundância de material específico sobre elas enquanto comunistas, então, ao cartografar essas associações, busca-se apreender qual o campo de possibilidades de tais personagens naquele momento. Não há como saber com absoluta segurança se as três mulheres aqui estudadas compuseram todas essas organizações e de que forma o fizeram (veremos que Julieta e Júlia parecem ter sido as que mais se envolveram), mas isso certamente foi uma possibilidade que se apresentou.²⁹⁷

²⁹⁵ LORIGA, A biografia como problema... p. 248.

²⁹⁶ Na biografia de Flávio Koutzii, Benito Schmidt faz algo similar em determinado momento, e justifica o “sumiço” do biografado da seguinte maneira: “O leitor deve ter notado que Flávio sumiu um pouco de minha narrativa, diluindo-se no conjunto maior dos *rojos*. Julguei importante realizar essa *démarche* para delinear o campo de possibilidades onde ele atuou, campo de possibilidades, aliás, em cuja configuração suas ações tiveram um peso decisivo.” SCHMIDT, *Flávio Koutzii...* p. 265.

²⁹⁷ Não se pretende, porém, recontar a longa e rica história dos movimentos feministas e de mulheres do Brasil, restringindo essa exposição apenas às organizações vinculadas ao PCB. Para um grande apanhado da história da luta das mulheres brasileiras e suas organizações, ver BESSE, Susan, K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999. Sobre as divergências entre o feminismo de Bertha Lutz e da FBPF, visto como “burguês” pelo PCB, e as mulheres

CAPÍTULO 4: AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS COMUNISTAS

Como expostos na introdução, a primeira metade do século foi palco de uma série de tensões e aproximações entre feminismo e comunismo. O PCB, que se reivindicava o partido da classe operária, por algum tempo se posicionou no debate denunciando o feminismo liberal como sendo “pequeno-burguês” e, portanto, sem relação com as mulheres operárias. Segundo a filósofa Cinzia Arruzza,

Seria um erro achar que o encontro entre o feminismo e o movimento operário aconteceria naturalmente, sem contradições ou dificuldades. Em primeiro lugar, [...] o feminismo surgiu originalmente do resquício de liberdade proporcionada pelas revoluções burguesas e foi primeiro teorizado pela classe média e classe média alta. Em segundo lugar, cada movimento operário é filho de seu tempo e pensar que seus membros, líderes e teóricos estariam naturalmente livres de preconceito, atitudes estereotipadas e resistência ao feminismo seria ilógico, um pensamento anacrônico. Por fim, ao lado desse contexto histórico maior, podemos acrescentar razões advindas de processos históricos específicos, como a degeneração burocrática da União Soviética e seu impacto no movimento operário internacional e na dinâmica interna dos grupos da Nova Esquerda nos anos 1960 e 1970.²⁹⁸

Assim, a primeira notícia encontrada sobre uma organização comunista de mulheres data apenas de 1928 – seis anos depois da fundação do Partido. Segundo Maria Elena Bernardes, o Bloco Operário e Camponês, legenda eleitoral comunista surgida em 1927, um ano depois criava um Comitê de Mulheres Trabalhadoras com participação da poetisa Laura Brandão e de Rosa Bittencourt, que segundo Astrojildo Pereira foi a primeira mulher filiada ao partido, ainda em 1922.²⁹⁹ Cabe mencionar que, logo nessa primeira empreitada, as mulheres comunistas já denunciavam que o machismo reinante na sociedade também ecoava no partido, afirmando que “esses preconceitos são muitas vezes seguidos por nossos próprios companheiros que não permitem a intromissão das companheiras e das filhas na luta pela emancipação proletária”.³⁰⁰

comunistas, ver ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB e Feminismos: disputas e tensões (1930-1937). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 435 – 452, dez. 2018.

²⁹⁸ ARRUZZA, Cinzia. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2019, p. 69.

²⁹⁹ BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade da mulher na política*. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP: Campinas, 1995, p. 133;

³⁰⁰ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20/07/1929, p. 2. Citado em FERREIRA, A. S.; LINS, M. S. As Questões de Gênero no interior do Partido Comunista do Brasil – PCB (1922-1947). *Temporalidades*, v. 7, p. 176-190, 2015, p. 180.

A tentativa foi efêmera – o próprio BOC fora extinto em 1931 em virtude do giro obreirista do Partido.³⁰¹ Mesmo depois da extinção do Bloco, contudo, foi possível encontrar uma carta “às mulheres trabalhadoras”, assinada por uma enigmática “vítima do capital”:

A situação da mulher trabalhadora, no momento atual, é a pior possível. A exploração capitalista não tem limites. Para melhor explorarem, despedem os operários adultos, para substituí-los por jovens e mulheres, que fazendo o mesmo serviço que os adultos, no entanto, só lhes pagam a metade ou menos ainda. Até quando permaneceremos nessa situação? Até a fome nos fazer sucumbir?

[...]

Formemos junto aos nossos irmãos companheiros, pais e irmãos, entrando para nossa organização que é o Partido Comunista, o único que luta pelos nossos interesses de jovens e mulheres trabalhadoras.³⁰²

O apelo para que as mulheres ingressassem no PCB ao lado de seus companheiros, pais e irmãos, indica um partido composto fundamentalmente por homens. Em 1935 surgiu um novo grupo exclusivamente destinado às mulheres no interior do PCB: a União de Mulheres do Brasil, ligada à ANL e que foi a porta de entrada para o Partido a algumas mulheres, como Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, eleita deputada estadual em Pernambuco em 1946.³⁰³ Iracélli Alves também identificou a criação de uma União Feminina do Brasil, fundada no mesmo ano de 1935 e de duração efêmera – apenas dois meses. Na esteira da polêmica com o “feminismo burguês”, a UFB destacava em suas publicações que “uma verdadeira libertação feminina estava nos movimentos populares e que as mulheres não deveriam confiar em ‘líderes feministas’.”³⁰⁴

³⁰¹ Depois do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, e da implementação do *obreirismo* como linha de atuação da organização, as tentativas de aliança com a burguesia nacional foram rechaçadas pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC). Os idealizadores do BOC, Otávio Brandão e Astrojildo Pereira, foram acusados de *desvio pequeno-burguês* e comparados ao *kuomintang* chinês. No biênio 1930 – 1931, ambos foram afastados da direção do PCB. Ver, por exemplo, CARONE, Edgard, *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989; ANTUNES, Ricardo L. C.. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1990; AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil v. 1: A formação das tradições (1889 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁰² *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 132, 15 de dezembro de 1931, p. 3. CEDEM/UNESP.

³⁰³ MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, C. La trayectoria de las mujeres comunistas brasileñas: una historia sin contar. In: Adriana Valobra; y Mercedes Yusta. (Org.). *Queridas Camaradas – Historias iberoamericanas de mujeres comunistas*. Buenos Aires: Mino y Dávila Editores, 2017, v. 1, p. 100.

³⁰⁴ ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB e Feminismo: disputas e tensões (1930-1937). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 435 – 452, dez. 2018, p. 440.

Com o *Putsh* de novembro de 1935, o fechamento da ANL e posteriormente o Estado Novo, se tornou muito difícil a organização de mulheres comunistas. No final do período ditatorial,

São criados os Comitês de Mulheres pela Anistia. Vitoriosos em seu pleito, não só pelo seu poder de pressão mas porque Getúlio precisava do apoio do PCB, transformaram-se em Comitês de Mulheres para Democracia pois, era preciso que não se deixasse dispersar o potencial de mobilização já atingido.³⁰⁵

Desde então vão surgir organizações femininas longevas, sobretudo a partir de 1946.³⁰⁶ Esse ano marca a eleição de mulheres para assembleias legislativas estaduais, como a mencionada Adalgisa Cavalcanti em Pernambuco e Zuleika Alembert em São Paulo. Um ano depois surgiriam as candidaturas aqui estudadas e muitas outras a nível municipal, assim como o jornal *Momento Feminino*.³⁰⁷

Fundado sob a iniciativa da vereadora comunista Arcelina Mochel (PCB/DF), o jornal teve sua primeira edição em julho de 1947 e circulou até 1956 com tiragem de 10 mil cópias. Segundo Iracélli Alves, “Até janeiro de 1948 foi às ruas semanalmente. Em 1949 tornou-se mensal, com quebras de regularidade. Em momentos especiais, saía mais de uma vez por mês, outras vezes ficava mais tempo fora de circulação.”³⁰⁸ Apesar da iniciativa de Arcelina Mochel e da grande participação de muitas outras comunistas, o jornal tinha entre suas colaboradoras mulheres de outras correntes políticas,

a exemplo de Lygia Maria de Lessa Bastos, à época, vereadora do Distrito Federal pela União Democrática Nacional (UDN); Sagramor de Scuvero, então vereadora pelo Partido Republicano (PR) e Alice Tibiriçá (1886-1950), que não tinha filiação partidária, mas já vinha atuando na política pública através do movimento feminista desde a década de 1920.³⁰⁹

³⁰⁵ MACEDO, Op. cit., p. 138-139.

³⁰⁶ A única referência explícita a mulheres que foi encontrada antes de 1946 é de junho de 1945, quando o jornal baiano *Tribuna Popular*, dos comunistas, destacava quatro pontos gerais para a atuação partidária a partir de sua legalização iminente, sendo um deles: “As mulheres devem ser especialmente convocadas, no maior número possível, a participarem de todas as atividades do Comitê, inclusive as tarefas relativas à propaganda [...]” Cf. SILVA, Raquel Oliveira. O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947). In SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016.

³⁰⁷ Encontra-se completo na Hemeroteca Digital Brasileira. Sobre Arcelina Mochel, que foi a editora do jornal durante toda sua existência e também uma das fundadoras da Frente de Mulheres do Brasil (FMB), em 1949, ver SHUMAHAR, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 105 e 264.

³⁰⁸ ALVES, Iracélli da Cruz. Nice Figueiredo, Momento Feminino e o debate feminista no Brasil. *Saeculum*, v. 40, p. 265-288, 2019, p. 266

³⁰⁹ Ibidem.

Ou seja, a política da “União Nacional”, formulada ao final da Segunda Guerra e do Estado Novo, também parece ter tido impacto nessa empreitada.

O primeiro número do jornal traz como subtítulo “O jornal para o seu lar”. Se em um primeiro momento a frase pode remeter às demais revistas de costumes típicas das “Mulheres dos anos dourados”, logo na primeira página encontramos o seguinte editorial escrito por Mochel:

Conscientes de nossas responsabilidades, como colaboradoras indispensáveis em todos os momentos da vida nacional, também necessitávamos de uma poderosa arma na imprensa, capaz de atrair todas as mulheres dos mais escondidos recantos brasileiros, as mulheres das cidades movimentadas, como dos sertões nordestinos, do litoral como dos campos, para que, numa única frente, marchássemos em direção a um objetivo comum, a um horizonte de luz, alegria, saber, conforto e felicidade.

[...]

No que concerne aos meios de subsistência, aos gêneros alimentícios cada vez mais escassos, à carestia de vida, aí repousa a maior preocupação das mulheres; aí está o ponto culminante de sua luta organizada, porque todas compreendemos que é preciso vencer esta calamitosa transição por que o país atravessa e não se conquistam vitórias sem união, sem tenacidade, sem esperança e convicção.³¹⁰

O quanto essa feminilidade era advogada como traço cultural ou como parte uma estratégia, apesar de difícil verificação, será explanado mais adiante. Por ora, cabe levar em consideração o que disse Viviane Leão ao estudar o período:

Neste sentido, as fontes [sic] analisadas e a bibliografia apropriada permitem comprovar que, nas décadas de 40 e 50, ser mulher comunista significava aceitar a igualdade como expressão da liberdade e participar do projeto utópico, objetivando eliminar a exploração do homem pelo homem para chegar assim a sua emancipação, sem, portanto, recusar no sentido cabal sua feminilidade.³¹¹

Assim, além de matérias e textos sobre as lutas das mulheres ao redor do país, o jornal trazia também alguns contos de escritoras como George Sand.³¹² A publicação exaltava, ainda, a atuação parlamentar das mulheres comunistas, nomeando suas parlamentares e apresentando

³¹⁰ *O Momento Feminino*, Ano I, n. 1, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1947, p. 2.

³¹¹ LEÃO, Op. cit., p. 149.

³¹² Pseudônimo de Amantine Lucile Aurore Dudevant, romancista francesa do século XIX que se notabilizou pela contestação às convenções sociais da família burguesa e aos casamentos forçados e infelizes, escrevendo inclusive sobre adultério feminino. Ver <<https://www.britannica.com/biography/George-Sand>> Acesso em 12 jan 2021.

a suas leitoras e leitores como atuavam essas mulheres – também havia, no entanto, espaço para costumes e moda, inclusive “para sua filhinha”³¹³

Apesar das divergências, como vimos anteriormente, a publicação fez uma homenagem de página inteira ao 25º aniversário da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tecendo elogios a Berta Lutz, suas iniciativas e apresentando um balanço de sua trajetória e a luta pelo voto feminino.³¹⁴

Ao destacar a atuação parlamentar no Rio de Janeiro, por exemplo, o *Momento* informava: Arcelina Mochel discursava contra os despejos de famílias, protocolou ação para garantir iluminação pública em Vigário Geral, fez um apelo para que se contratasse uma professora substituta para uma Escola e votou pelo Jubileu da Federação pelo Progresso Feminino; Lygia Maria Lessa Bastos, por sua vez, exigia “o aumento dos vencimentos das professoras” - a preocupação com escolas e a falta de professores são temáticas constantes dos textos que Bastos publica no *Momento Feminino*; e Odila Schmidt discursava sobre o melhoramento de parques, do Hospital Bangu e folgas semanais remuneradas.³¹⁵ Ou seja, esse recorte de um momento da atuação dessas vereadoras evidencia uma preocupação com profissões aceitas como tipicamente femininas na época e com melhoramentos dos bairros, importantes bandeiras das associações femininas e que aparecerão nas candidaturas das mulheres aqui estudadas, como veremos adiante.

Em estudo prosopográfico concentrado principalmente no Distrito Federal, Valentine Mercier aponta a ausência de mulheres negras e analfabetas nas fileiras do Partido. A autora não é categórica, fazendo advertências quanto à disponibilidade de fontes, mas afirma:

um diagnóstico definitivo é difícil de estabelecer: no caso de documentos escritos, a menos que seja explicitamente declarado, a cor da pele da pessoa é impossível de perceber. No entanto, várias fotos decoram as histórias e testemunhos publicados, nos quais não só a ativista em questão, mas também às vezes vários de seus companheiros aparecem. Além disso, os folhetos de candidatura eleitoral incluem uma imagem assim como os registros da polícia. Além disso, se aceitarmos mais uma vez a observação de que as mulheres analfabetas estavam em minoria, ou mesmo ausentes da festa, e que observamos a correlação entre a cor da pele e o índice de analfabetismo, podemos supor que as mulheres negras estavam de fato ausentes, invisíveis ou muito distantes do PCB.³¹⁶

³¹³ *O Momento Feminino*, Ano I, n. 3, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1947, p. 6.

³¹⁴ *O Momento Feminino*, Ano I, n. 3, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1947, p. 17. Segundo Elza Macedo, a FBP e a FMB (da qual trataremos logo adiante) possuíam filiadas em comum nesse momento (Cf. MACEDO, Op. cit., p. 192);

³¹⁵ *O Momento Feminino*, Ano I, n. 4, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1947, p. 2.

³¹⁶ MERCIER, Op. cit. Capítulo 1: Représentativité des militantes en regard de la société, Tradução minha, no original: un diagnostic définitif est difficile à établir: dans le cas de documents écrits, à moins qu'elle ne soit

A presente pesquisa pode ajudar a complexificar esse quadro. Se é verdade que as mulheres que mais se engajaram – ou as que mais deixaram registros? – no PCB nesse momento eram, de modo geral, escolarizadas e de camadas médias da sociedade, estudos biográficos podem ajudar a identificar outros casos, como os de Júlia em Recife e Julieta em Porto Alegre. Além disso, as campanhas e atuações dessas mulheres tinham como alvo as mulheres trabalhadoras, muitas delas negras e/ou analfabetas. As campanhas eleitorais e mandatos reforçam essa constatação.

É importante lembrar, mais uma vez, que esse é o momento de “união nacional” pecebista, cuja linha política defendia frentes amplas contra o fascismo e a colaboração com os setores progressistas da burguesia. Surgem então grandes frentes e organizações de intelectuais e artistas, sindicais e de mulheres – que, convém lembrar, a partir de agora, votariam. Segundo a historiadora Eliane Rosa Garcia, “as organizações de mulheres podem ter sido impulsionadas pelo crescimento da população e do eleitorado feminino, além do aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho.”³¹⁷

As tentativas de angariar os votos femininos aliadas à política de união nacional fez com que o partido voltasse suas atenções às mulheres com inédita intensidade. Elas não só ocupavam as páginas do *Momento Feminino* como também notícias sobre o direito feminino na União Soviética e homenagens às mulheres trabalhadoras se tornaram corriqueiras nas páginas de *A Classe Operária*.

Além disso, havia um grande esforço para tentar organizar as camaradas:

Devemos lutar agora para que, em cada organização de massas, principalmente nos sindicatos e comitês populares sejam criados departamentos femininos. Devemos lutar para que seja constituído um centro organizador e mobilizador de mulheres brasileiras, com vistas a unificar as mulheres numa ampla associação que surja de uma vasta ação das mulheres e por meio de um congresso feminino representativo

explicitement indiquée, la couleur de peau de la personne est impossible à percevoir. Cependant, diverses photos agrémentent les récits et témoignages publiés, sur lesquelles apparaissent non seulement la militante dont il est question, mais aussi parfois plusieurs de ses camarades. De plus, les tracts de candidature aux élections comportent une image, les fiches de police aussi. Par ailleurs, si l’on accepte une nouvelle fois l’observation selon laquelle les femmes analphabètes étaient minoritaires, voire absentes du parti, et que l’on observe la corrélation entre la couleur de peau et le taux d’analphabétisme, on peut supposer que les femmes noires étaient effectivement absentes, invisibles ou très éloignées du PCB. Disponível em < <https://books.openedition.org/iheal/9033>> Acesso em 04 nov 2020.

³¹⁷ GARCIA, Eliane Rosa. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947 – 1960)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p. 10.

de todas as profissões e categorias de mulheres em luta pelos seus direitos. Devemos criar no Brasil uma seção da Federação Democrática Internacional de Mulheres.³¹⁸

Surgiam comitês de donas de casa e núcleos de bairro, quase sempre tendo como principal bandeira a luta contra a carestia, conforme conclamava a já apresentada Arcelina Mochel, ainda antes de criar o *Momento Feminino*:

O despertar político das mulheres brasileiras, sua grande combatividade demonstrada ultimamente com a criação das Uniões Femininas populares para a luta contra a carestia, impõe à nossa imprensa a necessidade de ajudá-las e orientá-las em sua luta e na maneira de apresentarem suas reivindicações, pois as operárias, como as donas de casa, por terem sido mantidas durante tanto tempo à margem da vida social e política, têm muito o que aprender, necessitam de uma consciência clara dos seus direitos e, sobretudo, das vantagens que lhes trará a organização para melhorar suas condições de vida e de seus filhos. Para isso deve contribuir toda a imprensa partidária, os boletins e periódicos das empresas e dos sindicatos e de todas as publicações populares econômicas e intelectuais.³¹⁹

Vale frisar nessa citação que a autora justifica histórica e socialmente a marginalidade da mulher na esfera pública – teriam pouca consciência social e capacidade de organização por terem sido mantidas no lar e excluídas dos espaços de debate e decisão, e não por questões inatas à condição feminina como era possível encontrar em outras “justificativas” da época.

Em 1947 a Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM) organizou a Jornada Internacional das Mulheres, em Praga, na Tchecoslováquia. A historiadora Francisca de Haan definiu a FDIM como uma instituição progressista e feminista de esquerda, com “ênfase na paz, direitos das mulheres, antirracismo e anticolonialismo” e que não pode ser pensada apenas como um satélite soviético.³²⁰ Celia Donert, no mesmo sentido, afirma o seguinte:

Apoiada política e financeiramente pela União Soviética, a FDIM ofereceu espaço para redes transnacionais entre mulheres de diferentes convicções ideológicas, embora a política da Guerra Fria reduzisse seu potencial de filiação e atividades. Os direitos das mulheres continuaram no topo da agenda da FDIM, especialmente após a morte de Stalin.³²¹

³¹⁸ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 4, 30 de março de 1946, p. 15. CEDEM/UNESP.

³¹⁹ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 19 de outubro de 1946, p. 7. CEDEM/UNESP.

³²⁰ In GRADSKOVA, Yulia. Women’s international Democratic Federation, the ‘Third World’ and the Global Cold War from the late-1950s to the mid-1960s, *Women’s History Review*, 2019, p. 2.

³²¹ DONERT, Celia. Whose Utopia? Gender, Ideology, and Human Rights at the 1975 World Congress of Women in East Berlin. In *The Breakthrough: Human Rights in the 1970s*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2014, p. 72. Tradução minha. No original: “Supported politically and financially by

Durante o evento inaugural da FDIM em 1947, também ocorreu a primeira reunião do Conselho da entidade, que, de acordo com a imprensa oficial do PCB,

contou com a participação de uma delegada brasileira [Alice Tibiriçá], democraticamente eleita pelas uniões femininas, que também financiaram a sua viagem. Esse fato demonstra, sem dúvida, o grau de amadurecimento que está atingindo o movimento feminino, em nosso país, apesar de suas muitas debilidades. Pela primeira vez, uma mulher brasileira participa de um conclave internacional, representando organizações populares e sem nenhuma ajuda oficial.³²²

Ao longo da matéria, o jornal fazia um balanço otimista das uniões femininas até então, projetando melhoras para os próximos meses:

FORTALEÇAMOS AS ORGANIZAÇÕES FEMININAS DO BRASIL

Transcorrendo, hoje, a Jornada Internacional das Mulheres, é oportuno fazer um rápido balanço do que já representa o movimento feminino organizado em nossa terra, a fim de impulsioná-lo para maiores êxitos.

Numerosas organizações femininas existem no país, de fins beneficentes, culturais, etc., de caráter oficial ou não. Algumas dessas organizações possuem muitos anos de existência com realizações interessantes.

No ano passado, entretanto, surgiram organizações femininas de novo tipo – as Uniões Femininas – reunindo mulheres de todas as condições sociais, acima de diferenças políticas e religiosas, visando o combate à carestia de vida e a elevação do nível cultural das mulheres. Sem nenhuma orientação partidária, as uniões femininas, educando as mulheres na luta pelas suas reivindicações e mostrando-lhes, sobretudo, o poder da organização constituem, também um excelente fator de educação democrática das massas femininas.

VITÓRIAS DAS UNIÕES FEMININAS

Já existem vinte e cinco uniões femininas no Distrito Federal, e três, no Estado do Rio. Na Bahia, encontram-se funcionando a União Democrática Feminina, com núcleos em vários bairros. Organizações femininas de caráter reivindicativo existem, também, em diversos outros Estados.

As uniões femininas no Distrito Federal, apesar de ainda não terem atingido as grandes massas de mulheres, tendo apenas começado a penetrar nos bairros pobres e nas fábricas, já conseguiram algumas vitórias significativas. Citamos, por exemplo, o fornecimento de banha regularizado. A União Feminina de Riachuelo conseguiu para o seu bairro uma carroça de leite diária. A de Magarça, mantém um posto médico e uma escola de alfabetização. Também a da Favela possui uma escola desse tipo. Algumas uniões femininas mantêm cursos de corte e costura. Palestras, por líderes femininas têm sido realizadas em todas.

the Soviet Union, the WIDF offered scope for transnational networking between women of different ideological persuasions, even though Cold War politics narrowed its potential membership and activities.²⁷ Women's rights remained high on the WIDF agenda, especially after the death of Stalin.”

³²² *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 54, 08 de março de 1947, p. 5. CEDEM/UNESP.

Parecem claros os limites do que consistiam problemas específicos das mulheres à época segundo a visão do partido: custo de vida, preocupação com os filhos e questões relacionadas ao lar – o próprio *Momento Feminino* chegou a ter como subtítulo “o jornal para o seu lar”. É importante, porém, levar em conta duas questões fundamentais na conformação dessas organizações e suas palavras de ordem: a experiência das próprias militantes e o caráter que anticomunismo assumiu no período.

Sobre a primeira questão, Viviane Leão faz uma importante advertência:

as mulheres e os homens do PCB não nasceram comunistas, stalinistas ou bolchevistas como se reconheciam durante a militância, e até o momento em que ocorreu a sua inserção no Partido já haviam assimilado uma cultura, caracterizada por uma realidade predominantemente ocidental. Por conseguinte, à medida que introjetavam os dogmas impostos pela organização foram construindo a sua realidade enquanto comunistas, sem porém, destituírem-se de seus antigos valores e tradições.³²³

Ao mesmo tempo, essas mulheres eram acusadas de atacar esses valores. Algo que não só ia contra a ideia de União Nacional como ainda tinha efeitos práticos em suas vidas, conforme relata a militante paranaense Iraci Soares de Oliveira:

O Partido já tinha uma fama assim, que era... para essa gente aí, era um horror! Chamavam a comunista de Paraíba [...] de prostituta! Os tiras chegavam e se engraçavam dizendo: Vai, vai fundo! Ela é comunista! Porque se fosse mulher comunista, para eles era obrigada a ser prostituta. Eles achavam que a mulher comunista era depravada, sabe? Que se metia hoje com um homem, amanhã com outro. Essa era a fama que nós tínhamos.³²⁴

Não é objetivo do trabalho apreciar como e se a percepção dessa militante estava conformada pelas noções do Partido acerca da prostituição, e nem teorizar sobre os preconceitos regionais – dela ou dos *tiras*? – escancarados no relato, o que importa é perceber que ao eleger a área da família e dos costumes no Pós-Segunda Guerra, o anticomunismo produziu impactos concretos na vida dessas mulheres, especialmente em relação aos órgãos de repressão – algo ocorrido com as mulheres aqui estudadas e que ficará bem evidente nos próximos capítulos. Segundo Alves, “boa parte das preocupações anticomunistas estava relacionada à preservação da moral e da estrutura familiar que, supostamente, estava sendo posta em risco pela pregação ‘subversiva’.” Dessa forma – sempre tendo em mente o mote da

³²³ LEÃO, Op. cit., p. 124.

³²⁴ Ibidem, p. 120.

União Nacional – era conveniente e até mesmo estratégico ao Partido “desvencilhar-se do estigma de destruidor da ‘moral’ e dos ‘bons costumes’.”³²⁵ Segue a autora:

Sabendo do caráter sacralizado dos papéis atribuídos ao gênero feminino – mães, irmãs, esposas e filhas, mantedoras da paz e harmonia da família – supomos que elas incorporaram o ideal de feminilidade recorrente, resignificando a ideia de lar e taticamente solicitaram a inclusão das mulheres na política formal. Lar não se restringia ao ambiente doméstico, ao contrário, falaram de um “lar nacional”, onde as mulheres deveriam participar das tomadas de decisões para o seu bom funcionamento.³²⁶

Marcela Morente, nesse sentido, reconhece a importância e o avanço que esse movimento representou para as mulheres, apontando que

Entre as ações de resistência, os movimentos e associações de mulheres tiveram um papel destacado, pois além de representarem uma ameaça à ordem estabelecida, essas mulheres também representavam uma ruptura com o discurso oficial sobre o papel feminino, que idealizava a mulher brasileira como a boa mãe e boa esposa, com seu espaço circunscrito ao seu lar. A organização de associações e movimentos de mulheres contribuiu para o fortalecimento da presença feminina na esfera pública, impondo-se como agente social.³²⁷

Além desse “feminismo tático”, ordeiro e “anti-anticomunista”, é possível que essa postura e essas bandeiras decorressem também da forma como o PCB entendia que seria mais aceito entre as massas de trabalhadoras e donas de casa, como fica evidente em edição d’*A Classe Operária* do início de 1948:

AS REIVINDICAÇÕES MAIS SENTIDAS

É através da luta contra o aumento do preço do pão, contra a falta de carne e o aumento do preço, pela solução de problemas como o do abastecimento de água, nos bairros, etc., que se poderá trazer à luta organizada o grande número de mulheres que devem ser uma força atuante na vida nacional.

[...]

Antes de se pensar no tipo de organização que é necessário fundar, é preciso que se tenha um verdadeiro conhecimento das reivindicações femininas em cada setor e, dentre essas reivindicações, saber escolher a principal, a mais sentida, capaz de despertar as massas e mobilizá-las pela sua solução. Se num determinado bairro, a

³²⁵ ALVES, Iracélli da Cruz. *A Política no Feminino: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)*. Dissertação (Mestrado em História), UFES, Feira de Santana, 2015, p. 73. A autora sugere, inclusive, compreender essa estratégia da mesma forma que tem se compreendido a FBPF: “incorporaram o discurso hegemônico acerca da feminilidade, ao mesmo tempo que reivindicavam direitos políticos e sociais.” (p. 86).

³²⁶ Ibidem, p. 96.

³²⁷ MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o Mundo Público: Movimentos de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2015, p. 18.

reivindicação mais sentida das mulheres aí residentes é, por exemplo, o abastecimento de água, torna-se evidente que, através desta reivindicação é que deve começar o trabalho feminino.³²⁸

Ou seja, ao mesmo tempo em que a incorporação de parte dos discursos hegemônicos pode ter sido uma estratégia para conquistar espaços e direitos, é possível que tenha sido também uma espécie de cálculo eleitoral, levando em consideração o que o seu público-alvo definia como prioridades.

Como forma de tentar organizar essas demandas, no ano de 1949, Alice Tibiriçá ajudou a criar a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP). Marcela de Oliveira Morente, estudiosa do tema, definiu assim a Federação:

Entidade civil que congregava várias tendências da esquerda brasileira sob influência do Partido Comunista Brasileiro, a FMESP foi fundada em abril de 1948 por Alice Tibiriçá. Apesar de seu estatuto afirmar que se tratava de uma associação apolítica, transformou-se em um lugar de debate e divulgação de ideias sobre os temas que perturbavam a vida das mulheres paulistas, dentre os quais cumpre citar: a carestia de vida, a extensa jornada de trabalho, a educação profissional, saúde pública, planejamento familiar e educação de seus filhos, participação política das mulheres.³²⁹

No mesmo ano, a própria Alice Tibiriçá, ao lado de Arcelina Mochel, ajuda a fundar a Federação de Mulheres do Brasil. Além dessas lideranças, a entidade foi “organizada por vários grupos de mulheres do período, como: a Associação Feminina do Distrito Federal, a Federação das Mulheres de São Paulo, a União Feminina de Minas Gerais [e] o Comitê de Mulheres de Pernambuco”,³³⁰ e tinha como grande proposta “organizar a ação das mulheres nas questões relativas a seus direitos, à proteção, à infância e à paz mundial, mas principalmente mobilizar campanhas contra a carestia de vida”.³³¹

As organizações de mulheres ganhavam protagonismo na vida pública brasileira e, com isso, atraíam os olhos da repressão. Há diversos relatórios que datam de 1948 sobre as atividades e reuniões de diferentes organizações femininas, especialmente em São Paulo.³³² Foram encontrados, nesse sentido, dois ofícios diferentes do DEOPS relatando apreensão de “material comunista” no ano de 1948. Um desses documentos relata o confisco de

³²⁸ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, s/n, data ilegível (fevereiro de 1948), s/p. CEDEM/UNESP.

³²⁹ MORENTE, Op. cit., p. 29.

³³⁰ ALVES, *A Política no Feminino...* p. 25.

³³¹ *Ibidem*, p. 264-265.

³³² Também foram encontrados relatórios referentes à organização no Rio Grande do Sul, mas por indicarem a participação direta de Julieta, serão abordados quando voltarmos a falar dela.

documentos na sede da União das Mulheres Democráticas de São Paulo.³³³ Cabe mencionar que os estatutos da UMDSP afirmam, em seu capítulo II, que não era preciso ser comunista para ingressar na agremiação: “Artigo 3º – O quadro associativo da União das Mulheres Democráticas de São Paulo, será composto de número ilimitado de sócias, maiores de 14 anos, independentemente de credos religiosos, opiniões políticas, cor, condições sociais ou nacionalidade.”³³⁴ A outra apreensão, também ocorrida no ano de 1948, se deu no Clube Feminino do Ipiranga, bairro de São Paulo. Segundo o relatório, a agremiação possuía entre 25 e 30 associadas.³³⁵

No ano seguinte, as diversas uniões femininas foram monitoradas bem de perto pela polícia política. Boletins foram apreendidos, reuniões foram transcritas com riqueza de detalhes e suas militantes foram identificadas e investigadas. Cabe mencionar dois episódios.

O primeiro trata de uma reunião ocorrida na sede da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP), em março de 1949. O agente relata a presença de 40 mulheres no local e transcreve ao longo de 3 páginas o ocorrido, trazendo, ao final, a seguinte informação:

Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, foi apresentada à mesa uma sugestão, por uma das presentes, no sentido de ser enviado aos jornais um Manifesto pela Paz. Posta a ideia em discussão, concluiu-se não ser viável um manifesto e sim uma mensagem, que devia ser, igualmente, enviada às Câmaras Federal e Municipal, às Assembleias Legislativas Estaduais e ao Senado. Josefina Scaramuzza, presente, opinou que se devia mandar essa mensagem, igualmente, à ONU, sendo aceita essa opinião e, por unanimidade, aprovada a ideia da mensagem, que passou a ser redigida pela mesa, enquanto Jacira se incumbia de recolher, entre os presentes, dinheiro que cada um ofertaria na medida de suas possibilidades, para atender às despesas com aquela mensagem, que foi redigida [...].³³⁶

A FMESP foi uma das sessões estaduais mais atuantes da FMB. No ano de 1949 a FMB organizou a I Conferência Nacional Feminina, no Rio de Janeiro (a delegada do Recife

³³³ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Comunicado da Chefia. APESP. Fundo DEOPS, OS 1909, Pasta 2, p. 458. A organização existia desde, pelo menos, junho de 1946, data em que o diário comunista de São Paulo *Hoje* convocava “todas as senhoras e moças” para elaborar os estatutos da agremiação. *Hoje*, São Paulo, n. 207, 19 de junho de 1946, p. 8. CEDEM/UNESP.

³³⁴ Anteprojeto de Estatutos da União das Mulheres Democráticas de São Paulo, p. 6. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Comunicado da Chefia. APESP. Fundo DEOPS, OS 1902, Pasta 1, p. 42.

³³⁵ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Comunicado da Chefia. APESP. Fundo DEOPS, OS 1910, Pasta 2, p. 16. Em outro documento o agente foi categórico: “O Clube Feminino do Ipiranga não passa de uma célula comunista, acobertada com aquele nome.” Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Processo de investigação nº 286, APESP. Fundo DOPS. Dossiê Comunismo, OS 1912, pasta 11.

³³⁶ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Documento avulso. Reunião da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo realizada dia 8. 11-3-1949. APESP. FUNDO DEOPS. Dossiê Comunismo. OS 1914, pasta n. 13, p. 14

foi Júlia Santiago),³³⁷ e nos anos seguintes enviou representantes para uma série de eventos internacionais organizados pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), como o Congresso da Paz (Estocolmo, 1950), o Congresso dos Povos pela Paz (Viena, 1952 e 1954), o Congresso Mundial de Mulheres (Copenhague, 1953) e o Congresso Mundial de Mães (Lausanne, 1955).³³⁸ Trataremos de alguns a seguir, mas de antemão cabe apontar que quase todos tinham o tema da paz como ponto essencial.

PELA PAZ, PELO DIREITO A VIDA

CONVOCADO O I CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL De 23 a 28 de junho em São Paulo - Temário - Eleição das delegadas

750.000 ASSINATURAS POR UM PACTO DE PAZ! DARÃO AS MULHERES BRASILEIRAS ATÉ 7 DE SETEMBRO!

AS MULHERES CARIOCAS DEFENDEM A PAZ

OS PONTOS DO TEMÁRIO

Atendendo os anseios e às necessidades da massa feminina, será discutido o seguinte temário:

- 1) ATIVIDADES DA FMB NA LUTA PELA PAZ
- 2) A LUTA CONTRA A CARESTIA
- 3) DEFESA DA INFANCIA
- 4) PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO DA FMB

INTENSIFICAÇÃO PROPAGANDA

Intensifica, propondo-se a ser feita em torno do temário do Congresso, de suas finalidades e de sua realização. Ela é levada a todos os lares ao conhecimento do trabalho de todas as camadas sociais, em todos os pontos do país.

Para fins de propaganda, a Federação de Mulheres distribuirá um belo cartaz

TRABALHOS PREPARATORIOS

As delegadas no Congresso serão eleitas em reuniões ou assembleias, mesas redondas, pequenas convenções e das quais irão participar o maior número possível de mulheres, pertencentes a organização pro-

... e a paz, dentro dum amplo plano de trabalho. Esses são os objetivos do Congresso.

O Conselho Mundial da Paz, reunido em Berlim, em 25 de fevereiro, lançou o Apelo POR UM PACTO DE PAZ. A preservação da Paz depende do entendimento entre os cinco grandes países - Estados Unidos, União Soviética, China Popular, Inglaterra e França. Isto é, que esses países se encontrem, conversem e assinem um acordo, porque essa é a vontade dos povos americanos, russo, chinês, inglês, francês, dos povos de todo o mundo.

No Brasil a campanha «POR UM PACTO DE PAZ», foi lançada pelo Movimento Brasileiro das Partidárias da Paz, a 23 de abril, e cinco milhões de brasileiras deverão colocar suas assinaturas ao pé do Apelo.

UM ACORDO GARANTIRÁ A PAZ

Muita gente há de pensar que um simples acordo não garantiria a Paz, porque muitos países têm sido assinados e não foram cumpridos. Mas é preciso compreender e esclarecer que esse é um pacto diferente: não se trata de um tratado de comércio, mas de um tratado de amizade e de cooperação. Não há nada de interesse de grupo, nem de interesse de classe, nem de interesse de partido. É um tratado de amizade e de cooperação entre todos os povos.

Na França, um grupo de engenheiros encontrou a sua colega, por correspondência, a tratar do acordo, dando um endereço para resposta. Mas é uma boa experiência. Mandou, pelo correio, milhares de adesivos e um endereço para resposta. Isso pode ser feito facilmente: dividindo os grupos por profissão. No catálogo de telefone serão encontrados milhares de endereços.

A planificação do «Domingo de Paz», quando todas as equipes saem para as ruas, foi um trabalho realizado com bastante êxito na campanha contra a bomba atômica, no Distrito Federal e em Porto Alegre.

A participação das professoras na campanha, através dos alunos é, também, outra experiência que deu grandes resultados. No Distrito Federal, uma professora municipal escreveu o «Apelo de Estocolmo» no quadro preto, as crianças copiaram e foram coladas milhares de assinaturas.

Figura 6. Nas páginas do *Momento Feminino*, uma espécie de síntese: Campanha pela Paz, coleta de assinaturas, convocação para o I Congresso da FMB e uma imagem exaltando uma mãe com seu filho. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 84, maio de 1951, p. 8. HDB/BN.

A campanha – ou movimento – pela paz foi a principal bandeira dos comunistas ao redor do mundo nos anos 1950. Jayme Ribeiro sintetiza da seguinte forma as origens do movimento:

O movimento começou em 1948, quando se realizaram na Polônia, em agosto, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, e na França, em novembro, o Congresso Nacional dos Combatentes da Paz. Novos passos foram dados nos anos seguintes: em 1949 realizou-se o I Congresso Mundial da Paz, em Paris e Praga, e em março de 1950 o comitê do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em Estocolmo, na Suécia, lançou o Apelo de Estocolmo, dando início à Campanha pela Proibição das Armas Atômicas.³³⁹

³³⁷ Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1949, p. 12. HDB/BN.

³³⁸ Cf. MACEDO, Op. cit., pp. 165-207; ALVES, Op. cit., 2017.

³³⁹ RIBEIRO, Jayme. Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 261-283, Dec. 2008, p. 262 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862008000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Mai 2018.

De acordo com Jorge Ferreira,

mobilizando as organizações sindicais, femininas e juvenis que controlavam e fundando “comitês pela paz” nos bairros, empresas e clubes, além de angariarem a simpatia de importantes personalidades não-comunistas, como cientistas, intelectuais e artistas de renome, a campanha alcançou alguma publicidade. A arma principal dos “combatentes” era a coleta de assinaturas pela paz. Em todos os países, os comunistas recolhiam abaixo-assinados que, aos milhões, eram entregues a governos, a parlamentos, à ONU, entre outras organizações, protestando contra a Otan, as armas nucleares e apoiando as iniciativas da política externa soviética.³⁴⁰

A campanha pela paz teria forte protagonismo feminino.³⁴¹ Em São Paulo, por exemplo, provavelmente no ano de 1953, o operário e jornalista Antônio Carlos Félix Nunes, militante comunista da Zona Leste paulistana, recorda que nem bem o Comitê Feminino do Tatuapé havia sido criado e já ficou encarregado de organizar uma Conferência sobre a Paz:

Todas deveriam comparecer em massa, acompanhadas dos filhos e sobraçando buquês de flores. Combinou-se o clamor pela paz mundial para a véspera do Dia das Mães porque ambos tinham sentidos semelhantes. Isso sensibilizou o prefeito paulistano que, tocado pelo alcance da realização, cedeu o salão de leitura da Biblioteca Municipal do Tatuapé.

As mulheres enfeitaram o recinto com rosas e ramos de alecrim, e apareceu até um quadro de Portinari, no qual via-se uma mulher de olhar manso com uma pomba branca pousada num ombro. Sobre a mesa reservada ao conferencista foi estendida uma alvíssima toalha com pombinhas caprichosamente bordadas nas barras. E num grande quadro negro, no alto da parede, escreveram com giz branco: “Mães, a luta pela paz é principalmente nossa porque são nossos filhos que morrem na guerra.”³⁴²

Mais uma vez, chama a atenção o padrão esperado de feminilidade: as mulheres deveriam comparecer com seus filhos, na véspera do dia das mães, em um recinto enfeitado com flores. Ao mesmo tempo, foi a aposta nessa imagem e discurso que garantiu a cessão da biblioteca por parte do Prefeito.

³⁴⁰ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: EDUFF/MAUAD, 2002, p. 238.

³⁴¹ Em seu relato autobiográfico, o militante catarinense Manoel Alves Ribeiro, o “Seu Mimo”, relembra de forma muito carinhosa de todo mundo que, em algum momento, militou ao seu lado, escrevendo as seguintes linhas sobre as mulheres: “Entro na fila, olho e vejo ao lado também as nossas companheiras de lutas pelo monopólio estatal do petróleo, contra o envio de nossos jovens para a Coreia, pela paz e pelo socialismo.” RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Florianópolis: Garapuvu, 2001, p. 372

³⁴² NUNES, Antônio Carlos Félix. *PC – Linha Leste*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p. 51. O conferencista em questão era o físico Mário Schenberg, para quem Elisa Abramovich pediria votos para Deputado nas eleições de 1962, como veremos adiante.

Como a citação indica, no decorrer dos anos 1950 a luta pela paz de forma abstrata se somaria à luta contra a Guerra da Coreia e o envio de tropas brasileiras. O esforço das mulheres brasileiras chegou a ser reconhecido pela URSS, com Elisa Branco recebendo o prêmio Stálin da Paz, em dezembro de 1952. Segundo Viviane Leão: “A indicação da companheira, aliás, constituiu-se em um estímulo para todas as comunistas do Brasil, pois simbolizava o reconhecimento dos seus trabalhos e provas de abnegação na tarefa de preservar a paz, fornecendo-lhes a certeza de que seus esforços não eram em vão.”³⁴³

As mulheres lutariam não só pela paz genericamente, mas pela vida de seus filhos, o que aponta outra forma generificada de atuação política no espaço público. Em 1951 as mulheres comunistas chegaram a organizar um Congresso de Mães contra a carestia de vida e em defesa da paz. Sobre esse evento, o relato traz pouca novidade em relação a outras notícias, panfletos e palavras de ordem, mas a composição das presentes é bem interessante:

A composição do Congresso mostra que ele foi uma expressão legítima das diversas camadas da população feminina do Brasil: 47 delegadas eram operárias, 3 camponesas, 10 funcionárias, 4 enfermeiras, 5 estudantes, 6 de profissões liberais, 9 professoras e 147 donas de casa.³⁴⁴

Das 231 delegadas, portanto, mais da metade eram donas de casa, o que corrobora a ideia lançada antes: o foco nas pautas referentes à economia doméstica (carestia de vida, fundamentalmente), se por um lado pode ser uma forma como o Partido interpretava as questões relativas às mulheres, por outro, dialogava com a base que estava ingressando no PCB.

É possível perceber esse momento e essas iniciativas como muito importantes para a politização da maternidade. Mary Dietz identificou como *feministas maternais* ou *feministas pró-família* um conjunto de feministas que defendiam a maternidade como sendo fundamental para a identidade de gênero e consciência política contra o patriarcado.³⁴⁵ Abril Zarco identificou como o maternalismo teve forte influência “na inserção de mulheres no âmbito político latino-americano”,³⁴⁶ usando Eva Perón como exemplo. A autora analisou também outros dois movimentos de mulheres importantes no subcontinente: as *Madres da Plaza de Mayo*, durante a ditadura argentina, e a resistência das mulheres mexicanas às investidas

³⁴³ LEÃO, Op. cit., p. 104.

³⁴⁴ *A Classe Operária*, n. 405, 1 de outubro de 1951, p. 2. CEDEM/UNESP.

³⁴⁵ DIETZ, Mary G. Citizenship with a Feminist Face: The Problem with Maternal Thinking. *Political Theory*, N. 1, Vol. 13, pp. 19-37, 1985, p. 19-20.

³⁴⁶ ZARCO, Op. cit., p. 233.

neoliberais contras as comunidades tradicionais nos anos 1980. Segundo Zarco, do *fazer-se* desses movimentos,

Las mujeres resignificaron su maternidad y, a partir de ello, emprendieron sus luchas: ya no era suficiente quedarse en casa y atender a la familia, era necesario salir a la calle e interactuar con el Estado. Cambiaron, así, su estatus “natural” de mujeres-madres por un estatus político. La maternidad se reconceptualizó como forma de participación social, lo que la hizo política. En otras palabras, estas mujeres *politizaron la maternidad*.³⁴⁷

As mulheres comunistas brasileiras também deram sua contribuição nesse sentido. A prisão da líder comunista Elisa Branco em 1950 após desfraldar um cartaz com os dizeres “Os soldados nossos filhos não irão para a Coreia” é muito significativa nesse sentido. A maternidade se tornou uma bandeira.

Antes mesmo desse evento o cerceamento às entidades de mulheres já era grande, e a polícia chegou a impedir a realização de uma reunião da FMESP após reprimir as suas integrantes com jatos de água e com a tropa de choque:

A Federação de Mulheres do Estado de São Paulo anunciava para ontem a realização de uma reunião em sua sede. À rua Vergueiro 102, onde, a pretexto de instalar uma “mesa redonda” para discutir a carestia da vida, pretendia efetuar uma reunião, onde o principal assunto seriam as comemorações da “Jornada Internacional da Paz”, programada pelos comunistas para o dia 2 de outubro.

Esta delegacia organizou para o local um policiamento impeditivo, uma vez que as informações que tínhamos eram as de que também nessa reunião seria discutido um programa de agitação nas feiras-livres, visando as mulheres humildes que trabalham nessas feiras.

Cerca de 20 horas começaram a chegar ao local as primeiras mulheres componentes da Federação. Solicitadas a que se dispersassem, negaram-se a tal e chegaram, mesmo, a agredir diversos policiais. O recurso água, contra as mesmas usado, não surtiu efeito, sendo necessária, então, a intervenção do grupo de choque presente no local, chefiado pelo sr. Major Astolfo.³⁴⁸

Esse incidente não repercutiu na grande imprensa, conforme se pôde apurar. O que de fato se noticiava nesse momento era um aumento do policiamento e do monitoramento às atividades comunistas, especialmente a Jornada Internacional da Paz – assim como a forte resistência das militantes. O relatório descrevendo a repressão às atividades da FMESP data de 28 de setembro de 1949, pouco antes de o *Correio Paulistano* noticiar a prisão de um

³⁴⁷ Ibidem, p. 234.

³⁴⁸ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Comunicado da Chefia. 28-9-1949. Impedida a reunião programada para ontem pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP. FUNDO DEOPS. Dossiê Comunismo. OS 1916, p. 386.

“comunista russo” enquanto este “fazia propaganda subversiva entre o operariado de Santo André”.³⁴⁹ A dita Jornada deveria ocorrer no dia 2 de outubro, o que acabou não acontecendo, fato até certo ponto celebrado pela imprensa “chapa branca”, como o *Jornal de Notícias*:

NÃO FORAM REALIZADAS AS MANIFESTAÇÕES EM COMEMORAÇÃO
AO DIA MUNDIAL DA PAZ

Estabelecendo rigoroso policiamento em toda a cidade e outras medidas preventivas adotadas, impediram as autoridades que se efetivassem quaisquer atividades ligadas àquele movimento – apenas algumas prisões efetuadas.³⁵⁰

Desde 1948 o PCB já estava na ilegalidade, e aqui podemos perceber como seus militantes e simpatizantes tiveram grande dificuldade para se organizar e promover atividades públicas mesmo sem o nome do partido. O golpe sofrido fez com que a agremiação desse um “giro à esquerda”, aderindo a uma linha que seria consagrada em 1950. Segundo Garcia, a política “radical” entre 1950 e 1954 teria ocasionado um recuo na atuação de massa, e o Manifesto de Agosto³⁵¹ afastaria os comunistas dos anseios populares.³⁵² O Partido abandonou algumas frentes e ideias de unidade, sobretudo no meio sindical, mas as uniões femininas permaneceram e até cresceram ao longo dos anos 1950 em torno dos discursos pela paz, contra a Guerra da Coreia e contra a carestia. Parece que esse esforço voltado à arregimentação e organização feminina não sofreu com a mudança de rumo.³⁵³ Segundo Viviane Leão,

³⁴⁹ *Correio Paulistano*. São Paulo, 30 de setembro de 1949, p. 12. HDB/BN, acesso em 21 jan 2019. A mesma notícia afirma que houve “farto material de propaganda comunista apreendido”, especialmente referente à Jornada Internacional pela Paz.

³⁵⁰ *Jornal de Notícias*. São Paulo, 4 de outubro de 1949, p. 10. HDB/BN, acesso em 21 jan 1949.

³⁵¹ Cabe mencionar que o dito manifesto, apesar de ser lembrado sempre como esquerdista e sectário, defende explicitamente a eliminação de todas as discriminações, citando o racismo, os povos indígenas e a luta pela “abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher”, o que talvez explique a continuidade das organizações aqui expostas. Cf. ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In MAZZEO, Antônio Carlos; LAGO, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

³⁵² GARCÍA, Op. cit., p. 43.

³⁵³ Há alguns relatos memoriais de antigos militantes comunistas que enfatizam a força dessa campanha. Destacamos aqui mais uma vez o de Manoel Alves Ribeiro, o “Seu” Mimo, ao relatar que os comunistas catarinenses conseguiram mais de 100 mil assinaturas pela paz somente em Florianópolis: “A história um dia registrará esse fato, não como a luta de personalidades, de governos e autoridades das classes dominantes, da burguesia e dos latifundiários, mas sim do operariado, do povo pobre do morro, que, com seu alto patriotismo e dever de ser humano, contribuiu para a paz universal, salvando a vida, talvez, de todos os habitantes do globo terrestre, pois a guerra, nessas alturas, seria atômica e não restaria ninguém.” RIBEIRO, Op. cit., p. 61.

Sentindo-se emancipadas e reconhecendo-se como militantes do Partido de Prestes e não como um grupo desprovido de privilégios, as mulheres do PCB engajaram-se com determinação nas tarefas propostas, contribuindo significativamente para manter o Partido ligado à realidade brasileira, mesmo após a adoção do sectarismo, centralismo e subjetivismo que marcaram a sua postura política no período pesquisado.³⁵⁴

Acostumado a “giros”, avanços e recuos, é possível que o Partido percebesse essa como mais uma “etapa” na luta sindical, enquanto o que estava sendo feito no movimento de mulheres – algo até então inédito pela amplitude e capilaridade – não poderia ser simplesmente descartado em favor de alguma outra tática. Além disso, a pesquisa empírica nos permite questionar: o quanto não tomamos resoluções e disputas diretas partidárias como sendo a história do Partido Comunista do Brasil, ignorando a agência dos sujeitos envolvidos?

Se analisarmos rapidamente alguns dos itinerários da FMB, perceberemos como seus caminhos e políticas se misturam aos do PCB, e que, na prática, essa tática de união e “frente ampla” permaneceu. Segundo o *Dicionário de Mulheres*,

Em fevereiro de 1951, a FMB participou, através da delegada Ofélia do Amaral Botelho, da reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres, realizada em Berlim. Em junho do mesmo ano, foi realizado o I Congresso Nacional da Federação, em São Paulo, com a presença das filiadas estaduais. No ano seguinte, no Rio de Janeiro, a 1ª Assembleia Nacional de Mulheres discutiu o princípio da igualdade de salário para homens e mulheres, a aposentadoria aos 25 anos de serviço e a obrigatoriedade de instalação de creches nas grandes empresas. Em 1953, as mulheres novamente se organizaram contra a carestia, realizando a Passeata da Panela Vazia. Além desse movimento, participaram da Greve dos 300 mil, ocupando espaços e instalando departamentos femininos nos sindicatos. A luta da FMB teve grande repercussão, e o presidente Vargas enviou ao Congresso Nacional uma lei de defesa da economia popular, a célebre Lei Delegada nº 4, que conferia amplos poderes às autoridades públicas para defender os interesses da população. Aprovada a lei no Congresso (até hoje não foi revogada), foi criado um órgão público para aplicá-la, a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab). A FMB foi extinta pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-60).³⁵⁵

Os estatutos da Federação, no entanto, faziam questão de deixar claro que não era necessário ser comunista para pertencer à associação:

Art. 5º – Além das Sócias Fundadoras (participantes do Congresso referido no art. 1º) e das que assinaram este estatuto, serão admitidas como sócias as que requererem filiação com expressa afirmativa de aceitarem este estatuto e o regimento interno, que cumprirão.

³⁵⁴ LEÃO, Op. cit., p. 152.

³⁵⁵ Verbetes “Federação de Mulheres do Brasil, In SHUMAHAR; BRAZIL, Op. cit., p. 265.

Art. 6º – Podem requerer a inscrição de sócias, mediante ofício dirigido à presidência:

- a) toda e qualquer associação feminina, seja qual for a sua finalidade;
- b) as entidades que tenham Departamento Feminino, Juvenil ou Infantil;
- c) as pessoas físicas.³⁵⁶

Nem só em São Paulo e Rio de Janeiro se organizavam as mulheres. Marcelo Lins e Alane Ferreira, por exemplo, encontraram notícias sobre uma União Democrática Feminina na Bahia que contava com núcleos em Ilhéus, Juazeiro, Alagoinhas e Bom Fim, além da capital Salvador³⁵⁷ – veremos que Julieta também se engajou nesses coletivos em Porto Alegre e, no Recife, Júlia Santiago ajudou a organizar a 1ª Convenção de Mulheres de Pernambuco contra a Carestia da Vida, em maio de 1950.³⁵⁸

O surgimento de uniões e associações femininas ao longo da primeira metade da década de 1950 era perceptível, e a difusão de seus materiais mostrou-se notória. O que não quer dizer que o Partido estivesse sempre satisfeito com tal processo, como evidencia um documento interceptado pelo DOPS:

Trabalho Feminino: Comitê Municipal [de São Paulo] critica esse trabalho onde se nota muita agitação e pouca organização, que pelo sectarismo demonstrado tem caído de nível, devendo elas ligarem-se mais ao trabalho de massa e menos ao trabalho de partido. Assim o trabalho específico das donas de casa deve ser feito por elas sobre os seus assuntos, não participando dos “comandos” de empresa senão aos domingos, e durante a semana divulgando “O Momento Feminino”. Vai ser lançada a UNIÃO MUNICIPAL DAS MULHERES com sede “legal”, e com um corpo de “assistentes” desligadas da produção para descer [?] associações distritais. A encarregada feminina deve trabalhar “longamente em função da organização da associação feminina como tarefa promover conferências de bairro até o dia 2, com discussão sobre: carestia da vida, impostos de vendas e consignações, falta de óleo e carestia dos artigos de natal. Os dias 20 e 30 de cada mês é [sic] dedicado palas mulheres à venda de ‘O Momento Feminino’. Promover reuniões com donas de casa e organizar massa para fundação da associação feminina do bairro. Iniciando a quinzena pela solução pacífica do conflito coreano, verificar como está a coleta de assinaturas nos distritos pois que não se está avançando devidamente nessa coleta e o centro está sem controle geral sobre elas, nos distritos. Aumenta o perigo de guerra e urge reforçar a luta pela paz pois que o partido está subestimando esse perigo não colhendo mais assinaturas. Levar as Resoluções do II Congresso Mundial da Paz às massas e discutir com elas os estatutos dos partidários da paz mundial. Fazer da luta pela paz o centro da agitação criando nos bairros sedes para tal fim, bem como no [?] realizar comícios sobre o assunto. Assim, na praça 7 de Setembro será feito um comício com data a designar. [...]”³⁵⁹

³⁵⁶ Federação de Mulheres do Brasil – Conselho de Representantes. Brochura. Prontuário Funcional 28177, p. 226. Secretaria de Segurança Pública. Estado de Pernambuco. Delegacia Auxiliar. Fundo DOPS. APEJE.

³⁵⁷ Cf. FERREIRA; LINS, Op. cit., p. 184.

³⁵⁸ *Folha do Povo*, Recife, 21 de maio de 1950, p. 1. APEJE.

³⁵⁹ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Política e Ordem Social. Informação reservada do Secretário de Segurança, 11-12-1950. APESP. Fundo DOPS. Dossiê Comunismo, OS 1925, pasta n. 24, p. 96-97.

As críticas evidenciam como setores da direção concebiam a participação feminina: mais “trabalho de massa”, até mesmo braçal (distribuição de jornal, recolhimento de assinaturas, organização de conferências) do que propriamente dirigir questões partidárias importantes. Também é possível perceber, mais uma vez, como a questão da paz é um ponto norteador fundamental para as organizações comunistas nesse período.

Parece ter dado resultado. O Congresso Mundial de Mulheres de 1953, realizado em Copenhague, reuniu a maior delegação brasileira até então: foram 17 representantes, sendo três operárias – uma têxtil, uma gráfica e uma metalúrgica.³⁶⁰

Em 1955, já findada a guerra da Coreia,³⁶¹ as comunistas da FIM começaram a divulgar a organização de um Congresso Mundial de Mães para o mês de junho daquele ano, em Paris. Com o discurso moderado e de união, foi possível atrair para a organização de uma Assembleia Nacional de Mães entidades como a Associação Feminina Cristã e o Departamento Feminino do PTB,³⁶² e ainda angariar simpatia de setores da sociedade para além das organizações partidárias. Tudo isso funcionaria ao mesmo tempo como uma espécie de movimento de solidariedade e preparativo para o dito Congresso Mundial de Mães. As mulheres brasileiras, impulsionadas pela FIM, se comprometeram a colher assinaturas em apoio ao Apelo de Estocolmo. A dita Assembleia Nacional ocorreu em junho e, simultaneamente, teve lugar em São Paulo um encontro em apoio a esse evento organizado pela AFIB de Elisa Kauffmann Abramovich, na Casa do Povo.³⁶³

Ao justificar a existência de tal congresso, é possível perceber uma espécie de instrumentalização dos papéis atribuídos ao gênero feminino na conformação de um discurso que lhes garantiria legitimidade:

Para todas as mães, para todas as mulheres, a preparação do Congresso deve ser uma série de ações concretas contra todas as formas que tomam os preparativos de guerra, contra suas consequências sobre a vida das famílias, contra as ameaças que pairam sobre seus filhos. O Congresso fará ressoar a voz das mães qualquer que seja sua idade ou a idade de seus filhos, que queiram protegê-los e defendê-los.³⁶⁴

³⁶⁰ Segundo Macedo, “A delegação era quase toda proveniente do eixo Rio-São Paulo, os polos mais ativos então tendo porém o Rio Grande do Sul sido representado por Odith Saldanha.” Cf. MACEDO, Op, cit., p. 220.

³⁶¹ Vale dizer que, ainda hoje, em março de 2019, não houve um acordo de paz, mas apenas um armistício.

³⁶² *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 110, março-abril 1955, p. 20. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018.

³⁶³ *Nossa Voz*, São Paulo, 8 de junho de 1955, n. 531, p. 5. BDLB, acesso em 16 abr 2018.

É claro que uma grande parte das congressistas e organizadoras poderiam simplesmente acreditar nessa ideia de fato. De qualquer forma, convém destacar que, além de mulheres, as congressistas eram mães, e ao defenderem a paz não indicavam pensar apenas em si, mas em seus filhos e familiares, o que lhes garantia maior legitimidade para participar de debates públicos. Aqui convém invocar o historiador francês Luc Capdevila e sua ideia de “jogos de gênero”, segundo a qual haveria um “conjunto de peça e atores a serem organizados para intervir no espaço público”³⁶⁵ a partir de papéis de gênero. Ele utiliza essa noção para explicar como em regimes de exceção e ditaduras, especialmente na América Latina, tal mecanismo é reconfigurado e, muitas vezes, as mulheres “saem” do ambiente privado para o espaço público justamente “jogando”, consciente ou inconscientemente, com o discurso existente sobre quais seriam suas condutas e comportamentos legítimos.³⁶⁶ Ao se referir às campanhas de mães de presos e desaparecidos políticos nas Ditaduras de Segurança Nacional, Benito Schmidt mostra como ao mesmo tempo que essas mulheres “investia[m] em representações tradicionais sobre a maternidade” também “subvertia[m] fronteiras de gênero”, de modo a “ganhar o espaço público e afirmarem-se enquanto agentes políticos.”³⁶⁷ Um Congresso Mundial de Mães parecia um bom escudo em um momento em que a Igreja Católica afirmava que a URSS havia sido transformada em uma “Sodoma e Gomorra dos tempos modernos” e que os bolcheviques haviam transformado “a velha Rússia num espetáculo de degradação de costumes e excessos sensuais pior que o mundo pagão”.³⁶⁸

Apesar de anunciado para Paris entre os dias 7 e 10 de julho, o Congresso Mundial de Mães ocorreu em Lausane, na Suíça, entre 7 e 11 de julho, nos lembrando que a organização, divulgação e comunicação nos anos 1950 não era tão precisa e alinhada como, muitas vezes, se imagina ao se estudar as políticas da Internacional Comunista – chamada de Kominform desde 1947 – e seus reflexos em diferentes partes do globo. De acordo com a correspondente do *Momento Feminino*, o Congresso contou com 100 delegadas representando mulheres

³⁶⁴ *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 110, março-abril 1955, p. 20. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018. Segundo Elza Macedo, o Congresso teve apoio até de Eleanor Roosevelt e da Rainha Elizabeth, da Bélgica. Cf. MACEDO, Op. cit., p. 231.

³⁶⁵ Cf. CAPDEVILA, Luc. *Resistance civile et jeux de genre*. *Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest*, 108(2):p. 103-128, 2001, p. 106.

³⁶⁶ Schmidt faz uso dessa ideia quando aborda “transgressões nos papéis e fronteiras de gênero socialmente aceitas, com as mulheres agindo na esfera pública e os homens recolhendo-se ao espaço doméstico. Para tanto, elas valiam-se, consciente ou inconscientemente, das características que lhes eram normalmente associadas e consideradas partes de sua natureza, como o pendor para o cuidado com o outro e a maternidade.” SCHMIDT, *Flávio Koutzii...*, p. 392.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 418.

³⁶⁸ Cf. MOTA, Op. cit., p. 91 e 100.

operárias e camponesas, 23 representando as cientistas e 11 as estudantes.³⁶⁹ Essa composição parece indicar que, de fato, o trabalho era a chave da emancipação da mulher para o movimento comunista internacional – essa era, também, a maneira como as comunistas brasileiras entendiam a questão. O Congresso aprovou uma mensagem à “Conferência dos 4 Grandes” (Conferência de Bandung) e também um apelo à ONU, sempre tendo a paz e o desarmamento nuclear como pontos fundamentais. A delegação brasileira contou com 26 mulheres entre FMB, Departamento Feminino do PTB, representantes sindicais e diversas outras associações femininas.³⁷⁰

Após a experiência no Congresso, já com algumas deputadas e vereadoras eleitas e desempenhando seus mandatos eletivos, as mulheres comunistas cresciam em número e em importância ao longo dos anos 1950. Na metade de 1956, por exemplo, essas seriam as diretrizes do Comitê Regional Piratininga do PCB, definidas no Pleno do Comitê Zonal:

- 1º) Atualização das tarefas do Partido até 30 de agosto do corrente ano;
- 2º) Dividir e discutir até 30/8/56, os informes e resoluções do Comitê Central, em todas as Organizações de Base;
- 3º) Formação de departamentos femininos em todos os Sindicatos e organizações de massas;
- 4º) Campanha de sindicalização de mulheres nas suas respectivas profissões;
- 5º) Realização de um novo “Pleno” dentro de 15 dias, afim de serem estudados novos planos;
- 6º) Recrutamento e formação de organizações de bases femininas;
- 7º) No próximo “Pleno” indicar as Encarregadas das Organizações de bases e Comitês Distritais a serem formados;
- 8º) Todos os elementos femininos devem passar pelo curso de 4 dias, ministrado pelo Partido; e,
- 9º) Distribuição em todos os setores de atividades, do "Momento Feminino", visando a sua divulgação.³⁷¹

Em junho de 1956, porém, surgiam boatos de que o DOPS pediria ao presidente Juscelino Kubitschek o fechamento da FMB. Sua presidenta, Branca Fialho, prontamente

³⁶⁹ *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 112, julho-agosto 1955, p. 21. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018.

³⁷⁰ A delegação na íntegra: “Branca Fialho – presidente da FMB; Edy Duarte Pereira – vice-presidente da FMB; Carminda Alves Pereira – Departamento Feminino do PTB; Felisberta Jardim – AFF; Eliete Tiuba – Marítimos; Creuza Souza Moura – vice-presidente da AFDF e tesoureira do Sindicato dos Têxteis; Alzira Vinhas de Queiroz – ABDDH; Laura Austregésilo – MBPP; Lídia Cunha – FMB; Heloisa Ramos – AFDF; Arlete Valente Lopes – professora; Elza Ezurlsaló; Antônia Batista; Marialva Valente Lopes – professora; Ruth Manhães; Regina Lima; Maria Luíza Monteiro; Sofia Tassiari – Decoradora; Vilvanita Cardoso – Faculdade de Filosofia de São Paulo; Eva Shattan – Associação Feminina Israelita Brasileira; Helena Louzada – presidente da FMESP; Stelinha Egg – artista; Vanda Lacerda – artista; Ivone Rodrigues dos Santos; Antonieta Dias de Moraes.” *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 112, julho-agosto 1955, p. 22. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018. As siglas não são explicadas.

³⁷¹ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Comunicado nº 121, 18/7/1956. APESP. Fundo DEOPS. Dossiê Comunismo, OS 1931, pasta 30, p. 1044-45.

solicitou uma audiência com o presidente. JK, contudo, sequer recebeu a FMB e decretou seu fechamento no final de 1956.³⁷² Segundo Elza Macedo,

A tolerância com a ilegalidade do PCB exigia a contrapartida de condição de não provocar tumultos e sob essa argumentação, [JK] fecha o Sindicato dos Estivadores e a Liga de Emancipação Nacional, onde também atuavam os comunistas. Essa parece a explicação convincente para que em 1958 [na verdade foi em 1956], JK feche temporariamente a FMB.³⁷³

Com o cerco policial e os desdobramentos do fatídico Relatório Krushev durante o XX Congresso do Partido da União Soviética, que teve impacto na linha política e nas formas de atuação dos comunistas brasileiros, parece que as organizações femininas vão perdendo força. Ao adentrar os anos 1960, Elisa já se encontra menos atuante – embora jamais tenha saído do Partido – e em seguida viria a falecer; Julieta, desgostosa com o tratamento recebido pelo PCB, não mais militava e logo seria expulsa; Júlia foi certamente a mais atuante das três a partir de então.

A invisibilidade das mulheres na política também estava presente na esquerda. Foi preciso uma busca minuciosa – favorecida pelas possibilidades digitais e virtuais de nosso tempo – para tentar mapear algumas das organizações que essas e muitas outras mulheres criaram para serem ouvidas, tarefa das mais árduas inclusive no PCB. Aqui entra o conceito de espaços contra-públicos subalternos, formulado por Nancy Fraser. Segundo a filósofa, esses espaços são “terrenos discursivos paralelos en donde los miembros de los grupos sociales subordinados inventan y hacen circular contradiscursos, que, al mismo tiempo, les permiten formular interpretaciones de oposición acerca de sus identidades, intereses y necesidades.”³⁷⁴ Esses espaços eram fundamentais para que as mulheres comunistas brasileiras pudessem se organizar, discutir, serem ouvidas. A fala em outros espaços era mais difícil de ser conquistada. Em entrevista realizada nos anos 1980 – influenciada pelas discussões daquele período, portanto – Zuleika Alembert declarou que

O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde

³⁷² *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n. 2022, 24/01/1957, p. 1. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018.

³⁷³ MACEDO, Op. cit., p. 237.

³⁷⁴ FRASER, Op. cit., p. 40-41.

cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante.³⁷⁵

Nancy Fraser aponta que os espaços contra-públicos subalternos possuem um caráter dual, pois ao mesmo tempo em que servem para aglutinar e reagrupar um grupo subalterno, não produzem uma “guetização” na medida em que

también funcionan como bases y sitios de entrenamiento para actividades de agitación dirigidas hacia públicos más amplios. Es precisamente e la dialéctica entre estas dos funciones donde reside su potencial emancipatorio. Esta dialéctica les permite parcialmente a los contra-publicos subalternos balancear, aunque no erradicar por completo, los injustos privilegios participativos que los miembros de los grupos sociales dominantes gozan en las sociedades estratificadas.³⁷⁶

Apesar de todos os percalços e descaminhos, as mulheres comunistas construíram seus espaços de militância e atuação política, interferindo em debates do Partido, criando novas esferas e formas de organização. Constituíram, assim, uma importante ponte entre a esquerda organizada e o movimento de mulheres, escrevendo um significativo capítulo da história das lutas das mulheres brasileiras.

Uma vez cartografada uma parcela significativa do campo de possibilidades e atuação dessas mulheres no PCB e em suas diferentes organizações, vejamos como cada uma delas se moveu para colocar em prática seus projetos individuais e coletivos. É hora de voltar ao Bom Retiro.

³⁷⁵ In ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. O PCB e a questão feminina (1970-1979). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008, Florianópolis.

³⁷⁶ FRASER, Op. cit., p. 42.

CAPÍTULO 5: Elisa no PCB

Escrever a história de militantes políticos de esquerda constitui um grande desafio, como foi exposto até aqui. No caso das mulheres, a dificuldade é ainda maior, em virtude da escassez e do caráter das fontes normalmente disponíveis. Como escreveu Michelle Perrot,

Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. *Militante*, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?³⁷⁷

No caso do PCB, em que pese uma ou outra tentativa de articulação feminina desde o final dos anos 1920, como vimos anteriormente, é importante notar que, segundo Hildete Pereira de Melo e Cíntia Rodrigues, foi somente na III Conferência do PCB, em 1946 no Rio de Janeiro, que em um documento partidário oficial apareceu o termo “mulheres”,³⁷⁸ explicitando no papel essa preocupação e inaugurando no Partido uma nova fase, na qual se visaria abarcar tanto a militância feminina em suas fileiras quanto as pautas dessa em suas bandeiras. A partir de então surgiram diversos tipos de agremiações de mulheres vinculadas ou simpáticas ao partido, e com isso aumentam seus espaços na imprensa oficial, a publicação de seus textos e a perseguição por parte da repressão, o que acaba por facilitar a pesquisa. Em trabalho sobre os desafios e possibilidades de escrever biografias de mulheres, Rachel Soihet afirma:

Destinadas à esfera privada, por largo tempo, elas tiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das futuras gerações, excetuando-se as situações em que perturbavam a ordem. Nesse caso, destacam-se os documentos policiais, aliados aos processos criminais, como fontes privilegiadas de acesso ao universo feminino dos segmentos populares, inclusive através do próprio depoimento de mulheres. Os jornais também, nestas situações, não devem ser esquecidos, pois constituem valiosa fonte de informação.³⁷⁹

³⁷⁷ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 7ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, p. 198, grifo meu.

³⁷⁸ Cf. MELO; RODRIGUES, Op. cit., p. 102.

³⁷⁹ SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus*, Juiz de Fora, v. 9, n.1, p. 33-48, 2003, p. 35.

Questões anteriores ao período de militância e/ou do âmbito privado acabam ficando sujeitas à sorte e à vontade de terceiros em preservar a memória e o legado da pessoa biografada em questão. No caso de Elisa, em que pese haver documentação acerca de sua militância partidária – especialmente na época de sua campanha eleitoral – abundam as lacunas, que serão mais ou menos preenchidas a partir de alguns indícios, sobretudo orais e memorialísticos. Ao tratar de como as questões de gênero conformaram e foram conformadas pelas definições acerca do espaço público e privado e o impacto disso em arquivos e registros, Michelle Perrot faz uma importante consideração:

O século XIX claramente distinguiu as esferas, pública e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas, *grosso modo*, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta. Essa definição, clara e voluntarista, dos papéis se traduziu na retirada das mulheres de determinados lugares: a Bolsa, os bancos, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, os círculos de discussão e cafês, locais privilegiados da sociabilidade masculina.³⁸⁰

Dessa forma, ainda segundo a proeminente historiadora francesa,

[...] Os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com seu modo de rememoração, de montagem propriamente dita do teatro da memória. Pela força das circunstâncias pelo menos para as mulheres de antigamente, e pelo que resta de antigamente nas mulheres de hoje (e não é pouco), é uma memória do privado voltada para a família e o íntimo, os lugares aos quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção ou posição.³⁸¹

Podemos ver, de certa forma, como isso opera no relato de Fanny Abramovich sobre a filiação partidária de sua mãe, por exemplo. Segundo ela, um médico escondido na casa da família teria recrutado tanto Elisa quanto seu irmão Jacob, como mencionado anteriormente, o que indica como a rememoração, mesmo de uma atividade política e pública, tem origem no privado, no seio familiar, problematizando essa barreira. De todo modo, a partir da candidatura e campanha de Elisa para a Câmara de Vereadores, abundam textos, entrevistas e fotos. É disso que trataremos a seguir.

³⁸⁰ PERROT, Práticas de memória feminina..., p. 10.

³⁸¹ Ibidem, p. 15.

5.1 – “Uma candidata israelita nas eleições municipais da capital paulista”³⁸²

Em termos de documentação e registro público, nem para o aparato repressivo e vigilante brasileiro – em plena atividade durante toda a experiência dita democrática – era muito evidente quando Elisa ingressara formalmente no PCB. Um documento de outubro de 1947 listava todos os candidatos comunistas da sigla do Partido Social Trabalhista, legenda que abrigou quase todas as candidaturas comunistas daquele ano em São Paulo, visto que o PCB já estava na ilegalidade. Sob o nome de Elisa, um lacônico “Elemento novo no Partido, ainda não registra anotações.”³⁸³ Seu prontuário do DOPS, que data de 5 de novembro de 1947, também não possui quaisquer anotações.³⁸⁴ Vale lembrar que, segundo os relatos de Fanny, o médico que recrutou Elisa teria se hospedado em sua casa ainda durante o Estado Novo.

Ao término da ditadura varguista, aliás, diversos bairros da capital paulista vão experimentar um efervescente movimento de organização com os Comitês Democráticos e Populares (CDP). O Bom Retiro, claro, não ficou de fora, e em junho de 1945 era criado o Comitê Democrático Progressista do Bom Retiro:

Em 14 de junho último, um grupo de moradores do Bom Retiro, organizados, elegeu uma Comissão Provisória, encarregada de dar estrutura à ideia da fundação de um Comitê Democrático Popular, que se destinasse a defender as reivindicações do bairro. Vencida essa primeira etapa, tratou-se da instalação do mesmo, o que foi feito no dia 26 do mesmo mês, à rua Prates, 109.³⁸⁵

A Rua Prates era onde Elisa e sua família residiam, no número 39, como veremos adiante. Não encontramos indícios sobre sua participação no Comitê, mas parece muito pouco provável que ela não tenha se engajado nessa organização de alguma forma. Adriano Duarte, ao estudar os CDPs e as Sociedades de Amigos de Bairro nesse mesmo período, faz importante consideração sobre o caráter que assumiram:

³⁸² Título da notícia sobre a candidatura de Elisa em *Nossa Voz*, São Paulo, 9 de outubro de 1947, n. 28, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

³⁸³ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Cópia de comunicado/ofício ao Juiz de Direito da Zona Eleitoral de São Paulo, 21 de outubro de 1947, p. 7. APESP. Dossiê Comunismo, OS 1902, Pasta 1.

³⁸⁴ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário nº 86.162. APESP. Dossiê Comunismo, OS 1902, Pasta 1.

³⁸⁵ *Hoje*, São Paulo, n. 2, 6 de outubro de 1945, p. 6. CEDEM/UNESP.

Do ponto de vista das classes populares, essas organizações tornaram evidente que a ideia de democracia, ou de redemocratização, estava diretamente vinculada à moradia, transporte, trabalho, saneamento, escola, postos de saúde, lazer, liberdade de organização, baixo custo de vida, etc., ou seja, àquilo que se poderia emblematicamente chamar de “direito à cidade”. Desse modo, a agenda política dessas organizações colocava em discussão não apenas os termos do “direito à cidade”, como também a pergunta: afinal quem falaria em nome dos trabalhadores e dos moradores dos bairros de periferia?³⁸⁶

Todas essas questões aparecerão com muita força na campanha de Elisa – e também de Júlia e Julieta. A ideia de alguém conectada ao seu bairro e aos vizinhos, atenta às suas demandas foi muito marcante em todas essas candidaturas, marcadas pela por essa noção de direito à cidade.

Ainda sobre a filiação de Elisa, há também um extenso e enigmático documento manuscrito no Fundo DOPS, que destrincha a organização do PCB ao longo de 48 páginas e que, tudo indica, é do ano de 1946. A função atribuída a Elisa pela repressão constitui mais um mistério: “crítica informes”.³⁸⁷ Isso aparece como sendo a função de diversos militantes ali apresentados, não ficando claro seu significado. Seria ela responsável por fazer críticas aos informes partidários? Será que isso significa que ela desempenhou tal tarefa em algum momento? Difícil saber.

Sobre a escolha dos comunistas pela legenda do PST, também é possível apenas especular. Em Porto Alegre, Recife e outras capitais a grande maioria das candidaturas comunistas utilizou o PSP como legenda. Em São Paulo, em 1946, Adhemar de Barros, o *pessepista* por excelência, havia sido eleito governador com apoio decisivo do PCB, mas logo que assumiu o cargo passou a fazer coro com o anticomunismo e se mostrou favorável à cassação da legenda,³⁸⁸ o que pode explicar a diferença do caso paulista. Outra possibilidade é a crescente rivalidade entre PCB e PSP entre as camadas populares na capital paulista. Após a eleição de Adhemar de Barros em 1946 o PSP desenvolveu uma estrutura partidária muito similar àquela dos comunistas: além dos tradicionais diretórios nacional, estadual e municipal, havia também os diretórios distritais, *células* e a divisão por departamentos, como o

³⁸⁶ DUARTE, Adriano Luiz. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 195-219, p. 195.

³⁸⁷ Documento Avulso, p. 49. APESP. Fundo DOPS. Dossiê comunismo, Pasta OS 1911.

³⁸⁸ Ver, por exemplo, FRENCH, John. Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, Brazil 1945-47. *Hispanic American Historical Review*, n. 68, Duke University Press, 1988, p. 1-44.

departamento sindical e, inclusive, um departamento feminino.³⁸⁹ Dulce Borges Barreiro recorda que “antes de surgir o PSP, só as comunistas faziam a política e isso não podia continuar”.³⁹⁰ De qualquer forma, a situação evidencia, mais uma vez, como é possível questionar uma excessiva centralização e homogeneização partidária a partir de decisões e dinâmicas regionais.

É a partir de sua candidatura à Câmara Municipal em 1947 que se pode acessar mais documentos relacionados a Elisa. Uma vez no pleito, surgem notícias, entrevistas e dados biográficos que constituíram um *corpus* documental de suma importância para essa pesquisa. A candidatura parece ter sido algo bastante inesperado e decidida de última hora, uma vez que foi apenas no início de outubro que *Nossa Voz* noticiou o ocorrido (o pleito seria em novembro, e a candidatura de Júlia Santiago, como veremos, era pública desde o início de setembro, por exemplo):

UMA CANDIDATA ISRAELITA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DA CAPITAL PAULISTA

Segundo uma informação de última hora chegada a nosso conhecimento, será apresentado ao sufrágio do eleitorado da capital bandeirante, nas próximas eleições municipais, o nome de uma candidata israelita brasileira.

Trata-se da Sra. Elisa Kauffmann Abramovich, professora, figura de real destaque intelectual e social e filha de uma das mais antigas e prestigiosas famílias da coletividade israelita paulista.

Nestes próximos dias deverá ser publicado o manifesto ao eleitorado, do Comitê que patrocina a candidatura da Sra. Elisa Kauffmann Abramovich.³⁹¹

Na apresentação de Elisa ao pleito, de início, é possível perceber como se articulam alguns de seus pertencimentos fundamentais: ser professora e filha de uma família importante daquela comunidade. Na próxima edição do jornal enfatiza-se também o fato de ser mulher:

AO ELEITORADO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

No próximo dia 9 de Novembro acorrerá às urnas o eleitorado de São Paulo, para eleger os poderes de seus municípios, ultimando-se assim o processo de reconstitucionalização de nosso Estado.

[...]

Como mulher e profissional, conhecedora dos problemas e dificuldades da maternidade e da infância, [Elisa Kauffmann] defenderá ativamente a criação de escolas e creches, postos de saúde e puericultura, para atender principalmente as necessidades da mulher laboriosa.³⁹²

³⁸⁹ Cf. SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982, p. 142-143.

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 142.

³⁹¹ *Nossa Voz*, São Paulo, 9 de outubro de 1947, n. 28, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

³⁹² *Nossa Voz*, São Paulo, 16 de outubro de 1947, n. 29, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

Ao final da declaração, assinavam 56 nomes, sendo 23 mulheres. Elisa se apresentava como uma mulher que defenderia os interesses de suas companheiras, ainda entendidos muito em função da maternidade. Esta era, de maneira geral, uma importante forma de compreensão do tema pelo Partido e pelo movimento comunista internacional – vide o mencionado Congresso Mundial de Mães. A questão se interseccionava com aspectos de classe, articulando-se da seguinte maneira: a mulher trabalhadora precisava de boas creches para deixar seus filhos a fim de poder trabalhar e ganhar seu dinheiro, diminuindo a dependência do marido.

Quanto mais se aproximava a eleição, mais essas questões eram misturadas e enaltecidas, ganhando também contornos étnicos, como mostra um “santinho” de campanha:

ELISA KAUFFMANN ABRAMOVICH (dados biográficos)

A Sra. Elisa Kauffmann Abramovich, cuja candidatura foi agora lançada para vereador do Município de São Paulo, nasceu a 8 de julho de 1919, em São Paulo, e é filha de Israel e Anita Kauffmann, originários da Rússia e radicados há quase quarenta anos no Brasil.

Quando estudante, ocupou a Secretaria da Associação dos Estudantes Israelitas e a Vice-presidência da Federação dos Estudantes Secundários de São Paulo.

[...]

É casada, tem dois filhos, e trabalha como professora e orientadora educacional.

No movimento estudantil, Elisa Kauffman Abramovich sempre pugnou pelas reivindicações da classe, em relação com a participação dos estudantes na luta pela democratização do país.

Posteriormente, teve participação destacada no movimento de ajuda aos vitoriosos exércitos aliados e à gloriosa Força Expedicionária Brasileira, assim como no trabalho de solidariedade para com as vítimas de guerra, notadamente israelitas.

Elisa Kauffman Abramovich sempre lutou, corajosa e intransigentemente contra o nazi-fascismo e pela democracia, pela paz e contra o imperialismo, contra os preconceitos e as discriminações raciais, defendendo assim realmente os sagrados interesses de nosso povo.³⁹³

Militante democrática, filha, mãe, esposa – apostos que lhe garantiriam respeitabilidade –, solidária, israelita (a origem familiar e a militância na Associação de Estudantes Israelitas são destacadas). Aparece também o compromisso para combater o preconceito e a discriminação, que apesar de não surgir como um tema de destaque ao longo de sua trajetória, eventualmente, e de maneira tangencial, emerge. São muitos os qualificativos utilizados para descrever Elisa, criando fortes contornos a uma imagem que persiste até os dias de hoje. De certa forma, tudo isso se concentrou e foi sintetizado pelas suas propostas de campanha:

³⁹³ *Nossa Voz*, São Paulo, 23 de outubro de 1947, n. 30, p. 2. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

ELISA KAUFFMANN ABRAMOVICH lutará vigorosamente na Câmara Municipal de São Paulo pela realização efetiva da plataforma seguinte:

1. Defesa dos interesses da população do Bom Retiro, Luz, Santa Efigênia, Santa Cecília, Vila Buarque e Campos Elísios.
2. Remoção do meretrício, do Bom Retiro para fora do perímetro urbano da cidade, e imediato aumento do policiamento no Bom Retiro e Luz.
3. Barateamento dos gêneros de primeira necessidade e instalação de restaurantes populares, especialmente para a mulher laboriosa, na Rua José Paulino.
4. Loteamento de terrenos a serem vendidos a longo prazo e prestações módicas, para edificação de modernas habitações populares no lugar dos cortiços e favelas.
5. Aumento e Barateamento dos meios de transporte.
6. Calçamento e canalização do “Baixo Bom Retiro”.
7. Instalação de novas escolas, de escolas mistas brasileiras-israelitas, de creches, postos de saúde e puericultura.
8. Instalação no Jardim da Luz, na Praça Princesa Isabel e no Largo Coração de Jesus, de parques infantis.
9. Organização de bibliotecas circulantes para a população em geral e de bibliotecas infantis em particular.
10. Redução dos impostos municipais, que incidem sobre os artesões, pequenos comerciantes e industriais.
11. Colaboração corajosa no esforço da Democracia Brasileira em prol da extinção de qualquer [sic] discriminações raciais ou antissemitas, por uma orientação imigratória isenta de preconceitos raciais ou religiosos, pelo desenvolvimento da vida cultural judaica e da solidariedade com o sofredor povo judeu, dentro dos marcos da civilização da Terra Brasileira.
12. Pela independência e progresso do Brasil, contra a reação, o fascismo e o perigo de guerra, pela Democracia e Paz Mundial.³⁹⁴

O penúltimo ponto novamente chama a atenção para o combate ao antissemitismo, algo caro para Elisa e sua comunidade e que não necessariamente constituía um ponto específico do Partido, o que indica certa autonomia dessa – e possivelmente de outras – candidaturas. Convém atentar, ainda, para os pontos de forma pormenorizada, uma vez que expressam como os diversos pertencimentos de Elisa se articularam em sua candidatura. Há diretrizes gerais do PCB tanto implícita (3 e 5 estão contidos pela bandeira da luta contra a carestia, uma pauta recorrente das associações femininas expostas nas páginas anteriores) quanto explicitamente (12), mas no geral é possível perceber a autoria de Elisa. Há questões ligadas ao seu bairro, à preocupação com crianças e com a educação (ela propõe justamente o que viria a ser o Scholem, dois anos depois), a luta contra o antissemitismo e a criação de bibliotecas.³⁹⁵

O ponto 2 (“remoção do meretrício”) aponta os limites da época para tratar do tema da prostituição, mesmo para uma mulher tida como de vanguarda e bastante liberal nos

³⁹⁴ *Nossa Voz*, São Paulo, 30 de outubro de 1947, n. 31, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

³⁹⁵ Dez anos depois a OFIDAS anunciou a criação de sua primeira biblioteca infanto-juvenil, talvez com a ajuda e/ou inspirada em ideias de Elisa. Cf. *Nossa Voz*, São Paulo, 12 de março de 1957, n. 638, p. 5. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

costumes, como será exposto mais adiante. As mulheres, por sua vez, eram quase sempre acompanhadas dos adjetivos “laboriosas” ou “trabalhadoras”. Assim, a forma encontrada para combater a desigualdade entre homens e mulheres seria através do trabalho e da autonomia financeira, diferente do que pregavam outros movimentos de mulheres daquele período. Na obra *Emancipação do Sexo Feminino*, por exemplo, June Hahner destaca que “As primeiras defensoras dos direitos da mulher no Brasil viam a educação como uma chave para a emancipação feminina e a melhoria de status.”³⁹⁶ Elisa foi, sem dúvida, uma militante da educação, mas ela visava às crianças e estava quase sempre ligada a uma perspectiva de classe (crianças necessitadas) ou étnica (judias); não havia, portanto, uma preocupação específica com a educação *das mulheres*: a chave para a sua emancipação ou melhoria de vida passava sempre pelo trabalho.

Evidentemente esse recorte não se deu de maneira tão mecânica e automática. Algumas páginas atrás, inclusive, sugerimos que é provável que Elisa percebesse sim o magistério e a educação como importantes meios de ascensão para as mulheres. Este não foi, porém, o tom de sua campanha, a qual saiu vitoriosa do pleito, como explicou o *Nossa Voz*:

Segundo os resultados parciais conhecidos até o presente momento, a candidata Elisa Kauffmann, com 312 votos, ocupa a terceira colocação na legenda majoritária em São Paulo do PST.

[...]

Tomando em conta que à legenda do PST corresponderão na futura Câmara de Vereadores 13 postos, pode considerar-se eleita Elisa Kauffmann.³⁹⁷

³⁹⁶ HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Santa Cruz: Edunisc; Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 115.

³⁹⁷ *Nossa Voz*, São Paulo, 13 de novembro de 1947, n. 44, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.



Figura 7. Campanha no Jornal *Nossa Voz* do dia 23 de outubro de 1947. BDLB.

Uma semana depois da confirmação da vitória, em 21 de novembro, o jornal *Momento Feminino* publicava uma entrevista de página inteira com Elisa, celebrada como “a candidata mais votada em São Paulo”. Recebendo a reportagem em seu apartamento no Bom Retiro, a “Elisa Vermelhinha” – apelido que remete a seu cabelo ruivo e ao comunismo – contava sobre as dificuldades de se fazer uma campanha, ainda mais na condição de mulher:

Francamente, no início achei que era difícil ser eleita. Você sabe muito bem como são essas coisas. Quando meu nome foi indicado para chapa do PST, pensei logo nas imensas dificuldades e na responsabilidade que me cabia. Eu sou mulher, e a campanha eleitoral é dura. A princípio o trabalho estava fraco. Mas depois ficamos nos animando. Organizamos 6 comissões de candidaturas formadas por jovens e mais 6 comissões femininas. Imagine você que fizemos 1.600 visitas domiciliares, apresentando o meu programa mínimo para a Câmara Municipal de São Paulo. Organizamos um churrasco, um baile, festinhas domiciliares, enfim... Tudo o que foi possível.³⁹⁸

Quando lembramos que sua candidatura foi anunciada no dia 9 de outubro e que o pleito ocorreu em 9 de novembro, espanta a quantidade de pessoas e de ações de campanha

³⁹⁸ *O Momento Feminino*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1947, p. 4. HD/BN, acesso em 30 abr 2017.

engendradas em apenas um mês. A figura de sua mãe também é fundamental, mas sobre ela tratará a parte final desta Tese.

Elisa também parece ter se beneficiado de uma estrutura partidária que estabeleceu um diálogo direto com os bairros da cidade. A fala de um jornalista de *Hoje* é muito emblemática nesse sentido:

A presença dos “Comandos do *Hoje*” tornou-se um acontecimento nos bairros do subúrbio. Os repórteres desciam dos caminhões e circulavam pelas ruas entrevistando os moradores sobre os mais variados temas. Mas a senha para o início do diálogo era a pergunta: “Quais os problemas do seu bairro?” As reclamações mais frequentes diziam respeito à ausência dos serviços urbanos básicos: iluminação nas casas e nas ruas, hospitais, creches, telefones públicos, parques infantis etc.³⁹⁹

Não que Elisa precisasse de ajuda dessa monta para conhecer os problemas do Bom Retiro. No entanto, chama a atenção que as demandas e as reivindicações são quase sempre as mesmas e estiveram em sua plataforma eleitoral: de fato, a noção de “direito à cidade” permeou as eleições municipais de 1947. Houve um esforço organizativo para atender essa demanda reprimida pelos anos de Estado Novo e pelo esforço de guerra.

Nem tudo foi união e solidariedade na campanha de Elisa. Em uma pasta do DOPS foi encontrado o seguinte recorte de jornal:

AO ELEITORADO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Os abaixo assinados declaram:

Em começos de Outubro, a pedido de pessoas amigas, resolveram apoiar a candidatura à vereança deste município, da Sra. Elisa Kauffmann Abramovich, movidos por informações fidedignas de tratar-se de pessoa da maior idoneidade e integridade pessoal.

No entanto, somos forçados a retirar o nosso apoio a essa candidatura por ter chegado ao nosso conhecimento que a referida senhora segue uma ideologia política da qual divergimos.

Dr. Roberto Lichtenstein
Mina Klabin
Elisa Klabin
Chaia Sarah Klabin
Fania Aronis Klabin
Hermann Silbermann.⁴⁰⁰

³⁹⁹ In DUARTE, Op. cit., 202.

⁴⁰⁰ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. APESP. Fundo DOPS, Dossiê Comunismo, OS 1903, pasta 2.

Por muitos anos, Fania Klabin foi tesoureira da OFIDAS, entidade da qual Elisa fazia parte, mostrando que há momentos em que a identidade política ou de classe podem sobrepor-se às identidades étnicas e/ou de gênero. Em *Aonde Vamos*, por exemplo, a campanha na qual esse grupo se engajou foi para a candidatura do médico Rodolpho Schraiber, da UDN.⁴⁰¹

No dia 22 de novembro de 1947, o *Jornal de Notícias*, veículo paulistano, anunciava em sua capa: “um terço do plenário será composto de vereadores comunistas.” O PST fora o mais votado dos partidos, com 72.985 votos, seguido pelo PSP de Adhemar de Barros, com 66.829.⁴⁰² Elisa computou 2.940 votos, sendo a mulher mais votada e a única eleita no pleito, cabendo-lhe ocupar uma das 15 cadeiras conquistadas pela legenda.⁴⁰³

A alegria, porém, durou muito pouco. Embasado nos relatórios do DOPS, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo cassou todas as candidaturas do PST, alegando tratar-se de uma legenda que abrigava comunistas. Elisa e seus colegas nunca chegaram a tomar posse.⁴⁰⁴ Alguns de seus correligionários, inclusive, chegaram a ser presos. Não foram encontradas referências à prisão, mas *A Classe Operária* repercutiu a liberdade desses militantes e outras manifestações populares que repudiaram a decisão dos tribunais:

SERÃO POSTOS EM LIBERDADE HOJE OS VEREADORES PAULISTAS

Ouvido pela reportagem do “Hoje” [outra publicação comunista], o vereador comunista eleito na chapa do P.S.T., Sr. Iturbides Serra, anunciou que serão soltos amanhã, terça-feira, os vereadores Calil Chade, Mário Sanches, Antonio Donoso e Meir Benaim, ilegalmente encarcerados pela polícia de Ademar de Barros.

A libertação dessas vítimas da prepotência do “governador promessa” constitui uma vitória democrática, que coroou os esforços da comissão formada pelos vereadores José Cirillo, Anis Aidar, Elisa Kaufman [sic], Raimundo Diamantino, Iturbides Serra e outros.

Diversos vereadores de diferentes partidos – disse o Sr. Iturbides Serra – estão organizando uma sólida resistência moral, jurídica e política contra as arbitrariedades policiais como as que desencadearam sobre os heróis vereadores que se encontraram presos arbitrariamente: fizeram dessa prisão um motivo de protesto e repulsa contra as violações das imunidades de que gozam. A comissão de vereadores

⁴⁰¹ *Aonde Vamos*. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1947, p. 11. AHJB.

⁴⁰² Não é por acaso que o PSP foi a segunda legenda mais votada. Adhemar de Barros percebeu a importância dos Comitês Democráticos Populares e das Sociedades de Amigos do Bairro e também traçou estratégias eleitorais que contemplassem essas demandas. Ver, por exemplo, DUARTE, Op. cit.; FONTES, Paulo. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). *Revista Brasileira de História* (Online), v. 33, p. 71-94, 2013.

⁴⁰³ *Jornal de Notícias*, São Paulo, 22 de novembro de 1947, ano II, n. 488, p. 1. HDB/BN, acesso em 10 mai 2018. Para fins de comparação, o candidato mais votado da sigla, Mário de Souza Sanches, fez 5.804 votos, e o mais votado de todo o pleito, José Adriano Marrey Júnior, do PSP, fez 7.258.

⁴⁰⁴ Nesse mesmo pleito o município de Santo André elegeu o primeiro prefeito de origem operária da história do Brasil, o comunista – e igualmente abrigado no PST – Armando Mazzo, que também não chegou a tomar posse. Ver NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira Da. Trabalhadores, Sindicato e Política (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano 3: o tempo da experiência democrática*. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 60.

levantou perante a opinião pública a defesa dos mandatos recebidos do povo e das garantias asseguradas por lei. Dirigir-se-á ao eleitorado através de um manifesto, visitará os deputados para solicitar seus bons ofícios e sua dedicação na luta pelas imunidades; promoverá conferências, ouvirá os mais eminentes juristas de São Paulo. [...].⁴⁰⁵

Elisa, o que era esperado, aparece entre os nomes dos que empreenderam “esforços” para que a libertação ocorresse, mas não foi possível verificar a natureza desses.

No início de 1948, o mesmo jornal publicava uma longa carta que denunciava toda a irregularidade do processo:

Os serviços de Dutra declaram guerra ao povo de São Paulo

O Tribunal Superior Eleitoral deu mais uma vez uma triste demonstração de subserviência aos manejos da ditadura, invalidando os votos que o proletariado e o povo paulistas deram ao P.S.T., nas últimas eleições municipais. Apenas contra os votos de dois dignos juízes, aos quais o povo brasileiro aprendeu a respeitar pela posição de independência e respeito à Constituição – os srs. Ribeiro da Costa e Sá Filho – o Tribunal deu providência ao recurso interposto pelos furiosos e despeitados serviços da ditadura, sempre repudiados pelo que há de mais honesto e esclarecido da população bandeirante, contra a diplomação de 190 vereadores e de um prefeito eleitos no último pleito paulista. Deste modo, homens como Rocha Lagoa – espelho de um regime de decomposição moral que impera em nosso país – seguindo ordens emanadas do Catete, cassa o direito eleitoral de mais de 160 mil eleitores paulistas, que atendendo ao apelo de Prestes, depositaram nas urnas as chapas por ele indicadas.

Nenhum fundamento encontraram os juízes de Dutra para roubar aos candidatos de Prestes – vereadores, subprefeitos e prefeito do proletariado e do povo de São Paulo – os mandatos legítimos que lhes foram outorgados. Os candidatos inscritos na legenda PST tiveram o seu registro mantido depois do Superior Tribunal haver considerado inexistente, àquela data, o diretório estadual do referido partido. Mantida a inscrição dos candidatos, estes receberam os sufrágios populares que, dessa forma, não poderiam ser anulados sem grave e indecoroso atentado à vontade e à soberania do povo. Mas os “lambe molho” do Catete, como esse procurador Galoti e o “juiz” Rocha Lagoa, não vacilam em cometer os maiores crimes quando se trata de seguir as instruções do grupo fascista manobrado pelo imperialismo.

A repulsa popular, em São Paulo, contra a infame decisão dos juízes do TSE tem sido unânime e vigorosa. O povo paulista não pode reconhecer outro prefeito para Santo André se não aquele que elegeu a 3 de novembro, contra a vontade de Dutra e Ademar, o líder operário Armando Mazzo. Nem pode aceitar a composição das Câmaras Municipais de Santos, São Paulo, Santo André, Sorocaba, se não com a maioria de vereadores comunistas que para as mesmas elegeu. Sem os vereadores, subprefeitos e o prefeito de Prestes, os órgãos eletivos municipais deixarão de ser, para os trabalhadores e democratas bandeirantes, a representação da vontade popular, tornando-se apenas meras dependências burocráticas da ditadura antinacional de Dutra e seus parceiros.

Por isso é que as massas trabalhadoras e populares de São Paulo, enfrentando o aparato policial com que o “interventor” Ademar de Barros pretende calar a voz do povo, começa a protestar com vigor. Em Santo André, atendendo ao apelo de Armando Mazzo, os ferroviários e demais trabalhadores que o elegeram para a Prefeitura daquela cidade, reuniram-se diante da Câmara Municipal para protestar contra a farsa do T.S.E., exigindo respeito à soberania popular. Dutra, através da

⁴⁰⁵ *A Classe Operária*, n. 103, 09 de dezembro de 1947, p. 8. CEDEM/UNESP.

decisão de seus juízes, declarou guerra ao povo paulista. Mas não intimida o povo os crimes e ameaças da ditadura. O povo resistirá com firmeza e patriotismo e manterá nos cargos para que foram eleitos livremente, os seus mais legítimos representantes.⁴⁰⁶

Quando os vereadores tomaram posse e iniciaram a 1ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, em 7 de janeiro de 1948, o assunto veio à tona, com o líder da UDN, Marcos Mélega, apontando sua discordância com o ocorrido – mais do que com cassação dos mandatos, com a ausência de novo pleito:

[...] o direito, é labor do filósofo, de políticos, de estadistas. A Lei, é labor dos jurisconsultos. A decisão, no caso dos Vereadores do Partido Social Trabalhista, alcançou em cheio também os direitos dos que não estavam ‘sub-judice’, a saber, os eleitores.

A Constituição assegura o direito de votar e ser votado. A decisão negou o direito aos que foram votados, e, não determinando nova eleição, feriu o direito dos eleitores.

[...] A democracia foi ferida, neste momento.⁴⁰⁷

O clima de revolta e impotência de 1948 contrasta com a serenidade de Fanny, em 1997. A filha de Elisa não lamenta o ocorrido, chegando a afirmar que sua mãe teria sido uma “catástrofe” como vereadora: “eu acho que a lei não era o forte dela, a burocracia não era o forte dela, eu não acredito que ela tivesse sido uma boa vereadora, talvez ela tivesse... Ela era uma grande agitadora de massas, ela era uma grande política [nesse] sentido...”⁴⁰⁸

O DOPS também percebia Elisa como uma grande liderança e agitadora, mas sobretudo nos bastidores, onde poderia lançar mão de sua discrição – diferindo, portanto, da ideia de “agitadora de massas”. Sua campanha a colocou na mira da vigilância e, em 1949, uma investigação concluiu o seguinte:

ELISA KAUFFMANN reside atualmente à rua Prates 39, 4º andar, apartamento 46. Tem frequentado ultimamente o ‘Centro Cultura e Progresso’, situado à rua José Paulino.

Faz parte da Associação Cívica Feminina do Bom Retiro e tem desenvolvido ultimamente atividades comunistas com muita discrição nos meios sociais que frequenta, mormente no ‘Centro Cultura e Progresso’, ex-‘Jugund-Club’, sociedade simpatizante do credo vermelho quando em plena legalidade o PCB. Atualmente

⁴⁰⁶ *A Classe Operária*. n. 107, 07 de janeiro de 1948, p. 2. CEDEM/UNESP.

⁴⁰⁷ Anais da Câmara de Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, 1948, p. 67. Biblioteca do AHSP. Cabe mencionar que na legislatura seguinte, em 1952, o PST, agora sem abrigar candidaturas comunistas, conseguiu eleger dois vereadores que foram, enfim, empossados. A queda de 15 para 2 cadeiras indica a fragilidade do partido e também a pujança das candidaturas comunistas de quatro anos antes.

⁴⁰⁸ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 17. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

fazem parte dessa sociedade elementos comunistas, conforme já se teve ensejo de informar em relatório anterior.⁴⁰⁹

Nesse mesmo ano o DOPS descreve um genérico “departamento feminino” do PCB, responsável por organizar a campanha pela paz e pela baixa dos preços dos gêneros alimentícios e que funcionaria “sob orientação direta, segundo consta, da ex-candidata Elisa Kaufmann.”⁴¹⁰

Ainda em 1949 foi fundada a FMB, como exposto no capítulo 4. Não há registros de uma destacada atuação de Elisa nessa entidade, mas o DOPS afirmava essa conexão em um relatório que visava a destrinchar a composição e a organização da nova FMB:

A “Federação das Mulheres do Estado de São Paulo”, entidade formada por donas de casa de diversas classes sociais e em cujo meio nota-se acentuada infiltração comunista, vem pleiteando há tempos a formação de uma mesa redonda a fim de serem debatidos assuntos ligados a uma campanha contra a carestia do custo de vida. Assim, hoje será realizada uma reunião na sede principal, à rua Vergueiro nº 102, para serem tomados os preparativos. Feito isto, a entidade intensificará sua atividade, visando principalmente a criação de novos núcleos nos diversos bairros. Para isto deverão ser impressos folhetos diversos. Possivelmente será pedida às associadas, contribuição em dinheiro. Sabe-se ainda que, na reunião de hoje, deverão falar diversos oradores, que abordarão o caso em questão referindo-se também à política.

Vemos que este é um dos pontos que o programa comunista estabeleceu para a nova fase de suas atividades: ‘combate à carestia do custo de vida’.

Em meios comunistas comenta-se: a sede principal da entidade, visada certamente pela polícia, limitar-se-á a pouca atividade, devendo porém os diversos núcleos desenvolver atividades mais intensas. As dirigentes dos mesmos, pelos menos em sua maioria, não são conhecidas como comunistas, porém, estas últimas, uma vez inscritas, passarão a ser consideradas dirigentes indiretas, consequência lógica do entusiasmo que demonstrarão pela causa. Esposas e parentes de componentes das diversas células comunistas, receberam ordem para se inscreverem na “Federação”. Consoante já mencionei em relatório anterior, a verdadeira orientação parte de Elisa Kaufmann, ‘ex-vereadora de Prestes’.

Será de grande interesse para os comunistas, dar desenvolvimento à “Federação”, pois nela encontrarão um meio para lançarem mão de uma entidade que poderá ter grande progresso. Assim, segundo se comenta, militantes comunistas, mulheres, serão encontradas nas feiras livres e nos mercados, desenvolvendo a propaganda.⁴¹¹

Nem na bibliografia pertinente, nem em outro tipo de documentação (especialmente imprensa) foi encontrada referência a essa suposta influência de Elisa na FMB, o que torna o

⁴⁰⁹ Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Investigação Nº 169, 7/03/1949. APESP. Dossiê Comunismo, OS 1913, pasta 12, p. 316.

⁴¹⁰ Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Documento avulso. Informação reservada. APESP. Dossiê Comunismo, OS 1915, pasta 14, p. 274.

⁴¹¹ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Documento Avulso. Informação reservada, 27/09/1949. APESP. Fundo DOPS. Dossiê Comunismo, OS 1916, pasta 15, p. 376-377. Grifos meus para destacar o indício de uma hierarquia de gênero: para o DOPS, muitas dessas mulheres entraram nessas associações a mando de seus maridos.

excerto ainda mais interessante: o seu percurso e os espaços por onde ela circulava indicam que é muito possível, até provável, que a personagem tenha integrado os quadros dessa Federação. Contudo, os nomes que sempre aparecem na presidência, na direção e assinando seus textos e manifestos são os de Alice Tibiriçá, Arcelina Mochel, Branca Fialho, Elisa Branco (talvez daí a confusão), dentre outras. Nada de Elisa Kauffmann. A imagem que a comunidade judaica do Bom Retiro tinha – e tem – de Elisa também era compartilhada pelas autoridades. O funcionário do DOPS, talvez querendo convencer seu superior de que estava na pista certa, usou um nome “fácil” para atestar a veracidade de sua informação. Ou talvez Elisa simplesmente tenha sido a grande mentora da Federação, afinal podemos perceber que a mesma divisão de tarefas “generificadas” que ocorria no partido seria de certa forma institucionalizada nessa organização: às mulheres caberia lutar contra a carestia de vida e atuar nas feiras e mercados. O protagonismo de Elisa, no entanto, parece pouco provável.

À medida que o Scholem Aleichem e a colônia de férias da AFIB emplacavam e exigiam grande dedicação de Elisa, sua militância no PC parece ter diminuído – embora nunca se encerrado. Pelo menos é o que nos indica a (falta de) documentação. Na imprensa partidária seu nome desaparece, assim como na documentação do DOPS. Em *Nossa Voz*, foram encontradas apenas duas menções às suas atividades políticas, cabendo aqui destacá-las.

A primeira é a assinatura de um manifesto dirigido “ao eleitorado (de origem israelita) paulistano”, escrito pelo Comitê Democrático Eleitoral Israelita de São Paulo em 1955, composto por 30 pessoas e que encerrava seu longo texto com as seguintes palavras de ordem: “Contra o golpe! Pela constituição e em defesa das liberdades democráticas! Votemos a 3 de outubro em Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart, para presidente e vice-presidente da República!”.⁴¹² Essa era a orientação do PCB, que, segundo Jacob Gorender, havia aprendido “com a experiência traumática da abstenção na eleição anterior e de seu comportamento no governo Getúlio.”⁴¹³ A segunda aparição é também a assinatura de um

⁴¹² *Nossa Voz*, São Paulo, 23 de setembro de 1955, n. 549, p. 1. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

⁴¹³ O PCB e sua atuação nos anos 50: Waldir José Rampinelli entrevista Jacob Gorender. *Rev. Bras. Hist.* [online]. vol.23, n.45 pp.303-309, p. 303. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan 2019.

manifesto, este dirigido à “coletividade israelita de São Paulo” no qual são pedidos votos a Mário Schenberg⁴¹⁴ para Deputado Estadual no pleito de 1962.⁴¹⁵

Sua participação nesses textos pode ter se dado de diversas formas. Elisa pode ter organizado esses comitês, arregimentando pessoas e/ou redigindo os manifestos – a memória que se tem dela ainda hoje, como será melhor discutido adiante, é justamente de uma grande agitadora e organizadora nos “bastidores”. Talvez ela tenha simplesmente assinado ao final de todo um processo do qual não fez parte, mas é possível aventar que, quem quer que tenha organizado e escrito os textos, percebia que o nome de Elisa deveria se fazer presente.

Após a campanha eleitoral, o nome de Elisa é cada vez menos explicitamente associado a atividades político-partidárias. Isso não significa, porém, automaticamente, seu afastamento nem da política nem do Partido (como já dissemos, Elisa jamais saiu do PCB). Muitos indícios, especialmente relatos, dão conta de que sua militância seguiu de forma discreta e silenciosa. Dessa forma, é importante mapear quais as possibilidades de atuação político-partidária tanto de Elisa quanto de outras mulheres nesse período, como por exemplo, aquelas abertas a Julieta Battistioli.

⁴¹⁴ Físico e crítico de Arte, Mário Schenberg foi professor da USP e conhecido em seu meio pelo *Processo Urca*, que permitiu compreender o colapso de estrelas supernova. Militante do PCB, foi deputado estadual duas vezes e, ao lado de Caio Prado Júnior, criou o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em 1947, que mais tarde daria origem à FAPESP. Foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5. Ver http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/mario_schenberg.html e https://pt.wikipedia.org/wiki/Mário_Schenberg#cite_note-16. Acesso em 22 jan 2019.

⁴¹⁵ *Nossa Voz*, São Paulo, 16 de agosto de 1962, n. 946, p. 1. BDLB, acesso em 17 abr 2017. Esse manifesto também é assinado por seu marido Francisco. Schenberg concorreu pelo PTB, foi eleito mas, assim como Elisa, não chegou a tomar posse.

CAPÍTULO 6: Julieta no PCB

Entre os anos 1940 e 1950, o desafio de identificar os espaços por onde Julieta circulou é menor. Além da documentação produzida pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre quando do exercício de seu mandato, a atuação de Julieta no PCB aparece fundamentalmente em dois tipos de fontes: a imprensa – especialmente a partidária – e os documentos policiais. O DOPS monitorou de perto muitos de seus passos e as organizações às quais ela pertenceu.

O próprio partido, às portas da legalidade, publicizava, ainda sob o Estado Novo, seus comícios e eventos de reorganização partidária. Marisângela Martins afirma que o Partido se reestruturou no Rio Grande do Sul tendo o professor Otto Alcides Ohlweiller como Secretário Estadual, passando o posto, ainda na ilegalidade, para o metalúrgico Abílio Fernandes.⁴¹⁶ Também segundo a autora,

O Comitê do Rio Grande do Sul foi instalado no dia 30 de julho de 1945 [o Estado Novo cairia no final de outubro], no Cine Imperial completamente lotado. Um “a pedido” foi publicado no *Correio do Povo* de 1º de agosto, mostrando numa página inteira a suntuosidade do evento. Centenas de pessoas ocuparam as cadeiras do cinema, muitas outras ficaram de pé e uma multidão teve de se contentar em acompanhar a cerimônia do lado de fora, abaixo de chuva, através de alto-falantes instalados na Praça da Alfândega.⁴¹⁷

A reorganização do PCB em Porto Alegre distribuiu os principais quadros do Partido em secretarias específicas, cabendo ao metalúrgico Elóy Martins a área sindical, tendo Julieta Battistioli como sua suplente⁴¹⁸ – dobradinha que se repetiria nas eleições para a Câmara de Vereadores. Apesar das dificuldades, o Partido deu grandes demonstrações de vitalidade e popularidade na capital gaúcha na redemocratização: nas eleições presidenciais de 1945, por exemplo, o candidato comunista Iedo Fiúza fez 30,30% dos votos, ficando à frente do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN. No estado, a votação de Fiúza foi mais parecida com os números nacionais: 8,13%.⁴¹⁹

⁴¹⁶ MARTINS, Op. cit., p. 173.

⁴¹⁷ MARTINS, Marisângela T. A. *De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 52.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 54.

⁴¹⁹ RODEGHERO, Carla S. Confrontos no pós-Guerra: o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. *Revista História Hoje* (São Paulo), v. 3, p. 03-27, 2005, p. 11.

O presente capítulo se divide em três partes: a primeira trata da campanha para vereadora e sua militância em outras frentes; a segunda aborda o exercício do mandato como vereadora; a terceira trata de seus últimos atos na Câmara e relações tensas com o Partido. Passemos à primeira.

6.1 - “Oradora obrigatória na maioria dos comícios vermelhos realizados nesta capital.”⁴²⁰

A partir da legalização do Partido entre o final de 1945 e o início de 1946, começam a circular com maior intensidade materiais do PCB, o que talvez ajude a explicar sua salvaguarda. A Célula Olga Benário, por exemplo, da qual Julieta fez parte,⁴²¹ aparece em 1946 como sendo uma das que mais recebeu materiais volantes com informes e palavras de ordem do Partido. Não é descabido supor que ela fosse, assim, uma das mais numerosas do PCB em Porto Alegre, uma vez que havia uma competição entre células para ver quem distribuiria esse material primeiro, e tanto a Olga Benário, quanto a 18 de Abril e a 19 de Novembro receberam 15 mil panfletos cada uma, enquanto outras células receberam de 500 a 10 mil. Às três também coube a tarefa de organizar uma “festa de confraternização dos trabalhadores da tecelagem, pró-imprensa do Partido.”⁴²² No período, surgiram também as células dos trabalhadores de fiação e tecelagem, a do Bairro Rio Branco, a Machla Berger (Cidade Baixa), a Moarê Martins, a Lênin (Navegantes), a Antônio João (Menino Deus), a do Hospital São Pedro, a do Centro, a dos trabalhadores da Editora Globo, a da estiva da Manuel Rabelo (Floresta), a André Rebouças, a Aparício Cora de Almeida e a do bairro Farrapos.⁴²³

A imprensa do Partido e suas campanhas viveram seu auge nesse momento. No Rio Grande do Sul, o diário *A Tribuna*, que em seguida virou *Tribuna Gaúcha* (equivalente ao *Hoje* de São Paulo, e *Folha do Povo*, no Recife), circulou por dez anos em Porto Alegre. Segundo João Batista Marçal, o jornal surgiu em 17 de fevereiro de 1946 como um substituto da Revista “Libertação”, que circulou no ano anterior e concentrava “a intelectualidade

⁴²⁰ Ibidem, p. 25.

⁴²¹ MARÇAL; MARTINS, Op. cit., p. 31; CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, p. 19, *passim*.

⁴²² Cf. *A Classe Operária*, n. 25, 24 de agosto de 1946, p. 2. CEDEM/UNESP. Essa mesma notícia informa que o esposo de Julieta, Fortunato, era o encarregado de finanças do Comitê Distrital de Porto Alegre.

⁴²³ RODEGHERO, Op. cit., p. 12.

comunista” da cidade, e “teve como primeiros editores o advogado Antônio Pinheiro Machado Neto e o escritor Dyonélio Machado.”⁴²⁴

O diário, assim como em outros lugares, encontrou muitas dificuldades para circular, sobretudo após a volta do Partido à ilegalidade, em 1947. Ao descrever algumas táticas de despiste de repressão, Marçal menciona Julieta Battistioli:

Quando o ferrolho estava demais sobre a redação, as companheiras desempenhavam um papel importante nessa guerrilha do sai-não-sai. Especialmente se estivesse fresquinho e elas pudessem usar um vestido longo, ou uma capa. Entravam lépidas na redação, às vezes em dupla, e desciam calmamente a Ladeira.⁴²⁵ Desciam bem gordinhas, mais cheinhas de corpo: os babacas da repressão não sabiam que aquela calma era peso mesmo. Que elas levavam pacotes de jornal enrolados na cintura ou nas pernas. [...]

Essas militantes têm nome e rosto: Julieta Battistioli, “A Pastorinha”, primeira vereadora comunista do Rio Grande do Sul, a funcionária pública Maria Crespo, a poetisa e pianista Lila Ripoll, a poetisa e militante Edith Hervé, Ofélia do Amaral Botelho, a poetisa Beatriz Bandeira, Eunídia dos Santos, sustentáculo econômico do jornal (se é que pode se dizer assim), a primeira mulher a dirigir um diário comunista no Brasil, e tantas, tantas outras lutadoras sociais de um tempo de arriscar a vida para defender princípios...⁴²⁶

Enquanto isso, *A Classe Operária*, órgão oficial do Partido, trazia em suas edições ao longo de 1946 os preparativos para o pleito para a Assembleia Legislativa, que ocorreria em janeiro do ano seguinte. A meta do PCB era chegar aos 25 mil membros e 100 mil eleitores. A edição de 16 de novembro de 1946 traz em suas páginas as propostas partidárias, assim como todos os candidatos ao cargo de Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, dentre eles há duas mulheres: a professora Emilce Aveline e a operária Julieta Battistioli.⁴²⁷ Às vésperas da eleição, o Partido comemorava em uma de suas publicações a presença de duas mulheres na “Chapa da Vitória”, como foi batizada, trazendo inclusive foto de ambas.⁴²⁸

⁴²⁴ MARÇAL, João Batista. *A Imprensa Operária no RS*. Porto Alegre: Educação do autor, 2004, p. 161.

⁴²⁵ Rua da Ladeira, atual General Câmara, no Centro de Porto Alegre, onde ficava a redação do *Tribuna Gaúcha*.

⁴²⁶ MARÇAL, *A Imprensa Operária...*, p. 163.

⁴²⁷ Cf. *A Classe Operária*, n. 37, 16 de novembro de 1946, p. 5. CEDEM/UNESP. Dentre os objetivos expostos na página vale destacar o seguinte: “Elaborar um plano para fazer um levantamento exato do número de militantes do Partido e elevar o seu efetivo para um mínimo de 20.000 membros, dando atenção preferencial ao recrutamento nas grandes empresas, entre os camponeses e as mulheres.”

⁴²⁸ *A Classe Operária*, n. 42, 21 de dezembro de 1946, p. 5. CEDEM/UNESP.



Figura 8. Com Julieta à esquerda e Emilce à direita, *A Classe Operária* pedia “cem mil votos no Rio Grande do Sul para o Partido do Senador Prestes”. *A Classe Operária*, n. 42, 21 de dezembro de 1946, p. 5. CEDEM/UNESP.

Veremos mais adiante que, ao recordar com muito desgosto da experiência como candidata e vereadora, Julieta sequer menciona que já havia concorrido a outro cargo eletivo. Talvez o fato de não ter exercido a função contribua para a consolidação da memória da vereança como sendo *a* definidora de sentido de sua atuação como um quadro público do Partido.

O resultado eleitoral em todo o Brasil foi bastante festejado pelos comunistas. O Partido, que já havia eleito 15 deputados federais no início do ano e Luiz Carlos Prestes para o Senado, fez uma votação ainda mais expressiva no pleito suplementar: entre deputados estaduais e federais, foram 69 eleitos, além da pouco lembrada eleição de Cândido Portinari para o Senado. Cabe destacar nesse sentido a bancada estadual de Pernambuco, que elegeu nove representantes; a do Distrito Federal, que elegeu 18 representantes, inclusive nomes históricos do PCB como Octávio Brandão e o humorista e jornalista Aparício Torelli, o Barão de Itararé; e o Rio Grande do Sul, que elegeu Antônio Pinheiro Machado Neto, Dyonélio Machado e Otto Alcides Ohlweiller.⁴²⁹ Nada de Julieta.

O ano de 1947, no entanto, foi bastante movimentado para a personagem. Ainda gozando da legalidade e do registro partidário, o PCB gaúcho iniciava a publicização de suas

⁴²⁹ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 52, 22 de fevereiro de 1946, p. 1. CEDEM/UNESP.

atividades com um grande comício de encerramento do Pleno Ampliado do Comitê Estadual no Largo da Prefeitura, com direito a “números de música” e “execução de sambas por cantores populares acompanhados por orquestras”.⁴³⁰ O nome de Julieta Battistioli aparece como integrante do Comitê Estadual, que realizou esse comício após três dias de reunião no mês de março daquele ano.

Esse é o ano da campanha, que Julieta relembra de maneira tão desgostosa:

Até foi a Maria Crespo que foi me levar a notícia: “Tu sabes que tu vai ser candidata à vereadora?”. Digo: “Não! Mas pelo amor de Deus, essa não! Essa agora é demais, eu não vou aceitar”. E a Maria Crespo: “Não, tu vais ter que aceitar, já está tudo pronto, tudo encaminhado e tu vais aceitar, não tem tu dizeres não, tu vais.” Digo: “Mas Maria! É a pior coisa para mim!”... que me fizeram... foi eu ser vereadora, compreendeu? [...] Ser vereadora, com a educação, com a cultura que eu tinha, pra mim foi uma coisa assim que... olha!⁴³¹

Como recém-exposto, Julieta já havia sido candidata a deputada estadual um ano antes. É possível, inclusive, que todo esse diálogo tenha se dado nesse momento e que Julieta tenha se confundido – afinal, uma das campanhas foi vitoriosa e a outra não, o que deve ser mais marcante. Além do mais, veremos como ela recorda de sua atuação parlamentar como sendo um ponto importante no momento de seus maiores desentendimentos e provável expulsão do PCB.

É curioso perceber como, em suas memórias, o correligionário e igualmente candidato a vereador Eloy Martins recorda desse processo de maneira muito semelhante:

Passaram-se dois dias [desde o último contato de João Amazonas, dirigente nacional do PCB, à época em Porto Alegre para dar novas orientações do Partido] e fui convocado para uma reunião, na qual me foi mostrada a urgência de ter mais tempo para a atividade partidária. Minha ligação à produção [volta à fábrica para fazer trabalho de base, tarefa que lhe fora atribuída anteriormente] tinha sido um erro, pois deveria ser candidato a vereador nas próximas eleições. Apresentei minhas limitações intelectuais para enfrentar tal incumbência, se por acaso fosse eleito. Após muita discussão dei-me por vencido, sempre na esperança e confiante que o partido, com os erros cometidos, experiências e ligações adquiridas, seria levado a adotar uma posição mais de acordo com a ideologia da classe operária.⁴³²

⁴³⁰ *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, Ano I, terça-feira, 11 de março de 1947, p. 1. CEDEM/UNESP. Essa edição demonstrava a preocupação do PCB em relação ao “Parecer Barbedo”: o Desembargador Alceu Barbedo já nessa época acolheu uma denúncia contra a existência da organização e a enquadrou na categoria de “Partido Extremista”, o que foi fundamental para a cassação da legenda dois meses depois.

⁴³¹ CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 42.

⁴³² MARTINS, Eloy. *Um depoimento político. 55 anos de PCB*. Porto Alegre: Edição do autor, 1989, p. 89. É curioso perceber o padrão que opera no contar-se tanto de Julieta quanto de Eloy: apesar do desencantamento e de ambos terem sofrido expulsões que consideram injustas, há sempre a reificação da ideia de que não estariam à altura das tarefas solicitadas, que não teriam capacidade intelectual, etc.,

Chama a atenção a repetição da “justifica intelectual”: tanto Julieta quanto Elói – e Júlia Santiago – recordam que não se sentiam intelectualmente aptos para ocupar cargos políticos.

O DOPS acompanhou de perto a campanha:

Valendo-se da legenda do Partido Social Progressista, os dirigentes do extinto PCB conseguiram o registro dos seguintes candidatos a vereador, nesta capital, conforme editais, de número 1 e 3, de 21 e 23 do corrente, respectivamente e, em data de hoje, afixados no cartório eleitoral da primeira zona: 1) Julieta Batistioli; 2) Sady da Costa e Silva; 3) Luiz Eduardo de Oliveira Santos; 4) Álvaro Osimo Caetano; 5) Eloi [sic] Martins da Silva; 6) Marino Rodrigues dos Santos; 7) João Oscar de Oliveira; 8) José Cézár de Mesquita; 9) Luiz Carlos Pinheiro Machado; 10) José Roberto García; 11) Mário Escobar Azambuja; 12) Arthur Nunes García.⁴³³

Esse mesmo ofício traz a primeira descrição elaborada do perfil de Julieta Battistioli que se conseguiu encontrar, em meio aos “Antecedentes comprovados dos candidatos comunistas à vereança municipal, abrigados sob a legenda do Partido Social Progressistas, de âmbito nacional, com sede em São Paulo”:

JULIETA BATISTIOLI – Secretária da Célula Olga Benário Prestes. Dirigente estadual do PCB (Membro Suplente da Direção do Comitê Estadual). Candidata à Deputada Estadual, pelo PCB, no último pleito eleitoral. Signatária de vários telegramas de protesto, comunistas, endereçados ao Exmo. Sr. Presidente da República. Oradora obrigatória na maioria dos comícios vermelhos realizados nesta capital e, em alguns, levados a efeito no interior do Estado, como, por exemplo, na zona carbonífera de São Jerônimo, em Santa Maria, etc.⁴³⁴

O DOPS confirma a imagem que se consolidou ao longo dos anos de Julieta como uma oradora poderosa e desenvolta em público, acrescentando que ela também seria designada a realizar esse tipo de atividade fora de Porto Alegre – para essa tese, não foi encontrado outro registro que sugira isso, mas é algo totalmente plausível. O poder de oratória de Julieta teria sido reconhecido, inclusive, pelo escritor Josué Guimarães: “Ela sempre falou de improviso. Apesar do pouco estudo, quando a operária Julieta erguia sua voz em defesa dos oprimidos, os intelectuais a ouviam quase boquiabertos.”⁴³⁵

especialmente para as atividades que envolvem ocupar espaços novos e “não seus”, como a política representativa.

⁴³³ Ofício n. 419, Porto Alegre, 25 de outubro de 1947, p. 22-30. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [C]. Cx 611, Disco 5, p. 22-23. NPH/UFRGS.

⁴³⁴ Ibidem, p. 25.

⁴³⁵ AVELINE, Op. cit., p. 180.

As páginas da *Tribuna Gaúcha* não deram tanto destaque assim a ela, o que pode indicar um certo exagero do agente da polícia política. No entanto, há muitas situações em que é bastante provável que ela tenha de fato se pronunciado, e o diário apenas reproduzisse – consciente ou inconscientemente – a lógica da invisibilização da participação feminina na política. Ainda em 1947, por exemplo, no mês de dezembro, o PCB gaúcho se organizava para comemorar o cinquentenário de Luiz Carlos Prestes que ocorreria no dia 3 de janeiro, e o festejo na capital gaúcha não poderia ser em outro lugar que não no “bairro comunista de Porto Alegre – Navegantes.”⁴³⁶ Os preparativos já haviam iniciado e é muito razoável supor que Julieta estivesse envolvida nas atividades, mas seu nome não é mencionado. Ao longo de 1948, sua atuação parlamentar nunca é destacada, ao contrário de seus colegas Eloy Martins e Marino dos Santos.

As forças policiais não apenas acompanharam as movimentações comunistas, também as inibiram. Em novembro de 1947, o periódico *Tribuna Popular*, vinculado aos comunistas do Rio de Janeiro, relatou da seguinte maneira a atuação da polícia para encerrar um comício de campanha:

A polícia do sr. Valter Jobim [governador gaúcho], dispersando um comício de propaganda eleitoral dos candidatos populares, num franco desrespeito à lei eleitoral e à Constituição, ferindo brutalmente imunidades parlamentares, espancando o povo e simples transeuntes, acaba de dar mais uma demonstração de verdadeira feiura nazista, cuja responsabilidade cabe ao governador riograndense [...]. Por todo o largo da prefeitura espalhou-se uma onda de fúria policial, que não respeitou sequer a presença dos deputados Abílio Fernandes e Júlio Teixeira, nem dos candidatos a vereadores que chegavam na ocasião.
[...]
Uma senhora foi violentamente esbofetada, o pai da candidata Julieta Battistioli espancado e arrastado pelos beleguins.⁴³⁷

O final da notícia, na melhor das hipóteses, é confuso. Como afirmado anteriormente, o pai de Julieta era falecido desde, no mínimo, 1926, conforme sua Certidão de Casamento.⁴³⁸ Terá o jornal confundido a pessoa em questão? Terá sido outro parente de Julieta (talvez seu marido)? Não foi possível verificar o que de fato ocorreu, mas esse episódio nos lembra é como a imprensa diária é uma fonte que precisa ser sempre tensionada – como qualquer documentação, aliás. A menção a um familiar de Julieta também marca uma diferença

⁴³⁶ *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, ano I, 23 de dezembro de 1947, p. 1. CEDEM/UNESP.

⁴³⁷ *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1947, p. 8. HDB/BN. Acesso em 21 fev 2018.

⁴³⁸ BRASIL. Cartório de Registro Civil da 1ª Zona de Porto Alegre. Certidão de Casamento. Acervo Julieta Battistioli, MCMPA.

significativa entre ela e Elisa: a família é muito mais presente na trajetória de Elisa, aparecendo antes, durante e depois de sua campanha eleitoral, por exemplo. A família de Julieta – à exceção de seu esposo, envolvido no Partido – é bem mais ausente na documentação.

Em fevereiro de 1948 Julieta assumiu a cadeira na Câmara de Vereadores pela primeira vez. Segundo o jornalista – à época redator da *Tribuna Gaúcha* – João Aveline, após ler o manifesto de Prestes, Julieta fora provocada pelos demais vereadores sobre a ilegalidade do PCB, respondendo o seguinte:

Senhor presidente. Na verdade, eu sou uma vereadora eleita pelo povo, uma mulher operária sem cultura, mas que tem a coragem política de defender nesta Câmara os interesses do povo. Desse povo que me conferiu os votos. Porque esse povo quer que, dentro desta casa, seus representantes defendam seus interesses, não com palavras que não entenda, mas com palavras simples e modestas, com energia, vozes que saibam se erguer não só quando o PCB está na legalidade, mas também quando está na ilegalidade. Para o povo, o PCB continua legal e por este partido eu fui eleita.⁴³⁹

Na próxima sessão trataremos desse discurso e das indagações e provocações em relação à sua ideologia, mas é importante perceber como foi se consolidando essa memória de Julieta como uma oradora destemida, com firmeza ideológica e que não “levava desaforos para casa”. Como mencionado, ela não se recorda desse período com carinho, e mesmo a imprensa chegou a acusá-la de apenas bater o ponto e ir embora das sessões.⁴⁴⁰

Um mês depois, em abril de 1948, Julieta foi presa em pleno exercício do mandato. O jornal carioca *Gazeta do Povo*, que a julgar pelas notícias e pela forma de abordá-las era abertamente anticomunista, afirmava que o ocorrido se deu da seguinte maneira:

Estava articulado um “complot” comunista para o Dia de Tiradentes. Em diligências realizadas durante o dia e à noite de ontem, a Polícia conseguiu descobrir, localizar e anular, um vasto “complot” comunista, que deveria ensanguentar o “Dia de Tiradentes”, em Porto Alegre. Em consequência, até às 23 horas, havia sido efetuada a prisão de quarenta e três comunistas, entre os quais o ex-deputado Jover Teles e a vereadora Julieta Battistioli.⁴⁴¹

O evento citado tratava-se do Congresso da Paz. Eloy Martins se recorda dessa prisão de maneira muito desgostosa, em tons de “crônica de uma morte anunciada”, pois a atividade já havia sido proibida de antemão pela polícia gaúcha:

⁴³⁹ AVELINE, Op. cit., p. 180.

⁴⁴⁰ *Jornal do Dia*, Porto Alegre, n. 344, 16 de março de 1948, p. 4. HDB/BN. Acesso em 21 fev 2018.

⁴⁴¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 92, 22 de abril de 1948, p. 1. HDB/BN. Acesso em 18 mai 2018.

Chegou o dia do acontecimento estapafúrdio. De manhã apareceu lá em casa o Paulo, um dos encarregados de me vigiar, queria saber como se preparava bomba molotov. Eu sabia, mas respondi-lhe que não, porque sentia que em tudo aquilo estava sendo preparado um verdadeiro absurdo, uma provocação, uma palhaçada, um fiasco completo.

O ato estava marcado para às 20 horas, às 19 a polícia começou a prender elementos do partido nos arredores onde se pretendia realizar o Congresso. Em pouco tempo todas as imediações estavam tomadas por policiais armados. No outro dia de manhã os jornais estamparam a notícia espalhafatosa do desmantelamento de atos terroristas que seriam executados por comunistas conhecidos.⁴⁴²

Julieta não se recorda dessa prisão – ao menos não dessa forma. Segundo sua memória, ela foi presa apenas duas vezes:

Uma vez foi toda a direção do Partido presa. Aí eu estava doente, eu estava fazendo tratamento porque ia fazer uma operação e saí naquele dia de casa só para ir ao consultório médico e fui na sede no Partido e cheguei lá eles (a polícia) já tinham “engatado” (detido, preso) todos (RISOS), e eu cheguei e “engataram” a mim também. Essa foi uma vez. Nessa vez a Maria também estava, a Maria Crespo e a Gínia Macline e eu; de mulher eram nós três. E a outra vez foi distribuindo panfletos da Paz (Campanha da Paz contra a Guerra da Coreia) defronte a Fábrica de Tecidos; estava distribuindo panfletos da Paz quando a polícia chegou.⁴⁴³

Talvez a memória tenha feito com que Julieta confundisse o local da segunda prisão, já que ela se deu no centro da cidade e não no 4º Distrito (sede da Fábrica de Tecidos), ou talvez simplesmente tenha esquecido desse ocorrido. Os risos no relato podem indicar uma forma de lidar com o trauma, mas ao que tudo indica, ela não sofreu torturas ou outras violências físicas e também não ficou tanto tempo encarcerada. No entanto, a personagem afirma que, durante um interrogatório, o marcador de gênero ficou bem evidente:

Mas ele [o interrogador] me disse tanta bobagem, tanta besteira... se eu não tinha vergonha, que eu era *uma mulher*, que andava fazendo comércio na rua, uma mulher casada, de filhos, porque... e daí para adiante, daí para fora... E, responder... o que é que eu ia responder... nem podia porque... eram uns três ou quatro. E achei melhor só olhar para a cara deles.⁴⁴⁴

O que Julieta traz em seu relato é muito semelhante à ideia da dupla transgressão, conforme propõe Ana Colling: as mulheres transgridem a ordem “natural”, se recusando a ficar em casa cuidando dos filhos e acabam se comportando como homens; além disso, no

⁴⁴² MARTINS, Op. cit., p. 93-94.

⁴⁴³ CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 49.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 50, grifo meu.

caso da Ditadura, seu objeto de estudo, se engajam na militância de oposição ao regime, ganhando a alcunha de *Putá Comunista* por parte dos órgãos de repressão.⁴⁴⁵ Mais uma vez, portanto, a pauta moral e dos costumes, dois dos principais pilares do anticomunismo no período, aparecem. Julieta, além de comunista, “não se dava ao respeito” – era casada, tinha filhos... Segundo Viviane Leão,

As militantes do PCB, para o espanto de muitos não desenvolveram a domesticidade esperada e por esta razão sofreram preconceitos por parte de toda a sociedade, envolvida também com o discurso anticomunista, forjador de imagens deturpadas destas mulheres. Mais prudente seria dizer que o discurso anticomunista utilizando formas arbitrárias do poder desenvolveu códigos e signos simplificados e, no entanto, bem elaborados, porém redutores e empobrecidos de compreensão sobre a opção das comunistas, por buscarem uma alternativa de sociedade e de vida.⁴⁴⁶

O *beleguim*, portanto, não poderia deixar de comentar o absurdo da situação: uma mulher presa por “bagunçar” o espaço público, um local que não lhe pertencia. Ao final Julieta relata que o Presidente da Câmara de Vereadores foi atrás dela na prisão, o que talvez indique que o imbróglio a que ela, Eloy Martins e o jornal descrevem sejam realmente o mesmo.

É curioso como Julieta afirma ter sido presa apenas duas vezes, enquanto que João Aveline afirma que “muitas foram as vezes em que amargurou a brutalidade da polícia.” Sobre a prisão ocorrida em função da Campanha pela Paz e contra o envio de tropas brasileiras para a Coreia, o autor descreve um diálogo entre Julieta e um *tira*:

“Não estou entendendo. Vocês fizeram tudo para que o Brasil mandasse uma tropa expedicionária para a Itália e agora querem evitar a ida de soldados para a Coreia.” Julieta explicou: “O senhor não está entendendo nada. Aquela era uma guerra justa, que enfrentava o nazismo, uma ameaça à humanidade. Esta é uma aventura imperialista dos Estados Unidos sufocando o direito à independência de um povo.” O tira nem piou.⁴⁴⁷

Julieta ainda teria sido presa durante a campanha da *Legalidade*, em 1961, sendo levada ao presídio feminino Madre Pelletier,⁴⁴⁸ mas também não se recorda ou faz menção a esse evento.

⁴⁴⁵ Cf. COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2006, v. 10, p. 169-178, p. 175. Essa ideia também aparece em GARCIA, Marco Aurélio. O Gênero da Militância: notas sobre as possibilidades de uma outra ação política. *Cadernos Pagu*, (8/9), Unicamp, 1997: pp.319-342.

⁴⁴⁶ LEÃO, Op. cit., p. 69.

⁴⁴⁷ AVELINE, Op. cit., p. 180.

⁴⁴⁸ Cf. <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeriadasmulheres/julieta-battistioli/> Acesso em 15 ago 2020.

A Campanha da Paz, como visto anteriormente, adentrou a década de 1950 com muita força. Em agosto de 1950, por exemplo, a *Tribuna Gaúcha* estampava em sua capa: “EU DEFENDEREI MEU FILHO! As mães gaúchas saberão erguer-se em defesa do sangue de seus filhos, que irão morrer na Coreia para defender os americanos. As mães constituem uma barreira aos planos de Dutra e seus generais fascistas.”⁴⁴⁹ Ainda segundo o jornal, a União Feminina Gaúcha,⁴⁵⁰ naquele momento, colheu mais de 15 mil assinaturas para a causa.⁴⁵¹ Diante do avanço da ideia de que o comunismo pretendia dissolver a família, o reforço da imagem maternal e da defesa dos filhos, consciente ou inconscientemente, pode ter sido estratégico para que a empreitada ganhasse mais legitimidade frente a opinião pública.

Julietta recorda de angariar assinaturas, mas lembra que colegas suas foram mais eficientes nessa empreitada, enquanto ela “fazia comício até nas portas de cinema”. Esse é o primeiro e único momento em suas memórias no qual a questão da maternidade aparece como sendo um dificultador de alguns aspectos da militância:

[...] nós não tínhamos nada contra a Coreia, a Coreia não era nosso inimigo e... não vamos matar nossos filhos, essas coisas assim. Palavras de ordem que davam pra gente dizer. Isso eu fiz, fazia com mais facilidade até, porque não me roubava tempo, assim, dos meus afazeres em casa, que é coletar assinaturas, quer dizer, coletar assinaturas teria que tirar uma tarde ou um dia para sair na rua pedindo assinaturas, assim mesmo eu fiz. [...] Foi numa época em que nasceram as gurias... a minha filha Serafina teve as duas gêmeas, Naira e Rejane e já me roubavam um pouco de atenção, porque *à noite tem os afazeres de casa* [...].⁴⁵²

Aqui percebemos como novamente a questão de gênero aparece na jornada dupla – ou tripla. Além de trabalhar na fábrica e militar, Julieta também não poderia se descuidar dos afazeres domésticos – ainda mais quando se tornou avó. Ao contrário de Elisa, como mencionado, Julieta não se refere a ajudas externas, cabendo a ela também esse tipo de atividade. Fortunato, lembremos, tinha um braço atrofiado.

Julietta e as outras mulheres comunistas se concentravam bastante na questão da Paz e contra a Guerra na Coreia, e a repressão se voltava cada vez mais para elas, como exposto anteriormente. Em 1950, um dos principais quadros da Federação de Mulheres do Estado de

⁴⁴⁹ *Tribuna Gaúcha*, ano II, num. 297. Porto Alegre, 27 de agosto de 1950, p. 1. CEDEM/UNESP.

⁴⁵⁰ A partir de 1950 a União Feminina Gaúcha passaria a se chamar Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul, entrando em uniformidade com as Federações dos outros estados. Cf. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 77, 20 de outubro de 1950, p. 2. HDB/BN. Acesso em 24 fev 2019.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 3.

⁴⁵² CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 46. Grifos meus.

São Paulo, a operária têxtil Elisa Branco, foi presa durante uma manifestação do sindicato de sua categoria, conforme mencionado:

No dia da comemoração oficial da Independência do Brasil, que aconteceu no Vale do Anhangabaú, e que reuniu autoridades estaduais e federais, a costureira comunista exibiu, com a ajuda de outros comunistas, uma faixa com a seguinte frase: “*Os soldados, nossos filhos não irão para a Coréia*”. Tratava-se de um protesto contra o apoio do Brasil aos Estados Unidos na Guerra da Coréia. Também estavam em seu poder vários boletins “subversivos” intitulados “*Ao coração das mães brasileiras*” e “*Soldados e Marinheiros*”. Por estes fatos, Elisa foi presa, e posteriormente julgada e condenada a quatro anos e três meses de prisão. Durante o período que ficou presa no presídio Tiradentes, muitas manifestações ocorreram e prol da libertação de Elisa Branco Batista. O Partido Comunista e o jornal *Hoje* lançaram forte campanha, e até a Rádio de Moscou, em sua transmissão para o Brasil, dedicou alguns minutos em propaganda pela sua liberdade. Em janeiro de 1951 foi signatária de uma carta da Casa de Detenção, com o título: “*Não criamos nossos filhos para a Guerra*”. Em maio do mesmo ano, o Presidente da Associação Beneficente dos Operários de Indianópolis, enviou ao governador do Estado, um ofício que pedia a libertação de Elisa Branco. Em outubro de 1951 foi posta em liberdade.⁴⁵³

Julietta chegou a apresentar um requerimento na Câmara de Vereadores para que a casa “se dirigisse ao governo no sentido da anistia para a heroica mulher paulista. Tal requerimento foi rejeitado com 8 votos contra 7.” Após a seção, ocorreu uma passeata pelas ruas de Porto Alegre:

Ao longo do trajeto percorrido pela passeata os manifestantes fizeram mais de três comícios: no Abrigo da Praça 15, assistido por cerca de 500 pessoas, no Abrigo da Praça Parobé, e em frente a redação do jornal popular “A Tribuna”. Em todos eles o trânsito foi interrompido. Fizeram uso da palavra os vereadores de Prestes, Julieta Battistioli, Eloy Martins e Marino dos Santos, assim como representantes da União Estadual dos Trabalhadores, da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul e da União da Juventude Farroupilha.⁴⁵⁴

Vimos anteriormente que Julieta, ao menos segundo os olhos da vigilância policial, integrava a União Estadual de Trabalhadores, entidade que participou da passeata. Ainda de acordo com o DOPS, ela também esteve bastante envolvida com as atividades da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul. Antes de expor essa documentação, vale a pena mencionar algumas memórias de Julieta referente a sua atuação nessa organização e nos eventos que ela organizou:

⁴⁵³ In Projeto Integrado Arquivo do Estado e Universidade de São Paulo (PROIN). Disponível em <https://www.usp.br/proin/inventario/destaques.php?idDestaque=7> Acesso em 24 fev 2019.

⁴⁵⁴ *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n. 124, 6 de outubro de 1951, p. 2. HDB/BN, acesso em 25 fev 2019.

Tinha a Federação Nacional de Mulheres [possivelmente refira-se à FMB], ela era do Rio [de Janeiro], e nós tínhamos a nossa aqui filiada à Nacional. Tinha a presidente, tinha as sedes... era a D. Edith Saldanha,⁴⁵⁵ a presidente... Tinha a Maria José Lopes, a Maria Crespo.

[...]

No Rio fez um Congresso de mulheres trabalhadoras, então era nacional; aí nós aqui fizemos as nossas reuniões para tirar (escolher) para mandar para o Congresso. E a nossa reunião para tirar as delegadas, reunião de mulheres, foi no Sindicato dos Alfaiates [...]. Nós tínhamos uma salinha da Federação, mas era uma salinha. Então se fez essa [reunião] no Sindicato, a reunião trouxe mulheres de Rio Grande, trouxe mulheres de Santa Maria, uma porção de mulheres de alguns municípios [...] e tiramos nove delegadas para o Rio. Aquela mulher que a polícia matou em Rio Grande no dia 1º de Maio, a Angelina Gonçalves [...] era uma das delegadas.⁴⁵⁶

Julieta se refere, muito provavelmente, ao Congresso Nacional Feminino que ocorreu no Rio de Janeiro entre 23 e 25 de maio de 1949.⁴⁵⁷ Ela chega a mencionar a dificuldade que foi para conseguir as passagens para as delegadas com o prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, o qual havia prometido que as providenciaria – Julieta chegou a ficar de “tocha” na entrada da prefeitura, aguardando o prefeito. Brizola, no entanto, só foi eleito prefeito em 1956. Das duas uma: ou ela fez isso com o prefeito Ildo Meneghetti (1948-1951), ou de fato com Leonel Brizola para algum outro evento. Veremos Julieta recordar de ter sido expulsa do Partido logo após sua passagem pela Câmara Municipal, em 1951, mas se a segunda hipótese for a verdadeira, ela ainda estava realizando tarefas para o Partido em 1956.

De todo modo, em 1953 foi a vez do Rio Grande do Sul sediar um evento com mulheres do Brasil todo, segundo Julieta. Tudo indica que se trate da II Assembleia Nacional de Mulheres, ocorrida em Porto Alegre em outubro de 1953. O evento criou quatro comissões, cada uma com pelo menos dez integrantes que nunca se repetiram – indicando um número de participantes considerável. As comissões eram de Defesa da Infância, Melhores Condições de Vida, Defesa da Paz e Direitos da Mulher – Julieta compôs esta última.⁴⁵⁸

Dentre as resoluções dessa Assembleia, cabe mencionar algumas que parecem sintetizar muito bem os interesses e pertencimentos de Julieta:

[...]

⁴⁵⁵ Julieta Refere-se à Odith Saldanha, que aparece em alguns outros relatos e documentos apresentados ao longo do trabalho. Saldanha chegou a compor a delegação brasileira no Congresso Mundial de Mulheres em Copenhague, em 1953. Cf. MACEDO, Op. cit., p. 220.

⁴⁵⁶ CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 30.

⁴⁵⁷ *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 60, 30 de junho de 1949, p. 5. HDB/BN. Acesso em 24 fev 2019.

⁴⁵⁸ Boletim n. 19, Porto Alegre, 15 de outubro de 1953 p. 169-174. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [H]. Cx 612, Disco 10, p. 170. NPH/UFRGS.

2 – Recomendar maior aproximação com Sindicatos e demais associações profissionais, no sentido de estimular a criação de comissões específicas pela defesa dos direitos da mulher trabalhadora.

3 – Defender o direito de livre associação e atividade nas organizações democráticas femininas e a livre expressão do pensamento.⁴⁵⁹

Julieta recorda da empreitada de forma bem-humorada e orgulhosa:

E... veio mãe de Pernambuco, da Bahia, de Recife, do Rio Grande [do Norte], do Rio, de São Paulo, meu Deus do Céu era tanta mulher! Agora nós tínhamos que arrumar alojamento para essas mulheres. Lá na minha casa ficaram oito. Depois eu andei distribuindo lá para as vizinhas, uma na casa de uma, uma na casa de outra... porque não tinha, não tinha cômodo para tanta mulher. Mas fizemos... foi muito bonito o congresso, foi feito no Sindicato dos Alfaiates, o Roque era do Partido, não é?⁴⁶⁰

Apesar dessa participação ativa, Julieta não parece ter exercido cargos de direção na Federação. Além dela própria não se atribuir esses papéis, as duas diretorias que encontramos discriminadas por nomes e atribuições não contam com ela: a direção eleita em 1951 tinha Rita Guedes Brandão na presidência; Anita Couto de vice; 1º Secretária – Maria Pereira; 2ª Secretária – Alda Lobo; 1ª Tesoureira – Maria José Lopes; 2ª Tesoureira – Maria Vinira Oliveira. O Congresso que elegeu essa direção também criou uma Comissão Feminina Contra a Guerra, que tinha a presença de Aldair Machado, Alda Lobo, Iracema Oliveira Lima, Celita Azambuja, Maria da Conceição Oliveira Lima e Elcí Azambuja.⁴⁶¹ A direção que tomou posse em 1953 também não tinha Julieta entre suas integrantes: Presidenta – Odith Saldanha; 1ª Vice-Presidenta – Aracy Del-Arroio; 2ª Vice-Presidenta – Rita Brandão; 1ª Secretária – Esther Milman; 2ª Secretária – Sibila Gutierrez; 1ª Tesoureira: Ambrosina Cabral; 2ª Tesoureira – Leonor Cabral.⁴⁶²

Isso não significa dizer que Julieta não fosse bastante atuante na Federação. O DOPS nos informa que ela teve um papel mais importante nos bastidores e na articulação – algo parecido com Elisa em São Paulo, inclusive. Nesse mesmo ano de 1953, por exemplo, um boletim informava que a FMRGS estava organizando um “Protesto contra a panela vazia”:

⁴⁵⁹ Resoluções da II Assembleia Nacional de Mulheres. ASMOB, caixa115. Fundo Roberto Morena. CEDEM/UNESP.

⁴⁶⁰ CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 31-32.

⁴⁶¹ *Momento Feminino*. Rio de Janeiro, n. 81, fevereiro de 1951, p. 4. HDB/BN. Acesso em 23 fev 2019.

⁴⁶² *Momento Feminino*. Rio de Janeiro, n. 98, janeiro-fevereiro de 1953, p. 9. HDB/BN. Acesso em 23 fev 2019.

Por volta das dezessete horas do dia 23 do corrente, componentes daquela agremiação comunista promoveram uma concentração no Largo da Prefeitura, nesta capital, com a participação de uns cem “patriotas”, mulheres na sua esmagadora maioria, que ostentavam cartazes e faixas com diferentes dizeres, dentre os quais se destacavam os seguintes:

“ESTAMOS COM OS GREVISTAS DE SÃO PAULO – ABAIXO A CARESTIA DE VIDA – VIVA A PAZ – QUEREMOS A REBAIXA DE PREÇOS – VILA JARDIM LUTA CONTRA A CARESTIA DE VIDA – QUEREMOS ARROZ AO PREÇO DE Cr\$ 2,80.”

Para não perderem o hábito, as “donas de casa” ali concentradas levaram a efeito um comício em que se fizeram ouvir as costumazes agitadoras LILIA PINHEIRO, JULIETA BATISTIOLI, LEONOR SCLiar CABRAL, MARIA VARGAS, UNIVERSINA TORRES TATSCK, MARIA JOSÉ LOPES e ODITE SALDANHA, às quais, em síntese, assim se pronunciaram:

[...]

JULIETA BATISTIOLI – Dizendo-se porta-voz dos operários das Indústrias Renner, atacou o atual sistema de governo, “no qual os operários são relegados a plano secundário, pois não são consultados sobre coisa alguma, razão pela qual deviam intensificar a luta por melhores salários e, conseqüentemente, melhores condições de vida.” A seguir, após investir contra o Instituto Riograndense do Arroz, no que concerne, principalmente, à falta e elevação do custo do arroz popular nas feiras livres, aludiu a um congresso sindical a que compareceram poucos operários e muitos policiais, “estes sempre com a finalidade de intimidar aqueles”, aconselhou aos trabalhadores exigirem que seus sindicatos reivindicuem um salário mínimo de mil e quinhentos cruzeiros; e apelou a todas as mulheres cerrarem fileiras em torno da FEDERAÇÃO DE MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL, “a única organização que verdadeiramente defende os interesses das donas de casa, lutando contra a carestia e demais males e necessidades que as afligem.”⁴⁶³

O uso de aspas para se referir às “donas-de-casa” não deixa de ser curioso: é como se o censor alertasse seus superiores para não se deixarem enganar pela ocupação que elas alegavam exercer. Se, consciente ou inconscientemente essas mulheres conseguiam instrumentalizar os papéis de gênero a elas atribuídos, parece que a censura percebeu.

Talvez a referência mais curiosa – diferente dos outros pertencimentos constantemente atribuídos a ela – que foi encontrada em relação à atuação de Julieta no movimento feminista seja um “Curso de capacitação política e revolucionária exclusivamente para mulheres”, ministrado em fevereiro de 1954.⁴⁶⁴ Segundo o Boletim do DOPS, Julieta Battistioli (“de nome de guerra ‘Ana’”, informação que só aparece aqui), Lília Pinheiro, Maria Crespo e Gínia Melo (deve referir-se a Gínia Macline que Julieta cita bastante em suas memórias) eram as professoras.⁴⁶⁵ Aqui se verifica mais uma aproximação entre as trajetórias de Julieta e Elisa. Além de tensionarem fronteiras de gênero e ocuparem espaços até então

⁴⁶³ Boletim n. 8, Porto Alegre, 30 de abril de 1953, pp. 44-53. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [G]. Cx 612, Disco 9, p. 53. NPH/UFRGS.

⁴⁶⁴ Mais uma vez fica claro que Julieta não foi expulsa do Partido logo após o mandato, mas voltaremos a isso no final do trabalho.

⁴⁶⁵ Boletim n. 3, Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1954, pp. 47-50. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [G]. Cx 612, Disco 9, s/p. NPH/UFRGS.

exclusivamente masculinos, é interessante perceber que ainda há outra similitude entre seus percursos que surgem muito em função dos estereótipos sobre a feminilidade: ambas foram professoras.

A militância nas associações de mulheres aliada à sua atuação parlamentar – embora pouco recordada por ela nesses termos, como veremos adiante – certamente contribuíram para que as desigualdades de gênero saltassem ao olhos de Julieta. Estudos recentes têm demonstrado que muitas das leis e requerimentos das – e dos – parlamentares comunistas se deram em torno dessas questões. Segundo Iracéli Alves,

Além de requererem proteção à maternidade e à infância, os representantes da bancada comunista solicitaram o fim do trabalho noturno feminino, pois avaliaram que “o esforço do indivíduo durante o trabalho noturno é superior ao executado durante o dia, causando graves danos ao organismo humano.” [...] Acreditamos que o esforço dos parlamentares comunistas em defenderem publicamente os direitos femininos foi consequência da luta das militantes que conseguiam, progressivamente, pautar as demandas específicas das mulheres. [...] Portanto, o movimento das mulheres no interior da militância abriu uma fresta para que o partido percebesse os problemas específicos do gênero feminino.⁴⁶⁶

Conforme Natália Pietra Mendez, “A experiência de driblar a ordem do silêncio é parte do exercício de resistência e da construção de uma identidade feminista.”⁴⁶⁷ A “ordem do silêncio”, frequentemente, encontrava-se dentro do Partido, e Julieta e muitas outras conseguiram driblá-la em diversos momentos a fim de consagrar a desigualdade de gênero como uma pauta importante a ser pensada e discutida.

Apesar de todo esse percurso, é a experiência parlamentar, lembrada com desgosto por Julieta, o evento por excelência celebrado pela “memória oficial” a seu respeito. Mas como se deu essa atuação?

6.2 – “*Eu sou uma vereadora eleita pelo povo, uma mulher operária*”⁴⁶⁸

Julieta Battistioli ocupou a Câmara Municipal em diversas ocasiões, ora substituindo Elói Martins, ora no lugar de Marino dos Santos, seus colegas de PCB. No início, suas

⁴⁶⁶ ALVES, *A política no feminino...* p. 125.

⁴⁶⁷ MENDEZ, Natália Pietra. Uma Senhora de Respeito: a autoria feminista na escrita de Carmen da Silva (1919-1985). *Organon*, v. 28, p. 01-11, 2012, p. 2

⁴⁶⁸ 43ª Sessão Legislativa Ordinária em 12 de Fevereiro de 1948, p. 165. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1948, Volume II. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1949. BCMPA.

atividades eram por pequenos períodos e atendiam a tarefas partidárias muito concretas e objetivas, como ler cartas de Prestes, resoluções do PCB e denunciar ações policiais. Com o tempo, ela foi perdendo a timidez, intervindo nos debates e sugerindo leis. No primeiro ano da legislatura, Julieta assumiu a vereança de 11 a 16 de fevereiro e de 11 a 20 de março. Em 1949, o exercício foi ainda menor: apenas de 12 a 17 de julho. No ano seguinte, Julieta não tomou posse nenhuma vez, mas em 1951 ela foi vereadora ao longo de praticamente todo o segundo semestre.⁴⁶⁹

Ao lermos as memórias e entrevistas de Julieta acerca de sua atuação parlamentar, é possível construir uma imagem de uma mulher disciplinada, esforçada e simples, atuando conforme as indicações do Partido e que recorda com desgosto da experiência, tida como fora de sua alçada – inclusive intelectual. Lendo as atas das sessões das quais ela participou, essa imagem pode ser questionada. Nas próximas páginas conheceremos uma Julieta com “jogo de cintura”, capaz de articular os manifestos partidários com a cidade de Porto Alegre e as falas de seus colegas vereadores. Perceberemos que ela tinha, sim, noção do que representava ser a primeira mulher naquele espaço e que isso apareceu em seus discursos. Por fim, é possível perceber uma ironia em muitas de suas falas, às vezes quase adentrando no campo do deboche. Julieta, porém, não se recordava e não se contava dessa forma, esquecendo ou silenciando essas características. A monumentalização de Julieta, que será discutida na terceira parte do trabalho, tem sempre no fato de tratar-se da primeira vereadora de Porto Alegre uma bandeira, um aposto importante. Sua atuação, debates e polêmicas na Casa, no entanto, acabam sendo ofuscadas, e é sobre elas que trataremos agora.

Em fevereiro de 1948, quando tomou posse pela primeira vez, Julieta se manifestou apenas em um momento, em sessão ocorrida no dia 12. A princípio ela deveria apenas ler um “Manifesto de Prestes à Nação”, mas todos os debates, apartes e interrupções que se sucederam são excelentes para pensar uma série de questões, como classe, gênero e o funcionamento da democracia brasileira no período.

Em seu primeiro uso da palavra na tribuna, Julieta afirmou que suas palavras “deviam ser de congratulações, por ser a primeira vez em que uma mulher participa de uma Câmara de Vereadores”, mas que precisava usar aquele espaço para denunciar os governos municipal e brasileiro:

⁴⁶⁹ Cf. Ficha Admissional de Julieta Battistioli. Acervo Julieta Battistioli, MCMPPA.

Quero reafirmar as palavras do nobre colega M. B. Gastal [PL], em que diz que é um governo de reação. Foi visitar as malocas um Prefeito desse governo, para sentir, como dizia, o que sentem os moradores na sua própria carne. No entanto, até hoje, são palavras vazias, porque as medidas que quer tomar, são para desmanchar as casinhas dos maloqueiros. Portanto, diz muito bem o colega, que diz que deve levantar uma onda de reação contra esta reação. É o povo organizado que deve levantar-se para fazer parar a chamada ditadura em nossa pátria. Para isso, lançou um manifesto o grande líder dos trabalhadores que é Luiz Carlos Prestes e que eu vou ter o prazer de ler, aqui na tribuna.⁴⁷⁰

Após relacionar a situação de Porto Alegre com a do Brasil em geral, Julieta passou, então, a ler na íntegra um longo manifesto de Prestes, no qual apareciam os temas mais sensíveis ao PCB naquele momento: frases contra o imperialismo, a Guerra da Coreia e o aumento do custo de vida. Antes que pudesse terminar sua leitura, o vereador Bonorino Buttelli, do PTB, pediu um aparte e iniciou uma série de questionamentos:

O SR. BONORINO BUTTELLI [PTB] – V. Ex.^a permite um aparte?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Pois não.

O SR. BONORINO BUTTELLI – Este manifesto lançado ao público, em função de que foi lançado?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Em função de dar ao povo o que merece, porque só ele poderá resolver a sua situação, uma vez organizado.

O SR. BONORINO BUTTELLI – Qual a função do PCB perante a nação? E o Tribunal de Justiça?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Perante o Tribunal de Justiça foram cassados os mandatos [dos Deputados e Senadores], mas perante o povo é ele legal, por isso este manifesto foi publicado na imprensa comunista.

O SR. BONORINO BUTTELLI – No ponto que fala de liberdade de imprensa, V. Ex.^a sobre o fato da Tribuna Gaúcha publicar este manifesto?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Acho que está usando um direito que a Constituição lhe garante. O Nobre Colega não pode negar o que tem feito nos nossos jornais.⁴⁷¹

Julieta tentou terminar sua leitura, mas foi novamente interrompida:

O SR. BONORINO BUTTELLI – Que partido representa V. Ex.^a neste plenário?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Fui inscrita pelo PSP.

O SR. BONORINO BUTTELLI – Fala em nome de que partido?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Quando me inscrevi, eles sabiam, perfeitamente, que eu era comunista.

O SR. BONORINO BUTTELLI – Obrigado. Era para que constasse nos anais desta casa.⁴⁷²

⁴⁷⁰ 43ª Sessão Legislativa Ordinária em 12 de Fevereiro de 1948, p. 159. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1948, Volume II. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1949. BCMPA.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 160.

⁴⁷² Ibidem, p. 161.

Julieta enfim conseguiu terminar sua leitura quando o vereador trabalhista a aparteuo questionando-a sobre qual a interpretação que ela dava àquele documento, o que pensava de tudo aquilo – a transcrição pura e simples sugere, inclusive, que o vereador estava duvidando de sua capacidade de compreensão. Enquanto Julieta se defendia, Marino dos Santos também entrou em cena e, após afirmar que Buttelli estava “com muita gana, muita vontade de humilhar uma operária”, o Presidente dos trabalhos interveio e devolveu a palavra a Julieta, que terminou assim sua intervenção:

Sr. Presidente, de fato eu sou uma vereadora eleita pelo povo, uma mulher operária, uma mulher sem cultura, mas que tem a coragem política de defender, nesta Câmara, o interesse do povo, deste povo que me conferiu os votos, porque este povo quer que dentro desta casa seus defensores defendam os seus interesses, não com palavras que não entenda, mas com palavras simples e modestas, mas enérgicas, palavras que saibam se levantar não quando o PCB estava na legalidade, mas também quando está na ilegalidade. Para o povo ele continua a ser legal e por este partido eu fui eleita. Por isso, o Nobre Vereador insistiu em que eu respondesse, mas Sr. Presidente, tenho interesse em ler este manifesto, porque ele justamente dá a explicação às palavras do nobre orador Manoel Braga Gastal, quando disse que devemos fazer a reação contra a reação. E é o povo organizado que luta contra a reação, porque cassaram os mandatos dos representantes comunistas [...]. Portanto, Sr. Presidente, é isso o que o povo sente e sobre isso eu sei falar; sei defender os seus direitos na sua linguagem simples.⁴⁷³

E isso tudo a partir de apenas uma de suas intervenções! Há muitas outras falas de Julieta com palavras de ordem do Partido e denúncias. Poderíamos seguir transcrevendo várias delas, mas isso tornaria o texto maçante. Destacaremos apenas algumas dessas situações, mas afirmando que as interrupções e questionamentos aos seus discursos eram constantes.

Um mês depois do ocorrido, Julieta voltou a ocupar a Câmara, dessa vez por um motivo desagradável: seu colega, Marino dos Santos, havia sido preso. No dia 6 de março de 1948, o *Jornal do Dia* noticiava no topo de sua contracapa: “A polícia desvenda extenso plano comunista visando atos de sabotagem, greves e guerra civil”. Segundo a reportagem, o “ousado integrante da camarilha de Prestes” havia sido encontrado pela polícia em posse de “comprometedores documentos” às 22:30 na rua 7 de setembro, no Centro de Porto Alegre. Ao receber voz de prisão – que, segundo o diário, ocorreu *antes* da identificação dos documentos que teriam sido justamente a causa de sua prisão – Marino supostamente tentou

⁴⁷³ Ibidem, p. 165.

rasgar e jogar fora boa parte dos papéis que supostamente trazia consigo. De acordo com o *Jornal*:

O importante documento, escrito a mão, pelo próprio sr. Marino dos Santos, segundo conseguimos saber, continha instruções a todos os “correligionários” de Porto Alegre, Bagé, Santa Maria, Cruz Alta, Rio Grande, Pelotas, Alegrete e outros importantes centros do estado, para que procurassem informações sobre a localização dos quartéis, cabos subterrâneos e outras informações úteis para movimentos revolucionários. Acrescentava, ainda, o documento, que quando não fossem conseguidos esses dados, procurassem os seus partidários provocar sabotagens em fábricas, quartéis e outros estabelecimentos e locais estratégicos para a nossa defesa e economia.⁴⁷⁴

Foi nesse clima e para denunciar este ocorrido que Julieta pediu a palavra na tribuna no dia 11 de março, quase uma semana depois do fato, quando o vereador ainda estava preso. Inquietante, seu discurso – lido desde o início – inicia afirmando “que para cada lutador da causa do proletariado que a reação consegue atingir e golpear surgem novos lutadores” para, em seguida, apontar os responsáveis: “A fim de lançar-se a fundo contra todos os patriotas que nesta hora defendem a integridade da nação brasileira, o governo vende-pátria de Dutra, Jobim e sua camarilha cria um clima de terror policial e de total insegurança para todos.”⁴⁷⁵ Mas não parou por aí:

Na hora em que o governo vendido aos americanos se dispõe a entregar ao estrangeiro os nossos recursos petrolíferos, precisa também silenciar a todo custo o movimento popular e os seus representantes mais legítimos na [sic] Câmaras. Por isso, senhores Vereadores, não é por mero acaso que coincidiram nesta capital dois fatos: a passagem de um oficial da força aérea norte-americana, que vem devassar os nossos segredos militares e a prisão do Vereador do Povo o mais votado e que tem defendido incansavelmente os interesses dos trabalhadores.⁴⁷⁶

Julieta seguiu relacionando a prisão de seu colega ao “plano sinistro de colonização de nossa Pátria”, o que causou desconfortos no plenário. O vereador Derly Chaves, seu “colega” de PSP, tentou interrompê-la, mas a vereadora ignorou e seguiu a leitura, denunciando “essas absurdas calúnias” contra Santos. Todo o discurso de Julieta e do Partido foram pautados no seguinte: os tais documentos jamais existiram, e a polícia incriminou Marino dos Santos da seguinte forma:

⁴⁷⁴ *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 6 de março de 1948, p. 8. HDB/BN. Acesso em 07 fev 2021.

⁴⁷⁵ 63ª Sessão Legislativa Ordinária, em 11 de março de 1948, p. 797. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1948, Volume II. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1949. BCMPA.

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

Muito aprendeu o povo gaúcho com o desenrolar da sinistra comédia da prisão do vereador Marino.
Ordenado pela Ditadura o plano de provocações foi executado pela polícia com a covardia e o cinismo que o povo já conhece. À condição de espancadores e violadores de domicílios, os policiais de Jobim juntaram agora à de falsificadores de documentos e de chantagistas.⁴⁷⁷

Nem seus colegas de parlamento passaram ilesos:

Mas, diante de tanta mentira e de tanta audácia no desrespeito ao mandato de um Vereador, que fez esta Câmara de Vereadores? Apesar dos protestos isolados de alguns de seus componentes, traduziu sua posição em uma nota que é um monumento de servilismo diante da força bruta. Indigna já de defender a sua própria dignidade, ofendida com a prisão de um de seus membros, esta Casa abdica de sua principal missão que é de fazer respeitar os votos dos cidadãos e transforma-se num apêndice da ditadura.⁴⁷⁸

Quando aparteadada diretamente por outros parlamentares, perguntava sem cerimônias: “Em todos esses dias que está preso o colega Marino Santos, o que fez V. Ex^a, e que fez esta Câmara?”. Parlamentares do PTB argumentaram que ofereceram auxílio jurídico e advogados, mas acabaram preteridos pois, segundo afirmaram, Marino dos Santos já possuía três advogados. Para, Julieta, no entanto, a questão parece ter sido, ao mesmo tempo, muito mais simples e simbólica: “por que não levantaram a voz em sua defesa?”.⁴⁷⁹ Sua manifestação teve fim com um grande pedido de ajuda e mobilização, com destaque para as mulheres:

Cabe agora, como resposta à prisão de Marino dos Santos, ao povo de Porto Alegre formar comissões nos bairros, nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, para lutar por suas reivindicações e particularmente agora pela liberdade do Vereador mais votado de Porto Alegre.

Como mulher operária que sou confio em que minhas companheiras que tanto padecem na vida difícil dos lares pobres, saberão unir-se e formar suas comissões para exigir a liberdade do Vereador do Povo que o voto livre dos cidadãos colocou nesta Casa e que a prepotência policial arrancou de seu posto de luta.⁴⁸⁰

Mas nem só de tensão viveu a relação de Julieta com a bancada trabalhista. Naquele mesmo mês de março de 1948, por exemplo, ambos uniram forças para denunciar e protocolar o Pedido de Informações n.º 92 acerca da nova aquisição automobilística do Prefeito Gabriel

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 798.

⁴⁷⁸ Ibidem.

⁴⁷⁹ Ibidem.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 800.

Pedro Moacyr (PSD). O mandatário havia adquirido um *Packard*, luxuoso carro estadunidense. No pedido constavam cinco perguntas:

- 1) Por qual verba foi adquirido o novo automóvel “Packard” que serve o Exmo. Sr. Prefeito? (Placa 2-00-00)
- 2) Quanto custou esse carro?
- 3) Não houve possibilidade de ser comprado um automóvel mais barato?
- 4) Foi consultada a Diretoria competente da Prefeitura sobre se havia verba no Orçamento de 1948 para a citada compra?
- 5) Se não há verba no Orçamento como será pago este automóvel?⁴⁸¹

Protocolado o pedido, Julieta fez dois comentários avulsos, sem pedir a palavra, tendo sido rapidamente endossada e incentivada por vereadores do PTB. Primeiro, afirmou que “Enquanto ele explora menores de 14 anos, ele só pode andar de ‘Packard’”, e em seguida disse que “Enquanto ele manda seus servidores destruir as malocas da ‘Vila Piratini’, ele só pode andar mesmo num ‘Packard’ de luxo, porque ele está alheio ao povo.”⁴⁸²

Cansada de ser interrompida, a única vereadora de Porto Alegre também interrompeu alguns discursos. Em especial, aquele proferido por Landell de Moura (PSD), no qual condenava Marino dos Santos pela prisão, concordando com a polícia. Julieta exclamou que Moura não tinha como provar o que estava dizendo e que os documentos em questão foram forjados pela polícia. Enquanto o vereador pessedista tecia elogios à polícia, Julieta reafirmava que até então tais documentos jamais haviam sido publicados.⁴⁸³

Depois disso, Julieta Battistioli só voltaria à tribuna em julho de 1949, de novo para, inicialmente, divulgar uma das grandes bandeiras do PCB naquele momento: a convocatória para o Congresso Continental de Luta pela Paz, que se realizaria no México a convite de Lázaro Cárdenas. Veremos no próximo capítulo que Júlia Santiago foi uma das delegadas escolhidas para representar o Brasil neste encontro. É a primeira intervenção na Câmara Municipal em que Julieta faz uso da retórica “padrão” das mulheres comunistas brasileiras naquele momento:

A mulher gaúcha atende a esta convocação, porque tem inúmeras razões para querer a paz, porque nós mulheres somos mães e como mães temos o dever de defender

⁴⁸¹ Pedido de Informações N.º 92 de 11 de março de 1948, p. 804. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1948, Volume II. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1949. BCMPA.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 805.

⁴⁸³ 65ª Sessão Legislativa Ordinária, em 15 de março de 1948, p. 834. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1948, Volume II. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1949. BCMPA.

nossos filhos da morte e, principalmente quando eles são convocados para morrer em benefício de meia dúzia de tubarões.

As mães, as esposas, as irmãs, as jovens, todas enfim têm o dever de aceitar esta convocação e de se organizar na luta pela paz, pelo progresso do Brasil e do mundo inteiro.

As jovens, principalmente, que sonham com um mundo melhor, que têm seus noivos, que sonham com um lar, tem o dever de se organizar e defender-se da ameaça de guerra, principalmente a mulher operária. Quando digo, Sr. Presidente, mulher operária, digo-o pelo seguinte: porque somos mães, somos donas de casa e além de tudo, vendemos nosso produto aos nossos patrões por um salário miserável, de fome, e criamos nossos filhos, criados no anonimato, criados na miséria, com fome, sem roupa, sem lar e muitas vezes até sem cama para dormir, como tenho visto nestas casinhas denominadas malocas. Mas, quando moços esses nossos filhos são lembrados pelo governo para irem guerrear em defesa não sabem de quê. Como operária, ainda, Sr. Presidente, é que temos o dever de lutar pela paz. É pelo seguinte: enormes são as nossas reivindicações...⁴⁸⁴

Antes que pudesse concluir, o vereador Landell de Moura pediu um aparte e recebeu uma resposta pouco usual: “V. Ex.^a com seus apartes só viria a abrilhantar o que estou dizendo, mas V. Ex.^a terá tempo para falar depois à vontade.” Após não conceder o aparte, Julieta deu continuidade a sua fala, agora para denunciar a situação dos vencimentos do operariado da capital. Segundo ela, após muita mobilização, foi conquistado um aumento de 11% nos vencimentos em 1948, mas que rapidamente mostrou-se letra morta: seria necessário 100% de assiduidade para ter direito ao aumento, “cousa impossível e absurda exigir-se de uma mulher 100% de assiduidade ao seu trabalho.”⁴⁸⁵ Ao final, mais uma divulgação do evento pela paz feito na “qualidade de mulher operária, de mulher gaúcha”.

Há ainda outra participação sua no ano de 1949 que merece destaque. Diante de um aumento na conta de luz da cidade, a Câmara Municipal convocou Germano Petersen, diretor da Diretoria de Eletricidade e Transportes Coletivos de Porto Alegre, para questioná-lo acerca dos novos valores. Após longas explicações e apartes de seus colegas, quase no “apagar das luzes”, Julieta Battistioli pediu a palavra:

É o seguinte, Sr. Presidente: eu não sei se na minha condição de operária, com pouco estudo e pouca inteligência, eu não compreendi bem a explicação de S. S.^a o Diretor Fiscal da Energia e Transporte, mas, pergunto se não temos, então, uma tabela fixa para o pagamento do preço do kilowatt? É isso que preciso saber.

O SR. GERMANO PETERSEN – Eu respondo a V. Ex.^a. A tabela fixa, eu declarei no início, é de noventa centavos, que sofreu oscilações pela Lei n.º 27 de 5 centavos. Foi criado uma taxa toda especial pelo Governo Federal.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Prevalecem os 90 centavos?

⁴⁸⁴ Sessão Ordinária da Segunda Reunião Legislativa, em 13 de julho de 1949, p. 251. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1949, Volume IV. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1950. BCMPA.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 252.

O SR. GERMANO PETERSEN – Prevelecem, mas, sofrem oscilações quando é para indústrias; quando se trata de energia para força ou para luz, o preço básico é noventa centavos.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Eu, me parece, que nós pagamos muito mais do que noventa centavos por kilowatt. Não sei se compreendi, quando o carvão é mais caro, sobe o kilowatt; quer isto dizer que a Energia tem o direito de cobrar mais. Se eu paguei Cr\$ 20,00, vou pagar Cr\$ 60,00, por ser o carvão mais caro, ela assim o justifica; e a prova disso, para quem é que ela faz? O carvão vai lá para dentro e para quem ela deu a prova? É uma cousa que é preciso esclarecer.

O SR. GERMANO PETERSEN – Peço licença para explicar. O preço do carvão é estabelecido pelo Governo Federal e a Prefeitura, apenas, controla o consumo. Sobre o preço a Prefeitura não tem controle, tanto é que, quando houve a greve, que levou 36 dias, com prejuízo para a luz em Porto Alegre, faltou força, de vez que desejavam paralisar completamente o parque industrial em Porto Alegre. Porém, vencemos, após dura luta. Em consequência, devido ao aumento então pleiteado de Cr\$ 5,00, o Governo Federal aumentou em Cr\$ 15,00 a tonelada de carvão, imediatamente repercutindo no preço do Kilowatt hora de todas as atividades.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Agradeço a explicação. A minha compreensão é a seguinte: quer dizer que naquele tempo o culpado foi o operário que fez greve para aumento de salário em uma companhia de carvão que é de americanos que tem toda a administração e todo o poder dentro daquelas minhas. E se isto é lei do Governo? Então quem tem que arcar daqui por diante é o povo e não adianta ele reclamar, porque que paga, que paga mesmo 20, 30, 40, 60, 80 e cento e tantos cruzeiros, pois que a lei é federal e esse Governo Federal que está aí é americano também.⁴⁸⁶

É possível perceber como Julieta mobiliza diversas estratégias narrativas e retóricas. Se apresenta como a operária humilde que não compreende os preços e pede explicações para, no final, chegar à conclusão – que provavelmente já havia chegado anteriormente – de que a culpa era do governo Dutra, inimigo do Partido, e que seus colegas operários eram vítimas de uma política “entreguista”.

Após sessões mais protocolares, o ano de 1950 teve uma Julieta mais discreta, ao menos naquilo que foi registrado na documentação: não foi possível encontrar quase nada a seu respeito, e ela não assumiu a tribuna na Câmara Municipal em nenhum momento. É possível que tenha ficado mais afeita às atividades organizativas, participando de reuniões e, por isso, tenha chamado menos a atenção.

Quando volta a ocupar a tribuna, no entanto, quase dois anos depois de sua última intervenção, em junho de 1951, Julieta participa de quase todas as sessões até o final do mandato, em dezembro, ora substituindo Marino dos Santos, ora Elói Martins. É possível perceber a permanência de muitos artifícios retóricos como “perdoem as palavras que vou pronunciar”, o destaque a sua origem proletária e o lembrete de que seguia exercendo seu trabalho como operária todas as manhãs – às sessões eram sempre à tarde. Ao mesmo tempo,

⁴⁸⁶ 67ª Sessão Ordinária Legislativa, em 15 de julho de 1949, p. 360. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1949, Volume IV. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1950. BCMPA.

parece haver uma nova abordagem e um novo foco nos discursos de Julieta, que miram mais os problemas da cidade (as vilas, malocas, escolas) e a condição de trabalho da classe à qual pertence. Nesse sentido, a parlamentar não poupou críticas e denúncias a práticas que ela considerava erradas por parte dos industriais porto-alegrenses – nem mesmo A. J. Renner, seu patrão, escapou de suas críticas costumazes.

Cabe ressaltar também que esse segundo momento de atuação parlamentar se dá em um novo contexto brasileiro e partidário: a partir do Manifesto de Agosto de 1950, o PCB consagrou a linha sectária iniciada em 1948 após a declaração de ilegalidade do Partido. Muitos militantes que acabaram perdendo espaço diante dessa nova linha – quando não foram simplesmente expulsos – recordam do momento de maneira muito depreciativa. Eloy Martins, por exemplo, lembra do Manifesto como forma de “justificar a covarde posição da direção, que levou à entrega da legalidade sem o menor sinal de luta.”⁴⁸⁷ Ainda de acordo com o metalúrgico, na prática, se antes a ideia era “apertar os cintos”, agora as greves eram feitas “por decreto”. Além disso, as eleições presidenciais de outubro de 1950 haviam conduzido Vargas de volta à presidência, conferindo poder e protagonismo inédito ao PTB.

A partir de então, aparecem algumas situações que a própria Julieta recordou em entrevista ao fim da vida. Ela denunciou diversas vezes a prática da demissão dos operários “antigos” ou de “carreira”, substituídos pela contratação de operários por empreitada ou por tempo de contrato, quando “findo este contrato, este operário é despachado”.⁴⁸⁸ Surgem muitos exemplos pessoais e de situações que ela vivia na fábrica, e à bandeira da luta contra carestia Julieta também trouxe muitos números e exemplos:

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, um operário que trabalha na fábrica comigo e que todos os dias me pergunta como perguntam os outros o que fizemos por eles, trouxe uma nota do armazém; bem, ganhou 10 por cento no aumento do seu salário de 1947 e acontece que nesta época ele fazia um rancho para se manter com sua família com 60 cruzeiros, ao passo que hoje ele se abastece em gêneros alimentícios com um rancho no valor de 251 cruzeiros. Se houve aumento de 10 por cento no salário dele, aumentou mais de 200% o preço de suas compras no armazém.⁴⁸⁹

A bancada do PTB aparteava, mas Julieta fazia afirmações como “a classe operária não acredita mais, no governo que temos aí” e “estamos caminhando cada vez mais para a miséria, para a fome, para o desemprego”.

⁴⁸⁷ MARTINS, Op. cit., p. 95.

⁴⁸⁸ 43ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 7 de junho de 1951, p. 144. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume III. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 145.

Além disso, Julieta participava de sessões para elaborar indicações, como a de número 135/51 para consertar o bueiro da rua Secular, esquina com a Grécia, no Passo D'Areia.⁴⁹⁰ Mas eram os debates e as falas sobre a carestia de vida e os baixos salários do operariado que dominavam seus discursos em tribuna. Em uma dessas intervenções, a vereadora novamente trouxe à tona o tema da violência policial, lamentando que seiscentos novos investigadores estivessem entrando na ativa. Tasso Vieira de Faria, vereador do PTB, perguntou se ela achava que a cidade estava bem policiada, diante do que Julieta não titubeou: “Acho que estão bem policiadas as portas das fábricas, os comícios...e os vendedores de jornais; estes são bem policiados...”⁴⁹¹

Depois disso, a atuação de Julieta se pautou cada vez mais por pedidos de calçamentos de ruas, ligação de luz em moradias populares e extensão da rede de água e esgoto, sempre no 4º Distrito, até que no mês de julho de 1951, com a crescimento dos rumores de que o Brasil poderia enviar tropas à Coreia e com uma forte campanha a nível nacional – via FMB – e internacional contra a Guerra da Coreia, Julieta passa a conferir muita importância à situação, sempre colocando o tema em seus discursos. Em um deles, por exemplo, a vereadora inicia mencionando uma notícia do *Correio do Povo* sobre uma possível lei que multaria operários que não votassem nas eleições. A partir disso, sua fala tece críticas ao Presidente Getúlio Vargas e suas leis que favoreciam o controle sindical por meio do Ministério do Trabalho para, então, chegar à situação da Coreia:

Por acaso pretendia o Sr. Getúlio Vargas, ao lançar este apelo à classe trabalhadora modificar a situação dos sindicatos? Não! Porque ele ainda tem aquele atestado de ideologia: as diretorias eleitas pelos trabalhadores não são aceitas. Existe, também, o roubo do Imposto Sindical e se mantém, ainda, nos sindicatos os intervencionistas que tudo fazem, menos alguma coisa pela classe operária.

Não tem pouco, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, o povo foi às urnas em três de outubro votar no Sr. Getúlio Vargas para que hoje se veja nos jornais o envio de tropas para a Coreia. Um governo que não se lembra nunca do trabalhador, que não se lembra nunca do filho do pobre, do filho do povo, este que os pais e as mães criam com tanta dificuldade. Não se lembra nunca de que estas crianças precisam de boa alimentação, de escolas, mas, se lembra delas para vender o seu sangue ao imperialismo americano. É por isso, Sr. Presidentes, Srs. Vereadores, que se reúnem e se organizam todas as mulheres do Brasil para discutir sérios problemas que agravam a nossa classe trabalhadora, que é a garantia de vida e, em primeiro lugar, o mais fundamental, que é de não consentirmos, de maneira alguma, que os filhos das mulheres brasileiras vão para a Coreia matar os filhos das mulheres coreanas.⁴⁹²

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 146.

⁴⁹¹ 47ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 13 de junho de 1951, p. 286. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume III. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

⁴⁹² 61ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 4 de julho de 1951, p. 63. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume IV. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

Julieta, então, leu na íntegra uma carta da União Democrática das Mulheres Coreanas, na qual são descritos todos os horrores da guerra. Após a leitura do texto – que além de descrever imagens chocantes também confere muita ênfase ao fato das autoras serem mães preocupadas com seus filhos, assim como fazia o PCB – ela afirma que “de maneira nenhuma nós podemos permitir que nossos filhos saiam de nossa Pátria para matar os filhos das mulheres coreanas”, para em seguida denunciar a prisão de Elisa Branco:

O inimigo que avança e que entra dentro da Coreia e que mata o povo coreano é o mesmo inimigo que nós temos dentro de nossa pátria que suga todas as nossas economias e que as manda para dentro da Norte América. É o mesmo que encontramos na Carris, é o mesmo que temos na Energia. E por isso, nós as mulheres brasileiras, cada vez mais havemos de levantar a bandeira da paz. Saíamos à rua coletando assinaturas pela paz, gritando bem alto, para que o povo volte atrás e para que não mandem os nossos filhos, esses filhos que ele nunca nos ajudou a criar. E ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, se não fizermos com que a luta pela paz seja maior do que a propaganda guerreira, aí então, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, nós não temos a menor dúvida de que eles mandarão mesmo nossos filhos para a guerra, porque se assim não fosse o Sr. Getúlio Vargas não teria ainda no seu cárcere uma mulher pelo único crime de ser mãe e desfraldar uma bandeira e dizer: “Soldados, nossos filhos não irão para a Coreia.”

Esta mulher é Elisa Branca [sic], que foi condenada porque ama todos os filhos do Brasil e porque sabe, perfeitamente, que a dor que a mãe brasileira sente em ver o seu filho partir para a guerra é a mesma dor que sente a mãe coreana que vê o filho tombar para livrar sua pátria.⁴⁹³

Em seguida, Julieta leu uma carta das “Mulheres de Cruz Alta” e um telegrama enviado pela FMB à Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul sobre o tema.⁴⁹⁴

A vereadora é sempre lembrada por seus discursos inflamados, por ter sido uma grande oradora. No entanto, poucos são os discursos que de fato chegaram ao conhecimento daqueles que têm essa memória consolidada acerca de Julieta Battistioli. Se, por um lado, ela própria se narra como alguém que não tinha medo de falar, por outro, também lembra com muito pesar da experiência parlamentar, afirmando que não tinha jeito para aquilo, como veremos na parte final. No entanto, chama a atenção não apenas como ela conseguia reagir

⁴⁹³ 61ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 4 de julho de 1951, p. 68. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume IV. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

⁴⁹⁴ Até o final do mandato, Julieta lia cartas e manifestos de diversas federações e uniões femininas ao redor do Brasil. Talvez a que mais chame a atenção seja a da União Feminina de Goiás, que realizou sua convenção em julho de 1951 e indica o grau de difusão dessa iniciativa das mulheres comunistas. O documento encontra-se nas páginas 439-440 de *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume IV. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

rapidamente às constantes interrupções de seus colegas como, em momentos de maior “paz”, era capaz de concatenar ideias gerais como as condições específicas de vida do operariado: salários, violência policial, imperialismo e Guerra da Coreia compunham um discurso coerente – e tudo isso em 15 minutos, tempo regimental para que cada parlamentar se manifestasse na tribuna.

Ao mesmo tempo, ela também usou da tribuna para ler informes, cartas e avisos do Partido e suas ramificações em diversas oportunidades. Ainda em julho daquele ano, por exemplo, leu o manifesto da Comissão Organizadora para o 2ª Convenção de Mulheres do Rio Grande do Sul, que ocorreria nos dias 21 e 22 daquele mês como preparativo para o 2º Congresso de Mulheres do Brasil. O documento afirmava que os principais pontos do conclave seriam a defesa da paz, a carestia de vida e a proteção da maternidade e da infância e os direitos das mulheres. A comissão organizadora era dividida em dois grupos: entidades e personalidades, e alguns dos nomes sugerem certa difusão do movimento pelo interior do estado. Entre as entidades, constavam a Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul, a União das Mulheres Riograndinas, a União Feminina Santa-mariense, a União das Mulheres de Livramento, a Sociedade Feminina Bageense e a União Feminina Uruguaianense. Entre as personalidades, a comissão contava com “Dra. Emilce Aveline, advogada [candidata à deputada estadual ao lado de Julieta, em 1946]; Sra. Lila Ripoll, poetisa; Sta. Edith Hervé, poetisa; Sta. Esther Scliar, pianista; Sra. Esther Milmann, professora; Sra. Sibila Lopes Guterres, professora; Sra. Maria Abade, professora; Sra. Julieta Battistioli, Vereadora; Sra. Guaraciba Teixeira e Silva, Vereadora”.⁴⁹⁵ Não foi possível verificar de qual município Guaraciba Teixeira e Silva era vereadora e nem de qual partido fazia parte, mas supõe-se que tenha sido eleita por algum dos municípios citados pela organização.⁴⁹⁶ O final de sua fala menciona um assunto que causaria polêmica na Casa em sessões futuras: o papel e o trabalho dos médicos em relação à saúde operária e à maternidade.

Em sessão ocorrida algumas semanas depois, Marino dos Santos e o médico Alfredo Hoffmeister (PSD) travaram longo debate sobre os atestados médicos e a assiduidade do operariado na capital quando Julieta pediu a palavra:

⁴⁹⁵ 63ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 6 de julho de 1951, p. 138. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume IV. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

⁴⁹⁶ Destes, Bagé é o único cujo site possui todas as legislaturas anteriores, e seu nome não consta. Restam, assim, Uruguaiana, Santana do Livramento, Santa Maria e Rio Grande. Anteriormente Julieta lera em tribuna uma carta das mulheres de Cruz Alta, terá sido esta a cidade que elegeu Guaraciba? A resposta exige pesquisa nos arquivos de cada município.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Na Fábrica Renner nós temos três médicos: o Dr. Rubem e o Dr. Baldino que são médicos desde a fundação da Caixa Beneficente, que foi fundada pelos operários e depois passou para o patrão.

O SR. ALFREDO HOFFMEISTER – Aliás, são profissionais de grande competência.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Sim, nós não desconhecemos que são bons médicos, mas, a serviço do patrão passaram, como já foi dito dentro do consultório pelos próprios operários, passaram a ser médicos espíritas, porque sentam atrás de sua escrivaninha e começam: “O que é que tem”?

- A operária diz: “eu sinto isto, aquilo, estou doente, não posso trabalhar”.

- O médico olha e diz: “A senhora não tem nada”.

- E passa uma receita. Ela vai à farmácia, gasta duzentos cruzeiros e... “não tem nada”. Se não tem nada por que tanto remédio? E quem disse que eu não tenho nada me examinou? Não!

- Então porque faz assim? Se o médico tem nas suas mãos a arma para desmascarar o operário que estiver se fingindo de doente. Que o examine, atentamente, e depois ateste. E se o operário acha que com aquele exame o médico não achou a sua doença ele irá a um médico particular...

O SR. MARINO DOS SANTOS – A uma junta médica.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – ... Fazer um novo exame. E traga então atestado médico para comprovar...

O SR. ALFREDO HOFFMEISTER – Aliás, isto é comum.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Eu não estou de acordo com o que se dá. Por exemplo, uma operária após 13 anos de serviço entrou que com aquele exame o médico não achou a sua doença ele irá a [sic] como acabei de dizer. Passou a receita e ela foi à farmácia e gastou 180 cruzeiros. Ela estava doente do fígado e ele deu remédio para úlcera no estômago. Em razão do que ela foi ao Dr. Otoni Maciel e com um vidro de remédio que ele receitou ficou boa. Quer dizer, se continuasse...

O SR. ALFREDO HOFFMEISTER – Ela tinha uma úlcera?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Não, ela estava doente do fígado. Há um outro caso de uma outra moça que tinha um furúnculo no joelho e era obrigada a trabalhar. Quando eu cheguei ela disse: D. Julieta – pois estava no nosso quarto de mudar a roupa – veja como estou.

Eu então disse: você não vá trabalhar; vá à diretoria da fábrica e mostre o joelho e se o patrão mandar trabalhar será caso de polícia nós daremos parte na firma.⁴⁹⁷

É importante lembrar que os principais jornais da capital, *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, sempre cobriam e noticiavam os trabalhos da Câmara de Vereadores. Momentos como esse, em que Julieta não poupa nomes na hora de denunciar condições tidas como injustas por seus colegas, certamente contribuíram muito que se consolidasse a imagem da liderança *dentro* da fábrica. É por situações assim que, como mencionado anteriormente, as colegas de Julieta a tinham como alguém a quem era *seguro* e até mesmo *efetivo* recorrer para explicar seus problemas.

Todos esses contratemplos não a impediam de seguir atuando de maneira a tentar conseguir valer os objetivos do Partido e de sua bancada. Mesmo o recém-citado Alfredo

⁴⁹⁷ 67ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 12 de julho de 1951, p. 268-269. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume IV. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

Hoffmeister e o udenista Ludolfo Boehl se uniram aos comunistas para elaborar um pedido de informações à Companhia Gravataiense⁴⁹⁸ acerca do aumento do preço das passagens de ônibus. Nessa mesma sessão, Julieta pediu contribuições de seus colegas para custear a ida das delegadas gaúchas ao II Congresso Nacional de Mulheres, “para que não tenhamos que deixar que nesse grande conclave, deixe de ser ouvida a voz da mulher gaúcha.”⁴⁹⁹

Durante o pedido de informações, Julieta traçou um breve quadro do custo de vida na zona norte da capital.⁵⁰⁰ Segundo ela, o aluguel no Navegantes custava em média Cr\$ 700,00 - lembrando que o salário-mínimo havia *subido* para Cr\$ 600,00. Ela não nomeia o fenômeno nesses termos, mas morar perto do local de trabalho se tornou caro, quase um luxo, intensificando-se o surgimento e expansão das “cidades-dormitório”. Gravataí, município vizinho ao norte da capital, se tornou um desses destinos. Julieta denunciou que a passagem havia subido para Cr\$ 1,20, o que nos possibilita fazer a seguinte conta: Cr\$ 2,40 por dia, cinco vezes por semana ao longo de um mês resultaria, em média, em Cr\$ 480,00 – ou seja, 80% do salário-mínimo. Em outra situação, expôs os valores dos gêneros de primeira necessidade: “açúcar, Cr\$ 5,60; batata, Cr\$ 3,50; arroz, Cr\$, 4,40; café, Cr\$ 38,00 o quilo.”⁵⁰¹

Adriano Duarte mostrou como a questão do transporte urbano estava “no âmago da discussão acerca do *direito à cidade*”.⁵⁰² Apesar de seu estudo tratar do bairro da Mooca, em São Paulo, as campanhas e atuações parlamentares como a que acabamos de observar indicam uma percepção geral da classe trabalhadora brasileira acerca das condições de vida daquele período: a carestia de vida, que ia desde o preço dos alimentos até o custo para se locomover e os alugueis, reduziam cada vez mais a qualidade de vida prometida ao operariado durante o Estado Novo e no pós-Guerra.

⁴⁹⁸ Nessa época, Julieta morava ao lado do atual terminal Cairu, ponto de partidas dos ônibus da empresa Sogil com destino aos municípios do Vale do Gravataí: Gravataí, Cachoeirinha, Glorinha... A Sogil foi a companhia que encampou a Gravataiense em 1954. Não foi possível verificar se o terminal já existia enquanto principal ponto de partida para as cidades citadas, como hoje, mas certamente era ponto de passagem dos transporte coletivo. Será que Julieta lidava com um problema que estava ao lado de sua casa? Ver <www.sogil.com.br> Acesso em 09 fev 2021.

⁴⁹⁹ 76ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 25 de julho 1951, p. 501-502. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume IV. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

⁵⁰⁰ Já naquela época, o 4º Distrito passava por um processo de *gentrificação* que vinha em curso desde 1939, com o início das obras para a criação da Avenida Farrapos, radial que rasgaria a zona norte conectando o Centro de Porto Alegre aos seus vizinhos do norte. Durante o ocorrido, ocorreram diversas obras de saneamento que encareceram os alugueis na região, assim como desapropriações. Ver RUSCHEL, Simone Pretto. *A Modernidade na Avenida Farrapos*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 76-79.

⁵⁰¹ 79ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 25 de julho 1951, p. 551. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume IV. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

⁵⁰² DUARTE, *Cultura Popular e Cultura Popular...*, p. 42.

Voltando à Câmara Municipal, os momentos de calma não foram duradouros. No segundo semestre de 1951, ganhou bastante proeminência na Câmara o vereador trabalhista Tasso Vieira de Faria, figura que já apareceu por aqui defendendo o aumento do efetivo policial. Seus apartes e interrupções à sua colega de vereança se tornam uma constante até o final da legislatura, em dezembro. Polêmicas antigas eram “requeentadas”, como o fato de o Partido Comunista ser russo, “importado do estrangeiro”. A isto Julieta respondeu prontamente: “O Partido Trabalhista de onde veio?... Da Inglaterra”.⁵⁰³ Posteriormente, ao denunciar o desemprego, Julieta recebeu o seguinte questionamento de Faria: “Mas, V. Ex.^a estudou as estatísticas anteriores sobre o desemprego? [...] Se V. Ex.^a estudasse iria ver que não é tão grande.”⁵⁰⁴ A provocação deu início a um longo debate, que foi envolvendo cada vez mais parlamentares:

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Mas, quero dizer que posso ter uma ideia, pois que, sou operária desde 12 anos de idade e vejo na prática que nunca houve tanto desemprego em massa como agora. No dia primeiro de setembro o Sr. Di Primio Beck pôs ao desemprego 47 operários.

O SR. TASSO VIEIRA DE FARIA – Qual a razão?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Alega que não tem serviço. Dizem que o Sr. Di Primio Beck está na fazenda marcando os bois e por isto não pode estar cuidando de sua indústria.

O SR. TASSO VIEIRA DE FARIA – Mas, isto é uma afirmação graciosa.

Não foi isso que ouvi de S. Ex.^a que nos informou do que tem feito em abono da classe operária que trabalha em seu estabelecimento; ele possui a melhor boa vontade e faz para ela o que muita gente boa não faz. Entretanto, V. Ex.^a está dizendo o contrário.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Faço um convite a V. Ex.^a para irmos à porta da fábrica do Sr. Di Primio Beck e conversar com os seus operários a fim de saber se é verdade ou não que 47 operários foram postos na rua.

O SR. TASSO VIEIRA DE FARIA – Não estou dizendo não ser verdade, V. Ex.^a é quem está afirmando.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – O Nobre Vereador acha que salário de 30, 28 e 40 cruzeiros é bom trato para um operário? Como ele vai sustentar a sua família?

O SR. TASSO VIEIRA DE FARIA – V. Ex.^a sabe as razões primárias dos motivos que levaram o Sr. Di Primio Beck a dispensar estes operários? V. Ex.^a alega que é falta de serviço, mas, V. Ex.^a não traz provas. Veja que V. Ex.^a está virando o feitiço contra o feitiço.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Estou dizendo que o Sr. Di Primio lançou 47 operários na miséria.

O SR. TASSO VIEIRA DE FARIA – E qual a razão?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – A única coisa que alegam é que não há serviço.

O SR. TASSO VIEIRA DE FARIA – E V. Ex.^a tem certeza disso?

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – É o que eles afirmam.

O SR. TASSO VIEIRA DE FARIA – Quem afirma? V. Ex.^a tem testemunha?

⁵⁰³ Ibidem, p. 553.

⁵⁰⁴ 104ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 4 de setembro de 1951, p. 67. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume VI. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

A SRA. JULIETA BATTISTIOLI – Eu já sei. V. Ex.^a quer é dizer que estes 47 operários são vagabundos.
O SR. TASSO VIEIRA DE FARIA – V. Ex.^a é quem está afirmando, V. Ex.^a está sendo veemente com esta afirmação. Eu não afirmei nada disto. Mesmo porque eu nunca considero o operário como sendo vagabundo. Existem, isto sim, vagabundos, mas, estes são os miseráveis da sociedade.⁵⁰⁵

Julieta seguiu no ataque enquanto Faria continuou defendendo o industrial porto-alegrense, alegando que sua colega não possuía provas do que dizia. Em determinado momento, Elói Martins pediu um aparte e entrou na arena, afirmando que o desemprego era fruto da mecanização e da nova prática dos industriais: a demissão de trabalhadores de carteira assinada e a contratação de trabalhadores por empreitada ou por peça, algo que Julieta também denunciava com frequência. Tasso Vieira de Faria acusou a bancada comunista de ser “unilateral”, e o udenista Ludolfo Boehl saiu em defesa de A. J. Renner, afirmando que ele “é um dos que tem feito mais em benefício dos operários, é o que mais se preocupa com os seus trabalhadores”. Quando a palavra enfim retornou para Julieta, a vereadora retomou o ponto principal de sua fala, afirmando sua preocupação com as “47 famílias que foram lançadas à miséria” para ser interrompida novamente por Tasso Vieira de Faria, o qual lançou mão de um tradicional estereótipo de gênero: “V. Ex.^a deixa-se levar pela parte sentimental”.⁵⁰⁶ Julieta respondeu que “só não poderá ter sentimento uma pessoa desumana, uma pessoa que quando come, que quando está com a barriga cheia não se lembra da maioria do povo que está com fome” e encerrou assim a discussão:

Sr. Presidente e Srs. Vereadores. Não é só a fábrica do Sr. Di Primio Beck que botou operários para rua, como a Cia. Souza Cruz, em número de 60 e a Camisaria Tannhauser que botou 10 operários para rua; despachou dez operários única e simplesmente porque o sindicato dos alfaiates pleiteou aumento de salário, de dez ou quinze por cento. Provavelmente os que estão em férias quando voltarem estarão ameaçados de ser despedidos e depois então ele adquire novos operários pelo preço antigo. Mas, as camisas e as gravatas do Sr. Tannhauser subiram de preço, enquanto os operários ficam nas mesmas condições. Esta é a verdade que deve ser dita, doa a quem doer.⁵⁰⁷

Enquanto isso, a Campanha pela Paz seguia a todo vapor, assim como a vigilância e repressão a seus protagonistas. Ao mesmo tempo que a imprensa da capital noticiava a Guerra da Coreia como sendo uma iniciativa dos comunistas, alertando inclusive para a “possibilidade de traição militar comunista na Coreia”,⁵⁰⁸ Julieta seguia denunciando na

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 67-68.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 70.

⁵⁰⁷ Ibidem.

⁵⁰⁸ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 de julho de 1951. MCSHJC.

tribuna a prisão de pessoas que distribuíam panfletos e coletavam assinaturas pela paz⁵⁰⁹ – sempre, é claro, com as interrupções do vereador Tasso Vieira de Faria. Em uma das poucas vezes em que ele pediu um aparte – em oposição às interrupções das quais fazia uso – Julieta não concedeu, respondendo o seguinte: “Eu não vou ceder o aparte a V. Ex.^a porque V. Ex.^a costuma, quando uso minha tribuna, falar mais do que eu e nunca fala nada a favor do povo. V. Ex.^a, depois, ocupe sua tribuna e defenda os ‘Tubarões’.”⁵¹⁰ Contrariado, o vereador acusou Julieta de ir “contra a ética parlamentar”, pedindo mais uma vez um aparte. Dessa vez, Julieta ignorou e seguiu com seu discurso, lembrando dos 47 demitidos da Fábrica Di Primio Beck e afirmando que o desemprego chegara também à Fábrica Renner. Quem pediu aparte e foi atendido foi seu colega Marino dos Santos, que afirmou que, no dia anterior, um homem aleijado havia sido preso e espancado pela polícia ao coletar assinaturas pela paz em plena Praça XV de Novembro, no centro de Porto Alegre. Segundo o vereador, o homem em questão só possuía uma mão e apanhou até que lhe saísse sangue pela boca. Nisso, o vereador Darci Rocha, do PSD, perguntou se era correto afirmar que o governo Vargas era ainda pior que o de Dutra. Julieta riu e afirmou que são iguais:

V. Ex.^a poderá defender o governo Dutra, porque era do seu partido. Mas eu não posso. Tenho de acusá-lo. No governo do General Dutra, ele também derramou muito sangue do povo nas ruas. Ainda pelas eleições, em Santana do Livramento, fez uma chacina na rua, matando candidatos legitimamente registrados; em Rio Grande no dia primeiro de maio, ele também fez uma chacina no povo, quando este festejava o seu dia, primeiro de maio. De maneira nenhuma poderei dizer, senão isto: que o General Dutra é “filho” do Sr. Getúlio Vargas e o Governo do Sr. Getúlio Vargas é filho de Dutra, porque o General Dutra continuou a mesma ditadura de sempre, de tirania, que fez o Sr. Getúlio Vargas, em 15 anos, no Brasil. O Sr. Getúlio Vargas também foi um ditador sanguinário, um matador do povo brasileiro durante a sua ditadura. E Dutra continuou a mesma coisa, só que os crimes de Dutra eram postos na rua para que todo o povo ficasse sabendo e os de Getúlio Vargas eram crimes que o povo não ficava sabendo, porque havia censura nos jornais; não havia um jornal que pudesse denunciar os crimes do Sr. Getúlio Vargas.⁵¹¹

As participações de Julieta seguiram no mesmo ritmo e temática por meses, não cabendo aqui maiores considerações e transcrições. O que nos interessa é justamente sua

⁵⁰⁹ 112ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 17 de setembro de 1951, p. 253. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume VI. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

⁵¹⁰ *Ibidem*, p. 254. Em função dos prazos e do pouco tempo disponível para a pesquisa na Biblioteca da Câmara em função da pandemia, não foi possível verificar minuciosamente se as interrupções de Tasso Vieira de Faria eram tão frequentes assim quando seus colegas homens faziam uso da tribuna, mas uma prospeção inicial e mais geral indica que não, em que pese Vieira ter sido um dos mais falantes vereadores naquele ano.

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 255-256.

última manifestação, pois, segundo recorda, está relacionada diretamente ao motivo pelo qual ela teria sido expulsa: o abono de Natal, e é sobre essa situação que falaremos agora.

6.3 – “O Partido às vezes queria o impossível”⁵¹²

A partir de 1951, uma série de categorias, através de movimentos de pressão e negociação direta com os patrões, conquistou o abono de Natal, que seria consagrado pela lei n.º 4.090/62 como gratificação natalina, o popular 13º.⁵¹³ Como era de se esperar, a situação acentuou as contradições entre os interesses do capital e do trabalho, e muitos patrões pensaram em alternativas ao benefício.⁵¹⁴

Um deles foi A. J. Renner, o patrão de Julieta Battistioli. Com experiência na elaboração de um sistema próprio de benefícios e fidelização de seus funcionários, o industrial gaúcho oferecia, ao invés do abono, uma cesta de Natal, como recorda Julieta:

Eles costumavam dar uma cesta de Natal. Todos os anos... uns dois anos foi cesta. Mas o partido criticava, eles criticavam muito a cesta. Porque por milhares de dinheiro que eles ganhavam no fim do ano davam uma cesta para o operário, um artigo comum. Mas era um artigo de Natal que eles davam. Então se criticou muito e aí ele (Renner) deixou de dar o cesto. Mas eu pegava a minha cesta (RISOS). Pegava a minha cesta, mas esclarecia o que era a cesta.⁵¹⁵

Muitas das justificas patronais para suas políticas paternalistas ao longo do século XX eram a suposta incapacidade do operariado de cuidar de si próprio. Se recebesse férias, dinheiro “a mais” ou se morasse longe do local de trabalho poderia gastar com bebidas, jogo, etc.⁵¹⁶ Julieta direcionou um de seus discursos em dezembro de 1951 justamente a este tipo de pensamento:

⁵¹² CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 47.

⁵¹³ Sobre o assunto, ver DROPPA, Alisson. *Direitos Trabalhistas: legislação, justiça do trabalho e trabalhadores no Rio Grande do Sul (1958-1964)*. Curitiba: Editora CRV, 2018, especialmente o Capítulo 3: *Justiça do Trabalho entre a greve, o julgar e conciliar*.

⁵¹⁴ A tática de elaboração de benefícios e compensações em oposição à legislação social era antiga. Ao longo de todo o processo de elaboração e implementação de leis trabalhistas entre os anos 1920 e 1930 os industriais brasileiros atuaram conjunta e organizadamente para barrar, burlar ou substituir o que era discutido por suas próprias leis e benefícios, compondo um arranjo paternalista de regulação do trabalho que funcionava à margem da lei. Assim, o patronato tentava se manter independente da regulamentação estatal e das pressões do operariado. Sobre isso, ver NUNES, “*A Lei de Férias no Brasil...*”.

⁵¹⁵ CARVALHO FRANCO; GARCIA, Op. cit., p. 13.

⁵¹⁶ Ver, por exemplo, NUNES, Op. cit.; FORTES, Op. cit.

Sr. Presidente e Srs. Vereadores. A minha vinda à tribuna, hoje, é para falar do dia de Natal. Estamos às vésperas do Natal e passando nas principais ruas, nós deparamos com vitrinas cheias de brinquedos e bonecas. Deparamos, também, com crianças olhando, espantadas, para essas vitrinas e nunca poderá a maioria delas obter uma boneca que seja para o dia de Natal. Vendo este panorama, Sr. Presidente, Sr. Vereadores, vemos que a maioria do povo, que é a classe operária, os trabalhadores, homens e mulheres que trabalham o ano inteiro produzindo, dando lucros extraordinários a seus patrões, ao chegar a época do Natal tem que dizer a seus filhos que o Papai Noel não vem a eles porque não se comportaram durante o ano. É isto, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que os pais costumam dizer a seus filhos e que nós devemos abolir. Devemos de nossa Tribuna dizer aos pais que se não podem comprar um presente de Natal para os seus filhos nunca lhes digam que o “Papai Noel” não veio porque não se comportaram durante o ano e sim, que lhes digam a verdade: “Papai Noel” não veio porque teus pais são operários, trabalham o ano inteiro, dando lucros extraordinários para os seus patrões e estes não se lembram que, às vésperas de Natal, devem dar aos pais das crianças, seus operários, um mês de salário.

O abono de Natal não é para o operário, como costumam dar todos os patrões, um barril de chopp e uma bandeja de doces ou convidar os operários a ir tomar esse chopp. Isso não é o abono de Natal. Também não é o abono de Natal o que dão esses patrões como o Sr. A. J. Renner, que às vésperas de Natal costuma dar aos seus operários uma cesta como um rancho e que hoje já passou a dar um vale, somente, para ser gasto dentro das suas lojas. O abono de Natal que deve ser dado é um mês de salário para todos os trabalhadores, para que eles possam ter, pelo menos, um dia feliz com sua família.⁵¹⁷

Novamente, a retórica da valorização da família e da criança, apontados como os verdadeiros beneficiários do 13º – mais uma vez, a maternidade rompia a esfera da domesticidade e virava instrumento de luta por direitos. Ao término de sua fala, Julieta leu o balanço e o lucro das principais indústrias de Porto Alegre conforme publicado no *Diário Oficial*, e encerrou lendo um documento que marcava a criação da “Comissão Pró-salário mínimo vital e pagamento do abono de Natal.”

No trecho em destaque Julieta afirmava que A. J. Renner havia trocado a cesta de Natal por um vale a ser gasto com produtos da própria loja. Em 1951 a Renner já não era mais apenas uma fábrica de tecidos e calçados, possuindo lojas de departamento com sessões de eletrodomésticos, música e outras utilidades. Se, quando recordou da cesta de Natal, Julieta deu risada, afirmando que aceitava o regalo embora explicasse a situação a seus colegas, quando a Renner adotou o vale como substituto do 13º a situação ficou um pouco mais séria:

Criticamos este vale, criticamos por ele ser assim. Nós não queríamos este vale, nós queríamos o dinheiro, mas já que não era o dinheiro então que ele fosse parcelado

⁵¹⁷ 173ª Sessão Ordinária, em Prorrogação da Quarta Reunião Legislativa, em 14 de dezembro de 1951, p. 255. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume VII. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1952. BCMPA.

[precisava ser trocado todo de uma vez]; aí, no outro ano eles fizeram parcelado... fizeram para gastar umas quarenta vezes, [para] ir lá umas quarenta vezes buscar.⁵¹⁸

Julieta recorda que não aceitou o vale por pressão do Partido. Segundo Larissa Corrêa, a classe trabalhadora, organizada tanto no PCB quanto no PTB, realizava manifestações desde meados dos anos 1940 exigindo o abono de Natal, mas foi a partir de 1953, na *greve nos 300 mil*,⁵¹⁹ que o benefício ganhou ares de bandeira, de direito a ser conquistado – e que culminaria com uma greve de grandes proporções em 1961.⁵²⁰

Diante da importância que a reivindicação ganhou, o Partido exigiu que um de seus principais quadros – certamente o principal na Renner – abrisse mão do vale. Julieta aceitou a exigência, mas não foi o suficiente: ela precisaria fazer um comício relâmpago:

(O Partido) queria que eu, nesse dia que eles deram o vale, eles queriam que eu fosse para defronte de uma loja dele ali... no (bairro) Navegantes, o Renner tinha uma loja, e fizesse um comício relâmpago para que elas não entrassem para comprar, esta coisa, e eu não quis fazer isso, eu me recusei porque via que ia falar uma coisa que elas não estavam sentindo, porque elas iam gastar [...] Então, quando veio o mestre me dar o cartão, eu disse assim: “Não, eu não quero, não vou assinar”... Tinha que assinar uma lista que tinha recebido.⁵²¹

Julieta recorda que, após essa recusa, acabou “escrachada” nas páginas da *Tribuna Gaúcha* e, em seguida, foi expulsa do Partido e parou de militar. Infelizmente, em função do acesso e salvaguarda das fontes, não foi possível localizar a mencionada edição da *Tribuna*, e nem outro tipo de fonte em que apareça o escracho ou a expulsão.

Outro fator que contribuiu para esse final amargo, segundo recorda, foi justamente a sua atuação parlamentar:

O Partido às vezes queria o impossível de eu fazer, essa que é a verdade. O meu procedimento na Câmara de Vereadores, [por exemplo]... me criticaram muito: “Que eu era... que eu não falava na Câmara de Vereadores, que eu...”. Isso aí sabiam que ia ser, eu não tinha cultura para aquilo!⁵²²

⁵¹⁸ Ibidem, p. 14.

⁵¹⁹ Auge do movimento sindical urbano durante o Governo Vargas, quando 300 mil trabalhadores e trabalhadoras foram às ruas exigindo, basicamente, melhores condições de vida e trabalho – via aumento salarial, gratificação natalina, etc. Ver, por exemplo MATTOS, Op. cit.; SILVA; SANTANA, Op. cit.

⁵²⁰ CORRÊA, Larissa Rosa. Abono de Natal: gorjeta, prêmio ou direito? Trabalhadores têxteis e justiça do trabalho. *Esboços* (UFSC), V. 13, n. 16, 2006, pp.252-253.

⁵²¹ Ibidem.

⁵²² CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 47.

Os eventos, mágoas e memórias se sobrepõem de tal modo que é até difícil traçar uma linha do tempo. Essa última fala dá a entender que Julieta foi escrachada e expulsa pouco depois da experiência parlamentar em 1951, mas em outras passagens encontramos documentos que mostram sua atuação junto à FMRGS em 1954. Se a militante recorda que o abono de Natal fora determinante para suas desavenças com o PCB, ela estaria falando das lutas pela aprovação da lei ou de um período em que a lei já estava aprovada, em 1962? Parece pouco provável que Julieta tenha sido expulsa já na década de 1960 e usassem como justificativa sua atuação parlamentar ocorrida uma década antes.

Assim, é possível formular, basicamente, três possibilidades mais plausíveis sobre seu afastamento do Partido: 1) Julieta fora expulsa do Partido pouco tempo depois de ministrar o curso de capacitação política revolucionária para mulheres, em fevereiro de 1954, conforme informou o DOPS e expusemos anteriormente; 2) Julieta foi escrachada ainda em 1951, mas não foi expulsa, ficando relegada a segundo plano por um ou dois anos, até engajar-se nas atividades da FMRGS; 3) Julieta foi expulsa nos anos 1960, já com a lei da gratificação natalina em vigor e precisou ler e ouvir um enorme dossiê contra si, que remetesse à sua atuação parlamentar. A falta de documentação – e também de acesso a muitas fontes em função da pandemia – nos torna reféns de recortes e fragmentos esparsos, assim como da memória. Mas antes de adentrarmos neste campo, é hora de descobrir se as relações de Júlia Santiago com o PCB foram mais atribuladas ou suaves que as de sua conterrânea gaúcha.

CAPÍTULO 7: JÚLIA NO PCB

O ingresso de Júlia Santiago da Conceição no Partido Comunista do Brasil guarda uma semelhança com os casos de Elisa e Julieta: é impossível determinar com precisão a data do ocorrido. No caso de Elisa, por insuficiência de material, é possível apenas especular a partir de relatos memorialísticos que a filiação se deu durante o Estado Novo; no de Julieta, via marido provavelmente em meados dos anos 1920. O caso de Júlia talvez seja o mais curioso: primeiro, como mencionado anteriormente, não há qualquer registro sobre seu ingresso ter sido via algum homem. Mas certamente o mais curioso é o seguinte: não só ela *não se recorda* da data de filiação como se recorda de *nunca* ter se filiado: “Entrei sem me filiar, e, até hoje não assinei a proposta. Fiz muito recrutamento, mas nunca assinei... Até minha irmã assinou. Eu nunca pensei nisso, já me considerava como tendo assinado.”⁵²³

De qualquer forma, suas lembranças remetem, assim como suas correligionárias, a meados dos anos 1930, como vimos anteriormente. E assim como ambas, é durante sua campanha à Câmara de Vereadores que começam a circular maiores informações sobre Júlia. Como ela deixou muito mais registros – especialmente policiais – nesse período, esse capítulo se dividirá em três partes: a primeira tratará da campanha e de sua atuação parlamentar; a segunda que tratará da repressão policial; por fim, a atuação da Júlia na *Frente do Recife*. Passemos à primeira.

7.1 - “Fique certo que ser comunista é o que estou lhe dizendo”⁵²⁴

Assim como Julieta, Júlia também lembra de resistir à indicação para disputar a vereança:

Fiz resistência pra não ser, ao Partido eu alegava: “não posso ser vereadora porque acho que, para ser, a pessoa deve saber ler, escrever, essa coisa toda.” Então, o Gregório [Bezerra], que foi a pessoa que propôs, disse: “não, depois botamos você na escola.” Eu disse: “Bom, se você...” Ele disse: “se você for candidata tem condições de se eleger com seus votos e botar mais um. Se você não for candidata vamos tomar medidas sérias contra você.” Isso queria dizer expulsão. Por esse motivo, já que *era uma tarefa*, aceitei, mas impus uma condição: “você vão ter que

⁵²³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 7. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁵²⁴ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 7. FUNDAJ/CEHIBRA.

me botar na escola, depois.” Me botaram, mas depois de dois meses, não deu mais. Houve uma greve dos Carris Urbanos, então eles disseram que eu precisava ajudar e não podia ficar mais na escola.⁵²⁵

São situações muito similares às narradas por Julieta anteriormente – e às quais retornaremos mais adiante: a pressão para concorrer, a ameaça caso descumprisse a tarefa (termo que aparece com força em ambos os relatos), o desejo de estudar... Tudo isso aparece de forma lamuriosa também no relato de Júlia. No entanto, ela enfatiza que Gregório reconhecia nela um potencial eleitoral – posteriormente confirmado –, algo diferente de Julieta, que ficou como suplente. Nesse sentido, ela se aproxima de Elisa, que fez um bom número de votos. Se o Partido reconhecia seu potencial eleitoral, é razoável supor que ela fizesse algum, ou alguns tipos de trabalho de base que garantiriam força ao seu nome – os anos no Círculo Operário Católico do Recife, por exemplo.

Ao recordar a campanha, inclusive, Júlia retoma novamente sua trama com o padre Carvalho, do COR. Segundo ela, quando a campanha inicia, em 1947, ela ainda estava na agremiação – se nos pautarmos pela linha do tempo de Carlos Miranda relativa à ascensão e queda dos Círculos Operários na capital pernambucana, já estamos em um momento de declínio, com vários núcleos sendo fechados entre os anos de 1944 e 1946. Anteriormente vimos que, de acordo com seu relato inicial e as datas que fomos especulando, ela teria ingressado nos Círculos por volta de 1939, ou seja, quase uma década de “entrismo” e trabalho de base em terreno hostil – o que ajuda a explicar a votação expressiva que viria a fazer e a avaliação correta que Gregório Bezerra fizera de seu potencial eleitoral. A lembrança de uma situação envolvendo o padre parece indicar que, de fato, às vésperas do pleito, ela ainda estava no COR:

Ele se reuniu com o pessoal e disse que não votassem em mim, não votassem em dona Júlia, porque ela era uma belíssima pessoa, uma boa filha, uma boa colega, mas é comunista, não vamos votar nela. “Eu recomendo a vocês que votem em Ranilson Sá Barreto,⁵²⁶ que é integralista.” Aí eles disseram: “padre, ela pode ser o que for, mas nós vamos votar nela. Não conhecemos Ranilson Sá de Barreto, nem queremos saber quem é. Essa menina é quem ajudou a gente. O Sr. a proibiu de vender fiado, ela vendia, prestava contas e o Sr. nem sabia”. Aí eu disse: “padre, o

⁵²⁵ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 2. Grifos meus. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁵²⁶ Ranilson (ou Ranylson) de Sá Barreto era diretor do *Jornal Pequeno*, periódico integralista do Recife e foi eleito vereador nessa mesma eleição. O jornal chegou a publicar um texto jocoso chamado “Os sapatos da Júlia”, no qual afirma que o Partido fica com quase todo o salário de seus quadros com mandatos eletivos e que Júlia estaria recebendo muito menos do que recebia como operária em tempo integral – e isso era visível, pois ela frequentaria as sessões da Câmara com um sapato furado. *Jornal Pequeno*, Recife, 27 de março de 1950, p. 3. HDB/BN.

Sr. me dá um aparte? O sr. disse que eu sou uma boa filha, que sou isso, que sou aquilo... certo. Sabe por que sou boa? Porque sou comunista. Fique certo que ser comunista é o que estou lhe dizendo. O comunista deve ser o exemplo do bem. Não lutar só para si. Não luto só para mim”. [...] Ele ficou calado, não disse nada.⁵²⁷

A confrontação com o padre enfim desgastou a relação a um ponto sem volta, e Júlia, segundo recorda, ali mesmo anunciou que não faria mais parte do Círculo Operário. Suas colegas a apoiaram, prometendo seu voto e, segundo Júlia, “disseram tudo isso na frente do padre.”⁵²⁸

Findado esse capítulo de sua vida, Júlia poderia enfim voltar a se dedicar com mais afinco ao seu Partido. O PCB, aliás, apresentava um crescimento bastante expressivo em Pernambuco. Segundo Marcos Aurélio Oliveira, os comunistas chegaram a ter 25 mil militantes registrados em suas fileiras no auge da legalidade – o número corresponde a cerca de 10% dos filiados em nível nacional.⁵²⁹ Em Recife, o quadro era ainda mais animador: nas eleições presidenciais de 1945 o candidato comunista Yedo Fiúza foi o vencedor, com mais de 27 mil votos contra 25 mil de Eduardo Gomes e 13 mil de Dutra – no interior as posições se inverteram.⁵³⁰

Foi nesse contexto, de aumento de prestígio tanto pessoal quanto partidário, que Júlia iniciou a campanha para Vereadora. A partir desse momento é possível acompanhar boa parte de seus movimentos, discursos e comícios através das páginas da *Folha do Povo*, o diário comunista de grande circulação de Recife (a exemplo da *Tribuna Gaúcha*, em Porto Alegre, e *Hoje*, em São Paulo).⁵³¹

Segundo Paulo Cavalcanti,

A vida da *Folha do Povo* pode ser balizada em dois períodos distintos: antes e depois do movimento *aliancista*. Sob a direção de Osório Lima e tendo como redator-chefe Rubem Braga, hoje famoso cronista, logo o jornal se engajou na campanha antifascista da Aliança Nacional Libertadora. [...] Dez anos depois, a 19 de novembro de 1945, voltou a circular. Suas oficinas, como da primeira vez, eram formadas de máquinas adquiridas em segunda mão.

⁵²⁷ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 7. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁵²⁸ Ibidem.

⁵²⁹ Dulce Pandolfi fala em 200 mil filiados em meados de 1946. Ver PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume/Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 147).

⁵³⁰ OLIVEIRA, Op. cit., p. 71.

⁵³¹ Segundo Ana Paula Lira (Op. cit., p. 1), o jornal foi impresso pela primeira vez em julho de 1935, mas rapidamente foi fechado pela repressão. José Sérgio Leite Lopes indica que o jornal circulou com maior regularidade entre novembro de 1945 e março de 1964, mas em 1948 mudou de nome para “A Luta” e “O Popular”, e entre 1961 e 1964 se transformou em “A Hora”. Cf LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: EDUNB, 1988, p. 27.

Glauco Pinheiro, depois dissidente do PC, esteve à frente da formalização do jornal, como empresa, integrando seu corpo de sócios.

A direção da *Folha* estava entregue a Sindulfo Correia Josué, sendo redatores Cláudio Tavares, Calinício Silveira, que também ajudava na feitura gráfica do jornal, como linotipista, Osvaldo Peralva, Antônio Paim, Zoroastro Braz, sendo o responsável pela gerência o recém-libertado preso político Miguel Xavier Borba, ex-marinheiro, condenado em 1935 pela Lei de Segurança Nacional.⁵³²

Nenhuma mulher ocupou cargos de destaque na retomada do jornal (consultado no CEDEM e no APEJE e incompleto em ambos). Nessa segunda fase, no entanto, além de seguir o padrão dos diários pecebistas ao redor do país – que conferiam muito espaço às lutas femininas e reproduziam textos de/sobre mulheres na URSS – a *Folha do Povo* vai registrar muitos dos movimentos de Júlia e enaltecer suas ações que permitiam a circulação do jornal.

A primeira referência encontrada à Júlia data de agosto de 1946, em um contexto de agitação grevista na capital pernambucana.⁵³³ As trabalhadoras Odila Schmidt e Cristolana Xavier – chamadas de antifascistas na notícia – haviam sido presas em uma greve da Light ocorrida na ocasião, o que despertou a reação de muitas mulheres:

Ao deputado Agostinho Dias de Oliveira, deputado do PCB pelo Estado de Pernambuco, foi endereçado o telegrama abaixo [...]:

Mulheres antifascistas pernambucanas vêm junto à Assembleia Constituinte, através de vossa excelência protestar contra o cerceamento do direito de greve, pedindo a liberdade dos trabalhadores da Light, inclusive das mulheres e dos trabalhadores de Santos presos.⁵³⁴

O documento é assinado por mais de cem mulheres, inclusive a futura deputada Adalgisa Cavalcanti e Júlia Santiago.

Um ano depois, o jornal traz Júlia em uma posição de destaque (provavelmente como preparativo para a candidatura), enaltecendo sua atuação para ajudar a *Folha do Povo* e inclusive trazendo uma foto sua sob o título *Vanguarda Ajudista*, o movimento de apoio à imprensa do PCB:

⁵³² CAVALCANTI, Paulo. *Nos tempos de Prestes (O Caso eu conto como foi – memórias políticas, 3º Volume.)* Recife: Editora Guararapes, 1982, p. 73.

⁵³³ Hélio da Costa já alertou para a existência de “dois PC’s”, a base e a cúpula e como nem sempre as orientações eram cumpridas, especialmente no meio operário. Estudando o período em Pernambuco, é possível questionar a existência da política de “apertar os cintos” na região, pois a segunda metade dos anos 1940 foi de intensa luta sindical na grande Recife, especialmente no setor têxtil, área de atuação de Júlia Santiago. Ver COSTA, Hélio da. *Em Busca da Memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no Pós-Guerra.* São Paulo, Scritta, 1995.

⁵³⁴ *Folha do Povo*, Recife, 3 de agosto de 1946, p. 3. APEJE.

Júlia Santiago tem sido uma das mais ativas cooperadoras do grande trabalho em prol da manutenção da FOLHA DO POVO. Pertencendo à Comissão do Cordeiro, desenvolve naquele bairro uma intensa atividade, colocando-se à frente do empolgante movimento popular de ajuda a este jornal. A sua atuação foi particularmente destacada durante o mês de agosto.⁵³⁵

Além da *Folha do Povo*, Júlia era responsável pela *Gazeta Sindical*, *Novos Rumos* e *Terra Livre*: “Tomava conta, distribuía, essa coisa toda.”⁵³⁶

O bairro do Cordeiro, como visto anteriormente, era onde Júlia residia. Assim como Elisa, no Bom Retiro em São Paulo, e Julieta, no Navegantes em Porto Alegre, a atuação de Júlia no Recife também tinha em seu bairro um importante espaço de militância. Aqui cabe apontar algumas hipóteses sobre como isso também é permeado pela questão de gênero: quando pensamos nos principais líderes homens do PCB, dificilmente os associamos a bairros específicos. Quase todos, inclusive, eram constantemente *girados*, circulando por todo o Brasil e eventualmente até pelo exterior. Isso não ocorria com as mulheres. Por mais que argumentemos aqui que a militância partidária proporcionou uma experiência transformadora na vida dessas e de muitas outras mulheres, que lhes permitiu romper com certos padrões de feminilidade e o “culto da domesticidade”, a ideologia patriarcal certamente limitava o seu campo de possibilidades. Quando do Golpe de 1964, por exemplo, o baiano Jacob Gorender residia no Rio de Janeiro mas estava em Goiânia ministrando um curso, enquanto Carlos Marighella transitava entre Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Elisa “era” do Bom Retiro, Julieta do Navegantes e Júlia, do Cordeiro.

Três dias depois de apresentar Júlia em destaque, a *Folha do Povo* trazia a seus leitores o “programa mínimo dos candidatos do povo do Recife”, novamente com foto de Júlia:

- 1) Aplicação intransigente das Constituições Federal e Estadual;
- 2) Combate ao câmbio negro e aos açambarcadores, com o abastecimento das mercadorias em escassez, facilitando a importação direta, principalmente dos gêneros alimentícios, evitando o intermediário;
- 3) entrega gratuita ou arrendamento a preço módico das terras devolutas nas seguintes propriedades: Brejo, Passarinho, terras da firma Mendes Lima em Iputinga, engenhos de Meio, São Paulo, Poeta e Uchôa, a quem as queiram cultivar, assegurando aos camponeses e horticultores assistência técnica e empréstimos sem juros;

⁵³⁵ *Folha do Povo*, Recife, 11 de setembro de 1947, p. 2. APEJE.

⁵³⁶ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 15. FUNDAJ/CEHIBRA. Não foi possível encontrar nenhum exemplar e nem outras notícias referentes a esses jornais.

- 4) desapropriação dos terrenos situados na zona suburbana, que são utilizados na exploração de arrendamento de chãos de casa, afim de serem loteados e vendidos a longo prazo;
- 5) revisão do contrato da Pernambuco Autoviária Ltda. e liberdade para a exploração dos transportes coletivos mediante contrato com a Municipalidade;
- 6) criação de feiras livres nos diversos bairros, com isenção de impostos, inclusive para as feiras já existentes. Diminuição dos impostos para o pequeno comércio e isenção para os vendedores ambulantes dos gêneros de primeira necessidade;
- 7) incentivo para o desenvolvimento das pequenas indústrias com a redução de impostos, barateamento do preço de energia elétrica e outras facilidades;
- 8) execução imediata dos planos já existentes: calçamento, abastecimento de água e rede de esgoto para os diversos bairros, e pavimentação das principais ruas que ligam um bairro ao outro;
- 9) restabelecer transportes de Camaragibe e Brum e vice-versa por trens de subúrbio;
- 10) construção de abrigo para passageiros em Casa Amarela, Areias, Beberibe, Caxangá, Campo Grande e Tegipió;
- 11) manutenção do serviço de bondes, quer pela encampação da Pernambuco Tramways, quer obrigando-a a cumprir o contrato;
- 12) redução dos preços das passagens dos transportes coletivos e divisão do preço das passagens por sessões;
- 13) criação de serviços de pronto-socorro nos bairros: Encruzilhada, Casa Amarela, Afogados e Madalena, afim de descentralizar o serviço de Assistência Médica de urgência;
- 14) Criação de Parques Infantís em: Casa Amarela na Vila dos Comercíarios, Areias na Vila dos Industriários, Santo Amaro na Vila 13 de Maio e nos bairros Torre e Várzea;
- 15) combate intensivo ao analfabetismo:
 - a) criação de novas escolas primárias e técnico-profissionais com ensino gratuito, abolindo as exigências de calçados e uniformes, dando-se a ajuda aos alunos pobres;
 - b) pela obrigatoriedade da criação de escolas de alfabetização nas fábricas que tenham um número superior a 100 operários, com as despesas custeadas pelas empresas;
 - c) pela criação de escolas de emergências para as crianças e adultos.
- 16) reajustamento dos vencimentos dos funcionários municipais que lhes possibilite existência condigna;
- 17) efetivação dos funcionários extranumerários, exercendo função permanente e equiparação dos seus vencimentos aos dos efetivos.⁵³⁷

Como podemos observar, essas seriam as propostas de todas as candidaturas comunistas para a Câmara Municipal do Recife, não é possível observar autoria, como no caso de Elisa. Ao mesmo tempo, é possível perceber bandeiras importantes do Partido no período, como a luta contra a carestia, mas a ausência da luta pela Paz.

A questão de gênero e a aposta eleitoral nessa bandeira começam a aparecer nas semanas seguintes, quando são criados os comitês de campanha para Júlia. Aliás, a *Folha do Povo* anuncia a criação de três desses comitês durante o mês de setembro, um próximo à sua casa, e outro no centro da cidade – não foi possível identificar o local do terceiro.

⁵³⁷ *Folha do Povo*, Recife, 14 de setembro de 1947, p. 1. APEJE.



Figura 9. Candidatura de Júlia Santiago. *Folha do Povo*, Recife, 18 de setembro de 1947, p. 1. APEJE.

O primeiro comitê foi criado na rua Firmino de Barros, número 447,⁵³⁸ a 500 metros da casa de Júlia, no número 170 da mesma rua;⁵³⁹ será que Júlia apenas pediu “emprestada” a casa de um vizinho ou vizinha para inaugurar a campanha? De qualquer forma, mais uma vez o cotidiano e a vivência no bairro estão ligadas à militância e ao “ingresso” no espaço público – e esse “ingresso” chamou a atenção das autoridades policiais:

Exmo. Sr. Chefe da Divisão do [ilegível]
 Levo ao vosso conhecimento, que as 10 horas de hoje, eu passando no largo do Firmino em Casa Amarela, tendo eu notificado uma caixa de papelão com os dizeres assinado, convidando todos povo [sic] de macacheira e do Beco do Quiabo para uma conferência as 19 horas na rua do Mandacaru nº 606, que vai ser apresentada a candidata a vereadora Júlia Santiago, do PSP.⁵⁴⁰

⁵³⁸ Compunham a comissão: presidente, Amaro Fausto; vice, José de Melo; secretário: Severino Castro Forte; 2º secretário, Francisco Queiroz; tesoureira, Maria de Lourdes Belo; Comissão de propaganda, Edgar Santos, José Farias e Severina Clementina Farias. Cf. *Folha do Povo*, Recife, 18 de setembro de 1947, p. 1. APEJE.

⁵³⁹ Cf. Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 2. Registro de Prisão, 27-8-1949., Fundo DOPS. APEJE. Posteriormente (em meados da década de 1960) Júlia Santiago se mudaria para a Rua Orós, número 55, também no bairro do Cordeiro Cf. Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 1. Grifos meus. FUNDAJ/CEHIBRA.

Júlia ainda não sabia, mas era apenas uma pequena amostra do que viria em termos de vigilância e repressão.

A outra sede ficava no bairro de São José, próximo ao centro da cidade. Ao anunciar o local, a *Folha do Povo* passa a falar abertamente da importância do voto feminino:

No domingo último, às 14 horas, à rua da Zoada, no bairro de São José, foi instalado, solenemente, o Comitê Pró Candidatura da operária têxtil Júlia Santiago, que será levada à Câmara Municipal de Recife pelo voto da mulher pernambucana, especialmente das operárias.

Antes, foi realizada uma conferência referente às eleições de 26 de outubro, sendo, em seguida, empossada a diretoria do Comitê, que está assim constituída:

Presidente, Raul Gomes; vice-dito, José Bernardo; 1º secretário, Manoel Bernardo; 2º secretário, José Saraiva; tesoureira, Eunice Américo dos Santos e José Barbosa, orador.⁵⁴¹

Por fim, o Comitê do Cardoso (não foi possível averiguar a localidade):

Organizado pelos habitantes do Cardoso, instala-se hoje, solenemente, o Comitê Pró Candidatura da operária têxtil Júlia Santiago, futura vereadora da mulher recifense, devendo falar na ocasião, diversos oradores.

O Comitê está assim constituído: Presidente, Florivaldo Soares de Freitas, vice-presidente, Afonso Ferreira Guimarães, 1º secretário, José Gomes Rocha, 2º secretário, Genival Evangelista, tesoureiro José Batista da Silva, procurador, Antônio Francisco de Araújo.⁵⁴²

Os três comitês possuíam diretorias diferentes entre si, indicando que a candidatura de Júlia envolveu uma estrutura organizacional considerável – certamente a maior das três aqui estudadas. A grande maioria dos integrantes desses comitês, percebe-se, eram homens.

A cobertura da campanha eleitoral nas páginas do diário pecebista é bastante rica e aponta questões curiosas relativas ao Partido. A referência à legenda pela qual seus candidatos concorreriam, por exemplo, é quase inexistente – assim como ocorria em Porto Alegre, seria pelo PSP de Adhemar de Barros (não parece coincidência que justamente em São Paulo uma outra legenda tenha abrigado as candidaturas comunistas, como mencionado anteriormente). Ao lado de Júlia, outras dez candidaturas, apresentadas no final de setembro na *Folha do Povo*:

1 – Vicente Barbosa, gerente da Folha do Povo;

⁵⁴⁰ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 38. Documento manuscrito de 18/09/1947 Fundo DOPS. APEJE.

⁵⁴¹ *Folha do Povo*, Recife, 26 de setembro de 1947, p. 4. APEJE.

⁵⁴² *Folha do Povo*, Recife, 3 de outubro de 1947, p. 3. APEJE.

- 2 – Aguinaldo Corrêa, estudante, destacado líder popular;
- 3 – Claudino Lourenço, estivador, o popular “Marinheirinho”;⁵⁴³
- 4 – Júlia Santiago, operária têxtil, líder têxtil;
- 5 – Pedro Renaux, pequeno funcionário público federal;
- 6 – Demócrito Silveira, aeroviário;
- 7 – Heitor Pereira, acadêmico;
- 8 – Cândida Maranhão, “doutoranda e líder feminina”,
- 9 – Antônio Marques, operário da construção civil, líder sindical;
- 10 – Ramiro Justino, transviário, líder sindical;
- 11 – Andrônico Barros, operário têxtil.⁵⁴⁴

Apenas duas mulheres – e que curiosa a apresentação de Cândida Maranhão como sendo “doutoranda e líder feminina”. O termo *feminismo* ainda poderia causar confusão e ser interpretado como o feminismo burguês/liberal, mas o que será que significava doutoranda? Talvez uma estudante de medicina? Mesmo a apresentação de Júlia, mais seca e direta, levanta uma questão para pensar: os homens são apresentados como líderes sindicais – e de fato, o são, mas por que Júlia é “líder têxtil” e não “sindical”? Conforme foi possível apurar, de fato a liderança de Júlia, assim como a de Julieta, se dava muito mais no cotidiano fabril e nos termos da agitação e propaganda do que propriamente uma atuação mediada pelas instâncias burocráticas sindicais. Talvez a escolha de palavras não tenha sido por acaso.

Em outubro, às vésperas do pleito, o Comitê de Mulheres Pró-Democracia de Pernambuco lançava um comunicado interessante, que nos lembra que, embora fizesse parte das associações próximas ao PCB, tentava manter um caráter suprapartidário, como foi apresentado no capítulo 4:

O Comitê de Mulheres Pró-Democracia avisa ao seu público e às suas associadas que, em sua última reunião para escolha de candidatas às eleições municipais, ficou assentado não se fazer nenhuma escolha, uma vez que já três de suas associadas foram apresentadas candidatas à vereação, sendo que a sra. Carmosina de Araújo foi apresentada pelo Partido Republicano Democrático e a doutoranda Cândida Maranhão Otero e a sra. Júlia Santiago da Conceição foram lançadas pela chapa popular do Partido Social Progressista, pretendendo, por isso, o Comitê evitar maior dispersão de votos femininos.

As candidatas acima vão colaborar na redação de um programa mínimo de reivindicações femininas, a ser defendidas na Câmara de Vereadores.⁵⁴⁵

⁵⁴³ Às vésperas da cassação dos mandatos, em 1950, o “Marinheirinho” seria expulso do PCB por, segundo ele, “questões eleitorais”, o “tratamento dispensado a diversos membros da bancada” e “questões puramente financeiras”. Cf. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de março de 1950, p. .3. HDB/BN.

⁵⁴⁴ *Folha do Povo*, Recife, 28 de setembro de 1947, p. 5. APEJE. A situação de Recife parece ter transcorrido com relativa tranquilidade, se comparada com o interior do estado. Em Paulista, por exemplo, José Sérgio Leite Lopes afirma que “Os operários e ‘candidatos populares’ à vereança [...] Maria José de Albuquerque, Severino Gouveia Botelho, Antonio Jorge da Costa e Adelino José Ferreira são demitidos da CTP [Companhia de Tecidos Paulista].” LOPES, Op. cit., p. 508.

⁵⁴⁵ *Folha do Povo*, Recife, 5 de outubro de 1947, p. 3. APEJE.

O comunicado confirma a participação de uma mulher filiada a outro partido (Partido Republicano Democrático), afirma que Júlia era associada ao Comitê e, por fim, estabelece o compromisso de elaboração de um “programa mínimo de reivindicações femininas”, ausente das propostas gerais das onze candidatas comunistas e que, portanto, teria pontos em comum com a candidatura do PRD.

No dia 13 de novembro, o jornal trazia, orgulhoso, o resultado final do pleito, com o PSP sendo a legenda mais votada, com 12.960 votos – destes, 1.555 foram de Júlia, a segunda mais votada atrás de Carlos Duarte. A diferença foi de mais de três mil votos para o segundo partido mais votado, o PSD. Ao todo, a bancada comunista fez 12 das 25 cadeiras da Câmara de Vereadores.

Logo na primeira sessão ordinária, em dezembro de 1947, Júlia Santiago se pronunciou indicando a falta de condições de higiene no Mercado de São José (o maior da capital), exigindo a reabertura dos mictórios públicos, dando um pouco o tom do que seriam os mandatos dos comunistas. A indicação foi aprovada.⁵⁴⁶

A partir de janeiro de 1948, a *Folha do Povo* vai inaugurar uma coluna semanal chamada “a semana dos vereadores”, na qual fará um balanço da atuação de seus mandatos. Logo no dia 4 de janeiro, Júlia e Antônio Marques iniciam a tentativa de cumprir algumas das promessas de campanha, apresentando um projeto-de-lei para que fossem aterradas ruas nos bairros de Afogados e São Miguel. De autoria apenas de Júlia, ainda na mesma sessão, foi apresentada a seguinte proposta: “Pela vereadora Júlia Santiago foi apresentada uma indicação, pedindo iluminação pública para as ruas Bárbara de Alencar, na Estrada dos Remédios, e Firmino de Barros, no Cordeiro, que foi aprovada por unanimidade.”⁵⁴⁷ Cabe mencionar que a rua Firmino de Barros era uma das três sedes do Comitê Pró-candidatura de Júlia Santiago.

Um ano depois ela protocolaria novo projeto de lei exigindo iluminação pública, dessa vez para o bairro da Várzea⁵⁴⁸ – Júlia, aliás, protocolou diversos projetos de lei dispendo sobre a iluminação pública, especialmente nos bairros do Cordeiro e Casa Amarela. Não vamos citar todos para não deixar o texto enfadonho, ressaltamos apenas que quase todas as atuações e

⁵⁴⁶ Ata da sexta reunião da primeira sessão ordinária da Câmara Municipal do Recife, 22 de dezembro de 1947, p. 5. ACMRE. Algumas referências à documentação desse arquivo estão incompletas ou são aproximações em função do que foi descrito nos agradecimentos: muitas fotos chegaram por *whatsapp* e estão sem o livro ou a página indicados.

⁵⁴⁷ *Folha do Povo*, Recife, 4 de janeiro de 1948, p. 2. APEJE.

⁵⁴⁸ Projeto de Lei nº 49 da Vereadora Júlia Santiago apresentado na 5ª reunião da primeira sessão ordinária, em 16 de fevereiro de 1949, Livro de Atas, p. 14. ACMRE.

discursos de Júlia Santiago tratam da cidade e de seus problemas mais cotidianos, como iluminação, transporte e moradia – algo comum a uma vereadora, afinal.

Recém-empossada, no dia 3 de janeiro Júlia já se viu integrando uma importante comissão na Câmara. Como dito anteriormente, as indústrias têxteis passaram por um período de agitação, e há relatos de perseguição a trabalhadores desde antes das eleições. Assim, foi criada “uma comissão para entender-se com os gerentes de fábricas de tecidos, para que sessem as multas e suspensões aos trabalhadores”, sugerida pelo comunista Andronico de Barros, quem integraria a comissão ao lado Júlia Santiago e Sérgio Godoy (PSD).⁵⁴⁹

A escolha fazia sentido, afinal, assim como Julieta Batistiolli em Porto Alegre, Júlia Santiago seguiu exercendo a sua profissão de operária têxtil enquanto parlamentar, atuando em prol de seus interesses e de seus colegas. Logo após a criação da comissão, no entanto, ela e outros 88 companheiros acabam sendo expulsos do sindicato da categoria após intervenção ministerial:

Foi recebida com uma profunda indignação por todo o proletariado pernambucano, a “portaria” arbitrária e gritantemente ilegal, da junta governativa de traidores do Sindicato dos Têxteis, “empossada” à ponta de baioneta por ordem do industrial Morvan de Figueiredo, eliminando do quadro de associados daquele sindicato 89 trabalhadores, justamente os mais ativos, os mais esclarecidos, os mais conscientes, dirigentes da luta têxtil pela conquista de suas reivindicações.

[...]

Uma das batalhadoras mais abnegadas na luta em prol da defesa das reivindicações do proletariado atingida pela fúria anticomunista do ministro do Trabalho, do Sr. José de Barros Nunes, Delegado Regional do Trabalho, do fascista Adalberto Guerra e da junta de traidores, que, em combinação, redigiram a infame “portaria”, foi a vereadora Júlia Santiago.

É ela que nos declara:

- De público, lanço meu enérgico protesto contra a “portaria” da junta governativa do meu sindicato, eliminando-me, junto com várias dezenas de companheiros dedicados à luta pelo bem estar da classe operária. Que o meu protesto seja ouvido por todos os trabalhadores têxteis e que sirva de exemplo para a luta contra os fascistas daquela organização de classe, que dela se apoderaram ilegalmente.⁵⁵⁰

Ainda em janeiro, Júlia concedeu longa entrevista ao diário sobre o imbróglio, apresentada pela reportagem como “querida líder têxtil feminina”:

a razão de não haver realizando a assembleia foi terem os interventores se valido da incompreensão de muitos companheiros sindicalizados, para fazê-los assinar uma lista em branco. Foi dessa lista assinada em branco que se serviram os traidores e

⁵⁴⁹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 de janeiro de 1948, p. 3. HDB/BN.

⁵⁵⁰ *Folha do Povo*, Recife, 16 de janeiro de 1948, p. 3. APEJE.

inimigos do operariado têxtil, para torpedear uma assembleia, marcada para o dia 18, às 8 horas, em primeira convocação e para as 9 horas, em segunda convocação. Essas listas, cujas assinaturas foram colhidas com antecedência e pelos métodos que já expus, serviram como lista de presença e prejudicaram os companheiros mais esclarecidos do Sindicato dos Têxteis, que tanto medo causam aos interventores e serviçais da DR do Trabalho.

[...]

Mais dia menos dia, todo o proletariado têxtil compreenderá a manobra dessa corja e usando dos direitos assegurados pela Constituição realizará grandes assembleias, criando comissões de salários em todas as fábricas e locais de trabalho, levantando protestos cada vez mais firmes e vigorosos, conseguindo, inclusive inutilizar essas assinaturas conseguidas pelo traidor policial Diógenes Ribeiro.⁵⁵¹

Ainda em janeiro, no dia 23, o Comitê de Mulheres Pró-Democracia emitia nota denunciando a prisão de sua associada Adalgisa Cavalcanti – lembrando que ela era deputada estadual na ocasião – mas, sem explicar o ocorrido.⁵⁵²

O impasse sindical se arrastou pelo restante de janeiro e pelo mês de fevereiro, acabando com derrota de Júlia e seus correligionários. Em março, nova questão judicial se apresentou a Júlia Santiago e seus camaradas, agora em torno dos mandatos. Após três meses de atuação, a bancada comunista ainda era atacada em sua legitimidade. Ao noticiar o ocorrido, a *Folha do Povo* relembra do que se passou com Elisa e seus correligionários em São Paulo, mas, pelo menos por enquanto, a resolução em Recife era favorável ao PCB:

O Tribunal Regional Eleitoral, em sessão ontem realizada, interpretando os anseios populares que em 26 de outubro próximo elegeram 12 vereadores comunistas da bancada do PSP, recusou ontem dar provimento ao desmoralizado recurso do chicanista Fernando Allain com que quem julgavam os reacionários poder repetir em Pernambuco a traiçoeira façanha dos instrumentos judiciais da ditadura em São Paulo, que de uma só feita, cassaram o mandato de 183 vereadores e do único prefeito comunista naquele Estado.

[...]

O relator do recurso, o dr. Torquato de Castro levantou a justa preliminar que se deveria rejeitar *in limine* aquele monstrego, uma vez que não sendo de diplomação, mas contra o registro de candidatos *legalmente* feitos sob a legenda de um partido reconhecido pelo TRE estava o mesmo com seu prazo de apresentação esgotado.⁵⁵³

A atuação parlamentar de Júlia variava entre os discursos e palavras de ordem, como a saudação ao aniversário da espanhola antifascista Dolores Ibarruri⁵⁵⁴ e as constantes denúncias à carestia de vida⁵⁵⁵, e projetos concretos que visavam à melhoria do cotidiano recifense, especialmente para as classes populares, como o pedido de coleta de lixo e serviços de

⁵⁵¹ *Folha do Povo*, Recife, 20 de janeiro de 1948, p. 4. APEJE.

⁵⁵² *Folha do Povo*, Recife, 23 de janeiro de 1948, p. 4. APEJE.

⁵⁵³ *Folha do Povo*, Recife, 20 de março de 1948, p. 3. APEJE.

⁵⁵⁴ *Folha do Povo*, Recife, 11 de dezembro de 1948, p. 3. APEJE.

⁵⁵⁵ *Folha do Povo*, Recife, 9 de março de 1950, p. 3. APEJE.

terraplanagem na Casa Amarela,⁵⁵⁶ instalação de novas linhas de ônibus,⁵⁵⁷ e projetos de leis que subvencionassem escolas mantidas por sociedades beneficentes.⁵⁵⁸

Júlia Santiago também usou seu mandato para denunciar prisões arbitrárias que ocorriam nos sindicatos do Recife. Em outubro de 1949, organizou uma Comissão de Solidariedade com os Portuários da Tramways e de outras categorias, que em pouco tempo se transformou na Comissão Central de Solidariedade aos Presos Políticos:

A Comissão Central de Solidariedade funcionará na rua da Palma, nº 460, 1º andar e desde já dirigimos um veemente apelo a todos os democratas, a todos os pernambucanos que não concordam com as violências da polícia, para que nos enviem a sua ajuda, com toda a urgência. Numerosas famílias aí estão enfrentando as mais sérias dificuldades. Mais do que nunca o povo deve prestar o seu apoio à luta pelas liberdades democráticas. Esperamos com urgência as contribuições do povo. Elas podem vir representadas em dinheiro, como em gêneros alimentícios ou roupas. Todas as comissões devem dirigir-se à sede da Comissão Central. E novas comissões devem ser organizadas para receber contribuições dos operários nos locais de trabalho e dos moradores dos diversos bairros. Temos a certeza de que a Comissão Central de Solidariedade aos Presos Políticos contará com o mais firme apoio de todo o povo em seus trabalhos de defesa dos democratas encarcerados por lutarem pela PAZ.⁵⁵⁹

Cerca de um ano depois, Júlia Santiago também tomava à frente de um movimento de solidariedade a “13 honestos trabalhadores” que estavam “encarcerados na Base Aérea do Recife”, cobrando organização e solidariedade do povo pernambucano:

Se bem que algumas comissões como as das Docas e da Mangueira venham desenvolvendo com persistência o movimento de ajuda aos presos políticos, esse movimento está muito longe de atingir às necessidades do momento. São quase vinte famílias que precisam de auxílio e amparo. As vítimas da ditadura que se acham encarceradas precisam de alimentos, remédios, roupas e dinheiro para as despesas com o judiciário e bem pouco temos recolhido para atender essas despesas. Faço um apelo não só ao povo do Recife mas ao povo pernambucano, para dar um caráter organizado ao movimento de solidariedade aos presos e perseguidos da ditadura, organizando comissões nos bairros, municípios e locais de trabalho para angariar não só dinheiro mas também gêneros de todas as espécies, desde a escova de dentes às peças de roupas. Precisamos ter uma maior compreensão da importância da solidariedade aos democratas e patriotas que lutam pela paz, pão, terra e liberdade, por um governo popular.⁵⁶⁰

⁵⁵⁶ *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de março de 1948, p. 3. HDB/BN.

⁵⁵⁷ *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 de maio de 1949, p. 3. HDB/BN.

⁵⁵⁸ *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de março de 1948, p. 3. HDB/BN.

⁵⁵⁹ *Folha do Povo*, Recife, 25 de outubro 1949, s/p. In Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, s/p. Recorte de jornal. Fundo DOPS. APEJE.

⁵⁶⁰ *Folha do Povo*, Recife, 19 de julho de 1950, s/p. APEJE.

As associações femininas também não eram deixadas de lado. Em fevereiro de 1949, Júlia conseguiu aprovar uma lei que concedia 10 mil cruzeiros para a I Convenção Feminina Pró-Paz, que ocorreria no Recife. Isso não aconteceu sem embates. O vereador Ranílson de Sá Barreto (aquele mesmo, integralista, agora no PRP), votou contra o projeto de lei, argumentando “que não aprovaria um projeto que tinha por finalidade ir auxiliar uma organização que tinha de fundo comunista”. O vereador Wandenkolk Wanderley (atenção para esse nome) também votou contra, mas o projeto passou⁵⁶¹ - e as resoluções do congresso foram lidas na própria Câmara Municipal por Júlia.⁵⁶²

A “única representante feminina no Parlamento Recifense”, como seguidamente era apresentada pela imprensa comunista, recorda de trabalhar bastante como vereadora, precisando realizar mais atividades do que seus colegas homens:

Eu, como vereadora já há quase um ano, fazia as tarefas todas que me mandavam... Eu dormia na *Folha do Povo*, outros vereadores não dormiam. Eu recebia a tarefa de ir ao morro, ou em outro lugar, ficava até sem tempo de ir em casa para comer ou mudar de roupa. Passava a vida por lá, tomando cafezinho. A turma que era mais chegada a pequeno burguês como o Heitor Pereira, o Agnaldo Correia, essa gente, não tinha as tarefas que eu tinha. De forma que aparecia um movimento... “Vá para São Paulo”... Ademar de Barros foi eleito e, então, mandou prender as meninas todas do Comitê das Mulheres, até uma jovem, com dezoito anos, que estava tuberculosa. Então a gente foi para soltá-la. O Partido decidiu que todos os estados que tivessem vereadora mandassem esse pessoal pra lá. Nós nos juntamos no Rio de Janeiro e fomos em três ônibus cheios. Viajamos a noite toda e, no outro dia de manhã, estávamos em São Paulo. Marcou-se uma audiência... Arcelina Mochel, que foi vereadora no Rio, nos ajudou muito. Ela tinha muita paciência, vinha cá, ajudava, ensinava... o trabalho feminino era com ela, era responsável junto ao Comitê Nacional.⁵⁶³

Essa não foi a única vez que Júlia foi a São Paulo para atividades do Partido:

Outro trabalho que o Partido me mandou fazer foi ir a um Congresso de mulheres em São Paulo. Não acreditavam que a gente fosse resolver... E, o máximo que a gente podia botar ali eram umas quinhentas mulheres. Eu disse: “vou levar umas nove delegadas. Vou arrumar dinheiro para isso, vou a todos os sindicatos e arranjo.” O Partido não dava dinheiro para isso. Ele dava a tarefa e a gente que se virasse. Levei, arrumei passagens. Fui no Sindicato dos Arrumadores, conversei... “Você sabe, é uma coisa muito importante, é a primeira vez que a gente vai fazer um congresso...” E deram. Fui na Prefeitura, arranjei com Antônio Carlos mais três passagens, porque só tínhamos seis, aí ficamos com nove. Quem foi dirigindo o grupo para São Paulo foi Segove, que era do Sindicato dos Alfaiates.⁵⁶⁴

⁵⁶¹ Ata da 12ª reunião da 1ª sessão ordinária, em 25 de fevereiro de 1949, s/p.

⁵⁶² *Folha do Povo*, Recife, 21 de junho de 1949, s/p. In Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição. Documento avulso, p. 18. Fundo DOPS. APEJE.

⁵⁶³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 8-9. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁵⁶⁴ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 27-28. FUNDAJ/CEHIBRA.

O Congresso, segundo o relato de Júlia, expôs todos os problemas de gênero relativos ao funcionamento interno do PCB, e como muitas de suas lideranças masculinas atuaram de maneira a reforçar estereótipos:

O Crispim, o Pomar, levaram muita gente lá para acabar com a gente, para que não se realizasse o congresso e não se votasse nada do que a gente queria. [...] Quando a gente colocou em votação vinte anos de serviço para mulheres e trinta para homens, o pessoal do Marighella, para esmagar a gente, disse que os direitos eram iguais. Eu disse: “sim, mas a mulher quando sai do trabalho ainda vai para casa cuidar do marido e dos filhos, não é? E os homens não. É difícil um homem ajudar a mulher”. Ficaram pedindo aparte. Eu disse que não dava mais aparte a ninguém.⁵⁶⁵

Júlia recorda de ter formulado com muita objetividade um longo debate sobre o trabalho feminino não-remunerado, cobrando uma compensação no espaço formal e remunerado do trabalho, algo que incomodou seus companheiros. No entanto, lembra com satisfação o que foi realizado naquele congresso, algo inclusive reconhecido por Prestes:

[...] ganhei a assembleia, nada mais eles ganharam. O teatrinho ficou cheio de uma ponta a outra. Depois disseram que o trabalho tinha sido bem feito. Quando saí de lá fui para uma reunião com Prestes. Ele achou que o congresso foi muito importante. Eles pensavam que só iam umas quinhentas mulheres, mas lotou, apesar de ter muita gente contra, nós vencemos. Todas as moções que a gente apresentava, ganhava.⁵⁶⁶

Será que, durante alguma dessas viagens a São Paulo, Júlia conheceu Elisa? Não foi possível verificar se Julieta, como vereadora de Porto Alegre, também foi para a capital paulista. Lembrando que um ano antes, em maio de 1949, ocorreu no Rio de Janeiro a I Conferência Nacional de Mulheres, e sabidamente Júlia foi a delegada pernambucana,⁵⁶⁷ mas não foi possível verificar quais foram as delegadas paulista e gaúcha. Esse é mais um momento em que foi possível chegar perto da resposta: será que essas três mulheres se conheceram?

Cabe ainda apontar uma similaridade entre seu relato e o de Julieta quando pensam em sua atuação partidária, especialmente o período da vereança. Se já foi apontado uma diferença significativa em relação à maioria das memórias masculinas (amarguradas, desejosas de maior reconhecimento), as duas operárias estudadas dificilmente reivindicam maior reconhecimento

⁵⁶⁵ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 28. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁵⁶⁶ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 28. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁵⁶⁷ Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1949, p. 12. HDB/BN.

partidário pelo que fizeram em um sentido amplo, mas nesse caso ambas recordam de fazer mais que seus companheiros – especialmente os que seriam ou agiriam como pequenos burgueses.

Responsável por conferir publicidade às bandeiras das mulheres comunistas, Júlia discursava na Câmara contra a carestia em março de 1950:

Entretanto, sr. Presidente, nós que vivemos no meio do povo e dos trabalhadores, podemos assegurar que o proletariado não está disposto a cruzar os braços e esperar passivamente a morte pela fome.

Ele está lutando e lutará cada vez mais em defesa dos seus direitos e da sua vida. Nessa luta estaremos incondicionalmente ao lado deles contra o governo e os patrões esfomeadores.

Sr. Presidente, ao terminar quero fazer um apelo às mulheres, especialmente às mulheres operárias como eu. Quero fazer minha, a enérgica advertência de Prestes contra o perigo de um golpe fascista que viria agravar a miséria do nosso povo. Quero repetir as palavras do nosso grande líder, mestre e amigo Luiz Carlos Prestes: “Dirijo-me às mulheres: lutai pela Paz, contra a carestia de vida. O novo Plano Cohen indica que os banqueiros americanos querem a vida de vossos filhos, maridos e noivos”.⁵⁶⁸

O aviso tinha fundamento. No início de 1950 o cerco a todos os mandatos comunistas no Brasil se fechava, e Recife não passou incólume. A Câmara Municipal articulou uma estratégia para cassar os 12 mandatos, em fevereiro daquele ano. No caso da capital pernambucana, vale lembrar que dois anos antes, em março de 1948, os comunistas já haviam garantido os mandatos na justiça. O discurso otimista e até certo ponto afrontoso é típico do jornal e dessas situações, mas ao afirmar que “Os milhares de operários e homens do povo que votaram e elegeram os vereadores de Prestes não podem admitir que uma meia dúzia de usurpadores lhes roube um direito adquirido”,⁵⁶⁹ a *Folha do Povo* tinha um histórico recente para se embasar.

Isso não impediu a atuação parlamentar de Júlia, que em abril daquele ano viajou ao Rio de Janeiro para participar do Congresso Brasileiro de Municipalidades, relatando de forma muito desgostosa o teor do evento, apontando que “Não se poderia esperar outra coisa num regime como o que estamos vivendo no Brasil”, e denunciando a conivência de Dutra

⁵⁶⁸ *Folha do Povo*, Recife, 11 de março de 1950, p. 4. APEJE.

⁵⁶⁹ *Folha do Povo*, Recife, 12 de fevereiro de 1950, p. 3. APEJE.

com a reunião de diplomatas estadunidenses chefiada por Kennan e Miller.⁵⁷⁰ Júlia encerrava seu relato descrevendo um ambiente hostil, no qual foi muito difícil se fazer ouvir:

mesmo assim, procuramos apresentar várias teses de interesse do povo. Quando falamos em Reforma Agrária, os representantes dos latifundiários, que formavam a grande maioria do Congresso, só nos faltaram expulsar do recinto. Levantamos também a tese da autonomia dos municípios que estão acorrentados ao poder estadual. No Recife, por exemplo, onde o prefeito é nomeado, a Câmara Municipal, atendendo ao apelo de muitos jovens, elaborou uma lei, oficializando a “Escola Normal Finto Júnior”, transformando-a em “Ginásio Municipal”. Mas o prefeito, mero delegado do governador, não concordou com a lei e conseguiu que a Assembleia Estadual vetasse o projeto. Como vemos, a situação da Câmara Municipal do Recife é apenas de figura decorativa e a autonomia da capital pernambucana não passa de uma lenda.

[...]

A situação do povo em nossa cidade é cada vez pior. Aumenta o custo de vida e todas as organizações do povo estão impedidas de funcionar. Meu sindicato, o dos têxteis, está sob regime de intervenção ministerialista e a situação dos meus companheiros de trabalho é cada dia mais grave. Não temos direito de protestar em praça pública, nem temos liberdade sindical. Enfim, vivemos sob um regime ditatorial.

De que valeu assim o Congresso dos Municípios? Ele nada resolveu, nem o poderia. Só quem realmente poderá solucionar os problemas brasileiros é o próprio povo, que os sente, na sua própria carne, e por isso mesmo é o maior interessado para que não prossiga uma tão dura e difícil situação.⁵⁷¹

O relato de Júlia aponta algo muitas vezes esquecido ou ignorado referente ao sistema político do período: a grande fragmentação de datas, prazos e formas de eleição. A Constituição de 1946 previa a autonomia dos municípios no seu artigo 28, porém, em seus § 1º e 2º, dispunha o seguinte:

§ 1º Poderão ser nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos das capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.

§ 2º Serão nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país.⁵⁷²

⁵⁷⁰ O PCB denunciou com bastante veemência uma “conferência dos embaixadores do imperialismo yanque” ocorrida no Rio de Janeiro naquela mesma época. O Partido acusava George Kennan “espião-mor”. Cf. GRABOIS, Maurício. Nossa Política. In *Problemas – Revista mensal de cultura política*, n. 25, março-abril de 1950. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/grabois/1950/04/politica.htm>> Acesso em 25 jun 2020.

⁵⁷¹ *Folha do Povo*, Recife, 21 de abril de 1950, p. 3. APEJE.

⁵⁷² BRASIL, Constituição de 1946. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-republicacao-1-pl.html>> acesso em 25 jun 2020.

Os prefeitos eram nomeados pelo governador do estado até meados dos anos 1950 em todas as capitais brasileiras. No caso do Recife, o prefeito deixou de ser indicado apenas em 1955, “devido a uma lei de iniciativa do deputado Antônio de Barros Carvalho, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tornou a capital uma cidade autônoma, com direito a eleger seu prefeito”,⁵⁷³ situação em que foi formada a *Frente do Recife* para eleger Pelópidas Silveira, da qual trataremos mais adiante.

A ameaça a seu mandato não fez com que Júlia se afastasse de suas outras tarefas. Em maio de 1950, por exemplo, participou da 1ª Convenção de Mulheres de Pernambuco Contra a Carestia de Vida, sendo parte de sua comissão organizadora ao lado de Nize Duarte, (presidenta da entidade feminina de Pernambuco), Neuza Cardim de Barros, Juraci Góis, Dolores Monteiro, Adalgisa Cavalcanti e Nerina de Castro Mendes. O evento aconteceu na sede da Associação de Imprensa de Pernambuco,⁵⁷⁴ que à época contava com Paulo Cavalcanti na sua Diretoria.

No final do mês de maio, ocorreu “Nova e solerte investida, capitaneada pelo mesmo facínora Wandenkolk Wanderley,” vereador anticomunista que tentava cassar os mandatos de Júlia e seus colegas. Dois anos depois do Tribunal Eleitoral pernambucano julgar improcedente o pedido, Wanderley levou a denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral – o mesmo que havia posto o PCB na ilegalidade, em 1947 – que a julgou pertinente. Agora,

[...] nova e mais séria ameaça pesa sobre os mandatos dos vereadores populares do Recife e que portanto, é uma tarefa urgente do povo pernambucano se mobilizar e protestar com o máximo vigor contra o crime em preparo, derrotando como das outras vezes, os ladrões de mandatos, à frente o desclassificado Wandenkolk Wanderley.⁵⁷⁵

O cerco se fechava. Não que estivesse muito aberto antes – veremos as prisões de Júlia a seguir –, mas a partir do momento em que o judiciário questiona a legalidade dos mandatos, respalda uma perseguição policial ainda maior. Menos de um mês depois do acolhimento da denúncia, o escritório dos vereadores comunista era alvo da polícia:

Mais um inominável crime acaba de praticar a polícia fascista do tirano Barbosa Lima Sobrinho [Governador de Pernambuco].
Na tarde de ontem, quando todos os vereadores componentes da bancada popular à Câmara Recifense, achavam-se reunidos naquela casa deliberativa, tiveram seu

⁵⁷³ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pelopidas-silveira-1> > Acesso em 25 jun 2020.

⁵⁷⁴ *Folha do Povo*, Recife, 21 de maio de 1950, p. 1. APEJE.

⁵⁷⁵ *Folha do Povo*, Recife, 24 de maio de 1950, p. 1. APEJE.

escritório, sítio à rua da Palma, 460, 1º andar, invadido por oito beleguins a mando do sr. João Roma.⁵⁷⁶

Mais uma vez o desesperado sub-ditador fere as imunidades parlamentares dos representantes do povo desta capital.

Ao chegar no escritório dos vereadores populares, os tiras do integralista João Roma encontraram ali apenas um rapazinho de 14 anos encarregado da limpeza do mesmo.

Os assaltantes carregaram todos os papéis e livros que encontraram.

Essa investida contra o que resta de liberdade, faz parte do plano rocambolesco que a reação brasileira a serviço e sob as ordens do departamento de Estado norte-americano, está pondo em prática em nosso Estado.

Prepara assim o governo do sr. Barbosa Lima, o clima propício para a ocupação total do nosso solo pelas tropas imperialistas.

Enganam-se porém os Petain e os Laval. O nosso povo não tem alma de escravo, e por isso lutará com todas as suas forças contra a colonização de nossa pátria, lutando pela substituição desse governo entreguista que aí está.⁵⁷⁷

Em 16 de junho de 1950, a *Folha do Povo* anunciava a cassação dos mandatos dos vereadores, em sessão que contou a presença da polícia⁵⁷⁸ na Câmara Municipal:

Eram 14:20 horas quando a farsa teve início. O tarado e assassino Wandenkolk Vanderlei, representante do Brigadeiro Eduardo Gomes e dos golpistas que desejavam uma tirania ainda mais sanguinária do que a de Dutra, iniciou a leitura de um imundo papelório forjado naturalmente no consulado americano, exigindo, em nome de seus patrões imperialistas, que os mandatos dos vereadores de Prestes, dos vereadores que não se dobram à reação guerreira e ao fascismo, fossem cassados.

O amontoado de sandices e incongruências jurídicas tinha como base a lei americana que cassou os mandatos dos deputados do PCB e do Senador Luiz Carlos Prestes e a decisão, já proscria pelo judiciário da Câmara de Magé.

Às 15 horas, era a pseudorrepresentação entregue à Comissão Executiva da Casa, a quem caberia o outro papel da farsa.⁵⁷⁹

O PCB seguiu investindo na institucionalidade, esgotando todas as possibilidades legais.⁵⁸⁰ Ainda em junho de 1950, a Assembleia Legislativa chegou a ser palco de debates e repúdios ao ocorrido.⁵⁸¹ Um dia depois do debate, os “vereadores populares” lançavam um manifesto “ao proletariado e ao povo do Recife”, acusando terem sido vítimas de “uma farsa

⁵⁷⁶ Secretário de Segurança Pública. Talvez um velho conhecido de Júlia, pois foi Secretário dos Círculos Operários de Pernambuco nos anos 1930. Em outubro desse ano seria eleito Deputado Federal pelo PSD. Cf. <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-inacio-ribeiro-roma>> acesso em 25 jun 2020.

⁵⁷⁷ *Folha do Povo*, Recife, 15 de junho de 1950, p. 2. APEJE.

⁵⁷⁸ Segundo o jornal *A Noite*, os vereadores tentaram reagir à expulsão da Câmara “mas foram dominados pelas autoridades policiais”. Cf. *A Noite*, Recife, 16 de junho de 1950, p. 2. HDB/BN.

⁵⁷⁹ *Folha do Povo*, Recife, 16 de junho de 1950, p.1. APEJE.

⁵⁸⁰ A institucionalidade não foi o único meio. A *Folha do Povo* registra uma paralisação de uma hora em uma fábrica em Jaboatão em solidariedade aos vereadores e uma manifestação dos doqueiros, mas iniciativas como esta foram raras. *Folha do Povo*, Recife, 18 de junho de 1950, p. 3 e *Folha do Povo*, Recife, 20 de junho de 1950, p. 1. APEJE.

⁵⁸¹ *Folha do Povo*, Recife, 17 de junho de 1950, p. 1. APEJE.

tramada por assassinos depravados da UDN, PSD e demais partidos da burguesia”.⁵⁸² No âmbito judicial, os vereadores ingressaram com mandato de segurança pela retomada dos mandatos, mas essa medida não surtiu efeito.⁵⁸³

Um ano depois, em julho de 1951, novo mandado de segurança, dessa vez ao Tribunal de Justiça – e com vitória por 5 a 4. A notícia explica que dos doze cassados, dois já haviam “abandonando o credo vermelho” antes da cassação (além de Claudino Lourenço, José Coutinho de Lira), mas perderam igualmente seus mandatos juntos com os outrora colegas.⁵⁸⁴ No entanto, a mesa diretora da Câmara Municipal impetrou *outro* mandado de segurança contra a reintegração dos vereadores comunistas no ano de 1951, saindo mais uma vez vitoriosa.⁵⁸⁵ Foi o fim da carreira parlamentar de Júlia Santiago.⁵⁸⁶

Ainda em 1950, no calor dos acontecimentos, enquanto o Partido organizava um abaixo-assinado – que contou com mais de mil assinaturas⁵⁸⁷ – e uma Comissão de Defesa dos Mandatos Populares,⁵⁸⁸ os vereadores comunistas de Jaboatão e Olinda também perdiam seus mandatos.⁵⁸⁹

A situação não tinha mais volta. No sistema político erigido com o fim do Estado Novo não cabia a atuação às claras dos comunistas. Estes que, inclusive, fizeram de tudo para atuar no jogo institucional: participaram da Constituinte de 1946, elegeram deputados estaduais, federais e senadores, mas rapidamente tiveram o registro cassado; abrigados em outras legendas, foram tendo prefeitos, vereadores e vereadoras cassados antes ou durante o exercício do mandato.

Em *Resistência ou conformismo*, Carlos Marighella, logo após o golpe de 1964, se referia da seguinte maneira ao período anterior:

Antes tínhamos a chamada democracia representativa. Nela, a inflação prosseguia em sua marcha acelerada. Os trustes norte-americanos mandavam. O latifúndio predominava milhões de homens do povo não podiam votar. Os comunistas não

⁵⁸² *Folha do Povo*, Recife, 18 de junho de 1950, p. 1. APEJE.

⁵⁸³ *Folha do Povo*, Recife, 22 de junho de 1950, p. 1. APEJE.

⁵⁸⁴ *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 de julho de 1951, p. 3. HDB/BN.

⁵⁸⁵ Cf. *Diário de Notícias*, Recife, 8 de agosto de 1951, p. 5. HDB/BN.

⁵⁸⁶ Em 1954, ensaiou-se uma candidatura de Júlia Santiago à Deputada Estadual em Pernambuco pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas o TRE suspendeu a candidatura antes mesmo que fosse oficializada, em 27 de setembro daquele ano. Cf. Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição. Documento avulso citando a *Folha do Povo*, p. 19. Secretaria de Segurança Pública, Fundo DOPS. APEJE.

⁵⁸⁷ *Folha do Povo*, Recife, 5 de julho de 1950, p. 1. APEJE.

⁵⁸⁸ *Folha do Povo*, Recife, 15 de julho de 1950, p. 1. APEJE.

⁵⁸⁹ *Folha do Povo*, Recife, 6 de agosto de 1950, p. 3. APEJE.

podiam ser eleitos, ainda que pudessem votar. Era uma *democracia racionada*. E racionada por isto. Porque os direitos individuais pelo menos eram respeitados, mas as restrições à participação do povo nessa democracia eram flagrantes. E injustas.⁵⁹⁰

O caráter racionado dessa democracia fica ainda mais evidente quando percebemos a quantidade de vezes que Júlia se viu envolvida em questões policiais, como examinaremos a partir de agora.

7.2 – “*Em franca atividade vermelha*”:⁵⁹¹ repressão e perseguição policial

Por muito tempo houve uma espécie de encantamento com o que aconteceu em Pernambuco, em geral, e no Recife, em particular, no período 1945-1964. O jornalista Antonio Callado, por exemplo, constituiu uma visão bastante positiva sobre o que se dava no estado naquele momento, chamando o processo de “Revolução Sem Violência”.⁵⁹² Em uma coletânea de crônicas e textos sobre os diversos aspectos do cotidiano político, econômico e social pernambucano, ele guarda algumas páginas para descrever a polícia estadual: “A verdade é que no estado mais democrático da Federação a polícia, apesar de continuar pobre e com as dificuldades de sempre, é justa e humanizada.” A presente sessão vai mostrar que talvez Júlia Santiago não pensasse dessa forma... sua trajetória ajuda a compreender o caráter racionado da democracia brasileira entre o Estado Novo e o Golpe de 1964 – “eu era presa por qualquer coisa”,⁵⁹³ recorda. Veremos nesse subcapítulo como Júlia foi encarcerada muito mais vezes na democracia (pelo menos cinco vezes) do que na ditadura (“apenas” uma).

As estratégias de fuga e despiste empregadas por Júlia remetem ainda aos tempos anteriores à vereança. Já foi visto que, para escapar à repressão interna do ambiente laboral, Júlia namorou o filho do chefe e posteriormente integrou o Círculo Operário do Recife:

A primeira cabeça dentro da tecelagem era a minha. Quem ficava no motor da tecelagem era eu. Havia Anita, Judite, a minha irmã, já éramos um bloco forte. Os homens eram moles, só depois que a gente começava é que eles entravam. Eles tinham medo de morrer porque, naquela época, se matava mesmo.⁵⁹⁴

⁵⁹⁰ In MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979, p. 9.

⁵⁹¹ *Diário de Notícias*, Recife, 8 de outubro de 1948, p. 3. HDB/BN.

⁵⁹² CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964, p. 97.

⁵⁹³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 17. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁵⁹⁴ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 8. FUNDAJ/CEHIBRA.

Certa vez, em trama *rocambolesca*, Júlia foi acusada de atear fogo em maquinário da fábrica onde trabalhava – mesmo estando de férias no período do ocorrido:

Eu era perseguida. Um dia eu ia sair de férias e ele... Eu já havia deixado de ser vereadora e não houve problema; eu dava produção e eles não queriam me perder. Eu já tinha mais de dez anos lá. Eu estava de férias quando tocaram fogo numa máquina que ficava longe da minha seção. A polícia foi lá e disseram que fui eu. Como é que a pessoa está em casa... Não, não pode... Quando cheguei para trabalhar uma moça disse: “Olha Júlia, toma cuidado. Disseram que você botou fogo numa máquina e a polícia está aí.” Eu disse: “deixa comigo, já estou tão acostumada que mais uma vez, mais outra, não há problema. Não fui eu. Mesmo porque a máquina não merece que lhe toquem fogo. A gente lua por outra coisa. Tocou fogo numa máquina? Isso não resolve. Sabe por que eu luto? Luto por um salário melhor, para derrubar as multas... Não temos o direito de tocar fogo em máquina, cortar, derrubar, não. Nós defendemos o nosso ganha-pão, não vamos deixar que façam isso.” A turma aí foi cercando... Eu estava trabalhando quando vi a polícia chegar. Mandaram me chamar no escritório. Estavam lá Dr. Petrônio, que era o advogado, sr. Luizinho, Matusalém, irmão de Wandenkolk [ele de novo], uma porção de policiais e outros peixinhos. Fiquei bem junto de uma pedra e pensei: “jogo na cara desse malvado na hora que ele disse que eu...” Foram lá dentro, pegaram a minha pasta pra ver se havia fósforo ou cigarro. “Nem fumar ela fuma. Não tem cigarro, não tem fósforo, nada.” Isso era Matusalém dizendo: “Ela não fuma, agora tem a Folha do Povo”. Eu disse: “Isso não é crime, a Folha do Povo está aí com as portas abertas, vocês vão lá...” Aí eu disse: “vem cá Matusalém, me diz uma coisa: a pessoa em casa, só de pensar, toca fogo? O que posso dizer a você é que esse pessoal está rico porque tocou fogo na Bezerra de Mello e ganhou mais essa aqui, que é a Amalita. Já tocaram fogo aqui em um compartimento e ganharam o armazém de algodão. Isso sim. Eles estão aí pra isso, para ganhar dinheiro tocando fogo, a gente, não. Tocaram fogo na Bezerra de Mello no dia 8 da Conceição, a gente estava numa festa, numa dança. Pra quê? Para ganhar, ganharam essa fábrica. Como é que vocês acham... que eu em casa... só em pensamento... Eu não vim aqui um só dia e hoje fiquei sabendo que faz três dias que tocaram fogo na máquina.” Eu tinha um cunhado que era investigador de polícia. Ele sempre me perseguiu, me marcava... Ele dizia: “eu ainda te pego, não sei quando, mas vou te pegar”. Ele disse: “mas eu lhe defendi”. “Que defendeu que nada. Eu estava em casa, tu estavas sabendo que eu estava de férias... Quem já viu um cunhado desses? Condenar uma pessoa sabendo que ela não estava aqui.” [...] Eu peguei a pedra e disse: “Sr. Petrônio (que era o advogado), se o sr. disser mais uma vez que fui em quem tocou fogo, eu lhe jogo essa pedra e não quero nem saber pra onde vou, mas não venha esquentar minha cabeça. Eu trabalho aqui, se vocês têm condições de me botar para fora, dêem os meus direitos, paguem o meu dinheiro, que vou embora. Não queiram vocês me botar para fora sem me pagar; tenho mais de dez anos, estou com quase 15 anos de fábrica. Estão me perseguindo porque veio a lei da estabilidade, aí querem me botar para fora desse jeito”. Aí Matusalém disse: “não adianta, porque não temos nem como provar.” Voltei a trabalhar.⁵⁹⁵

O relato é longo, assim como a riqueza de detalhes. A denúncia dos complôs empresariais e possíveis fraudes em seguros, a acusação por um incêndio enquanto estava “numa festa, numa dança”... mas certamente a figura do cunhado investigador da polícia

⁵⁹⁵ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 11-12. FUNDAJ/CEHIBRA.

merece destaque. Talvez isso aliado à forte atuação de Júlia – sobretudo após se tornar vereadora e ganhar notoriedade – explique a grande quantidade de complicações com a polícia recifense.

A eleição para a Câmara Municipal não configurou garantia alguma de tranquilidade – algo visto também em Porto Alegre, com Julieta Battistioli. Muito pelo contrário, aliás: em ambos os casos, a ocupação da esfera político-partidária representativa parece ter “jogado luz” a discursos e formas de atuação dessas mulheres que até então não eram notadas e, portanto, não chamavam muito a atenção da polícia. É a partir de então que elas se tornam alvos costumazes. Nesse sentido, é significativo que boa parte do prontuário individual de Júlia Santiago no DOPS seja composto de recortes de jornais publicados na própria *Folha do Povo*, que publicizava a atuação de um quadro cada vez mais destacado.

Ao recordar da insegurança que a acompanhava mesmo como representante do legislativo, Júlia menciona pela primeira vez algo muito peculiar:

No tempo em que eu fui vereadora a gente não tinha imunidade nenhuma. Então em todo o primeiro de maio, eu dormia acompanhada da polícia. O Partido dizia pra eu não ir, nesse dia, dormir em casa. [...] A minha mãe aguentava tudo [...]. Uma vez o Partido me mandou para o Rio, onde passei 15 dias e não mandei um telegrama... Quando cheguei, entrei em casa e ela começou a chorar. Eu disse: “se está chorando porque cheguei, eu volto.” Na minha casa não tinha hora para a polícia entrar. Quando cassaram o meu mandato, fui embora para a Mustardinha, eles não sabiam, não descobriram. Mas, depois o meu cunhado pediu a casa, aí vim embora pra cá [Rua Orós]. Vim morar na casa do outro cunhado, que morava atrás do hospital.⁵⁹⁶

Ou seja, Júlia não só jamais se casou como morava com a mãe, Dona Deolinda Santiago, que sofria e se preocupava com a sua militância.

O *Diário de Pernambuco*, principal jornal do estado, acompanhou de perto a atuação comunista na capital pernambucana, repercutindo e muitas vezes *cobrando* intervenção das forças de repressão nas práticas e atividades de Júlia e seus camaradas. Apenas seis dias após ser empossada vereadora, sua atividade já estava no radar jornalístico e policial:

Ontem, às 10 horas, o delegado de plantão na Secretaria da Segurança recebeu uma notificação de que a vereadora Júlia Santiago se encontrava na feira do Cordeiro entregue à tarefa de distribuir boletins de propaganda comunista e de protesto contra a cassação dos mandatos dos parlamentares vermelhos.⁵⁹⁷

⁵⁹⁶ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 15. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁵⁹⁷ *Diário de Pernambuco*, 28 de dezembro de 1947, s/p. HDB/BN.

A possibilidade de cassação dos mandatos estava na ordem do dia desde que o Partido fora colocado na ilegalidade, em maio de 1947. Foram meses de imbróglio e agitações para que o fato fosse consumado no início de 1948.⁵⁹⁸ Foi nesse primeiro “impulso persecutório” que Wandenkolk Wanderley tentara cassar os mandatos comunistas na Câmara Municipal, como exposto anteriormente, mas sem sucesso em um primeiro momento. Júlia recorda, orgulhosa (e talvez um pouco confusa, mesclando a cassação dos mandatos com o momento em que o Partido foi posto na ilegalidade), como conseguiu escapar do cerco policial que se armou naquele instante:

Quando cassaram os mandatos dos deputados, fiquei só para tomar conta, eu tinha uma tribuna para protestar e eles não tinham. Quando cassaram o Partido eu tomava conta de três células: a *Vinte e três de Agosto* que ficava na Firmino Barros, a da *empresa* e... Eu disse: “tira, desce as faixas.” Deu tempo de sair da fábrica e descer as placas. “Desce as placas, não me pergunta porque, vou em outro lugar.” Eu tinha lá um eleitorado muito grande, havia escola e tudo. Nem um livro da gente levaram da célula *23 de agosto*. Em todo canto... No distrito levaram. Uma demência do pessoal, deixaram que levassem o material... eu tirei tudo. [...] Mas aí veio a ilegalidade do Partido... Logo cedo fui à casa da Adalgisa, a polícia já tinha levado... Fui embora para Casa Amarela, quando cheguei, Etelvino também já tinha sido levado e David [Capistrano] ia passando, eu disse: “pra onde você vai, David?” Ele respondeu: “Por quê?” “Porque você é o Secretário Político...” David era uma demência. Era um bom companheiro, competente, mas era... Eu disse: “cai fora, pega um carro e desaparece, você fica só acompanhando. Adalgisa já foi presa, Etelvino e Rui Antunes também. Eu estou mobilizando as mulheres desses homens para irmos à Secretaria de Segurança, para saber quando eles saem.” Aí ele desapareceu, não quis nem saber. Perto do meio dia, peguei as companheiras todas, inclusive as mulheres de Rui Antunes e do David, mesmo as que não estavam com os maridos presos. A mulher do Eliezer Machado que era fascista, como ele estava preso, ela veio também. Sem carro e sem dinheiro, fiz esse trabalho todinho. Fomos para a Secretaria de Segurança e só saímos com eles todos soltos.⁵⁹⁹

Mais uma vez salta aos olhos a possibilidade dos *jogos de gênero* estarem sendo habilmente mobilizados. Ao exigirem a soltura de seus maridos, essas mulheres lançam mão de seus papéis de *esposas*, que precisam e exigem o retorno de seus companheiros para o lar. Não foi a única vez que Júlia e suas camaradas apostaram nessa forma de atuação e mobilização:

Afim de angariar donativos para as famílias de alguns doqueiros recentemente detidos como agitadores, saiu ontem, à rua um grupo de mulheres comunistas,

⁵⁹⁸ PANDOLFI, Ducle. *Entre dois governos: 1945-1950. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria*. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>> acesso em 09 jul 2020.

⁵⁹⁹ O Secretário de Segurança, à época, era João Roma. Segundo Júlia, “um democrata”. Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 16. FUNDAJ/CEHIBRA.

percorrendo as ruas e casas comerciais, tendo à frente a vereadora vermelha Júlia Santiago, e como inspirador do movimento o sr. João Silveira, da Folha do Povo. Conduziam uma faixa com o dístico “auxiliai as famílias dos doqueiros presos.” Ao chegar o grupo diante do DIÁRIO, a polícia apreender a faixa, enquanto as mulheres e moças, bem como o comunista João Silveira, se homisiavam [escondiam] nesta redação, onde protestaram contra a atitude dos policiais. Registrando o fato, as mulheres se retiraram, ficando João Silveira à espera de que os “tiras” se afastassem da frente deste jornal.⁶⁰⁰

Ainda em 1948, Júlia e seu colega Ramiro Justino – líder sindical e um dos mais atuantes da bancada comunista – foram denunciados por sua atuação pelo *Diário Pernambucano*:

Os vereadores Júlia Santiago e Ramiro Justino, comunistas da chamada “linha justa” estiveram, ontem, em franca atividade vermelha, na rua da Imperatriz e adjacências, solicitando ao transeunte óbulos para a Campanha do Petróleo (?) o que, afinal de contas, estabelece uma dolorosa interrogação qual seja a de saber de quem parte a iniciativa da campanha: dos comunistas ou do governo? Cabe ainda uma pergunta: os fundos arrecadados para a campanha serão realmente empregados na campanha? Seria mais fácil admitir que os vermelhos estão empenhados na campanha subreptícia [sic] da atividade do extinto partido, pois ao que consta (salvo erro) nenhuma autorização foi dada aos agentes do P. C. para, por sua conta e risco, agitarem no país a questão do petróleo e muito menos a de angariar donativos para a sua campanha.⁶⁰¹

As principais bandeiras e campanhas do PCB no período, convém lembrar, eram a defesa do petróleo brasileiro, da paz, contra a guerra da Coreia e contra a carestia de vida. Júlia foi presa em atividades ligadas a quase todas elas.

O segundo semestre de 1949, por exemplo, foi marcado pela tentativa de organização de diversos comícios pela paz no Brasil – vimos como em Porto Alegre a situação virou caso de polícia, e veremos como no Recife não foi diferente. Antes da realização do evento na capital pernambucana, no entanto, ocorreu um ato em Salvador, que chegou a ser proibido pelo governo local. Júlia Santiago foi até a capital baiana representando “a classe operária pernambucana” e concedeu longa entrevista à *Folha do Povo* em seu retorno:

Ouvimos a tecelã e vereadora popular Júlia Santiago, que nos disse: “o povo baiano soube dar uma resposta bem alta ao sr. Mangabeira, com a realização do Congresso Pró-Paz, em Salvador. E as mulheres tiveram uma grande participação no conclave. Estiveram presentes, d. Alice Tibiriçá, uma representante do Ceará, a vereadora Ceres Magalhães Ameno, da Bahia, várias delegadas de Salvador, além de ter participado em nome da própria classe operária pernambucana, vários representantes, assim como a sra. Ofélia Cavalcanti, pela União Feminina de

⁶⁰⁰ *Diário de Pernambuco*, 2 de fevereiro de 1949, p. 5. HDB/BN.

⁶⁰¹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de outubro de 1948, p. 3. HDB/BN.

Pernambuco e a sra. Neuza Cardim, da Comissão Central de Solidariedade ao Congresso do México.”

Continuando, nos disse ainda a vereadora Júlia Santiago: “as mulheres tiveram uma atitude firme e, com a realização do Congresso, estão dispostas a ser mais firmes na luta, pois viram pela atitude do sr. Mangabeira, que o governo quer a guerra, e por isso, persegue os partidários da Paz. Em enérgico manifesto, as delegadas protestaram contra a proibição do Congresso por parte do Sr. Otávio Mangabeira.”

Falando ainda sobre sua participação no Congresso, nos adiantou a entrevistada: “apresentei uma tese, para que as mulheres tomem parte ativa na campanha da Paz, pois elas são as que mais irão sofrer, no caso de uma guerra. Isto porque perderão seus filhos, maridos, noivos e irmãos. Além disso, se a mulher for operária, há, em caso de guerra, a brutal exploração econômica. Hoje, quando pedimos aumento de salários, temos contra nós a violência da polícia, a serviço dos patrões, que nos prende, espanca, tortura, - e que dirá no caso de uma guerra? -. Aí seriam fuziladas as mulheres que reclamassem um aumento para uma xícara de leite aos seus filhos.” Finalizando, nos disse a vereadora popular: “Como tecelã, apelo para todas as mulheres, operárias ou não, e para todos os homens, para que tomem parte ativa na luta pela paz.”⁶⁰²

Não fica claro se foi ali mesmo, em Salvador, ou no regresso para o Recife, mas Júlia Santiago fora eleita para representar as mulheres pernambucanas no Congresso Continental Americano em Defesa da Paz, no México, evento mencionado no comício em terras baianas. O fato foi muito celebrado pela *Folha do Povo* que, “a fim de ouvir sua opinião a respeito do magno conclave”, a entrevistou:

aproveitarei minha ida ao México para denunciar a situação de fome e miséria em que está mergulhado o nosso povo, particularmente a mulher operária. Nas fábricas do Recife, por exemplo, sofrem as mulheres uma exploração a mais desumana. Empregam os patrões os nossos jovens nas fábricas, meninos e meninas de 14, 15 e 18 anos, para assim melhor explorar sua capacidade de trabalho, arrancar-lhes o máximo de produção em troca de salários muitas vezes inferiores às diárias de misérias de 18,70 dos homens.

As mulheres pernambucanas, que já começam a atuar com maior firmeza em defesa da paz, devem – nesse sentido – lutar contra a guerra, em função da luta por suas reivindicações. Lutar pela paz em cada fábrica, em cada bairro, lutando por creches, salas de aleitamento, refeitórios, aumento de salários, contra a carestia de vida, pelo rebaixamento do preço dos transportes, etc.

As mulheres, que mais sofrem na guerra, com a perda de seus maridos, filhos, irmãos, e noivos devem se mobilizar fortemente em comissões para apoiar o Congresso do México, angariar dinheiro para o envio dos delegados e levantar suas reivindicações.⁶⁰³

Não foi possível verificar se ela de fato viajou – pela ausência de notícias e menções a essa viagem em suas memórias, parece pouco provável que tenha viajado. Júlia Santiago encerra a entrevista “lançando um apelo ao povo pernambucano” para que comparecesse ao

⁶⁰² *Folha do Povo*, Recife, 9 de junho de 1949, s/p. In Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 82. Recorte de jornal. Fundo DOPS. APEJE.

⁶⁰³ *Folha do Povo*, Recife, 27 de agosto de 1949, s/p. In Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 85. Recorte de jornal. Fundo DOPS. APEJE.

Comício Pró-Paz, que se realizaria naquela mesma tarde de 27 de agosto de 1949, no Parque 13 de Maio.

Assim como ocorrera em Porto Alegre, em Recife o evento também fora proibido pelas autoridades locais, que reagiram de forma bem mais enérgica do que a polícia soteropolitana: Júlia fora presa ao lado de outras *quarenta e seis* pessoas por tentar realizar o dito comício.⁶⁰⁴ Para a polícia, o motivo registrado na prisão era “agitação”. Nos autos de declaração, consta o seguinte:

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade do Recife e nesta Delegacia Auxiliar, presente o Bacharel Eudes Olavo de Sena Costa, respectivo delegado, comigo escrivão a seu cargo, no final assinado, aí, compareceu Júlia Santiago da Conceição, pernambucana, solteira, com trinta e um anos de idade, vereadora, alfabetizada, [...], sendo inquerida pela autoridade, sob compromisso legal, disse. Perguntado se é membro do extinto Partido Comunista do Brasil e em caso afirmativo desde quando? Respondeu afirmativamente, desde que o mesmo entrou para a legalidade, isto é, em mil novecentos e quarenta e cinco. Perguntado se pretende tomar parte no comício em que elementos reconhecidamente comunistas querem promover hoje, pelas 15 horas, no Parque 13 de maio, respondeu: negativamente. Perguntada se vai ao México assistir ao Congresso Comunista “em Defesa da Paz”, respondeu afirmativamente. Que, não exercer nenhuma atividade comunista, a não ser as atividades parlamentares. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente auto, que lido e achado conforme, a assina com a declarante e comigo escrivão que datilografei.⁶⁰⁵

A prisão causou certo alvoroço na Câmara Municipal, afinal entre os 46 presos estava o também vereador – e igualmente comunista – Andronico de Barros. O presidente da casa, Claudino Lourenço Albuquerque (colega de bancada), chegou a enviar um telegrama de protesto ao governador do estado, Barbosa Lima Sobrinho,⁶⁰⁶ e no início de setembro a Câmara Municipal aprovou “um enérgico protesto contra a prisão a que foram submetidos dois de seus membros no Parque 13 de Maio”.⁶⁰⁷

A polícia esclareceu o ocorrido. Não para se desculpar ou algo parecido, mas justificar o que estava fazendo. João Roma, chefe de polícia, inclusive convocou a imprensa para uma entrevista coletiva em seu gabinete. Nela, afirmou que a atuação dos comunistas estaria

⁶⁰⁴ *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de agosto de 1949, p. 5. HDB/BN.

⁶⁰⁵ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 16. Auto de declaração que presta Júlia Santiago da Conceição. Fundo DOPS. APEJE.

⁶⁰⁶ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 33. Cópia de Telegrama enviado ao Governador Barbosa Lima, em 31/08/1949. Fundo DOPS. APEJE.

⁶⁰⁷ *Folha do Povo*, Recife, 3 de setembro de 1949, s/p. In Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 87. Recorte de jornal. Fundo DOPS. APEJE.

controlada, explicou as principais bandeiras comunistas naquele momento (petróleo, paz, carestia, etc.) e avisou sobre os próximos passos pretendidos pelo PCB:

realizar comícios “Pró-Paz”, no parque 13 de maio [não encontramos referência a esse novo comício]; instalar a ala feminina da AIP [Associação de Imprensa de Pernambuco]; concentrar operários para a Liga de Defesa dos Têxteis; distribuição de manifestos; realização de comícios relâmpagos nos portões das fábricas; realização de comandos, de porta em porta, para incentivar a propaganda; pintura, nos muros da cidade, especialmente nos arredores das fábricas; passeatas da ala feminina.⁶⁰⁸

Ainda na coletiva, o Secretário de Segurança afirmou que havia encontrado na casa do vereador Heitor Pereira “garrafas japonesas”, uma espécie de coquetel molotov da época. Diante disso, mandou prender o vereador em plena Câmara, encontrando resistência por parte do acusado e dos correligionários Antonio Marques, Otávio Nascimento, Pedro Renaux e Júlia Santiago. Todos foram presos – segundo a notícia, Júlia foi solta às 19 horas daquele mesmo dia.

Apesar da constante vigilância, essas são as duas vezes em que ela foi presa como vereadora. O final do mandato foi mais tranquilo nesse sentido – e no período imediatamente posterior à cassação, conforme seu relato algumas páginas atrás,⁶⁰⁹ Júlia fugiu para Mustardinha, bairro menos visado da capital. Não sabemos por quanto tempo ficou “escondida”, mas não encontramos notícias referentes à sua militância e nem passagens suas pela polícia entre os anos de 1951 e 52.

A partir de 1953, no entanto, Júlia volta à ativa e começa a colecionar passagens pelas delegacias do Recife. No mês de março, por exemplo, foi presa na praça Joaquim Nabuco, perto do centro da cidade, por tentar vender rifas que financiariam o Centro de Defesa do Petróleo, parte da campanha “O Petróleo é nosso”.⁶¹⁰

⁶⁰⁸ *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de outubro de 1949, p. 5. HDN/BN.

⁶⁰⁹ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 15. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶¹⁰ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 40. Registro de prisão de 13 de março de 1953. Fundo DOPS. APEJE.

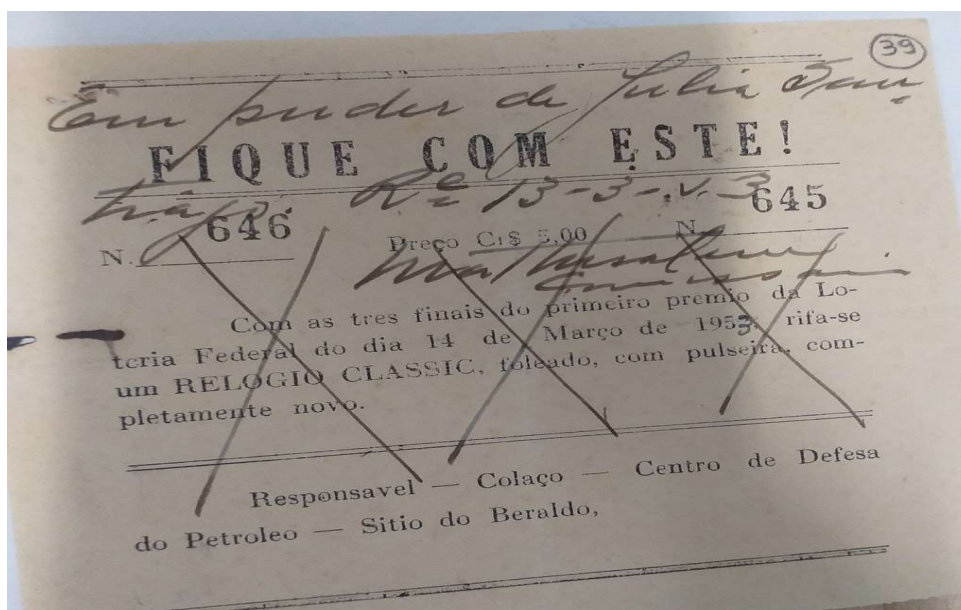


Figura 10. Rifa da campanha “O Petróleo é nosso!”. Acima, identificação: “Em posse de Júlia Santiago”. Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 39. Documento avulso. Fundo DOPS. APEJE.

Foi em outubro daquele ano, no entanto, que Júlia Santiago protagonizou um episódio longo, traumático e que culminou com sua demissão da Othon Bezerra de Melo:

Com mais uns quatro meses... em 1950 [na verdade foi 1953], houve uma verdadeira praça de guerra, veio muita gente para me prender na fábrica. [...] A gente tinha tido uma assembleia, três dias antes, no Sindicato, para aumento de salário e decidimos: “se alguém for suspenso, porque veio para o Sindicato, nós vamos parar a fábrica até que volte.” Quando foi um dia antes, a gente estava se mobilizando, a turma distribuindo boletim convocando para o Sindicato (Sindicato da Construção Civil, porque o nosso era muito pequeno [...]). Eles chegaram e pararam um cara. Eu estava dentro do salão velho, não tinha visto o sobrinho do mestre, que o próprio mestre suspendera. Aí o salão velho parou todinho: “Júlia, o sobrinho do mestre foi suspenso e o pessoal parou.” Aí, mandei que parassem: “fulano, você vai parar o motor e se perguntarem pode dizer que fui que parei, que sustento.” Porque a gente não sabia parar o motor, não deu nem meia hora, estava toda a polícia, com fuzil e com tudo, defronte à fábrica. Só procuravam a mim: “cadê a Júlia?” Vieram me dizer: “Júlia, a polícia está dentro do salão velho catando você como se catasse um alfinete.” Aí, entramos no banheiro, duas, eu e outra, e ela disse: “você sobe na bacia do aparelho e fica de cócoras; quando a polícia mandar que você bote a cabeça na porta quem bota sou eu. Aí, vão ver que não é você e vão se embora.” [...] Quando o cara bateu na porta, a menina levantou e disse: “O que é isso? A gente não pode nem ir ao banheiro? Não está parado para o almoço? O que é que vocês querem?” Aí a polícia respondeu: “nós queremos somente ver quem está no banheiro.” A menina botou a cabeça, eles reconheceram que não era eu, foram embora. Quando deu meio-dia a fábrica começou a rodar, voltei para minha máquina, fomos todos trabalhar porque a turma nos garantiu. Foram avisar ao Sindicato o que acontecera. Então, Wilson de Barros Leal e Adalberto Guerra que, nesse momento, eram o Presidente e o advogado, tomaram a seguinte medida: a

tarde viriam com o delegado do trabalho para resolver o problema. Quando deu cinco horas e a fábrica parou, eu disse: “olhem companheiras! Vocês guardaram-me até agora mas, se Adalberto Guerra e Wilson vierem aqui, vão me entregar à polícia.” [...] Vieram com o Delegado do Trabalho que disse não ter vindo para isso... Eu disse: “eu vou, mas vocês fiquem sabendo que Adalberto me levou para a polícia.” E foi. Foi direto para a polícia. A turma quando viu que ele me mandou mesmo, parou a fábrica. “Nós amanhã não viremos trabalhar e só voltaremos quando ela for solta.” Aí disseram: “amanhã serão trinta e seis mil que estarão nas ruas; vão dar muito trabalho [...]”⁶¹¹

O evento repercutiu no *Diário de Pernambuco*.

A polícia está vigilante com as agitações trabalhistas no Recife

As autoridades policiais do Estado permanecem vigilantes no sentido de desarticular os planos que os vermelhos pretendem executar no Recife, para criar um ambiente de agitação no seio das classes conservadoras, promover greves e assim prejudicar as atividades econômicas do Estado. Ainda anteontem, à noite, foi presa a ex-vereadora do PCB, Júlia Santiago, uma das figuras centrais da propaganda bolchevista no seio da classe têxtil.

A prisão da conhecida agitadora foi feita no Cotonifício Othon Bezerra de Melo e, por coincidência, no momento em que se encontravam naquela empresa o representante do ministro do trabalho, sr. Rubens Prazeres, e o deputado do PTB, Adalberto Guerra.

O parlamentar “trabalhista”, que nessas vésperas de campanha eleitoral se improvisa de líder e procura conquistar os votos dos vermelhos aliando-se aos movimentos de agitação, quis perturbar a atuação da polícia e chegou a dizer que se a agitadora Júlia Santiago não fosse libertada imediatamente, os operários do Cotonifício Othon Bezerra de Melo não voltariam ao trabalho.⁶¹²

O jornal noticiava, portanto, que Adalberto Guerra na verdade teria ido ajudar Júlia e os demais têxteis, e não entregá-la para a polícia, como Júlia recorda. De todo modo, o diário afirmava ainda que havia em curso a preparação de duas greves com o apoio do Ministro do Trabalho, João Goulart, e que “seria orientada pela agitadora Júlia Santiago”. Esse episódio culminou com a demissão de Júlia da fábrica onde trabalhara por mais de vinte anos:

Foi então que eles me botaram para fora da fábrica; não houve mais jeito. Isso foi em 1953. Soltaram-se às dez horas da noite, já os companheiros estavam mobilizados, os vereadores angariando dinheiro para o *habeas corpus*, tudo... Quando fui saindo e eles me quiseram botar no carro eu disse: “não quero carro não, vou a pé.” [...] No outro dia, às 6:00h, já estavam na porta da fábrica para não me deixar entrar. Aí veio o gerente: “Júlia, não tenho nada com isso, você sabe que gosto de você...” Eu disse: “Gosta? Como é que és o gerente e não tens força para nada? Veio a polícia para cá, você podia ter mandado embora. Você é o gerente, manda”. “Se eu deixar você entrar para trabalhar, o patrão vai me mandar embora.” “Certo.” Eu disse para a turma: “que tal? O que é que vocês acham?” “Concordamos com você.” O gerente então disse: “Vá para casa, venha sempre aqui que vamos ver o que podemos fazer por você.” Já haviam me botado para fora da fábrica. Aí fui

⁶¹¹ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 12-13. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶¹² *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de outubro de 1953, p. 8. HDB/BN.

para a *Folha do Povo*, que publicou o ocorrido direitinho. Eles se danaram porque eram acostumados a pegar a *Folha* todo dia para ler, na minha máquina. Eu não tinha medo deles... Eu dizia: “olhe, diga a Sr. Barreto que a *Folha do Povo* fica bem aí na praça, que ele mande comprar lá, assim como eu compro”.⁶¹³

Depois disso Júlia trabalharia ainda por alguns anos na fábrica Amalita, e em um registro de prisão de 1965 ela consta como aposentada. Em paralelo a isso, Júlia parece ter ocupado o tempo que ser vereadora lhe tomava com mais atividades dedicadas ao Partido, à *Folha do Povo* e à militância têxtil. O DOPS tem longos registros de todas essas atividades ao longo do ano de 1954, especialmente a partir do agitadíssimo mês de agosto.

Agosto de 1954, como se sabe, é o momento em que a crise política brasileira escala exponencialmente a cada semana até que Getúlio Vargas acabe com a própria vida, no dia 24. Júlia recebeu tarefa em relação a isso: “O Partido me chamou e disse: ‘em todas as assembleias dos sindicatos você vai ler essa carta’.”⁶¹⁴ Essa tarefa é bastante curiosa, pois Júlia sempre se conta como alguém de baixa alfabetização – o que, inclusive, consta em alguns registros de suas diversas passagens pela polícia. Júlia estava sempre envolvida com a imprensa partidária, e também caberia a ela a leitura, certamente em voz alta, de uma carta sempre que possível, mas pensar-se como alguém ligada às letras não compunha seu repertório auto narrativo. E nem ligada aos números: em maio de 1956 Júlia e sua mãe tiveram a casa invadida pela polícia,⁶¹⁵ que confiscou seu caderno com o controle e o balanço financeiro de suas despesas pessoais e da imprensa partidária.

Ao que parece, Júlia era responsável pela distribuição da *Gazeta Sindical* e de alguma revista (talvez a *Problemas*, do PCB?) entre os diversos sindicatos de Recife e até mesmo de Paulista. Pelas suas anotações, é possível perceber que, apenas no Recife, ela vendia jornais e revistas para 13 sindicatos e fábricas, que totalizavam \$ 1.365,00 por mês (para fins de comparação, ela pagava \$ 1.105,00 de aluguel, todo mês, então parece tratar-se de uma quantia considerável). Somando fábricas de cidades da grande Recife, as entradas mensais chegaram a \$ 1.880,00 em maio de 1955.⁶¹⁶

O caderno apreendido traz ainda um “esboço de plano sindical” muito bem detalhado, a ser posto em prática entre julho e setembro daquele ano de 1956:

⁶¹³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 13-14. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶¹⁴ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 19. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶¹⁵ Cf. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de maio de 1956, p. 3. HDB/BN.

⁶¹⁶ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 106-107. Documento avuslo. Fundo DOPS. APEJE.

1º Criar até 15-7 a Fração Sindical do CZ [Comitê Zonal]. Responsável Joana [ilegível] nomes para a Fração:

Narciso, Ramiro [provavelmente Ramiro Justino, que foi vereador com ela] e Sebastião.

Esta Fração dirigirá o trabalho político, nos seguintes sindicatos: bebidas, c. Civil, comerciários, sapateiros, transviários, alfaiates, telefone, carris-urbano, sociedades [sic] dos inativos, sabão e óleo, músicos, bancários, eletricitas, marceneiros, curtume, olaria e padeiros.

Os mais importantes, onde devemos concentrar de imediato nossas atividades: sapateiros, carris, comerciários, bancários, c. Civil, badeiros [sic], marceneiros, sabão e óleo.

[2º, 3º e 4º passos estão riscados]

5º Convocar todos os sindicatos para as mesas-redondas com Jango.

6º Distribuição da Gazeta e Revista

7º Controle sistemático de todas essas medidas duas vezes por semana.

8º Ajuda à sede [não diz qual] – Cr\$ 700,00 mensais.

9º Reportagens.

10º Convocar [ilegível] dos têxteis das seguintes empresas: Amalita, [ilegível], Iolanda, Tacaruma, dia 15 de novembro (Rosa [um de seus codinomes])

Ativo legal. Comerciários, c, civil, bebidas, alfaiate, metalúrgicos, Matarazzo no dia 10/11. Resp. Rosa.⁶¹⁷

Apesar de lembrar-se como tendo esse tipo de tarefa – de organização e muito vinculada à imprensa –, ela não menciona o trato com dinheiro ou balanços financeiros, enormes responsabilidades, sobretudo com o partido na ilegalidade.

Voltando ao ano de 1954, as atividades clandestinas do PCB eram monitoradas de perto. Em agosto, a polícia vigiava uma reunião da qual participavam Júlia, Carlos Duarte (ex-vereador ao seu lado), Adalgisa Cavalcanti, Vicente Barbosa e Domingos Maria Correia, que discutiam como esconder os materiais referentes ao Partido e à *Folha do Povo*:

Ficou acertado que o material deveria ser retirado nos bolsos de cada um. Ficou acertado que também que vai haver reuniões nos subúrbios, mas com todo cuidado por causa da polícia. Uma parte fazem [sic] as reuniões e outra parte ficará na parte da rua, a fim de, caso os tiras de Otávio Domingues apareçam, haver tempo para os conferencistas poderem escapar.

No próximo sábado dia 7 do corrente às 22 horas, vai realizar-se uma das reuniões programadas na Mustardinha, falta saber a rua e o número.

Farei isto logo que tiver conhecimento.⁶¹⁸

Novamente o bairro de Mustardinha aparece como uma espécie de refúgio.

Nos meses seguintes Júlia se dedicou bastante à militância sindical: em setembro, proferiu um discurso em assembleia dos tecelões em defesa das liberdades democráticas e do

⁶¹⁷ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 109. Documento avulso. Fundo DOPS. APEJE.

⁶¹⁸ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 49. Comunicado de Abdias Menezes de Melo ao Comissário Auxiliar em 5 de agosto de 1954. Fundo DOPS. APEJE.

salário-mínimo,⁶¹⁹ e em outubro publicou um grande texto na *Folha do Povo* pedindo votos para a chapa de Antônio Macena na eleição sindical da categoria.⁶²⁰

Ao final do ano de 1954, o Partido Comunista enfim conseguiria organizar o seu IV Congresso. Entre os dias 7 e 11 de novembro daquele ano, em São Paulo, o PCB se reunia pela primeira vez desde 1928 para discutir seus rumos.⁶²¹ Foi o primeiro Congresso em que o tema da mulher foi tratado de forma específica e, durante as intervenções, Olga Maranhão fez um discurso intitulado “Ganhar Milhões de Mulheres Para o Programa do Partido”, e Iracema Ribeiro pronunciou-se sobre “O trabalho feminino dever de todo Partido”.⁶²² Júlia foi eleita como representante de Pernambuco para o Congresso, mas não se conseguiu verificar se ela de fato viajou a São Paulo. Em suas memórias, o que recorda é do evento estadual, anterior ao IV Congresso:

Particpei. Fui eleita no Distrito para o Comitê Nacional. Inclusive, não foi muito ilegal. Nós fizemos o Distrito aí na Vinte Três de Agosto, onde era minha base. Lá dentro havia um galpão grande, onde a gente colocou o pessoal todo. Discutimos tudo, indicamos os delegados e eles não nos prenderam. Nós dizíamos que íamos discutir o problema da festa que íamos fazer no carnaval. Aqui no Distrito fizemos assim. [...] A gente participou dentro do Diretório do PTB, que Barros de Carvalho cedeu pra gente. [...] Ocupamos esse Diretório uma porção de vezes. A gente fez o curso *Stalin* na frente da Secretaria de Segurança, porque os donos daquelas casas ali em frente eram Arthur de Lima Cavalcanti e Gildo Guerra. Todo dia entrávamos, estudávamos, tudo na ilegalidade... Fazer o curso Stalin não é brincadeira, tinha muita coisa para eles descobrirem. A Secretaria ficava de um lado e o escritório de Arthur do outro. O convidávamos a participar mas ele era mais ligado, era do PTB. Eles sempre foram nossos aliados, davam dinheiro, contribuíaam para o Partido. Quem fazia a cobrança éramos eu e a Adalgisa.⁶²³

Vale lembrar que após o suicídio de Vargas o PCB foi praticamente obrigado a rever toda a sua linha política. O Manifesto de Agosto de 1950 havia lançado o partido no sectarismo após a “rasteira” institucional que sofrera (cassação da legenda e dos mandatos parlamentares), mas a comoção popular gerada pela morte do “Pai dos Pobres” fez com que o Partido reconsiderasse essa posição. A partir desse momento as alianças entre trabalhistas e

⁶¹⁹ *Folha do Povo*, Recife, 22 de setembro de 1954, s/p. In Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 19. Recorte de jornal Fundo DOPS. APEJE.

⁶²⁰ *Folha do Povo*, Recife, 24 de outubro de 1954, s/p. In Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 100. Recorte de jornal Fundo DOPS. APEJE.

⁶²¹ ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro – verbete. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em 11 jul 2020.

⁶²² *Problemas* Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm Acesso em 11 jul 2020.

⁶²³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 18. FUNDAJ/CEHIBRA.

comunistas se tornam mais recorrentes, especialmente na capital pernambucana com a formação da *Frente do Recife*, como veremos no último capítulo.⁶²⁴

Suas últimas implicações com a polícia na década de 50 aconteceriam no ano de 1956. Este iniciou com a apreensão de materiais do PCB pela polícia, logo no mês de janeiro. Na sede, os policiais encontraram uma breve biografia da personagem:

foi encontrado no arquivo do Comitê Regional do Partido Comunista, uma biografia da prontuariada onde a mesma declara o seguinte: que ingressou no ano de 1945 na Célula Comunista do Cordeiro quando ingressou na fábrica de tecidos. Depois passou a exercer o cargo de Secretária Política de célula, suplente do C. D. - membro do C. M. - secretária política da célula da empresa. Que registra 4 prisões. Duas quando vereadora e duas depois. Atuou no Círculo Operário, Sociedades Benéficas, na Associação de Mulheres de Pernambuco e no Sindicato de sua classe. Já discutiu o projeto do programa do PCB. Passou pelo curso de quatro dias em maio de 1953. Tem desempenhado tarefas ligadas ao trabalho sindical.⁶²⁵

A biografia indicava quatro prisões, e foi possível identificar todas elas: duas como vereadora em 1949 (Campanha pela Paz e outra vez em plena Câmara Municipal), uma por distribuir rifas da campanha “O Petróleo é Nosso!” e a mais traumática, que lhe custou o emprego na Othon Bezerra de Melo. O ano de 1956, além da invasão de sua casa ocorrida em maio na qual foram apreendidas diversas anotações, como recém-mencionado, traria também a sua quinta prisão, em dezembro daquele ano. Foi a prisão na qual ela prestou o mais longo termo de declaração – e o motivo que consta em seu registro é simples: “comunismo”.⁶²⁶ São mais de três páginas explicando sua relação e atuação no PCB, no movimento sindical e quem seriam seus companheiros. Essa é uma das declarações em que vem a público o seu pseudônimo “Rosa”. O relato confirma algumas situações que pareciam muito evidentes, como o fato de Júlia ter sido secretária política da célula do Cordeiro e suplente do Comitê

⁶²⁴ A revisão teórica do PCB culminaria com o Manifesto de Março de 1958, quando o Partido definiu o caráter da revolução brasileira como sendo democrático burguesa, contra os resquícios feudais do país. Esse é o momento em que o Partido define como tática a aliança com burguesia nacional e os setores progressistas e democráticos da sociedade. Para um apanhado dessas interpretações, ver MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil Vol. IV: Visões do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, especialmente o capítulo 4: MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. Sobre as alianças entre PTB e PCB, especialmente no mundo sindical, ver SANTANA; SILVA, Op. cit.

⁶²⁵ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, s/p. Documento Avulso. Fundo DOPS. APEJE. Seu ex-chefe, o Coronel Othon Bezerra de Mello, enviou telegrama à polícia pedindo uma cópia do documento. Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 53. Telegrama de Othon Bezerra de Mello ao Delegado Auxiliar da Capital, em 2 de fevereiro de 1956 Fundo DOPS. APEJE.

⁶²⁶ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 3. Registro de Prisão. Fundo DOPS. APEJE.

Distrital do mesmo bairro. Assim como em outros depoimentos, ela deixa claro que “permaneceu até quando o partido caiu na ilegalidade”. Confundindo-se ou despistando, afirma que “ainda na legalidade” candidatou-se e foi eleita vereadora pelo PSP e “que assim permaneceu até quando o partido caiu na ilegalidade e em consequência tiveram os seus representantes, cassados os seus mandatos”. Júlia, no entanto, não nega que seguiu atuando no Partido na ilegalidade, afirmando

que cassados os mandatos dos vereadores comunistas, inclusive o da declarante, esta recebeu a tarefa específica de representar a “Gazeta Sindical” neste estado; que uma vez representando a “GAZETA SINDICAL” foi comovida [sic] pela direção do Partido para exercer também as suas atividades como membro do Comitê Municipal do Recife, entretanto, não se recorda no momento o nome dos dirigentes do referido comitê, àquela época; que entre os anos de mil novecentos e cinquenta e um e mil novecentos e cinquenta e dois, passou a ter uma vida mais ativa dentro do Comitê Municipal do Recife, o qual sofreu certa reestruturação, passando a ser dirigido pelos companheiros PEDRO FRANCISCO DE LIMA, com o pseudônimo de “Argemio”; VALDEMAR CAETANO DA SILVA, MARIA JOSÉ DA SILVA, a DECLARANTE, MANOEL SANTIAGO DOS SANTOS, “Guará Preto” e outros que não se recorda; que nessa época, formou-se a comissão sindical do Comitê, composta da DECLARANTE, MANOEL SANTIAGO DOS SANTOS e OTAVIANO PEREIRA DA SILVA, com o pseudônimo de “Narcizo”, cuja comissão tinha por finalidade exercer suas atividades nos meios sindicais [...].⁶²⁷

Muitos desses nomes não aparecem com destaque nem em suas memórias e nem na *Folha do Povo*. Em seu caderno apreendido pela polícia em maio constava o nome “Narcizo”, mas não sabemos se Júlia estava confirmando a identidade ou tentando despistar a polícia. Em seguida, ela fornece mais nomes à polícia, explicando que o Comitê Municipal sofrera nova reformulação no início de 1953:

[...] no princípio do ano de mil novecentos e cinquenta e três, já em obediência aos novos estatutos do Partido e o aparecimento de novos dirigentes, realizou-se nova reestruturação no Comitê Municipal do Recife, que dessa data em diante foi qualificado como Comitê de Zona do Recife, que passou a ter a seguinte secretaria: 1º Secretário ADAUTO FREIRE DA CRUZ, com pseudônimo “Antonio”; 2º dito CASSEMIRO PEREIRA DA SILVA, “Diogo”; 3º MARIANO JOAQUIM DA SILVA, com o cognome de “Valério”; e TESOUREIRO WILLIAM COUBERT DE SIQUEIRA, com o pseudônimo de “Inácio” e ainda como membros efetivos: a DECLARANTE, PEDRO FRANCISCO DE LIMA, “Argemiro”; OCTAVIANO FERREIRA, com pseudônimo de “Narcizo”; que o OCTAVIANO FERREIRA DA SILVA, é o mesmo OTAVIANO PEREIRA DA SILVA acima mencionado com o nome trocado; [...] que apesar dessas modificações, a declarante permaneceu exercendo suas atividades na mesma comissão sindical; que o Comitê de Zona do Recife, supervisionava sete Comitês Distritais e oito organizações de base de empresas, assim especificadas: Comitê Distrital do Centro, Idem do Cordeiro, o de

⁶²⁷ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 14. Termo de declaração prestado por Júlia Santiago da Conceição em 14 de dezembro de 1956. Fundo DOPS. APEJE.

Casa Amarela, Beberibe, Areias, Olinda e Jaboatão e bases de empresas: Tramways, SANBRA, Prefeitura, Tacaruna, Souza Cruz, Yolanda, TSAP, Autoviária; que dos planos baixados pela direção Regional, como tarefas importantes, recorda-se dos planos de finanças como sendo a venda de bilhetes de rifas, de selos e cédulas com efígie de Carlos Prestes, balaios de São João e Natal, listas de solidariedade, círculo de amigos, etc. Planos de recrutamento, como sejam os planos Lenin, Stalin e Luiz Carlos Prestes; que, além desses dois, no princípio do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, outro plano foi baixado, este considerado como o mais importante para a vida do partido que foi a leitura, discussão e aprovação do Partido Comunista do Brasil, digo a aprovação do projeto do Programa e dos Novos Estatutos do Partido; que para a aprovação dos documentos acima foi levada a efeitos em uma assembleia no Comitê Distrital de Zona do Recife, no princípio do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, a qual se realizou no local denominado Brejo em Beberibe, com o comparecimento dos seguintes companheiros: ADAUTO FREIRE DA CRUZ, CASSEMIRO PEREIRA DA SILVA, PEDRO FRANCISCO DE LIMA, AMARO AGOSTINHO DA SILVA, MARIANO JOAQUIM DA SILVA, “Valério”, PEDRO RENAUX DUARTE, IVALDO DE MELO MEDEIROS, representando a “Folha do Povo”, WILLIAM COUBERT DE SIQUEIRA, JOÃO ELIAS PEREIRA, ANTÔNIO CORDOLINO, a DECLARANTE e vários outros companheiros que no momento não se recorda [...].⁶²⁸

À exceção de Pedro Renaux, seu companheiro de campanha eleitoral e de Câmara de Vereadores, todos os outros nomes são “menores” ou desconhecidos. Nomes como Adalgisa Cavalcanti, Paulo Cavalcanti e Ramiro Justino não aparecem. Por mais que não vigorasse no país um regime de exceção, certamente Júlia sabia que ao citar nomes nesta declaração estaria implicando alguns camaradas, que talvez fossem chamados para depor ou algo assim. Os presentes na reunião acerca da *Folha do Povo*, mencionada anteriormente, não são citados em momento algum. Não deve ter sido algo fácil, mas talvez tenha sido racional: ao indicar nomes menos visados, possivelmente resguardasse os militantes com mais arquivos, informações e ciência acerca das ações do Partido. Talvez. Cabe mencionar também que esse depoimento foi publicado – na íntegra! – no *Diário de Pernambuco*,⁶²⁹ com todos os nomes mencionados, mas não foi possível verificar se houve represálias ou traumas internos no Partido em relação a isso.

A experiência da detenção deve ter sido traumática, e essa era a quinta prisão em 7 anos! E antes dessa prisão houve a invasão de seu domicílio e recolhimento de materiais – não é pouca coisa. Apesar disso, Júlia recorda de ter ido para a cela apenas uma vez – tudo indica que foi na sua segunda prisão, que iniciou da Câmara:

⁶²⁸ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 14. Termo de declaração prestado por Júlia Santiago da Conceição em 14 de dezembro de 1956. Fundo DOPS. APEJE.

⁶²⁹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 de dezembro de 1956, s/p. In Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 101. Recorte de Jornal. Fundo DOPS. APEJE.

Para a cela, só fui uma vez, com quarenta mulheres... Uma vez, eles me bateram dentro da Secretaria, quando levaram os vereadores para a Gameleira, eu ainda era vereadora. A mulher do Barbosa Lima, então, pediu, entrevi [sic], para que não deixassem as mulheres... Fomos soltas por ela, felizmente.⁶³⁰

Depois disso, seu prontuário apresenta muito menos notícias. Em 1959 enfim foi eleita dirigente do Sindicato dos Têxteis,⁶³¹ derrubando a situação que estava no poder desde 1948 – em eleição polêmica e que contou com intervenção ministerial, como exposto na sessão anterior.

Enquanto lidava com os arroubos autoritários da polícia pernambucana, Júlia Santiago ainda encontrou tempo para ser uma figura importante da *Frente do Recife*, iniciativa político-eleitoral muito lembrada pelo protagonismo de figuras como Miguel Arraes e Paulo Cavalcanti. Júlia, no entanto, teve sua contribuição, é sobre ela que trataremos a seguir.

7.3 - “Tinha dias que eu dormia uma hora”⁶³²: militância sindical e a Frente do Recife

Após a demissão do Cotonificio Othon Bezerra de Mello, Júlia Santiago parece ter se dedicado quase que exclusivamente à militância sindical e partidária até que conseguisse novo emprego, na fábrica Amalita, possivelmente em 1956. O que permitiu essa maior abnegação foi uma indenização conseguida na justiça contra seus antigos empregadores: “Porque quando eles pagaram meus direitos na Justiça, me deram mais de vinte mil para eu não passar nem na calçada da fábrica.”⁶³³

Sua militância sindical deixou de se concentrar apenas no setor têxtil:

Tinha dias que eu dormia apenas uma hora, meia hora. Eu tinha que pedir apoio no Porto e em todos os sindicatos. Eu ia conversar, arranjar dinheiro... Depois chegou o companheiro Miguel Batista, que me ajudou muito. Mais tarde ele foi também vereador. Vieram as eleições do Sindicato da Construção Civil, do Porto, dos Arrumadores, da Estiva, dos Comerciantes, dos Radialistas...⁶³⁴

A militância nas associações femininas do Partido também continuava. Sem o mandato e a possibilidade de financiamento público para seus eventos, Júlia Santiago e as

⁶³⁰ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 26. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶³¹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de fevereiro, p.3. HDB/BN.

⁶³² Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 14-15. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶³³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 14-15. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶³⁴ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 14-15. FUNDAJ/CEHIBRA.

mulheres recifenses precisavam de outras formas de angariar fundos. A Convenção Feminina de 1954, por exemplo, contou com a venda de rifas – o prêmio era uma bateria (batedeira?) de cozinha.

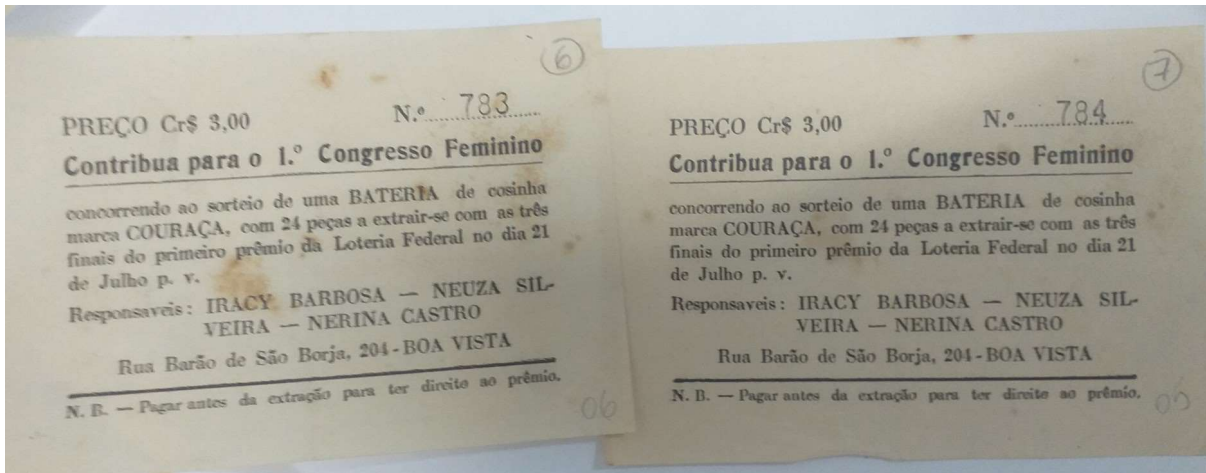


Figura 11. Rifas para o I Congresso Feminino. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Auxiliar. Prontuário Funcional 28177, pp. 6-7. Documento avulso. Fundo DOPS. APEJE.

O suicídio de Vargas, como exposto anteriormente, acelerou o processo de abandono de uma linha sectária que, de modo geral, norteava o PCB desde 1948. Além dessa nova realidade, Recife passaria por uma mudança político-administrativa importante em 1955: entraria em vigor a Lei de Autonomia do Recife, que conferia à capital pernambucana o direito de eleger por sufrágio universal seu próprio prefeito. O fim da linha esquerdista pecebista somado a essa nova realidade eleitoral seriam fundamentais para a constituição da Frente do Recife. Segundo Taciana Mendonça de Santos,

Em Pernambuco, embora haja na historiografia um consenso quanto à existência de alianças entre partidos e grupos de oposição em período anterior a 1955, as eleições ocorridas nesse ano são tidas como o marco da formação efetiva da Frente do Recife. Em meio à grande repercussão suscitada pelo primeiro pleito presidencial realizado após a morte de Getúlio Vargas, o PCB, o PSB e o PTB formaram uma frente com o objetivo precípua de demover do poder do estado aqueles que lá estavam desde o Estado Novo.⁶³⁵

Os resultados eleitorais da *Frente* foram muito expressivos. Ainda segundo a autora, entre 1955, ano de sua criação, e 1963, última eleição ocorrida sob regras democráticas, “à

⁶³⁵ SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 12.

exceção da derrota sofrida ao cargo de vice-prefeito nas eleições de 1963, a Frente do Recife conquistaria todos os cargos executivos que viria a disputar.”⁶³⁶ Em 1955, a *Frente* elegeu Pelópidas Silveira para a prefeitura – segundo Júlia, “Uma pessoa muito boa, recebia a gente a qualquer hora, em qualquer parte que estivesse, não vacilava.”⁶³⁷

A articulação da *Frente* e seus resultados eleitorais se tornam ainda mais impressionantes quando lembramos que ela ocorreu em um período no qual o anticomunismo estava cada vez mais organizado, sobretudo financeiramente. Segundo Pablo Porfírio, a partir dos anos 1950 e, sobretudo, 1960, os EUA, que já dispendiam muita atenção e dinheiro no Brasil via USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), passou a se dedicar com afincado ímpar ao nordeste brasileiro:

O governo dos Estados Unidos tinha uma atenção cada vez maior sobre o Nordeste do Brasil. O número de técnicos e funcionários norte-americanos era crescente no Recife. Além disso, por meio da CIA, o governo dos Estados Unidos passou a financiar a candidatura de políticos que fizessem oposição, principalmente, ao candidato das esquerdas para o governo do Estado de Pernambuco em 1962, Miguel Arraes. Diversos candidatos ao cargo de deputado estadual e federal receberam financiamento dos EUA, desde que não estivessem alinhados com os grupos de esquerda atuantes no Estado.⁶³⁸

Se a coligação é mais comumente lembrada pelo protagonismo de PTB e, principalmente, PSB e PCB, é importante constatar que havia alianças e fissuras que poderiam ser feitas ou refeitas a cada pleito. Roberto Oliveira de Aguiar, por exemplo, aponta um papel cada vez mais preponderante da UDN nesse arranjo: a esquerda era forte na capital (vale lembrar a vitória de Yedo Fiúza no Recife em 1945),⁶³⁹ mas no interior somente a UDN fazia frente ao PSD. Dessa forma, a eleição estadual de 1958, quando a *frente* apoiou Cid Sampaio, da UDN, foi um ponto de inflexão.⁶⁴⁰ Paulo Cavalcanti, que havia sido secretário de

⁶³⁶ Ibidem, p. 3.

⁶³⁷ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 21. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶³⁸ PORFÍRIO, Pablo F. A. *Pernambuco em Perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 64-65.

⁶³⁹ A identificação do Recife com a esquerda era tamanha que o *Diário de Pernambuco* lamentou a lei de autonomia de 1955. Segundo Santos, “Nos primeiros dias do mês de janeiro, são publicadas diversas matérias no *Diário de Pernambuco* nas quais a concessão da autonomia ao Recife não é apontada como uma conquista, mas sim um ‘desserviço à cidade’ que, até aquele momento, estaria sendo administrada por ‘homens dignos de sua confiança’. De acordo com o conjunto dessas matérias, os comunistas seriam os grandes favorecidos com a sanção da nova lei. A eleição direta ao cargo de prefeito é apresentada como uma ameaça eminente, uma oportunidade para que os comunistas, que vêm ganhando espaço a cada eleição, finalmente cheguem ao poder.”. SANTOS, Op. cit., p. 71.

⁶⁴⁰ Citado em SANTOS, Op. cit., p. 42-43.

administração na gestão Pelópidas Silveiras,⁶⁴¹ sequer considera a existência da *Frente do Recife* nesse pleito em função da participação da UDN:

A Frente do Recife compunha-se do Partido Comunista, do Partido Socialista, do Partido Trabalhista e de grupos e pessoas mais à esquerda do processo político. [...] Num clima estável de governo, com os poderes da República funcionando livre e normalmente, sem iminentes ameaças à legalidade, a manutenção da unidade da *Frente do Recife* devia ter preferência sobre a eventual coligação com os comerciantes e industriais de Pernambuco, a maioria deles com sua força econômica fundada no latifúndio e, conseqüentemente, na pior ideologia da reação. Cid Sampaio, por ser usineiro, aglutinava em torno de si a fina flor da *aristocracia canavieira*, os *barões feudais* do açúcar, além dos mais retrógrados, dirigentes da Associação Comercial de Pernambuco.⁶⁴²

Júlia, é claro, participou e se recorda da campanha para o governo do estado em 1958. Com um misto de desencanto por precisar fazer campanha para um usineiro e orgulho de toda a logística e militância empreendida, é assim que ela narra a experiência:

A campanha de Cid foi linda, mas deu um trabalho muito grande para a gente. Pegamos o pessoal da resistência para dormir em Palácio para garantir as urnas, porque iam tocar fogo. Os planos, os comícios eram feitos por Gregório: onde, que horas ia se realizar... E o alistamento eleitoral era feito por mim.⁶⁴³

Durante o relato, Júlia relembra mais de uma vez de sua habilidade logística e de organização – importante padrão-chave de sua narrativa, presente quando conta seu papel de liderança no sindicato, por exemplo. Em determinado momento, Júlia teria sido atrapalhada por João Monteiro, político da UDN e que ajudava na campanha:

A gente mandava dois, três carros para Casa Amarela, buscar eleitor [...]. O João Monteiro achou que estava gastando muito. O pessoal do Partido não ganhava nada, só fazia o trabalho. “Como é que ganha? Como é que gasta?” Tínhamos uns trinta companheiros sob o meu comando que faziam esse trabalho. Só paravam às 5:00h. [...] João Monteiro disse que não, que se estava gastando muito...⁶⁴⁴

Júlia reclamou para David Capistrano, que a incentivou a ir até a casa de Cid Sampaio:

Quando fui chegando na casa do Cid (na casa dele sempre teve guarda tomando conta) “Quem é? Ah, a senhora pode entrar a hora que chegar.” Entrei, estava Cid,

⁶⁴¹ CAVALCANTI, Paulo. *O Causo eu conto como foi – memórias políticas, 2º Volume*. Recife: Editora Guararapes, 1980, p. 2005.

⁶⁴² CAVALCANTI, Paulo. *Nos tempos de Prestes (O Causo eu conto como foi – memórias políticas, 3º Volume)*. Recife: Editora Guararapes, 1982, p. 187.

⁶⁴³ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 19. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶⁴⁴ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 20. FUNDAJ/CEHIBRA.

João Monteiro... Aí ele disse: “João, quem mandou você tirar os carros? Não, deixa com a Júlia, quando ela não quiser mais, ela devolve. Deixa com ela que sei que está em boas mãos.”⁶⁴⁵

Apesar de saber “perfeitamente que ele não é um homem de nossa confiança”,⁶⁴⁶ Júlia Santiago recorda de forma positiva da experiência da campanha e da *Frente do Recife* em geral, enaltecendo a empreitada e a relação que desenvolveu com muitos de seus quadros:

A Frente do Recife era feita com os aliados, não era só com os comunistas. Quem atuava dentro da *Frente do Recife* a mando do Partido era Paulo. Foi ele quem fez com que ganhássemos todas as eleições. Com essa *Frente*, Pelópidas foi prefeito, apoiado por nós. Isso foi feito através dos entendimentos de Paulo, que vinha, conversava com o pessoal do Partido. Nunca foi à revelia. Depois de um tempo afastaram Paulo e ficaram com Carlos Duarte, porque achavam que Paulo estava com tendência a ficar com Pelópidas no Partido Socialista. Mas, isso não era verdade; ele estava atuando como militante dentro da *Frente do Recife*, que era como uma sociedade onde se discutia o problema do Recife, o problema do Estado. E, com a habilidade que Pelópidas tem, ele ganhou. Logo depois que deixou de ser prefeito, ele foi vice-governador de Cid e Arraes foi ser prefeito, com o nosso apoio. Foi outro que nunca deixou de atender ao Partido. Ele nunca me negou nada, também, eu não pedia nada pra mim, nem pedia coisa que fosse impossível.⁶⁴⁷

Júlia se orgulhava bastante de duas situações envolvendo Arraes e seu *staff*: o acesso e o reconhecimento que tinha por parte de figuras importantes da história de Pernambuco, evidentes em passagens como “Quando o Arraes foi tomar posse [...] me avistou lá de cima e disse: ‘bota uma mesa pra Júlia’” e “Depois fiquei entrando na Casa Civil, por toda parte.”⁶⁴⁸ Ao mesmo tempo, todo esse acesso e reconhecimento não lhe renderam benefícios financeiros: “eu não ganhei em nenhum desses governos, nem um emprego para varrer rua.”⁶⁴⁹ Em outra passagem, Júlia chega a afirmar que o próprio vice de Arraes, Paulo Guerra, teria lhe oferecido emprego quando ela encontrava-se desempregada.

Júlia tem a gestão Arraes em tão boa conta que revela certa mágoa de outra figura pernambucana proeminente na época, Francisco Julião: “Eles [Ligas Camponesas] sabotaram muito o governo do Arraes. [...] E Julião era nosso amigo, a gente fazia reunião na sua casa. Não havia razão nenhuma, ele participava do nosso trabalho. Por que ele fez isso com Arraes?”⁶⁵⁰. Segundo Pablo Porfirio, a razão foi esta:

⁶⁴⁵ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 21. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶⁴⁶ *Ibidem*.

⁶⁴⁷ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 22. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶⁴⁸ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 23. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶⁴⁹ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 23. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶⁵⁰ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 27. FUNDAJ/CEHIBRA.

Francisco Julião não aceitava os caminhos trilhados pelo Partido Comunista, notadamente as alianças estabelecidas com a burguesia nacional, e apesar de não participar diretamente da campanha de Miguel Arraes, apoiava o candidato da Frente do Recife. Esses apoios pontuais, contudo, não significavam uma aproximação. As diferenças com o PCB fizeram com que alguns setores das esquerdas, no caso as Ligas Camponesas, seguissem caminhos bem diferentes. Ou seja, não havia aquela uniformidade propagada pelos discursos anticomunistas, cuja estratégia era difundir junto à população a idéia de que os comunistas estavam conseguindo formar um bloco cada vez maior, incluindo diversos grupos sociais, os quais caminhavam juntos para a cubanização do Nordeste.⁶⁵¹

Na madrugada de 31 de março para primeiro de abril de 1964 a experiência da *Frente do Recife* – e muitas outras – foram abruptamente interrompidas pelo Golpe civil-militar que tomou o poder de assalto. Júlia, inclusive, recorda de estar com Arraes nessa ou em alguma noite próxima da fatídica data:

Eu estava em Palácio, de noite... Brizola achava que Jango devia vir para cá, e daqui governar. Mas, naquela hora, não havia mais condição da gente fazer uma preparação, um movimento para Jango vir. Ainda houve algum entendimento, mas não houve condições. No dia em que depuseram Arraes, eu ainda fui em todas as fábricas. Só na Macaxeira, fui três vezes. Quando eu saía o exército encostava me procurando. Aí os meninos diziam: “vá embora que o exército esteve aqui.” Fui a Bezerra de Melo, Pessoa de Queiroz, Fábrica Velha, três vezes na Macaxeira e na Camaragibe. Na volta fui em casa e disse: “mãe, só vim em casa para tomar banho e vou embora, não sei quando volto, fique certa que só venho quando puder.”⁶⁵²

Ao perceber a gravidade do que se passava, Júlia ainda tentou “tirar o pessoal de dentro de outros Sindicatos”, a essa altura já ocupados pelo exército ou prestes a sê-lo.

Ao mesmo tempo em que não se sentia segura para ficar em casa com sua mãe, Júlia Santiago recorda de visitar sua amiga e camarada Adalgisa Cavalcanti:

Ela foi presa um ano no Bom Pastor. Eu fiquei fora, estive presa mas fui logo solta... A turma tinha medo, não queria nem ir às festas do Bom Pastor. Eu ia para a feira e lá pedia frutas: banana, laranja, mamão e levava para ela. Fui um dia na casa de Paulo e ele disse: “Júlia, você precisa ter cuidado, não vai...” Eu disse: “vou porque se eu ficar lá ficamos as duas, ao menos podemos conversar.” [...] Fiquei indo lá, era a primeira que chegava e, às vezes até antes da hora, e só saía no fim. Ela não podia ficar lá sozinha, sem assistência, não dava.⁶⁵³

⁶⁵¹ PORFÍRIO, Op. cit., p. 111.

⁶⁵² Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 32. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶⁵³ Segundo Júlia, o marido de Adalgisa, Tito, era muito presente (“como companheiro acho que não havia melhor do que ele”), mas encontrava-se adoentado. Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 33. FUNDAJ/CEHIBRA.

Em outubro de 1964 chegava a sua vez, mas Júlia Santiago conseguiu fugir – é possível que seja após esse evento que tenha se desenvolvido o episódio narrado por ela, no qual avisava sua mãe que só voltaria quando fosse seguro. O relatório policial que descreve o ocorrido a apresenta como “Comunista da velha guarda”:

É muito atuante e as suas atividades se exerciam sobretudo junto aos tecelões. Uma demonstração de sua capacidade de chefia foi a organização dos piquetes à porta do edifício JK, à Avenida Dantas Barreto, no Recife, para impedir a posse de Clodomir Leite na Delegacia do IAPI em Pernambuco. Ela organizou, com base no Sindicato dos Tecelões um serviço perfeito de alimentação, substituição, guardas, etc. A sua fuga é a prova do seu reconhecimento de culpa em face da sua atuação criminosa trabalhando para o partido comunista em que era estruturada e uma das “cabeças”, organização política internacional e mantida por potências estrangeiras, no sentido de destruir nossos preceitos constitucionais e trocar as estruturas políticas e sociais do Brasil.⁶⁵⁴

O relato dos militares reforça o discurso de organização e liderança que ainda hoje é atribuído a Júlia Santiago – a qual recorda de seguir atuando com muita eficiência na clandestinidade:

Tinha-se que ter muito cuidado; a gente teve que trocar de nomes. Por exemplo: eu tinha dois nomes, Joana e Rosa. Mas fiz isso direitinho legalizado... o Distrito se reunia, como muita gente, e cumpria as tarefas dadas. Às vezes, se discutia, não dava certo, mas, depois de aprovada, eles executavam, nunca houve resistência. Hoje, para falar a verdade, não estão cumprindo com a disciplina partidária [...]. Partido é uma coisa muito séria, eu digo isso todo dia. Hoje, estou de licença do Partido, por motivos de doença. Penso que não volto a trabalhar mais. Pago as minhas contribuições, cumpro com o meu dever, mas, do jeito que vai, não quero me complicar. Não que eu tenha medo de ser presa, porque eu ia até por brincadeira... Não podiam me ver na rua da Concórdia, que me prendiam. Quando eu chegava lá diziam: “o que é que foi fazer na rua da Concórdia?” “Fui para a Fábrica.” Eles achavam que eu ia para a *Folha* [do Povo]. Porque eu nunca deixava de andar com o meu jornal, levava até para dentro da fábrica, para distribuir com meus companheiros, custasse o que custasse. Então, eu era presa por qualquer coisa. Mas, a gente fazia o trabalho legal e ilegalmente, muito bem.⁶⁵⁵

Em agosto de 1965, Júlia Santiago foi presa pela última vez, beirando os 50 anos de idade. No registro da prisão aparece como sendo “Beneficiada pelo IAPI”, ou seja, aposentada, e residente à rua Orós, 55 – local em que concedeu a entrevista ao CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco, em 1983. Júlia foi presa para “averiguações” no dia 10 e solta no

⁶⁵⁴ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 12. Relatório I.P.M. do IV Exército datado de 18.10.1964, nº 70, Fundo DOPS. APEJE.

⁶⁵⁵ Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983, p. 17. FUNDAJ/CEHIBRA.

dia 11, o que indica que passou a noite na delegacia.⁶⁵⁶ Antes de sair, prestou enorme termo de declaração. Poucas informações são novas, e muito do que é dito já apareceu no termo de declaração prestado em 1956, a novidade aqui é que Júlia parece tentar despistar ainda mais seus inquisidores, afirmando que ingressou no PCB durante a legalidade e que “chegou a ser eleita membro do Comitê Distrital do Cordeiro, porém devido aos seus afazeres como tecelã da fábrica AMALITA pouco comparecia à referida célula”⁶⁵⁷ – não só é muito difícil de imaginar Júlia priorizando seus afazeres como tecelã frente a uma tarefa, como ela não trabalhava na Amalita nessa época, mas no Cotonifício Othon Bezerra de Mello. É possível que fosse alguma confusão da memória, pois mais adiante Júlia descreve sua participação no Partido:

[afirmou] que cassado o seu mandato a depoente voltou a trabalhar na fábrica Amalita; que logo depois a depoente recebeu a tarefa, ou seja, conseguiu a representação nesse estado do jornal “Gazeta Sindical”; que após tornar-se representante desse mensário a depoente foi convidada para atuar como Membro do Comitê Municipal do Partido Comunista, tendo se negado para tal em virtude ainda do seu trabalho na fábrica acrescido da distribuição do jornal Gazeta Sindical o qual lhe rendia algum dinheiro; que no ano de mil novecentos e cinquenta e um a depoente ingressou no Comitê Municipal do Partido Comunista, passando a ter uma vida mais ativa no referido Comitê, tendo a atribuição a ativar mais o movimento sindical; que nesta época, ou seja, fins de mil novecentos e cinquenta e um a princípios de mil novecentos e cinquenta e dois a depoente, com uma reestruturação sofrida no Comitê Municipal passou a figurar como um dos membros da Comissão Sindical do referido Comitê, cuja comissão tinha finalidade específica de tratar de reivindicações salariais, contratos de trabalho, aumento de salários, preparação de greves, etc.; que a depoente teve também a determinação de atuar dentro do sindicato de sua classe, ou seja, o Sindicato dos Tecelões; que no ano de mil novecentos e cinquenta e três o Comitê Municipal sofreu modificações inclusive no seu título, em obediência aos novos Estatutos do Partido Comunista, passando a denominar-se COMITÊ DE ZONA DO RECIFE, tendo a depoente sido eleita membro efetivo desse Comitê, atuando ainda na Comissão Sindical, cuja finalidade dessa área era atuar dentro dos sindicatos de trabalhadores das diversas categorias, sendo que o Comitê de Zona do Recife, passou, de acordo com os novos Estatutos do Partido, a supervisionar sete comitês distritais e oito organizações de base de empresas; abrangendo todo o grande Recife; que com respeito às organizações de base de empresas, classifica-se as grandes indústrias como: TRAMWAYS, SANBRA, TACARUNA, SOUZA CRUZ, PREFEITURA, FÁBRICA YOLANDA, FÁBRICA TSAP, e PERNAMBUCO AUTOVIÁRIA; que o Partido estudou e pôs em prática vários planos para conseguir dinheiro, tendo elaborado rifas, sorteios, etc., porém, a depoente não teve parte ativa em nenhum deles; que no ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, foi baixado um plano dentre muitos outros este foi considerado o mais importante vez que tratava-se da aprovação do Programa de atividades do Partido e dos seus novos Estatutos; que para o estudo a aprovação desses planos foi realizada uma assembleia no Comitê Distrital de Zona do Recife, a

⁶⁵⁶ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 4. Registro de Preso de 10.08.1965. Fundo DOPS. APEJE.

⁶⁵⁷ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 17. Termo de declaração que presta Júlia Santiago da Conceição em 10.08.1965. Fundo DOPS. APEJE.

qual se realizou no local denominado Brajo, em Beberibe, com o comparecimento de vários elementos dos diversos comitês distritais, da comissão sindical e dos comitês de base de empresas, tendo a depoente tomado parte também nessa assembleia, a qual aprovou integralmente novo programa do Partido assim como os seus novos estatutos [...].⁶⁵⁸

O final do relato reserva a situação mais delicada deste e de muitos outros depoimentos tomados durante a ditadura: Júlia cita nomes. Já havia feito isso em 1956, quando pareceu ter entregue nomes de pouca relevância às autoridades, uma vez que as principais figuras do Partido no Recife não eram mencionadas. Talvez isso tenha ocorrido novamente em 1965:

[...] que a depoente fez um curso de capacitação política com duração de quatro dias o qual foi ministrado pelo companheiro ADAUTO FREIRE DA CRUZ, primeiro secretário do Comitê de Zona do Recife; que nesta ocasião a depoente fez sua autobiografia para o Partido; que quando da realização da Assembleia no BREJO, foi escolhida uma comissão sindical, que era composta dos companheiros JOSÉ BARROS DA SILVA, LUIZ JOSÉ VIEIRA e ANTONIO OLIVEIRA SANTOS, sendo que o comparecimento, digo o comparecimento da depoente se prendia mais a assuntos da GAZETA SINDICAL; que indagada se compareceu a uma outra reunião realizada no Brejo, em Beberibe, do Comitê de Zona, onde se tratou da reestruturação do PC, respondeu a depoente que não se lembra de ter comparecido ali pela segunda vez, afirmando que somente teve ali uma vez, a declaração anteriormente; que indagada sobre suas atividades no Partido Comunista entre os anos de mil novecentos e cinquenta e seis e mil novecentos e sessenta e quatro, mês, digo, até o mês do advento da revolução, respondeu que: com a campanha para governador do Estado onde foi eleito o senhor Cid Sampaio (ano de mil novecentos e cinquenta e sete) a depoente foi recrutada pelo Partido para fazer o alistamento eleitoral, tendo depois sido designada ainda para acompanhar a apuração; que após a posse então governador Cid Sampaio a depoente foi eleita para representar o Sindicato dos Tecelões do Pacto Intersindical, órgão que estava em projeto e fora concretizado com o governo de então; que logo depois o então governador fundou o Fórum Sindical, órgão oficial do governo o qual tratava de assuntos sindicais; que a depoente somente compareceu duas vezes no Pacto Intersindical como representante dos tecelões; que no Fórum Sindical não esteve nenhuma vez; que com a transformação do Pacto Intersindical em CONSINTRA, a depoente tomou conhecimento que havia sido indicada para fazer parte na comissão de Finanças, porém a sua revelia e por isso não pareceu a e nenhuma reunião; que sempre ia à sede da CONSINTRA, porém somente para tratar de assuntos de somenos importância e nunca de assuntos sindicais ou políticos; que com respeito a campanha eleitoral que elegeu o senhor Miguel Arraes governador do Estado nega a depoente ter participado de qualquer campanha para aquela candidatura, assim como para a eleição de elementos do Partido, como Gilberto Azevedo e Cícero Targino Dantas; que teve parte ativa nas duas greves dos tecelões, uma no governo Cid e outra no governo Arraes; que com respeito ao movimento verificado no edifício JK, contra a posse do senhor Nicanor Leite na Delegacia do IAPI, afirma a depoente que ali efetivamente esteve porém não participou de nenhum movimento de agitação que ali se procedia, tendo ido apenas por curiosidade, pois era uma das pretendentes ao direito do décimo terceiro mês de salário para os beneficiários e aposentados do

⁶⁵⁸ Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição, p. 18. Termo de declaração que presta Júlia Santiago da Conceição em 10.08.1965. Fundo DOPS. APEJE.

IAPI, e como o movimento ali processado dizia respeito a anti-posse de Nicanor e reivindicações do 13º mês para os previdenciários ela depoente ali compareceu com essa curiosidade; que desde o ano citado anteriormente, mil nove centos e cinquenta e seis, que a depoente não mais atua no Partido tendo se afastado das atividades do mesmo por motivo de doença pois é portadora de erizipela [sic], equizema [sic] e outros males que a impossibilitam até de andar; que já esteve no Rio de Janeiro afim de tratar desses males. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado; lido e achado conforme, vai assinado pela autoridade, pela depoente e por mim escrivão que o datilografei.⁶⁵⁹

Não há como saber em que condições esse depoimento foi dado, mas chama a atenção que, assim como em 1956, os nomes mais visados e conhecidos do Partido em Pernambuco, como Adalgisa Cavalcanti, Paulo Cavalcanti, Gregório Bezerra ou David Capistrano, não são mencionados por ela, o que pode indicar, novamente, uma estratégia de despiste por parte de Júlia. De toda forma, seu depoimento de 1956 veio a público pelas páginas do *Diário de Pernambuco* e não há registro de sansões ou repreensões que Júlia tenha sofrido por parte de seus companheiros – pelo contrário, Paulo Cavalcanti, por exemplo, se recorda de sempre consultá-la para saber “suas opiniões sobre os meios políticos locais.”⁶⁶⁰ Não foi possível – e nem é objetivo deste trabalho – verificar as implicações e impactos desse depoimento ao longo da Ditadura. De todo modo, convém sublinhar que não cabe a nós qualquer julgamento acerca do comportamento de uma prisioneira política durante um interrogatório, destacando, mais uma vez, que os nomes apontados em ambos os depoimentos diferem das principais lideranças partidárias, indicando uma possível estratégia de despiste.

O fato é que, na “memória oficial”, se é que o termo pode ser usado assim para uma figura lembrada apenas por um nicho específico (militantes comunistas e/ou feministas da capital pernambucana), Júlia Santiago é muito pouco lembrada pela sua atuação na *Frente do Recife*, por ter sido presa diversas vezes e por ter resistido e fugido dos militares. O papel de militante sindical e primeira vereadora recifense são as memórias que foram enquadradas ao longo do tempo. É sobre o enquadramento da memória de Júlia, e também de Elisa e Julieta, que trata a parte final deste trabalho.

⁶⁵⁹ Ibidem.

⁶⁶⁰ CAVALCANTI, Paulo. *A Luta Clandestina (O Caso eu conto como foi – memórias políticas, 4º Volume.)* Recife: Editora Guararapes, 1985, p. 168.

Parte III:

A vida depois dos mandatos: história e memórias

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador não repousa tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Essas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar formas às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997, p. 33

Esta parte do trabalho tem dois objetivos principais: identificar quais movimentações e percursos foram traçados por essas mulheres após a vida parlamentar e também discutir as memórias que foram construídas e edificadas sobre cada uma delas. Aqui, a noção de *enquadramento da memória*, desenvolvida por Michael Pollak, será de bastante serventia. Segundo o sociólogo austríaco, esse trabalho de enquadramento não ocorre de forma arbitrária, pois tal operação se alimenta da história, e pode

Sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.⁶⁶¹

O que veremos a seguir, portanto, é como questões sensíveis ao presente para determinados grupos – pioneirismo feminino na política, militância contra o fascismo e pela democracia, luta pela educação, etc. - funcionam para consolidar as memórias sobre Elisa, Júlia e Julieta.

Cabe apontar, ainda, que parece haver uma espécie de disputa partidária pela memória dessas mulheres. Quem parece mais engajado nessa empreitada é o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), embora o Partido Popular Socialista (PPS, igualmente herdeiro do *Partidão*) também tenha atuado nesse sentido.

Em São Paulo, por exemplo, Elisa Kauffmann Abramovich teve seu mandato reconhecido graças ao Projeto de Resolução da Câmara Municipal Nº 14 de 20 de março de

⁶⁶¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-13, p. 9-10.

2013, do vereador Orlando Silva (PCdoB). O projeto “Delibera sobre a reparação histórica dos vereadores eleitos em 1947 pelo PST, praticadas por motivação política e ideológica, oferecendo suas inscrições à Câmara Municipal como representantes do povo não empossados”. Além de nomear os 15 vereadores que tiveram seus mandatos ceifados, a justificativa cita Elisa mais uma vez:

O ato de impedimento de posse destes Parlamentares se constituiu em ato de inominada violência, contra a democracia e os princípios da soberania popular. Dentre os quinze vereadores impedidos de assumirem, havia a primeira mulher eleita vereadora na cidade de São Paulo, Elisa K. Abramovich.⁶⁶²

A resolução foi aprovada, e em 2019 o PCdoB publicou em seu site um texto intitulado “Elisa Abramovich, a comunista que virou a 1ª vereadora de São Paulo”,⁶⁶³ fazendo um apanhado de sua vida a partir da matéria da *Revista Apartes* e do livro sobre o Scholem Aleichem – ambas as obras usadas e referenciadas nesta tese. Em Porto Alegre, veremos como nos anos 1990 a Vereadora Clênia Maranhão (PPS) teve importante participação no resgate de Julieta, chegando a batizar uma praça em sua homenagem. Por fim, no Recife, observaremos como alguns quadros do PCdoB,⁶⁶⁴ especialmente mulheres lotadas na Secretaria da Mulher, vêm edificando uma memória acerca de Júlia Santiago, enaltecendo-a como exemplo a ser seguido.

⁶⁶² BRASIL. Resolução da Câmara Municipal N° 14 de 20 de março de 2013 Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/projeto-de-resolucao-camara-municipal-14-de-20-de-marco-de-2013#!> Acesso em 10 ago 2020.

⁶⁶³ Disponível em <https://vermelho.org.br/2019/08/11/elisa-abramovich-a-comunista-que-virou-a-1-vereadora-de-sao-paulo/> Acesso em 10 ago 2020.

⁶⁶⁴ Cida Pedrosa, de quem falaremos mais ao longo do capítulo 10, chega a afirmar o seguinte: “Eu sou do PCdoB, né? Do Partido Comunista do Brasil, que... depois que o PCB virou PPS, termina que todos os militantes, todo o legado do Partidão também fica conosco.” Entrevista de Cida Pedrosa ao autor em 31 de julho de 2020.

CAPÍTULO 8: “Ela substituía o religioso judaico pelo religioso comunista”

Todas as fontes consultadas apontam para mulheres de fato notáveis pelos seus engajamentos em diversas frentes, causas sociais e espaços que “não eram seus”. Apesar de não se compactuar aqui com a ideia de alguém “à frente de seu tempo”,⁶⁶⁵ essa foi a impressão deixada para as pessoas que com elas conviveram. Elisa, por exemplo, ainda é lembrada como alguém realmente excepcional, de grande capacidade organizativa e extremamente avançada nos costumes e nas suas concepções pedagógicas. Ao escrever sobre a jornalista e militante política Gilda Marinho e sua suposta excepcionalidade, Benito Schmidt faz a seguinte ponderação:

Prefiro encarar a excepcionalidade da personagem como resultado do trabalho de enquadramento das lembranças construídas a seu respeito, de um complexo processo de organização da memória levado a cabo por seus amigos e conhecidos a partir dos marcos instituídos pela própria Gilda. Não me interessa, pois, ‘a mulher por trás do mito’, mas examinar a construção e a vivência do mito, aqui entendido enquanto ‘ampliação do significado de eventos isolados’ [citando Alessandro Portelli]; compreender, enfim, como e por que Gilda foi e é considerada uma mulher excepcional.⁶⁶⁶

A historiadora Christine Planté tece comentários ainda mais críticos à noção de excepcionalidade: além de não deixar claro em relação a quais trajetórias elas são excepcionais – qual seria a “média” das trajetórias, afinal? – de certa forma essa noção reforça a ideia de que não é normal uma mulher obter sucesso.⁶⁶⁷ No decorrer da presente pesquisa, a ideia de trajetórias excepcionais em contraposição a uma média foi algo bastante presente: a

⁶⁶⁵ Em *A Sociedade dos Indivíduos*, o sociólogo alemão Norbert Elias defende a ideia de que os indivíduos são conectados por laços invisíveis, formando redes. Neste sentido, cada pessoa se ligaria com outras por elos de trabalho, propriedade, instintos, afetos, etc. Essas relações existem em determinado tempo e, portanto, ninguém está “à frente de seu tempo”. O que ocorre é que determinadas redes possibilitam certas formas de atuação e de formação enquanto indivíduo. Ver ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁶⁶⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In SCHMIDT, Benito Bisso; GOMES, Angela de Castro. (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/Editora da FGV, 2009, p. 155-175, p. 167.

⁶⁶⁷ PLANTÉ, Christine. Femmes exceptionnelles: Des exceptions pour quelle règle. In: *Les Cahiers du GRIF*, n°37-38, 1988. Le genre de l'histoire. pp. 90-111. Essa noção aparece no seguinte trecho: “Cela ne nous apprend rien de ce qu'elles sont, font ou veulent, et pose en passant qu'il n'est pas normal pour une femme de réussir. Par ailleurs, le regard, le jugement social impliqués par ce mot sont singulièrement ambigus: car si l'on éprouve devant les êtres exceptionnels une admiration teintée d'étonnement ou d'envie, on se méfie des exceptions, on les écarte, on cherche à les réduire ou à en rendre compte. Ces admirables peuvent être aussi des réprouvées, en dehors, parce que rejetées, des conventions et des rapports sociaux, tout autant qu'au-dessus.” (p. 92).

imensa maioria das pessoas não conhece essas mulheres e, no entanto, a noção de que elas eram “excepcionais” compareceu, especialmente, nos relatos orais e memorialísticos, como veremos mais adiante.

O que se buscará a partir de agora é a compreensão de como se edificou essa memória de Elisa Kauffmann. Não para desconstruí-la ou confrontá-la com a “Elisa de verdade” a partir do que “realmente aconteceu” - até porque, convém lembrar, quase todas as lembranças que são mobilizadas na construção dessa memória são embasadas em situações absolutamente concretas. Não se trata, pois, de buscar “a mulher por trás do mito”, mas sim, parafraseando uma importante consideração de Alessandro Portelli acerca da História Oral, compreender mais os *significados* do que é lembrado do que propriamente os *eventos* descritos.⁶⁶⁸

8.1 – A memória familiar no Bom Retiro

Marco Aurélio Garcia identificou em estudo sobre a militância política revolucionária um espaço privilegiado para tensionar as relações entre o público e o privado. Segundo ele, “a história da vida privada da esquerda” traria em seu bojo “a presença do político na esfera privada” e uma consequente “politização do cotidiano”.⁶⁶⁹

Embora o autor se refira a outro contexto – a clandestinidades e a luta armada na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 – praticamente toda a entrevista de Fanny Abramovich (principal fonte desse subcapítulo)⁶⁷⁰ denota uma forte politização do cotidiano, ao menos na forma como ela lembra da convivência com sua mãe. Segundo Fanny: “Eu lembro, é, assim, que na minha casa, na Rua Prates, entrava o Prestes, o Marighella...”⁶⁷¹ Não

⁶⁶⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997, p. 31. A frase original é: “A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é que ela nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*.”

⁶⁶⁹ GARCIA, Marco Aurélio. O Gênero da Militância: notas sobre as possibilidades de uma outra ação política. *Cadernos Pagu*, (8/9), Unicamp, 1997: pp.319-342, p. 333.

⁶⁷⁰ Até agora essa entrevista foi utilizada sem maiores considerações. Agora, quando o foco é justamente a memória, se torna pertinente fazer algumas pequenas reflexões de caráter metodológico. A entrevista, como indicado até aqui, foi realizada em 1997 e faz parte de um projeto de História Oral do AHJB, que se iniciou em 1992. Uma vez que a empreitada busca justamente resguardar a “História viva da comunidade”, segundo seu site de apresentação, é importante levar em conta que toda a entrevista tem esse objetivo e se deu no contexto de expansão do acervo desse arquivo que pretendia, de certa forma, “monumentalizar” a identidade e a trajetória pelas quais diversos grupos judaicos gostariam de serem lembrados. Assim, pessoas e episódios que corroborem uma comunidade aguerrida, unida, etc. foram ganhando bastante destaque. Ver <http://www.ahjb.org.br/ahjb_pagina.php?mpg=02.04.00.00> Acesso em 17 jan 2019.

⁶⁷¹ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 18. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

só isso, em determinado momento a casa abrigou as mais diversas atividades e praticamente todos os membros da família – o que também é lembrado em relação à vida política de Elisa:

Eu me lembro de menina, de adolescente, as reuniões do partido que tinham dentro da minha casa, o papai não era um militante tão aguerrido, embora ele tivesse sido preso duas vezes e minha mãe nenhuma por esperteza da minha avó, eu já conto essa história.⁶⁷² Mas já não era um militante tão bravo, tão vanguarda como a mamãe foi. Nós moramos a vida... não, a vida toda não, quando era muito pequenininha, a mamãe e o papai moravam em algum lugar ali embaixo no Bom Retiro, que eu não sei onde, e contam que me levavam de carrinho para a casa da minha avó Anita, onde eu ficava de manhã.

Depois mudamos para a Prates, 39, apartamento 41, esquina com a José Paulino, e em um apartamento que eu não entendo como, em um quarto morava ainda a minha avó Anita e meu avô Nicolau, [...], no outro morava o papai e a mamãe, no menor a Irene [sua irmã] e eu, e o meu tio morava lá dentro e ainda tinha uma empregada, eu não sei onde cabia essa gente toda. E lá vivia-se também a campanha eleitoral [...].⁶⁷³

No mesmo prédio, mas no 5º andar (apartamento 54), ficava o comércio de botões NAF – Nicolau Abramovich & Filho,⁶⁷⁴ que em novembro de 1948 se mudou para a Rua da Graça nº 64,⁶⁷⁵ a 450 metros desse apartamento onde moravam. Fanny se recorda assim de Francisco:

O meu pai era comerciante, tinha uma papelaria,⁶⁷⁶ uma loja de botões com meu avô na Rua da Graça, e papai é uma figura presente, carinhosa, prestativa, mas não tinha o brilho da minha mãe nunca, nem posso dizer, é outro departamento, mas foi quem deu a serenidade, o equilíbrio dentro da família. [Risos], é, porque aguentar o pique vanguardista da minha mãe também não era fácil.⁶⁷⁷

Francisco, portanto, é lembrado como um ponto de equilíbrio e serenidade dentro da família, enquanto Elisa seria uma mulher de vanguarda (termo muito presente), invertendo as posições normalmente atribuídas a casais envolvidos na política.

Em relação a sua avó Anita, mãe de Elisa, Fanny é só elogios. Ela já havia sido destacada pela própria Elisa em entrevista ao *Momento Feminino* por ajudar nos afazeres

⁶⁷² Essa história não foi contada e, infelizmente, não pôde ser verificada.

⁶⁷³ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 11-12. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB. Segundo o DOPS, o escritório eleitoral de Elisa ficava na Rua Solon, 516, a 15 minutos a pé do endereço indicado por Fanny. Secretaria de Segurança Pública. Documento avulso. Escritórios eleitorais. APESP. FUNDO DOPS. Dossiê Comunismo. OS 1915, pasta 14, p. 212.

⁶⁷⁴ A propaganda do empreendimento pode ser observada em dezenas de números de *Nossa Voz* ao longo de 1948.

⁶⁷⁵ *Nossa Voz*, São Paulo, 4 de novembro de 1948, n. 84, p. 8. BDLB, acesso em 16 abr 2017.

⁶⁷⁶ Em 1958 os negócios se expandiram e a NAF se tornou, além de um comércio de botões, também uma papelaria. Cf. *Nossa Voz*, São Paulo, 21 de fevereiro de 1958, n. 731, p. 2. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

⁶⁷⁷ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 22. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

domésticos, o que permitiu que ela pudesse se dedicar à sua campanha eleitoral, o que é reafirmado pelo relato de Fanny:

Quem cuidava da casa, da infraestrutura da casa, da comida, de passar roupa, de não sei o quê, era a vovó Anita, porque a mamãe trabalhava de manhã, de tarde e reunia de noite, e enfim, não... Eu lembro uma época a vovó Anita quebrou a perna e ficou internada quatro meses e durante quatro meses eu comi salsicha com “fiembrado”, com sopa de tomate que era a única coisa que a minha mãe sabia fazer.⁶⁷⁸

Mesmo quando uma mulher cruza a fronteira do espaço público, é preciso que outras mulheres auxiliem no privado – a mãe e uma empregada doméstica, no caso. Segundo Fanny, antes desse convívio na casa da rua Prates, a família chegou a morar no mesmo prédio que sua avó paterna, Berta, mas não era a mesma coisa:

[...] a minha avó Berta não era nada de especial, era uma boa dona de casa, fazia almoços todos os sábados, nós almoçávamos lá. Ela fazia um peixe a escabeche que eu nunca vou esquecer, que era absolutamente divino.

[...] era uma mulher seca, não tinha o derramamento amoroso que a minha avó Anita tinha, minha avó Anita morava com a gente, a minha avó Berta morava, quando eu era bem pequenininha, no mesmo prédio em outro andar, mas não tinha absolutamente a mesma emoção, a mesma gostosura, a mesma calidez, o mesmo aconchego [...]. Realmente me lembro da minha avó Anita como uma figura absolutamente fantástica e maravilhosa. E meu avô Nicolau, da parte do meu pai que faleceu com 90 e poucos anos, lúcido, morando sozinho, independente, comunista até a alma, brigando comigo porque eu não lia, já tinha rompido com o partido, ele já, absolutamente não me perdoava esse tipo de falha moral, e lendo Estadão e sabendo...⁶⁷⁹

Apesar de envolvida com diversas organizações, Fanny não recorda de Elisa como uma mãe ausente:

Todas as noites era um ritual nosso. E ela me contava contos de fada que, dos irmãos Grimm [...] com adaptações de vidas [...] ‘João e Maria’ que iam parar naquela casa da bruxa que era de chocolate, como eu adorava ovo frito, então a casa era toda de ovo frito com batata frita, enfim, e aquelas coisas todas. Me contava histórias da bíblia, e me contava histórias de um mundo comunista, como todo comunismo que ela tinha que na visão dela, e hoje eu sei, era muito ingênuo, era um pouco, uma aristocracia a serviço de todos, todas iam ser princesas [risos].⁶⁸⁰

⁶⁷⁸ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 12. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

⁶⁷⁹ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, 10. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB. Fanny, contudo, não é nada elogiosa ao referir-se ao marido de Anita, seu avô Israel: “morreu de um ataque cardíaco, não fazia nada, enfim, era um diletante, um amador, jogava cartas, bebia, curtia, etc.”

⁶⁸⁰ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, 19. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

Chama a atenção que Fanny recorde justamente das histórias infantis antes de dormir. Entre livros infantis e infantojuvenis e manuais acadêmicos que tratem do tema, a pedagoga lançou mais mais de dez obras.⁶⁸¹

Em seu aniversário de 14 anos Elisa teria lhe dito: “até 14 tudo bem, amanhã, favor procurar um emprego”. O que não significa que não houvesse incentivo aos estudos, pelo contrário: Fanny ingressou no curso de Pedagogia da USP, tudo indica que em 1959, e sua irmã Irene, na Faculdade de Medicina da mesma Universidade em 1962.⁶⁸²

Os relatos de Fanny, ricos por si só, parecem corroborar uma ideia de Halbwachs reforçada por Myriam Moraes Lins de Barros: “a importância do grupo familiar como referência fundamental para a reconstrução do passado”.⁶⁸³ É também através de suas relações familiares que Fanny lembra da mãe – ao compará-la com sua avó ou seu pai, por exemplo. E é igualmente em comparação com outros membros da família – que não seriam “de vanguarda”, diferentemente de Elisa – e com os costumes da época que Fanny engendra uma memória de sua mãe como alguém “à frente de seu tempo”, como mencionado anteriormente. Cabe destacar aqui algumas passagens nesse sentido:

A mamãe era uma mulher baixinha [...], ruiva, sardenta, charmosa, elegante, não tinha dinheiro, mas sabia das coisas, sempre gastou mais do que podia, com uma curiosidade, uma avidez absolutamente inacreditável em relação a tudo que fosse de um mundo. Eu até hoje não sei como, Sara [a entrevistadora], mas eu lembro que a mamãe lia francês fluentemente, eu lembro dela ter me emprestado livros em francês, eu não sei onde ela aprendeu francês [...]. Para ela, realmente, o mundo estava ali, não tinha limites. Lembro ainda como ela era avançada em todos os níveis, que eu não teria quatro, cinco anos quando ela me levou, pela primeira vez, no Teatro Municipal para ouvir o Golda⁶⁸⁴ tocando Chopin e todo o meu deslumbramento, eu indo com a mamãe de mãozinha, de noite, para ouvir um concerto, não é? Então, era uma mulher que estava sempre avançando e colocando.⁶⁸⁵

Chama a atenção a ênfase dada ao “mundo francês”, paradigma cultural da época para grupos médios e elites da época – Elisa era uma mulher de seu tempo, afinal.

Em outra passagem, Fanny lembra da sensibilidade de sua mãe em relação às questões de sexualidade:

⁶⁸¹ Ver <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa5768/fanny-abramovich>> Acesso em 25 abr 2021.

⁶⁸² *Nossa Voz*, São Paulo, 15 de março de 1962, n. 926, p. 7. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

⁶⁸³ BARROS, Myriam Moraes Lins. Memória e Família. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 33.

⁶⁸⁴ Talvez se refira ao pianista austríaco Friedrich Gulda.

⁶⁸⁵ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, 13. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

Eu lembro que quando eu tinha 14 anos, não muito mais que isso, ela um dia chegou pra mim e disse assim: ‘Fanny, você não fala muito sobre sexo’, que ela soube que eu queria falar, mas... não é? Então, ela me deu o *Amante de Lady Chatterley* para ler, uma mãe, nos anos 1950.

[...]

E lembro que, quando fui assistir *Les Amants*, lembra daquele filme lindo com a Jeanne Moreau? Ai, eu voltei para casa [...], tinha um bilhete dela, ela colocava um raminho de flor, que depois, com o tempo, seca, e que dizia assim no cartãozinho: ‘Fannyzinha, não se preocupe que logo logo você terá uma noite linda como essa’. Olha a porosidade, a ‘lindeza’ e tudo isso.⁶⁸⁶

Ao estudar as “mulheres nos anos dourados”, Carla Bassanezi identifica uma clivagem social entre as “moças de família” e as “moças levianas”:

As moças de família eram as que se portavam corretamente, de modo a não ficarem *mal faladas*. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes.⁶⁸⁷

Diante dessa moral conservadora, que inclusive condenava o cinema e a literatura que não fossem “inofensivas à moral e aos bons costumes”,⁶⁸⁸ Fanny ficou marcada pelo presente da mãe. *O Amante de Lady Chatterley* foi escrito pelo inglês D. H. Lawrence em 1928 e teve sua venda proibida em seu país até 1960 por conter cenas de traição e sexo explícito.⁶⁸⁹ O filme *Les Amants* (1958), por sua vez, foi igualmente polêmico ao tratar de adultério feminino, tendo a sua circulação e exibição proibidas por pouco mais de um ano.⁶⁹⁰ Presentear a própria filha com esse livro e permitir que ela assistisse a esse filme são elementos importantes para enquadrar a memória de Elisa como sendo uma mulher de vanguarda.

Há uma outra passagem bastante curiosa em que Fanny cita alguns momentos de interferência da mãe em suas decisões – e nunca é demais lembrar: não se está aqui destacando essa passagem para mostrar que a memória é mentirosa ou algo assim, mas apenas para mostrar como se dão as operações de construção e preservação dessas lembranças:

⁶⁸⁶ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, 19. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

⁶⁸⁷ BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In DEL PRIORE; BASSANEZI, Op. cit., p. 610.

⁶⁸⁸ Ibidem.

⁶⁸⁹ Cf. <https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=85008> Acesso em 25 jan 2019.

⁶⁹⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Os_Amantes Acesso em 31 mar 2019.

Ela teve pouquíssimas interferências, digamos assim, enérgicas na minha vida. Uma delas. Eu lembro muito bem, foi quando eu entrei na faculdade, eu vinha de uma liderança estudantil, eu fiz faculdade de pedagogia na USP, na Maria Antônia, e aí, ela, eu vim dessa liderança estudantil efervescente secundarista, e quando meu nome foi fixado, na época da fixada, essa coisa toda, vieram pessoas da, sei lá eu, dos trotskistas, do Partido Comunista, não sei que, de mais onde, todos os partidos me convidavam para entrar. [...] Aí a mamãe chegou pra mim e falou: “você já está reunindo com a base da faculdade?”, e eu falei “não, estou sendo convidada por vários partidos e eu ainda não sei.” Aí ela foi categórica: “Eu não eduquei filha minha para não ser militante do PC, você tem uma semana para localizar a base e começar a atuar”, e foi definitivo. [...] Um pouco antes, eu lembrei agora, quando eu acabei o ginásio eu achava que quem era inteligente fazia o científico. Eu tinha uma dificuldade filha da mãe para matemática, mas é, e tudo que fosse exato, mas fui me matricular no científico do Bandeirantes e a minha mãe ficou nervosíssima, consegui me convencer a passar para o clássico, e depois, e eu, se não tivesse feito isso eu teria, até hoje, fazendo científico, e (risos), aí abriram, abriu uma inscrição tardia, uma coisa qualquer assim meio fora de época no, na escola normal, no Instituto de Educação do Padre Anchieta para a escola normal e ela me fez ir lá também, e foi muito bom, etc. e tal, na época eu me senti meio tolhida, mas foi o que me permitiu ser profissional. [...] Interferências grandes foram essas, mudar de científico para normal e ser militante do partido, o resto, “vai, minha filhinha, vai para o mundo, cresce, experimenta”.⁶⁹¹

Ou seja, mesmo intervindo em momentos fundamentais da formação de sua filha mais velha – não a educou “para não ser militante do PC” –, que chegou mesmo a se sentir “tolhida” – “consegui me convencer a fazer o clássico” –, a memória de Elisa como alguém de vanguarda, liberal nos costumes e que incentivava aventuras e experimentações prevalece. Esse relato é importante para evidenciar de certa forma como ocorre o processo de enquadramento da memória acerca da personagem. Ela também poderia ser incisiva na hora de tomar decisões por Fanny, mas a memória que se tem dela enaltece outras virtudes a partir de memórias coletivas acerca dessa personagem. Esse será um dos temas da próxima seção, que busca compreender como boa parte dessa coletividade judaica e progressista se recorda de Elisa.

8.2 – *A memória da comunidade judaica progressista*

Elisa também é lembrada de forma similar pela comunidade judaica do Bom Retiro ainda hoje. Ao analisar tal questão, Natália Almeida tece uma consideração fundamental para compreender como opera essa memória:

⁶⁹¹ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, 20. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB.

A construção de identidade dessa comunidade está permeada pela reafirmação da laicidade do Scholem e de sua luta pelos direitos de igualdade entre os povos. Os seus personagens encarnam esses valores, sendo Elisa o maior exemplo do que essa comunidade quer lembrar de si mesma.⁶⁹²

É curioso perceber como há uma ênfase muito grande na laicidade – da escola e da comunidade – e até um certo silenciamento sobre as práticas religiosas. No entanto, Elisa lia a bíblia para suas filhas antes de dormirem, como visto anteriormente (seria o Velho Testamento?). O que isso poderia significar? Nos parece um misto entre as aproximações com o comunismo, supostamente – e *lembrado* como – ateu e a associação da religiosidade com a comunidade conservadora.



Figura 12. Formatura no Scholem: Elisa cumprimentando uma aluna após entregar-lhe o diploma. Ao fundo, a bandeira de Israel. Acervo Fotográfico da Casa do Povo.

Assim, memória e identidade andam juntas. Ao se reificar uma, se confirma a outra. Conforme Lucília Delgado, “A memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas”.⁶⁹³ Isso não se dá necessariamente de forma deliberada ou maquiavélica, e o processo em questão não é linear. Michael Pollak, ao afirmar que a memória é um fenômeno construído, pondera que “os modos dessa construção podem ser

⁶⁹² ALMEIDA, Op. cit., p. 110.

⁶⁹³ DELGADO, Lucília. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 38.

tanto conscientes como inconscientes”. De qualquer forma, o autor corrobora a relação entre memória e identidade:

Podemos portando [sic] dizer, que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.⁶⁹⁴

O próprio espaço do Bom Retiro contribui para a consolidação dessa memória e, conseqüentemente, para o reforço da sua identidade – e da de Elisa – como engajada, progressista, militante da educação e da cultura. Nas palavras de Halbwachs, “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial.”⁶⁹⁵ Dessa forma, lugares como A Casa do Povo, que organiza atividades e integra o cotidiano dessa comunidade até hoje, de certa forma contribuem para que os aspectos ligados à cultura e aos valores progressistas sejam lembrados e monumentalizados. Recorrendo mais uma vez a Almeida,

a defesa que os participantes fazem da Casa do Povo e do judaísmo permite compreender que eles viam o ICIB como local privilegiado de produção de uma cultura política engajada. O processo de monumentalização também atingiu personagens importantes da história do Scholem, como Elisa Kauffman, já que sua condição como educadora é legitimada não apenas pelas concepções e práticas educacionais, mas sim pela sua atuação política. O enaltecimento de alguns atos, que escapam ao âmbito do estritamente pedagógico, como os eventos de resistência, o acolhimento aos filhos de militantes perseguidos (...) também fundamentam a monumentalização desses personagens, como Elisa Kauffman, e também de ações, como os eventos de resistência, como abrigar os filhos de militantes perseguidos e também os atos de repressão aos membros da mantenedora da Escola.⁶⁹⁶

Constatar o processo de edificação de “monumentos” não significa minimizar os atos de bravura e enfrentamento de pessoas e grupos, mas entender os processos de seleção e de *enquadramento* da memória. Recorrendo mais uma vez a Pollak, este afirma que tal trabalho de enquadramento se dá em parte pela ação de historiadores identificados com certas causas, mas também por intermédio de “organizações políticas, sindicais, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social.”⁶⁹⁷ A fala de Marcos Ajzenberg, no mencionado evento de 2006 voltado à celebração do Scholem Aleichem, é bastante ilustrativa nesse sentido:

⁶⁹⁴ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 204.

⁶⁹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 179.

⁶⁹⁶ ALMEIDA, Op. cit., p. 107-108.

⁶⁹⁷ POLLAK, Op. cit., p. 206.

[Elisa Kauffman Abramovich] era dessas figuras que, como cometas, perpassam pela vida das pessoas, deixando em cada um de nós um rastro de luz. O retrato de Elisa Abramovich sintetiza tudo o que uma líder da colônia judaica progressista pode ser. Destacou-se em todos os campos em que atuou: como política, como educadora e como assistente social.⁶⁹⁸

Mais uma vez, percebe-se que a memória de Elisa seria uma espécie de memória síntese dessa coletividade. Pollak defende que, uma vez que a memória é constituída, ela própria “efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade da organização.”⁶⁹⁹ Marina Sendacz, responsável pelo acervo e pela biblioteca da Casa do Povo, define Elisa como “uma mulher absolutamente fantástica, uma grande mentora”.⁷⁰⁰ Ao descrever como Elisa organizava o funcionamento das diversas instituições judaicas, especialmente o Scholem, recorda o seguinte:

Na época da OFIDAS, que hoje chama UNIBES... eles têm uma creche, uma escola profissionalizante, eles tem “n” entidades. Então, a Elisa foi uma das pessoas que fundou a UNIBES também, mas na época que era OFIDAS. E ela mandou uma pessoa, que chama Clara Safirovich, [...] ela mandou pros Estados Unidos pra fazer um curso de assistência social, porque na época não tinha no Brasil... Tem uma professora, que foi minha professora, essa ela mandou pra uma creche pra fazer... Daí nós acabamos fazendo, eu acabei fazendo pedagogia, educação, por conta desse encaminhamento, nem sabia que tinha outras coisas, né? Podia ter escolhido ciências sociais, mas na época era faculdade de educação, então era faculdade de educação e assim nós fizemos.⁷⁰¹

Marina, assim como Fanny, não recorda de forma amarga das interferências e “encaminhamentos” de Elisa em suas vidas, muito pelo contrário. Ainda cabe apontar que não há registro da presença de Elisa durante a fundação da OFIDAS, em 1940, mas faz muito sentido que Marina Sendacz lembre assim do ocorrido.

Essa memória se consolidou de tal maneira que, em entrevista à Zilda Iokoi, Jacob Gorender recordou da astúcia e sensibilidade de sua amiga Elisa: ao matricular sua filha no Scholem Aleichem em plena ditadura, o entrevistado utilizou um nome falso para que as forças da repressão não a identificassem e, através dela, chegassem até ele.⁷⁰² Contudo, não só Elisa faleceu antes do Golpe de 64, como mesmo que houvesse essa preocupação durante o

⁶⁹⁸ ALTMAN; CHARNIS, Op. cit., p. 37.

⁶⁹⁹ POLLAK, Op. cit., p. 206.

⁷⁰⁰ Entrevista de Marina Sendacz ao autor em 29 de setembro de 2017.

⁷⁰¹ Ibidem.

⁷⁰² IOKOI, Op. cit., p. 357.

governo de Jango, Idealina, a filha de Gorender, nasceu em 1961,⁷⁰³ e o Scholem não possuía creches ou escolas maternas. Elisa, portanto, também é lembrada como a diretora do Scholem, e uma ideia sensível e inteligente como a de esconder o nome verdadeiro da filha de um conhecido militante político, segundo a memória de quem conviveu com essa comunidade naquela época, só poderia vir dessa figura. Segundo Halbwachs,

Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto.⁷⁰⁴

Ainda segundo o sociólogo francês, essa história vivida “tem tudo o que é necessário para constituir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reencontrar a imagem do seu passado”.⁷⁰⁵ Faz sentido – para Gorender e muitas outras pessoas – lembrar de Elisa dessa forma.

Elisa faleceu no início de 1963 e os escritos que surgem a partir daí também são muito ilustrativos acerca de como se enquadrava uma memória sobre ela a partir desse triste acontecimento. Em 24 de janeiro desse ano, o periódico *Nossa Voz* noticiou o ocorrido da seguinte maneira:

A Escola Israelita Brasileira “Scholem Aleichem”, em conjunto com o Instituto Cultural Israelita Brasileiro, Associação Feminina Israelita Brasileira, *Nossa Voz*, Clubinho “I. L. Peretz”, União dos Israelitas Poloneses e Comitê Icuf de São Paulo, convidam V. S. e Exma. Família para assistirem ao Ato de Homenagem Póstuma, na passagem do 30º dia de falecimento da destacada dirigente cultural-social e diretora da Escola, ELISA KAUFMANN ABRAMOVICH. Será realizado este preito de homenagem e saudade no próximo dia 5 de fevereiro, terça-feira, às 20:30 horas, no Teatro de Arte Israelita Brasileiro, à rua Três Rios, nº 252. Entrada franca.⁷⁰⁶

Elisa é enaltecida como “destacada dirigente cultural-social e diretora da Escola”, e não como mãe, filha ou esposa. Em sua morte, foi mais lembrada pela sua atuação no espaço público, e praticamente todas as entidades nas quais militou prestaram a ela sua homenagem. Essa celebração póstuma também foi noticiada pelo jornal *Nossa Voz*:

⁷⁰³ Cf. <https://teoriaedebate.org.br/1993/09/01/idealina-fernandes-gorender/> acesso em 19 jun 2018.

⁷⁰⁴ HALBWACHS, Op. cit., p. 78-79.

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 90.

⁷⁰⁶ *Nossa Voz*, São Paulo, 24 de janeiro de 1963, n. 963, p. 1. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

TOCANTE HOMENAGEM PÓSTUMA A ELISA KAUFFMANN ABRAMOVICH
[...] Essa reunião de homenagem póstuma, que lotou inteiramente a sala de espetáculos do TAIB, foi promovida pela Escola Israelita Brasileira “Scholem Aleichem”, em conjunto com o Instituto Cultural Israelita Brasileiro, Associação Feminina Israelita Brasileira, Nossa Voz, Clube Infante-Juvenil “I. L. Peretz”, União dos Israelitas Poloneses e Comitê IcuF de São Paulo, contando ainda com a adesão da Associação Brasileira “A Hebraica” de S. Paulo.

[...]

Todas as instituições e organizações atingidas pela rude perda o sentem profundamente. Mas a memória de Elisa Kauffmann Abramovich servirá de inspiração em todos os lugares em que atuou. Seu nome, que não será esquecido, é uma bandeira para a sociedade judaica progressista, para todos que lutam por um mundo de paz e justiça social.⁷⁰⁷

De certa forma, a última imagem que fica enquadrada de Elisa é como sendo “uma bandeira para a sociedade judaica progressista.” Sandra Deutsch, estudando mulheres judias na Comissão Feminina do ICUF da Argentina, afirma que, ao trazerem questões discutidas nessas organizações, elas puderam incrementar a estratégia do PC argentino entre as mulheres. Dessa forma, elas “não precisaram escolher entre uma identidade comunista ou judaica, puderam ter as duas.”⁷⁰⁸ Tal noção parece se aplicar também ao caso de Elisa, que teve esses dois pertencimentos fortemente vinculados entre si, um reforçando o outro.

Ainda na ocasião de seu falecimento, despontaram outros relatos mais emotivos, enfatizando o aspecto humano e pessoal de Elisa, como o de Tatiana Belinky, integrante da AFIB:

[...] Não falarei da atividade de Elisa, ela que atuou com energia, dedicação e dinamismo sem par em todas as suas múltiplas frentes de trabalho – educacional, social, política, assistencial, familiar. Outros falaram e falarão da capacidade de realização deste pequeno Hércules que foi Elisa, da marca indelével que deixou por onde quer que tenha passado, do pilar que ela foi na nossa comunidade.

Eu só direi, se puder, algumas palavras sobre a MINHA AMIGA Elisa – a nossa Elisa, a pequena Elisa de auréola ruiva, a nossa Elisa, tão pequena e frágil, na aparência, e tão grande, tão forte na realidade, que podia abraçar e aquecer o mundo inteiro na chama do seu afeto, no calor da sua amizade, na firmeza do seu apoio.

Elisa era todo amor – o amor ao próximo, num sentido quase bíblico – e num sentido bíblico ela também era “Guardiã de seu irmão”. Elisa sentia-se responsável por todos, velhos e moços, familiares e estranhos, judeus ou não. Todos mereciam o seu afeto, o seu desvelo, a sua dedicação, a sua ajuda moral e material, o apoio firme de seu braço forte – forte da fonte inexaurível do amor de seu coração e da luminosa beleza de sua alma.⁷⁰⁹

⁷⁰⁷ *Nossa Voz*, São Paulo, 7 de fevereiro de 1963, n. 965, p. 1. BDLB, acesso em 17 abr 2017.

⁷⁰⁸ DEUTSCH, Op. cit., p. 173. Tradução minha, no original: “Women did not have to choose a Jewish or Communist identity; they could have both.”

⁷⁰⁹ *Ibidem*.

Mais uma vez, figuras de linguagem muito fortes são usadas para consolidar a imagem enquadrada que a comunidade tem até hoje de Elisa: “um pequeno Hércules”, capaz de “abraçar e aquecer o mundo inteiro no calor de seu afeto” - quase uma figura Santa (“sentido quase bíblico”). Cabe reforçar que isso não ocorre de maneira dissimulada e que não há intenção de “inventar” essa Elisa a ser eternizada em detrimento de uma “Elisa verdadeira”. Muito provavelmente todas essas pessoas realmente sentiram aquilo que expressaram em palavras pela amiga a quem davam adeus. O que se busca aqui é mostrar que há diversos processos histórico-sociais operando de maneira simultânea para que Elisa seja lembrada sempre dessa forma e que, para que essa memória seja a “oficial”, outros aspectos de sua vida ou personalidade acabem sendo esquecidos, minimizados, matizados. As interferências na vida da filha Fanny são lembradas de forma até jocosa, por exemplo.

Fanny, aliás, elaborou uma espécie de síntese de suas memórias acerca de Elisa, bastante adequada para essa parte final do capítulo:

Se eu tivesse que definir a mamãe, a Elisa Kauffmann, essa figura pública, eu diria que ela foi uma mulher de vanguarda de vida, em todo comportamento, em todas as atitudes, em todas as posturas, em todas as procuras, achados e ‘fazeções’. E tão, dona do seu nariz e do que queria e do que pensava que, quando ela morreu, ela teve um câncer sério, sofrido, ficou um ano na quimio, na rádio, essa coisa toda. Isso foi de 1962 para 1963, e quando ela faleceu, nós descobrimos lá no diário dela, e no diário dela tinham as deliberações de como ela queria o enterro, e ela queria que no enterro o Maurício Segall, que ela tinha recrutado para ser do Partido Comunista que tinha saído, falasse em nome do partido. Ela ainda recrutou gente sendo encaixada, sendo enterrada. E houve, e eu me lembro até hoje do Maurício na minha casa, na Rua Prates, passando a noite porque a mamãe morreu em uma sexta, e dizem que os justos morrem em uma sexta para serem enterrados no domingo e terem mais tempo de serem velados, ela e o titio morreram em uma sexta, e então o que passou de gente que dizia ‘morreu a minha mãe’, e eu dizia ‘Meu Deus, não, foi a minha mãe’, [risos] não é? [...] no dia do enterro o Prestes falou, ele veio, no enterro tinham 10 mil pessoas, nunca se viu coisa igual para aquela época, mas quem falou oficialmente do partido foi o Maurício Segall.⁷¹⁰

Elisa seria uma figura tão organizada – e organizadora – e tão disciplinada, tão devotada ao Partido, que conseguiu militar e recrutar novos integrantes mesmo depois de morta, segundo as lembranças de sua filha. Não à toa que, ao tratar da (falta de) religiosidade de sua mãe, Fanny foi categórica: “Ela substituíu o religioso judaico pelo religioso comunista”.⁷¹¹

⁷¹⁰ Entrevista de Fanny Abramovich a Sara Altman em 20/04/1997, p. 22-23. Núcleo de História Oral Gaby Becker, AHJB. Até onde foi possível verificar, outros jornais não repercutiram o funeral de Elisa.

⁷¹¹ Ibidem, p. 26

* * *

Muitos anos depois, em 1985, uma escola no bairro Cidade Tiradentes – extremo leste da capital paulista – resolveu homenagear Elisa: o Decreto 21.537 de 29 de outubro de 1985 criava uma escola na COHAB Tiradentes, e o Decreto 21.703 de 11 de dezembro daquele mesmo ano a batizava de Escola Municipal de Educação Infantil Professora Elisa Kauffmann Abramovich.⁷¹² O Decreto considerava “a importância da obra realizada pela professora Elisa Kauffmann Abramovich na área da educação e da assistência social, sempre voltada para a formação das crianças e dos adolescentes” a fim de justificar a nomeação da escola. Não foi possível identificar exatamente quem sugeriu o nome. A Secretária de Educação naquele momento era Guiomar Namó de Mello, já à época uma respeitada pedagoga e professora universitária que, perguntada por e-mail sobre o porquê da nomeação, gentilmente respondeu o seguinte: “Caro Guilherme, partiu de minha equipe com meu apoio. Várias de nós conhecíamos a Elisa por sua biografia. E muitas conheciam a Fanny Abramovich, sua filha. Abraços.”⁷¹³

Tanto para Guiomar e sua equipe quanto para essa comunidade em Tiradentes – afastada do centro de São Paulo, das comunidades judaicas e, ao que tudo indica, sem forte presença do PCB – “Professora” é o que define a biografia de Elisa.

⁷¹² Decreto nº 21.703 de 11 de dezembro de 1985. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1985/2171/21703/decreto-n-21703-1985-dispoe-sobre-denominacao-de-escola-municipal-de-educacao-infantil-e-da-outras-providencias?q=Decreto+21.703+>> Acesso em 11 nov 2020.

⁷¹³ E-mail enviado por Guiomar Namó de Mello ao autor no dia 17 de novembro de 2020.

CAPÍTULO 9: “Essa mulher que resolveu escrever sua trajetória de forma corajosa, diferente do senso comum”⁷¹⁴

As memórias de diversos militantes comunistas remetem às exigências partidárias consideradas descabidas. Essas tintas ficam mais carregadas na medida em que essas pessoas vão se aproximando do momento em foram expulsas ou abandoaram o Partido, como ocorreu com Eloy Martins, Lêncio Basbaum, Osvaldo Peralva e tantos outros.⁷¹⁵ No caso de Julieta, essas memórias se manifestam em poucas situações, como a exigência de realização de comícios relâmpagos, como mencionado. Contudo, veremos ao longo deste capítulo algo alertado por Joana Pedro: “nas relações de gênero vigentes, as pessoas ocupam funções e têm tarefas diferentes, e isso configura uma ou outra forma de narrar suas trajetórias.”⁷¹⁶ Enquanto é muito comum encontrar em relatos masculinos tons amargos e lamuriosos por não receberem o reconhecimento que consideram devido, os relatos de mulheres costumam operar em outras chaves.

Aqui é preciso atentar para a ideia de repertório, como apresentada por Daniel James. Julieta se narra de acordo com “papéis, convenções e formas de autorrepresentação”⁷¹⁷ disponíveis para uma tecelã que recorda de situações dos anos 1940 e 1950 no final dos anos 1980. Talvez o machismo como explicação não fizesse parte desse arcabouço, assim como o discurso da injustiça cometida contra si. Julieta, apesar da mágoa,⁷¹⁸ não se conta dessa forma. Aliás, ao reforçar o discurso de despreparo, chega a conferir pouca importância ao que de fato fez:

[...] defender os trabalhadores, eu defendia! Uma vez foi com os portuários, não sei o que foi que eles fizeram lá, trabalhando com os portuários, aí eu pedi a palavra e falei sobre os portuários, que estavam em luta, que estavam nisso e naquilo e naquilo outro. Da minha, da fábrica Renner mesmo, alguma coisa que estava mal feito eu levantava lá dentro, quer dizer, a minha atuação lá dentro da Câmara de Vereadores foi só... [em relação] aos trabalhadores.⁷¹⁹

⁷¹⁴ Última frase proferida por Julieta Battistioli em sua entrevista a Francisco Carvalho Júnior. In CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 58.

⁷¹⁵ BASBAUM, Op. cit.; MARTINS, Op. cit.; PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

⁷¹⁶ PEDRO, Viver o gênero na clandestinidade... p. 33.

⁷¹⁷ JAMES, Op. cit., p. 217.

⁷¹⁸ Ela chega a afirmar que foi ao banheiro vomitar ao ver as críticas que recebeu nas páginas de *A Tribuna*. CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 57.

⁷¹⁹ CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, Op. cit., p. 47.

Foi preciso que o entrevistador interviesse, recordando do trabalho nos bairros, para que Julieta fosse lembrando de outras situações:

Trabalhamos muito nas vilas, isso é verdade. As vilas, as escolas nas vilas... uma escola eu consegui que as mulheres fizessem, foi uma vitória. Foi aqui na nossa zona, a Escola “Dolores Alcaraz” (bairro Passo D’Areia).

[...]

Ah! E outra foi uma bica d’água (uma torneira) na vila São José, elas queriam uma torneira pública para botarem as tinas em volta para poderem lavar as roupas. Isso se conseguiu também.⁷²⁰

Talvez Julieta refira-se ao seu Requerimento S/N de 20 de junho de 1951, quando sugeriu uma emenda ao projeto do vereador Antônio Achutti para que se estendesse em 100 metros a rede de água que seria instalada no Passo D’Areia.⁷²¹ De todo modo, mais uma vez, o relato de Julieta nos remete a considerações feitas por Joana Pedro: “Esta posição de se colocar à sombra e de não reconhecer suas próprias atuações, seus méritos, é muito comum nas relações de gênero vigentes até hoje.”⁷²² Julieta – assim como *Doña* María Roldán – precisa ser “incentivada” pelo entrevistador para reconhecer muitos dos seus feitos.

Os anos 1960 e 1970 parecem ter deixado Julieta de fora dos holofotes, e as notícias referentes a ela simplesmente desaparecem. É na sua velhice, morte e pós-morte que se torna possível perceber como se enquadra a sua memória.

9.1 – A monumentalização de Julieta

No final de 1987 Julieta Battistioli se tornou cidadã emérita da capital gaúcha. Durante a solenidade, no mês de dezembro, a vereadora Teresinha Irigaray, do PDT, a classificou da seguinte maneira: “um exemplo como mulher e como lutadora”, enquanto Jussara Cony, do PCdoB, afirmou que a homenagem era “importante não só para a casa mas principalmente para a luta das mulheres”. O vereador Caio José Lustosa, do PMDB, chamou Julieta de “precursora das conquistas femininas”. Não compareceram à sessão os vereadores do PDS e

⁷²⁰ Ibidem, p. 48.

⁷²¹ 52ª Sessão Ordinária da Quarta Reunião Legislativa, em 20 de junho de 1951, p. 453. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume III. Porto Alegre: Selbach, 1952. BCMPA.

⁷²² PEDRO, Op. cit., p. 44-45.

do PFL, as duas agremiações oriundas da ARENA – quem nos conta é o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), ainda em vigor e monitorando atividades parlamentares.⁷²³

Em 1998 – dois anos após falecer, com 89 anos – a Câmara de Vereadores de Porto Alegre batizou a Escola do Legislativo com o seu nome.⁷²⁴ No ano de 2007, a vereadora Clênia Maranhão (PPS) protocolou o Projeto de Lei nº 113/07, que “Denomina Praça Julieta Battistioli o logradouro público não-cadastrado, conhecido como Praça 7062 – Loteamento Hípica Boulevard.”⁷²⁵ A proponente assim justifica a homenagem:

Trata-se do reconhecimento a essa mulher que resolveu escrever sua trajetória de forma corajosa, diferente do senso comum da década de quarenta do século passado. Se, mesmo nos dias de hoje, em pleno século 21, a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres permanece como reivindicação e bandeira de luta, pensar na conquista de espaços institucionais e privados há cinquenta anos é vislumbrar os esforços de inúmeras batalhadoras e visionárias. Dar seus nomes às ruas, praças e parques de Porto Alegre é uma forma de resgatar o papel desbravador e o viés corajoso dessas defensoras da igualdade e da liberdade.⁷²⁶

É claro que há a retórica de quem quer convencer seus pares a aceitar a proposta. No entanto, é curioso perceber como tanto Clênia Maranhão quanto este trabalho atribuem um peso ao fato de Julieta ter sido a primeira vereadora de Porto Alegre que provavelmente ela própria não se dava – lembrava a experiência de forma negativa, inclusive. Apesar de seu relato e suas experiências de vida serem permeadas pela questão de gênero – operária em um setor majoritariamente feminino, articuladora das associações femininas do PCB e da FMRGS, etc. –, não é esse o “padrão-chave”⁷²⁷ de sua narrativa – nós é que o destacamos e lhe conferimos centralidade. Sua atuação parlamentar, inclusive, é lembrada por ela mesma como sendo sempre em defesa dos trabalhadores, para só depois lembrar de escolas, vilas, mulheres, etc.

O documento elaborado pela vereadora do PPS contribui ainda mais para o enquadramento dessa memória ao explicar seu começo na militância:

⁷²³ Serviço Nacional de Informação. Concessão de Título de Cidadã Emérita a Julieta Battistioli, novembro de 1987. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de informação.

⁷²⁴ SCHUMACHER; BRAZIL, Op. cit., p. 355.

⁷²⁵ PROC. Nº 4006/07, PLL Nº 113/07. Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/86262/040062007PLL.pdf> Acesso em 26 fev 2019.

⁷²⁶ PROC. Nº 4006/07, PLL Nº 113/07. Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/86262/040062007PLL.pdf> Acesso em 26 fev 2019, p. 1.

⁷²⁷ O termo é de Daniel James. Dona María, aliás, também não se dizia vítima do machismo e nem elaborava grandes relatos sobre desigualdade de gênero – apesar de, assim como Julieta, o tema aparecer de maneira velada e/ou transversal ao longo do seu relato.

A passagem do universo familiar para o espaço laboral desperta o sentimento de inconformidade com as injustiças decorrentes dos modelos político e econômico vigentes, incompetentes na prestação dos serviços públicos básicos e desobedientes no cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Essa lutadora não demorou muito para identificar-se politicamente com os ideais de igualdade pregados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tornando-se uma de suas principais líderes. Julieta Battistioli foi pioneira em muitas questões: na determinação das defesas das lutas sindicais, na presença feminina como líder de movimentos sociais, na defesa das bandeiras da igualdade de gênero, na denúncia da arbitrariedade e da violência política.⁷²⁸

Além de lutadora, Julieta teria sido uma pioneira nas questões relativas à mulher, combatendo a desigualdade de gênero.

Outras preocupações também motivaram Clênia Maranhão nessa empreitada. Em entrevista realizada online para esta pesquisa, a ex-vereadora afirmou o seguinte:

[...] eu percebi que ela tinha sido já homenageada por várias instituições e entidades... recebeu título de cidadã emérita de Porto Alegre, proposta do vereador Lauro Hagemann, ela tinha medalha da cidade, que é um prêmio da prefeitura... a própria Câmara de Porto Alegre tem, no seu Memorial, a posse de todos os documentos, já fez exposições sobre a vida dela, sobre o trabalho dela... a UFRGS tem livro publicado sobre ela e tal... mas aí eu percebi que não havia na cidade de Porto Alegre um logradouro público com o nome da Julieta, e eu fiquei muito surpresa porque eu, quando me reelei, imaginei que isso já tivesse... Então eu acho que a questão do nome de logradouro público, ele tem um... além de sua praticidade, ele tem um significado, que é fazer a população se apropriar dos personagens da história.⁷²⁹

Reconhecida pelas instâncias de poder e pelos representantes do povo de Porto Alegre, Julieta ainda era – e é – pouco conhecida pelo grande público. Maranhão julgou que tal desconhecimento poderia ser diminuído com a atribuição de seu nome a um logradouro da cidade. A ex-vereadora afirmou que a ideia foi tão bem aceita entre as suas colegas da Casa que, em verdade, mesmo a apresentação do projeto sendo de sua autoria, acabou assinado por todas as vereadoras, “de partidos diferentes, de posições diferentes”.

A entrevista girou em torno das dificuldades para nomear ruas em Porto Alegre, de como há pouquíssimos logradouros com nomes femininos e de outras informações que já constavam no projeto ou em outras fontes. Ao final, porém, Clênia Maranhão reforçou uma ideia muito enraizada entre todas as pessoas que foram entrevistadas para esta pesquisa, independente de qual das mulheres fosse o foco – a *atualidade* das lutas das três personagens:

⁷²⁸ PROC. N° 4006/07, PLL N° 113/07. Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/86262/040062007PLL.pdf> Acesso em 26 fev 2019, p. 1-2.

⁷²⁹ Entrevista de Clênia Leal Maranhão ao autor em 16 de dezembro de 2020. Via Whatts app.

É muito incrível perceber que todas as lutas dela, infelizmente elas continuam atuais no Brasil. Por exemplo, eu estava relendo os discursos dela sobre as dificuldades do transporte urbano, e agora com a pandemia nós temos um olhar mais atento pra isso, porque a imprensa cobre a superlotação do transporte público em vários lugares do Brasil... As pessoas nas filas mesmo com a pandemia, sem condições de fazer o distanciamento social. Então esse tema que ela levantava é um tema que infelizmente no Brasil continua acontecendo. Outro tema é a precariedade do sistema de energia elétrica. Eu estava lendo isso quando o Amapá tinha sido vítima desse crime absurdo que deixou a população, quase a totalidade do estado, numa situação de absoluta escuridão e piora das condições de saúde no meio de uma pandemia também. Por exemplo, a questão da violência policial, que ela denunciava, hoje o Brasil é um dos campeões mundiais de violência policial, principalmente violência policial racial. É incrível como ela era pioneira numas coisas... por exemplo, ela levantava a questão da mulher, em um momento onde essa questão ainda não aparecia dentro das questões legislativas como um tema. Depois, muitos anos depois, que se constituem as bancadas suprapartidárias sobre a luta da igualdade de direitos... ocupa realmente o parlamento. É uma outra coisa que também me chamou a atenção da luta dela, que é também típica, própria do Partido Comunista do Brasil, do PCB, que eram lutas sobre as questões internacionais, né? Que era a Luta pela Paz. Eu li impressionada uma colocação dela, e a luta que ela fez pela paz mundial, se contrapondo à Guerra da Coreia, à participação do Brasil, de uma forma submissa à posição americana, em relação a todas as barbáries que foi aquela Guerra da Coreia, entre 1950, 53 eu acho, não sei de cabeça. Mas enfim, ela levantava essa questão que é atual, que essa questão do Brasil estar alinhado a um único país e não trabalhar a diversidade de relações comerciais, políticas de forma muito mais ampla... e a campanha que ela fez, que foi uma campanha muito de tocar o coração das mulheres, ela lutava contra a participação do Brasil na Guerra falando como mulher, né? Que era também uma coisa muito forte naquele momento, que as mulheres realmente temiam o envio de seus filhos pra guerra, e eu acho que isso demonstra uma sensibilidade muito grande, a forma como ela fazia isso. Isso também me chamou muito a atenção, sabe?

[...] Pra mim foi mais do que um prazer, foi uma emoção poder voltar a ler sobre isso, a estudar sobre isso.⁷³⁰

Se Elisa era “vanguarda”, Julieta foi “pioneira” - e Júlia também receberá adjetivos similares no último capítulo. Como exposto nos agradecimentos, esta pesquisa foi realizada em situações políticas, econômicas e sanitárias cada vez mais adversas, e certamente todas as pessoas que se dispuseram a lembrar e falar sobre as lutas dessas mulheres foram constantemente jogadas ao presente, em um misto de orgulho de suas contrariedades e tristeza com a atualidade do que defendiam há cinco ou seis décadas.⁷³¹

⁷³⁰ Entrevista de Clênia Leal Maranhão ao autor em 16 de dezembro de 2020. Via Whatts app.

⁷³¹ Em determinado momento, encontrei uma emenda apresentada por Julieta Battistioli para que não fosse mais cobrada caução dos pacientes do Hospital de Pronto Socorro que precisassem usar oxigênio – havia valores tabelados de acordo com o dia, o horário e a semana para sua utilização. Enquanto eu lia isso, centenas de pessoas morriam em Manaus pela falta de cilindros de oxigênio. Projeto de Lei 62/51, p. 23. *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 1951, Volume VI. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1952. BCMPA.

O discurso de Julieta, quando do recebimento do título de cidadã emérita, é outro desses momentos:

Minhas senhoras e meus senhores, que, no meu tempo, lutavam junto comigo e que juntos saíamos às ruas a coletar assinaturas contra a ida de nossos filhos à Coréia, a esses e à Angelina Gonçalves, ferida pela Polícia em Rio Grande e que acabou numa cadeira de rodas. A todos esses, essa homenagem. (...) disseram tantas coisas que eu não sei se mereço ou se mereço muito mais pelas lutas que eu tive, mas todas essas companheiras que hoje lutam e que agora têm um caminho mais aberto, fizeram grandes movimentos pela mulher camponesa no Gigantinho [ginásio do Sport Club Internacional, localizado ao lado do Estádio Beira Rio], a minha saudação. É um dia muito feliz. (...) Assim, meus companheiros, a nossa luta é a mesma, a luta dos companheiros de hoje, moços, jovens com focam [sic] e que lutam pela emancipação do trabalhador, pela emancipação da mulher e que lutam pelo direito digno de vida, por menos fome, por menos morte nas vilas. Por tudo isso que ainda temos que atravessar e lutar por um mundo melhor, onde todos poderão viver condignamente.⁷³²

Julieta pode ter deixado a militância ao longo dos anos 1960 e 1970, mas tudo indica que suas ideias e maneira de ver o mundo permaneceram: a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária e a emancipação do trabalhador e – agora com ainda mais ênfase – da mulher. No dia 8 de janeiro de 2008 o dito loteamento passou a se chamar Praça Julieta Battistioli.⁷³³

⁷³² PROC. N° 4006/07, PLL N° 113/07. Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/86262/040062007PLL.pdf> Acesso em 26 fev 2019, p. 3.

⁷³³ Cf. LEI N° 10.346, de 7 de janeiro de 2008. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000029548.DOCN.&l=20&u=%2Fmetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>> Acesso em 26 fev 2019.

CAPÍTULO 10: Júlia, a tecelã; Júlia, uma operária de luta

Júlia Santiago da Conceição seguiu ainda muito atuante após a campanha e a experiência como vereadora. No capítulo 7, acompanhamos os seus percalços e envolvimento com a polícia, perseguidora implacável. Um dos momentos de maior tensão acabou lhe custando o emprego, em 1953, mas isso não pôs fim ao seu ímpeto militante. Júlia seguiu atuando no seu sindicato, fazendo tarefas para o Partido, especialmente na *Frente do Recife*. Há muitos indícios e relatos de sua atuação durante a Ditadura civil-militar brasileira, mas não vamos adentrar o período por tratar-se de um tema riquíssimo e com elevada e qualificada produção historiográfica, o que tornaria este trabalho quase interminável.

O presente capítulo se propõe a tratar fundamentalmente da memória consolidada por terceiros em relação a ela. Relatos de ex-camaradas e, principalmente, a utilização de seu nome nos dias de hoje e a realização de duas produções que celebraram seu centenário em 2017: um documentário e uma ópera.

10.1 – Resumo da ópera

Em agosto de 2016, a Secretária da Mulher do Recife, Cida Pedrosa, entrou em contato com o Maestro Wendell Kettle, Professor da UFPE, para que ele elaborasse uma homenagem musical em função do centenário de nascimento de Júlia Santiago, que ocorreria no ano seguinte.⁷³⁴ O maestro, que nunca ouvira falar da personagem, pensou que esta seria uma ótima oportunidade de dar vazão a um de seus projetos: popularizar a ópera em Pernambuco. Sem muitos materiais de pesquisa, o maestro baseou sua composição quase que exclusivamente na entrevista concedida por Júlia Santiago à Fundação Joaquim Nabuco, já referenciada e largamente utilizada na presente Tese.

O relato do Maestro sobre a elaboração e realização da ópera é riquíssimo para pensar como operam os processos de enquadramento da memória. De cara, o que chama muito a atenção é seu esforço para elaborar uma obra que não desse muita ênfase a sua militância político-partidária:

⁷³⁴ Entrevista de Wendell Kettle ao autor em 16 de julho de 2020. Via Google Meet.

É, elas falaram que tinha essa homenagem pra fazer, né? A Inamara [assessora de Cida Pedrosa], ela queria uma coisa muito mais política, ela perguntou se a obra não podia chamar “Júlia, uma mulher de luta”, alguma coisa assim, nesse sentido. Eu expliquei pra ela que, na verdade, a obra musical, ela tem que transcender essa dimensão, digamos assim. E que a obra precisava ficar no repertório, né? A gente não vai compor uma obra pra ser um musical de um evento e depois sumir, ser um evento político... então toda vez que essa ópera fosse montada tinha que ser um evento do Partido Comunista ou alguma coisa nesse sentido. Então eu expliquei isso pra ela porque no programa veio “Júlia, militante de luta”, alguma coisa assim, mas depois eu consegui com que a obra... não consegui, só especifiquei bem claramente que seria “Júlia, a tecelã”, porque isso traz uma curiosidade. E toda a música foi composta no sentido de uma atuação muito livre dela, mesmo a atuação política né?

Preocupado com futuras reproduzibilidades do espetáculo e em não vincular Júlia a apenas um partido, o Maestro buscou destacar “uma atuação muito livre dela”. Eventualmente, claro, sua relação com o Partido Comunista acabou aparecendo, mas como um elemento a mais de uma narrativa que (re)construía Júlia como uma grande liderança popular:

A única vez que eu cito alguma coisa política é quando o padre fala pras pessoas na tecelagem não votarem nela porque ela não era integralista, ela era comunista. E essa parte é até um pouco cômica porque eu tenho do lado do padre, nesse número, o candidato do Partido Integralista, digamos assim, que faz o seu comício, depois todo mundo que não, queremos Júlia e tal... então tem uma parte que falam “queremos Júlia Santiago”, ela fala que não vai se candidatar, porque ela não sabe ler nem escrever, e ela acha que todo vereador deveria saber isso, e aí vem as pessoas e falam que não, que isso não é importante, o importante é a liderança dela e tal. Eu fui bem fiel à história dela que tá retratada ali naquela entrevista, eu não deixei nenhum cunho político “então é isso, é o comunismo”, etc. Não que eu valorize isso ou não, mas eu quis deixar como uma obra de arte, de fato, o registro da vida dela. E o fato dela ter sido comunista, esses detalhes, se ela se filiou ao Partido, se não se filiou, acho que isso tá mais claro inclusive no próprio documentário que o Guido fez [trataremos a seguir]. Esses detalhes da vida política dela, partidária, eu deixei mais de lado na ópera. O que eu quis deixar claro na obra... são cinco números, né? O primeiro foi a vinda pra cá, a dificuldade, ela com a mãe depois que o pai abandonou a família... quando ela chegou ela foi trabalhar na tecelagem, e ali ela se desenvolveu, ela cresceu, ela teve a vivência social, comunitária, ali; no terceiro número ela reflete sobre a missão dela, de vida, que é justamente essa coisa de tecer a vida das pessoas, de unir a vida das pessoas e lutar pela melhoria de vida, de qualidade, de trabalho das pessoas; e depois no quarto e quinto número a gente tem a parte das eleições... Ah não, tem um número bem interessante, que as mulheres da tecelagem pedem pra comprar fiado dela, e ela diz que o padre não gosta disso e tal, e daí depois vem sim, a eleição dela como vereadora.⁷³⁵

O maestro, portanto, preocupado em criar um espetáculo reproduzível em diferentes circunstâncias, preferiu focar alguns aspectos da vida de Júlia em detrimento de outros – a ópera acaba justamente quando Júlia é eleita vereadora.

⁷³⁵ Entrevista de Wendell Kettle ao autor em 16 de julho de 2020. Via Google Meet.

A postura e as palavras do Maestro Wendell Kettle nos remetem às considerações de Norbert Elias sobre Mozart. O sociólogo alemão, ao explicar sociologicamente a ascensão e queda do músico austríaco no século XVIII, aponta como Mozart foi um dos primeiros a tentar a “se estabelecer como artista autônomo”.⁷³⁶ Na sociedade de corte, porém, a produção artística estava diretamente vinculada ao “empregador que determinava quando e onde [o artista] deveria fazer um concerto e, muitas vezes, o que compor”.⁷³⁷ Mozart tentou romper com esse arranjo, antecipando “as atitudes e os sentimentos de um tipo posterior de artista”.⁷³⁸

Tanto Mozart quanto Kettle parecem mais afeitos a questões pensadas como universais e talvez até transcendentais. Mozart se voltou contra as obras artesanais, feitas sob encomenda, e mais de duzentos anos depois o maestro pernambucano parece operar em um diapasão similar: por que perder a chance de criar algo grandioso e reproduzível se prendendo a “detalhes” como política e filiação partidária?

Isso não torna a “Júlia do Maestro” mais ou menos verdadeira do que a aqui reconstituída, mas apenas exemplifica um processo de enquadramento dessa memória. E o próprio Wendell Kettle parece saber disso:

olha, quando a gente vai... criar uma ópera, a gente pensa em todos os aspectos, não só musicais, você disse aí... eu tenho que construir uma personagem. Eu tentei tirar o máximo que eu pude da entrevista dela, até interessante, inclusive... mas eu tentei construir uma ideia assim... uma ideia de liderança, de força, mas de carisma... de uma certa impetuosidade, de uma certa... De ser uma pessoa destemida. Mas ao mesmo tempo de ter uma certa meiguice, entende? Então foi essa a ideia, foi essa imagem que eu tentei passar dela através da ópera.⁷³⁹

“Construir uma personagem” não é um termo qualquer – e, novamente, destacando adjetivos mais amplos como “carisma” e “meiguice”. Mas o maestro afirma: “Eu fui bem fiel à história dela que tá retratada ali naquela entrevista”, como quem diz que está, sim, construindo uma obra de arte, mas respaldada na realidade. O desafio seria tamanho que, ao saber que seria produzido também um documentário sobre a personagem, chegou a cogitar desistir da composição:

eu lembro uma vez que foi... que eu praticamente desisti... fazer um evento assim, sei lá, uma ópera de uma mulher significativa, de uma mulher forte, etc., e em palavras descrever a homenagem à Júlia... então pensei em fazer a ópera Rita, que a

⁷³⁶ ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 32.

⁷³⁷ *Ibidem*, p. 33.

⁷³⁸ *Ibidem*, p. 34.

⁷³⁹ Entrevista de Wendell Kettle ao autor em 16 de julho de 2020. Via Google Meet.

gente tava ensaiando, porque foi muito em cima que elas me deram o aval da prefeitura, né? [Inaudível] mudar o cenário, figurino e pagar os músicos da orquestra. E eu lembro que a Inamara depois, ela tava assim, muito... chocada, talvez. Ela disse “olha Wendell, quando você falou pra gente fazer uma ópera normal, assim, eu fiquei arrasada, porque a gente ia ter uma perda muito grande... foi maravilhoso o que você fez” e tal.⁷⁴⁰

Júlia não seria uma mulher “normal” e, portanto, não poderia se tratar de uma ópera “normal” – “mulher significativa” é um termo que aparece com muita frequência em todas as entrevistas, reforçando a noção de excepcionalidade.

Cida Pedrosa, Inamara Mélo e Guido Bianchi são membros do PCdoB, e talvez como parte de um projeto partidário de resgate – e disputa – de sua história e memória, buscavam enfatizar a faceta de luta e de combatividade da trajetória de Júlia, enquanto o Maestro ressaltou que a ópera deveria se chamar “Júlia, a tecelã”. Além do que já foi dito até aqui – a reprodutibilidade da ópera, a sua maior “universalidade”, a curiosidade que o nome poderia despertar, etc. –, Kettle faz uma “defesa” muito interessante do nome do espetáculo:

é “Júlia, a tecelã” não só como profissão, mas ela tecia ligações... a vida das pessoas. Inclusive tem um balé muito interessante onde a bailarina une as pessoas do coro com uma fita de elástico bem grande, como se tivesse fazendo uma teia de pessoas, e eu acho que foi isso que Júlia fez na vida dela, fazer essa união entre as pessoas que precisavam, e depois ela veio a ser uma representante, né, dessa classe que ela sem... sem uma consciência muito clara, ela acabou por unir e ser uma representante praticamente automática.⁷⁴¹

Nesse sentido, enfatizar a militância político-partidária, para o Maestro, seria uma limitação não só para a ópera, mas também para a própria forma de contar e lembrar Júlia Santiago, pois subordinaria as características consideradas mais abrangentes da personagem – a sua condição de trabalhadora e a sua habilidade para ligar os integrantes da classe à qual pertencia – a uma linha ideológica particular, um “detalhe”.

É um pouco diferente do que Guido Bianchi tentou transmitir com o documentário “Júlia, uma operária de Luta”, do qual foi responsável pelo roteiro. O curta-metragem inicia apresentando a Revolução Russa de 1917 e como ela teve grande participação de operários, soldados, estudantes e mulheres – mostrando imagens de Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Pagu, Tarsila do Amaral e Adalgisa Cavalcanti, dentre outras – enquanto a locutora afirma que “a opressão contra as mulheres passou a ser questionada pelas novas

⁷⁴⁰ Entrevista de Wendell Kettle ao autor em 16 de julho de 2020. Via Google Meet.

⁷⁴¹ Entrevista de Wendell Kettle ao autor em 16 de julho de 2020. Via Google Meet.

ideias libertárias e emancipacionistas”.⁷⁴² A narração chega ao Brasil dos anos 1930, destacando o sufrágio feminino aprovado em 1932, e parece estar “construindo o contexto” no qual a protagonista emergiu.

Secretaria da Mulher do Recife & Secretaria da Mulher de Pernambuco
apresentam:



Figura 13. Convite para a exibição do documentário “Júlia: uma operária de luta”. Agradeço ao Professor Wendell Kettle pelo envio.

⁷⁴² *Júlia, uma operária de luta*. MORENO, Raoni, 2017, 0’36”.

A “Júlia de Guido” guarda muitas similaridades com aquela representada na ópera: seu carisma e sua meiguice se fazem presente. Mesmo em atividades clandestinas e distribuindo jornais, ela sempre trazia um sorriso no rosto. Ao descrever sua “infância”, fala da chegada ao Recife, os irmãos e irmãs, afirma que ela foi empregada doméstica aos 8 anos de idade e que, aos 10, começou a trabalhar na fábrica de estopas Zumbi, conforme seu relato. Sobre o emprego como empregada doméstica, não foram encontradas outras informações a esse respeito.

O curta-metragem enfatiza bastante a relação de Júlia com o mundo das letras, algo que é muito presente em seu relato, mas ao que ela própria não confere maior importância – recordando sempre que era semianalfabeta, que aprendeu a ler e escrever sozinha, etc. Boa parte da reconstituição coloca a atriz Hilda Torres, que interpreta Júlia, em uma biblioteca com um Camarada (assim referenciado nos créditos), lendo, elaborando panfletos, apontando, como quem lhe ensinasse algo. No final do curta, Júlia declama o poema “O pão do povo”, de Bertol Bretch.

É nessa biblioteca que Júlia fala algo muito curioso e que, de certa forma, projeta no passado alguns anseios e aspirações partidárias do presente: “conviver com os camaradas foi uma grande oportunidade. De algum jeito eles eram diferentes, e estavam abertos a deixar que as mulheres fossem pensadoras, liderassem, aprendessem e ensinassem...”.⁷⁴³ Certamente a estima de Júlia por seus correligionários não é *inventada*, e nem é absurdo supor que ela de fato os pensasse como mais abertos à participação feminina do que o restante da sociedade pernambucana. No entanto, não há como não destacar suas lembranças de embates com Marighella no Congresso do Partido em 1953, quando ela defendeu que o tempo para aposentadoria das mulheres deveria ser menor que o dos homens em função da jornada dupla.

Em depoimento para o documentário, Cida Pedrosa – a grande idealizadora das homenagens, segundo Wendell Kettle – afirma que Júlia foi uma pioneira, uma revolucionária e, algo muito comum em movimentos sociais e políticos, um *exemplo*, assim como também o foram Elisa para a comunidade judaica do Bom Retiro e Julieta para as vereadoras de Porto Alegre. A ideia do exemplo também é enaltecida, por exemplo, por Paulo Cavalcanti em suas memórias:

[...] conheci excelentes companheiros, tipos acabados de agitadores de ideias, vocação de líderes, a apreender com facilidade a solução para cada problema, ou

⁷⁴³ *Júlia, uma operária de luta*. MORENO, Raoni, 2017, 2’16”.

assimilando, da modéstia de seus conhecimentos básicos, o complexo mecanismo da luta de classes. [...] Creio que não os exponho a riscos, citando-os nominalmente como exemplos de bons militantes: Gregório Bezerra, Adalgisa Cavalcanti, Júlia Santiago, o velho Sobreira, Waldu Cardoso, Plínio Duca, José de Deus. [...] Atuando em todos os níveis de direção, do mais alto escalão do PC, no plano estadual ou nas bases, esses companheiros souberam personificar a figura consciente do comunista, tanto na presteza e responsabilidade com que se desincumbiam das tarefas, como por *exemplo pessoal*.⁷⁴⁴ [Grifo meu]

Outra diferença importante entre a ópera e o documentário é que, se no musical a eleição para a Câmara Municipal é o final, no curta-metragem o evento é enaltecido como algo decisivo, pois “foi como vereadora que Júlia Santiago se firmou na luta política.” Após o mandato cassado, são narradas suas atividades sindicais, o trato com a imprensa operária e as diversas vezes em que foi presa pela polícia – esse momento mostra capas de jornais e também os materiais do DOPS igualmente consultados para a presente pesquisa.

Sua participação na *Frente do Recife* e a relação mantida com Miguel Arraes também são mencionadas, mostrando que a entrevista de Júlia à FUNDAJ também teve importância na construção do roteiro. Esse é um bom exemplo de como operam os *monumentos* tal qual sugeriu Jacques Le Goff. Segundo o historiador francês, documento e monumento são os materiais da memória coletiva. Enquanto o documento é escolha do historiador, o monumento é uma herança do passado que se liga “ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva).”⁷⁴⁵ A entrevista de Júlia Santiago pode ser entendida como um “produto da sociedade que [a] fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”⁷⁴⁶ – no caso, uma instituição pública de pesquisa no contexto da reabertura política do Brasil. Se coube à memória coletiva – via, fundamentalmente, a das mulheres comunistas do século XXI – a produção do documento enquanto monumento, nossa tarefa é compreender o funcionamento desse processo.

O final do documentário, no entanto, vai além da entrevista, mostrando o Centro *da Mulher Metropolitana Júlia Santiago*, em Brasília Teimosa, bairro muito pobre da zona sul do Recife. Segundo a própria entidade, “Os Centros Metropolitanos são polos irradiadores das políticas de gênero municipais nas comunidades. Nestes locais, são realizadas oficinas, ações de escuta direta das mulheres, divulgação da rede de serviços municipais, cadastramento das

⁷⁴⁴ CAVALCANTI, Paulo. *Nos tempos de Prestes (O Caso eu conto como foi – memórias políticas, 3º Volume.)* Recife: Editora Guararapes, 1982, p. 190.

⁷⁴⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 463.

⁷⁴⁶ *Ibidem*, p. 472.

organizações e cursos de formação. Todo o serviço é gratuito.”⁷⁴⁷ A casa foi fundada em 2013 e, segundo a caracterização oficial da própria instituição, “tem o nome da primeira vereadora do Recife, Júlia Santiago, que foi eleita em 1947, consagrada como uma das maiores líderes sindicais de todos os tempos.”⁷⁴⁸

Voltando ao *Centro* e ao documentário, em determinado momento é mostrado em *close* o texto de apresentação, pintado em uma das paredes:

Bisneta de escravos, Júlia Santiago foi tecelã e fundadora do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Pernambuco, juntamente com Luíza Santana. Com o voto operário, foi eleita a primeira vereadora do Recife, em 1947. Júlia defendeu, em um grande congresso de mulheres na cidade de São Paulo, a diferença no tempo de serviço exigido para aposentadoria de homens e mulheres: 30 e 20 anos, respectivamente. Em defesa de sua proposta, argumentou: “A mulher, quando sai do trabalho, ainda vai para casa cuidar do marido e dos filhos, e os homens não. É difícil um homem ajudar a mulher.”⁷⁴⁹

Essa passagem foi abordada no capítulo 7, e é justamente um dos momentos em que Júlia, segundo recorda, percebeu que aqueles camaradas talvez não estivessem tão dispostos assim a deixar que as mulheres liderassem, ensinassem... É claro que o objetivo da casa não é expor limites e possibilidades da militância de mulheres comunistas no Brasil – o comunismo de Júlia sequer é mencionado, inclusive. O que convém ressaltar é que a trajetória da personagem aglutinou e expressou uma série de identidades que são mobilizadas em função das lutas e disputas do presente. Para citar novamente Pollak, o trabalho de enquadramento da memória “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.”⁷⁵⁰ Nesse sentido, após uma série de relatos de mulheres frequentadoras da *Júlia Santiago*, Cida Pedrosa afirma:

Júlia Santiago continua sendo um modelo extremamente importante para a representação feminina, para o empoderamento feminino, para que as mulheres possam se espelhar nessa mulher de luta, essa mulher altamente adiante do seu tempo, que conseguiu não só fazer a luta sindical, fazer a luta de partido, fazer a luta dentro do poder legislativo. Uma mulher revolucionária, adiante do seu tempo, e eu

⁷⁴⁷ Cf. <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/centro-da-mulher-metropolitana-julia-santiago> Acesso em 21 jul 2020.

⁷⁴⁸ Cf. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/publieditorial/2015/12/centro-da-mulher-metropolitana-julia-santiago-completa-dois-anos-com-p.html> Acesso em 21 jul 2020; e <https://www.facebook.com/secmulherpe/posts/558234530925754/> acesso em 10 ago 2020.

⁷⁴⁹ *Júlia, uma operária de luta*. MORENO, Raoni, 2017, 6’13”.

⁷⁵⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-13, p. 9-10.

tenho uma honra enorme de estar aqui no seu centenário dizendo que quero me espelhar nela.⁷⁵¹

Novamente, como é comum em relatos e homenagens a personagens tidas como excepcionais, a ideia de estar “à frente do seu tempo” é apresentada. Foi assim, inclusive, que o *Diário de Pernambuco* divulgou o evento em homenagem ao seu centenário, em 7 de novembro de 2017: “Uma mulher à frente do seu tempo: Júlia Santiago aprendeu a ler em casa, abraçou a luta operária e foi a primeira vereadora do Recife em 1947.”⁷⁵² Esta é a chamada para a matéria a qual ocupa a página inteira do jornal que, por anos, denunciou sua “franca atividade vermelha”.

A ideia de exemplo, inspiração e de uma mulher “à frente de seu tempo” também é reforçada pela jornalista Cláudia Parente, uma das principais responsáveis pela pesquisa para o documentário:

a gente queria que Júlia fosse uma inspiração para outras mulheres, né? Principalmente para mulheres negras, que sempre são... Se nós mulheres, no geral, já enfrentamos algumas dificuldades pela questão de gênero, as mulheres negras enfrentam essa dificuldade em dose dupla porque tem a questão da raça também atrapalhando, né? E aí o que a gente queria era justamente focar nesse... nesse... nessa persona poderosa que era Júlia Santiago, nessa criatura determinada, né, que venceu um bocado de adversidade... inclusive uma personagem meia [sic] malandra, uma mulher que... Eu achei fantástico como ela teve coragem de adular a idade pra poder trabalhar... no tempo na fábrica, o documento, porque ela não tinha idade pra trabalhar ainda. Então assim, a nossa ideia era que Júlia fosse uma inspiração inclusive para levar outras mulheres a... despertar o desejo pra ocupar mais espaços de poder, porque essa é uma lacuna muito grande no país, a gente tem poucas mulheres na vida pública, na política. E a gente acha que assim, uma maior participação das mulheres nessas decisões, nesse mundo do poder político, a gente podia equilibrar melhor a balança, tornar o mundo mais justo, menos desigual, né? A começar dessa desigualdade de gênero mesmo. Então a nossa ideia era mostrar essa personalidade forte, essa criatura que venceu muitas adversidades, que era negra, que foi abandonada pelo pai, que começou a trabalhar aos 10 anos de idade, né? Muita nova... Que foi fundadora de um sindicato importante, que é o Sindicato da Tecelagem... Que foi uma líder assim... a ponto de conseguir parar uma fábrica quando queria fazer greve... Então a nossa intenção sempre foi mostrar essa força, essa determinação, essa coisa de mostrar que a pessoa... é... que a gente não queria que as coisas fossem assim, que não precisasse ser tão sacrificado você conquistar espaços. Mas a gente queria dizer pras mulheres isso: se tem que ser à base de sacrifício, então que seja, mas a gente pode, entendeu? Então a nossa ideia era mostrar o poder dessa mulher, coragem dela, a força, entendeu? Pra que ela servisse de inspiração pra outras mulheres. Inclusive pra que outras mulheres ocupassem espaços de poder, que mesmo depois dela são muito poucas mulheres na Câmara até hoje, é um número muito baixo [...]: ela foi eleita em 47, e só em 72 outra mulher foi eleita pra Câmara, só em 72. E depois passaram-

⁷⁵¹ *Júlia, uma operária de luta*. MORENO, Raoni, 2017, 7:’0”.

⁷⁵² *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 de novembro de 2017, capa do caderno *Política*.

se mais 10 anos até 82 pra outra mulher ser eleita vereadora de novo. Então até 2018 a gente só tinha 16 mulheres vereadoras no Recife. É um número muito baixo.⁷⁵³

O relato longo repete alguns “padrões-chave” e reforça a ideia geral: Júlia deveria ser uma inspiração, um exemplo – e mais uma vez a noção da atualidade de suas lutas, a noção de “ainda hoje”. Logo de cara, no entanto, Cláudia aponta algo “novo”: Júlia Santiago era uma mulher negra?! Voltaremos a isso logo adiante...

O evento-homenagem exibiu tanto o documentário quanto a ópera, que parece ter sido o centro das atenções – até pela raridade com que eventos assim ocorrem no Recife. Poucos dias depois, a Deputada Simone Santana (PSB) protocolou um requerimento à Assembleia Legislativa de Pernambuco para que fosse formulado “um voto de aplauso à Excelentíssima Secretária da Mulher do Recife, Senhora Cida Predrosa, e ao Diretor Musical, Senhor Wendell Kettle, pela realização da homenagem ao centenário de Júlia Santiago ocorrida nos últimos dias 09 e 10 de novembro.” Ao final do requerimento, um novo discurso acerca da memória da homenageada justificava o requerimento pela “importância de eventos como esse para o incentivo da participação feminina na política, assim como para o resgate da memória pernambucana”.⁷⁵⁴ Novamente a identidade comunista não ganha destaque, e é enaltecido o fato dela ter sido a primeira vereadora do Recife, sendo importante lembrar sua história para incentivar a participação política das mulheres.

Em março de 2018, diante da construção de uma nova sede para a Câmara de Vereadores do Recife, uma das parlamentares da casa sugeriu que o nome do novo prédio da instituição fosse Júlia Santiago, reforçando a “nova identidade” – apontada por Cláudia Parente – aos tantos adjetivos que a caracterizavam e ainda hoje são utilizados: “mulher especial, tecelã, negra, batalhadora”.⁷⁵⁵ As fotos de Júlia, fossem em jornais, fossem no DOPS, de fato parecem mostrar uma mulher negra. Porém, tirando a menção à “bisneta de escravos” na *Casa da Mulher Metropolitana*, não há qualquer indicação nas fontes consultadas ao fato dela ser negra. Que ela, ao final da vida, não se contasse dessa forma é bastante compreensível, mas nenhum dos movimentos e homenagens que mobilizaram sua memória atentaram para esse fato. É curioso notar, ainda, que em seus registros de prisão sua cor apareça sempre como “parda” ou “morena”.

⁷⁵³ Entrevista de Cláudia Parente ao autor em 28 de julho de 2020. Via Google Meet.

⁷⁵⁴ ALEPE. Requerimento nº 4142/207, de 13 de novembro de 2017.

⁷⁵⁵ <http://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/projeto-propoe-nome-de-julia-santiago-para-nova-sede-da-camara> Acesso em 21 jul 2020.



Figura 14. Registro de Prisão de Júlia Santiago em 1956. Secretaria de Segurança Pública. Prontuário individual nº 1811, Júlia Santiago da Conceição. Registro de Prisão. Fundo DOPS. APEJE.

É sabido que, no Brasil, a definição de cor está associada ao *status*, estruturando lugares sociais desde o final do período colonial. Ao longo do século XIX, a categoria “pardo” muitas vezes emergiu para identificar afrodescendentes não cativos – para esses últimos havia o termo “negro”. Segundo Hebe Mattos,

A designação de “pardo” era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não.⁷⁵⁶

Após analisar 781 registros de crianças negras e pardas em uma freguesia do Rio de Janeiro, Mattos conclui que “as crianças registradas como negras foram aquelas cujas famílias ainda eram prioritariamente identificadas com um passado escravista.”⁷⁵⁷ É claro que há uma

⁷⁵⁶ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, p. 42. Ver também SPERANZA, Clarice. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 100-124, 2017.

⁷⁵⁷ *Ibidem*, p. 306.

série de mediações que precisam ser feitas, visto que a autora se refere às lavouras do café no sudeste brasileiro, sobretudo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No entanto, sendo as relações raciais um fator estruturante de longa duração da formação econômico-social brasileira,⁷⁵⁸ acredita-se que muitas dessas considerações possam ser expandidas para pensar a questão da cor de Júlia – e como isso foi e é mobilizado.

A validade dessas ideias para pensar esse contexto parece ainda mais viável quando lembramos que Pernambuco e suas lavouras de cana-de-açúcar foram grandes receptoras e utilizadoras da mão de obra africana escravizada – os próprios pais de Júlia eram lavradores e seus bisavós teriam sido escravizados, segundo alguns discursos. Além disso, após a proibição do tráfico atlântico em 1850, ocorreu um grande rearranjo no fluxo interno do tráfico – muitos dos cativos estudados por Hebe Mattos vieram justamente da região Nordeste.⁷⁵⁹ É possível que, mesmo tendo infância pobre e trabalhando desde muito cedo, o trabalho regular e o tom mais claro da pele tenham “ofuscado” a negritude de Júlia por toda a sua vida – e mais algumas décadas após seu falecimento.

Em paralelo a isso, é importante apontar como a primeira década do século XX viu operar com muita desenvoltura a ideologia do branqueamento no Brasil. Há vasta bibliografia sobre o assunto e a tese se tornaria interminável se nos aprofundássemos na questão, mas algumas considerações precisam ser feitas. Segundo Lúcio Kowarick, a política de imigração do final da segunda metade do século XIX foi pautada na criação de um mercado de trabalho assalariado que não contasse com o trabalhador nacional, sobretudo o negro. Ao mesmo tempo, Andreas Hofbauer aponta como operou o ideário de branqueamento que permeou esse processo. Segundo o autor, “desde as pregações jesuíticas até os discursos modernizadores dos políticos do fim do século XIX, tal ideário nunca se resumiu à ideia de ‘transformar uma cor/raça em outra’”, mas sim em fomentar uma ideologia capaz de manter a continuidade de uma mentalidade escravista, fundamental para conservar o exercício do poder dos antigos senhores. Ainda de acordo com Hofbauer,

Isso porque o ideário do branqueamento induz a negociações pessoais e contextuais das fronteiras e das identidades dos envolvidos. Essa prática social contribuiu não

⁷⁵⁸ Ver, por exemplo, KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019; HOFBAUER, Andreas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

⁷⁵⁹ Entre a lei de abolição do tráfico em 1850 e a abolição da escravidão em 1889, cerca de 350 mil trabalhadores e trabalhadoras escravizadas foram vendidos do Nordeste para as plantações de café em Minas Gerais e, sobretudo, Rio de Janeiro e São Paulo. Cf. KOWARICK, Op. cit., p. 55.

apenas para encobrir o teor discriminatório embutido nessa construção ideológica mas também para abafar uma reação coletiva. Assim, a ideologia do branqueamento “atua” no sentido de dividir aqueles que poderiam se organizar em torno de uma reivindicação comum, e faz com que as procurem se apresentar no cotidiano como o mais “branco” possível.⁷⁶⁰

Além disso, há também uma espécie de “agência” dos próprios escravos responsáveis pelo registro da cor. Ao estudar gerações de uma mesma família na região de Osório (RS), Rodrigo Weimer percebeu que cores em registros civis ou policiais representavam muito mais uma “percepção cromática do escravo” do que “as teias de relações sociais nas quais os indivíduos estão inseridos”, e é possível que o mesmo fenômeno tenha ocorrido em relação à Júlia – a alternância entre “morena” e “parda” pode ser um indício. O mesmo autor nos ajuda, ainda, a pensar a própria historicidade e posituação do termo “negro”. Segundo Weimer, “conforme percebe-se das narrativas de militantes do movimento negro [...], a autopercepção como negros resulta de uma *tomada de consciência* e de uma *descoberta*”⁷⁶¹ que ocorreu principalmente a partir dos anos 1970, com a emergência do Movimento Negro Unificado. Após o Estado Novo foi somente nesse momento que ocorreu uma retomada do termo *negro*.⁷⁶² Identificar-se como negra não faz parte do repertório de Júlia, e mesmo a reivindicação posterior dessa identidade emerge das disputas do presente.

Assim, faz sentido que Júlia, seus companheiros e até mesmo a polícia se referissem a ela como “morena” e “parda”. Pensar o embranquecimento de Júlia Santiago e a posterior reivindicação – por terceiros – de sua negritude é um *locus* privilegiado de observação de como operam tanto a memória quanto as tensões entre sujeito e estrutura. Compreender uma vida na sociedade em que vivemos passa por aspectos raciais e racializantes, e mesmo que Júlia ignorasse todas essas questões, foi preciso voltar ao século XIX para tentar entender porque ela não era, ao menos publicamente, negra no século XX, mas se tornou negra no século XXI. Essa operação também é um lembrete: raça e cor são categorias históricas e não devem ser essencializadas. Estão sujeitas às disputas de seu tempo e se constituem em interação com outros determinantes, como classe e gênero, podendo ter diversos significados em diferentes contextos e tempos históricos.

⁷⁶⁰ HOFBAUER, Op. cit., p. 212-213.

⁷⁶¹ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2013, p. 404. Ver também seus *Interlúdios de racialização* espalhados pela Tese.

⁷⁶² WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Ser “moreno”, ser “negro”: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 26, p. 409-428, 2013, p. 410.

Cláudia Parente afirma que sempre houve a preocupação em retratar Júlia como uma mulher negra:

a gente sempre ressaltou esse aspecto, dela ser uma mulher negra, porque mesmo que ela... Eu acho que nessa coisa do Brasil, das pessoas olharem pros traços “ah, mas você não tem cara de negra, você é mais claro”, essas histórias que tem por aqui, né? Mas como essa questão de identidade tem muito a ver com raça e não com cor, né? Então assim, o fato dela ter sido uma mulher bisneta de escravo e tudo, ela traz no sangue a negritude, e pra nós sempre foi interessante destacar isso, porque era uma forma de ajudar a empoderar outras mulheres negras, também, de inspirar outras mulheres negras. Eu vejo Júlia Santiago como uma mulher negra, todas nós vemos Júlia Santiago como uma mulher negra. Mesmo que ela tenha uns traços mais finos e tudo, você vê na foto dela, né? Mais fino, um pouco mais delicado, eu vejo ela como uma mulher negra.⁷⁶³

Cida Pedrosa, por sua vez, entre um café e uma tapioca,⁷⁶⁴ fez uma espécie de *mea-culpa*, reconhecendo que esse aspecto não foi muito enfatizado no documentário:

Das coisas que me incomodam é o fato... como tudo foi feito “freela”, não tinha grana naquele documentário, a atriz é nossa amiga, não cobrou nada, é nossa amiga da Secretaria da Mulher, é branca, e isso me incomoda no documentário, é a única coisa que me incomoda no documentário... é o fato de Júlia tá ali... tinha que ser uma atriz negra. No meu entender. Embora as pessoas que conhecem ela... eu conheci a família... é porque é o seguinte: você tem essa coisa do embranquecimento no Brasil, então assim: essa construção do embranquecimento, que é uma construção do opressor, tanto do ponto de físico mesmo, por conta dos estupros das mulheres negras ... e muitos relacionamentos que não foram por estupro também, mulheres brancas com homens negros, de homens brancos com mulheres negras, que é o mais comum... e a gente não conseguiu ainda resolver essa história, que a maioria das pessoas não se declaram negras quando não são negras de pele escurecida mesmo, com a melanina muito escura, se identificam como pardas, morenas... mulatas não se usa muito, que é pejorativo... mas se usa isso. Mas todas as pessoas que colocam, colocam Júlia como uma mulher negra, eu acho que essa coisa foi retomada mais de uns 10 anos pra cá, não era colocado assim. Igual a Maia Firmino, embranqueceram ela, embranqueceram Machado de Assis...⁷⁶⁵

Talvez o mais curioso dessa história toda seja a autoria do requerimento para a nomeação da nova sede: não veio de nenhuma vereadora do PCdoB ou do PSB, mas sim da professora Ana Lúcia, do PRB (atual Republicanos).⁷⁶⁶ De acordo com o site da própria parlamentar, além de membro da Igreja Universal, Ana Lúcia “atua como coordenadora do

⁷⁶³ Entrevista de Cláudia Parente ao autor em 28 de julho de 2020. Via Google Meet.

⁷⁶⁴ Apesar de muito atarefada, Cida aceitou gravar entrevista em meio a sua campanha para vereadora do Recife, de forma que reforço, aqui, os agradecimentos.

⁷⁶⁵ Entrevista de Cida Pedrosa ao autor em 31 de julho 2020. Via Google Meet.

⁷⁶⁶ Entre os quadros do partido, atualmente, estão os Deputados Federais por São Paulo Marco Feliciano e Celso Russomano, além do Senador carioca Flávio Bolsonaro. Cf. <https://republicanos10.org.br/> Acesso em 21 jul 2020.

PRB Mulher Pernambuco, buscando o empoderamento de mulheres e lutando por mais espaço para elas na sociedade e na política.”⁷⁶⁷ Eis um enquadramento e uma reivindicação bastante *sui generis* da memória de Júlia Santiago.

Líder sindical, primeira vereadora, operária, comunista, mulher negra... Há uma série de adjetivações possíveis de serem utilizadas para caracterizar Júlia Santiago da Conceição e reivindicar – ou enquadrar – sua memória. Sua trajetória, do ponto de vista da história social e da micro-história, permite apreender as diversas formas de militância político-partidária para uma mulher pernambucana entre os anos 1930 e 1960, assim como o próprio funcionamento das instituições naquele período. Jacques Revel, ao defender o princípio da variação de escalas para “compreender os processos em sua maior complexidade”, tece algumas considerações acerca do funcionamento do Estado, que “não se situa unicamente no nível macro, tampouco somente no nível micro.”⁷⁶⁸ Se há na historiografia e talvez até no senso comum uma associação entre Pernambuco/Recife e ideias de esquerda ou progressistas – em função de Miguel Arraes, Francisco Julião e outros quadros e resultados eleitorais expostos ao longo do trabalho –, a vida de Júlia Santiago nos mostra que a vigilância e a repressão policial jamais arrefeceu naquele espaço. Não se trata de “desmistificar” a capital pernambucana, mas justamente expor as contradições de processos e períodos de forma a compor um quadro mais complexo da história daquela cidade e daquele estado.

Por fim, Júlia e todas as pessoas que a reivindicam nos ajudam a pensar raça e cor no Brasil em sua própria historicidade. O maestro e sua orquestra destacaram a universalidade de sua atuação (meiguice e bravura) e a sua capacidade de tecer relações; militantes do PCdoB enfatizaram sua atuação sindical, ideologia e origem partidária; não surpreenderia se, em um futuro próximo, o movimento negro passasse a produzir documentos que afirmassem com todas as letras: a primeira vereadora da história do Recife era negra!

⁷⁶⁷ Cf. <https://www.professoraanalucia.com/biografia> Acesso em 21 jul 2020.

⁷⁶⁸ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. V. 15, n. 45 set/dez. 2010, p. 442-443.

Considerações Finais

Em *O “Novo” e o “Velho” Sindicalismo: análise de um debate*,⁷⁶⁹ Marco Aurélio Santana discute as disputas de hegemonia política no meio sindical brasileiro na segunda metade dos anos 1970 através das diferentes visões sobre o passado do país. Em outras palavras, o autor busca entender como e quando surgem os “novos” e como os outros se tornaram os “velhos”. Em determinado momento do texto, Santana traz a fala de Afonso Dalelis, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entre 1963 e 1964:

[...] tudo que aconteceu antes de 64, não só o movimento operário, tinha que ser esquecido. [...] E alguns intelectuais entraram nessa da reação. Tudo que aconteceu antes de 64 não serviu para nada. Descobriram uma palavra, o populismo [...]. Se 64 foi tudo isso que eles concluíram e que querem passar para a nova geração, a pergunta é: por que deram o golpe? [...] Porque, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia um conteúdo revolucionário, se não havia uma mobilização de classe, não tinha nenhum motivo para mexer no poder da classe dominante.⁷⁷⁰

Mais ou menos na mesma época em que Dalelis denuncia o apagamento de sua luta (virada dos 1970 para os 1980), Ana Montenegro, escritora e militante comunista muito atuante nos anos 1940 e 1950, denunciava situação semelhante referente ao feminismo e à luta das mulheres. Na oitava edição do jornal *Nós mulheres*, periódico que circulou por dois anos no final da década de 1970, um editorial proclamava que “Pela primeira vez as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com sua participação efetiva. Nos sindicatos o mesmo acontece”.⁷⁷¹ Segundo Elza Macedo, Montenegro reagiu da seguinte forma a essa formulação:

[Ana Montenegro] mal consegue disfarçar sua amargura diante do esquecimento da história já construída e, fraternamente dirige-se por carta às novas feministas. (...) “Eu considero que esta afirmação não corresponde à realidade e, nesse sentido, cito alguns exemplos para mostrar que não é a primeira vez que há essa inclusão e essa preocupação.” Discorre longamente sobre as lutas das mulheres no período precedente, enumerando suas realizações, inclusive estabelecendo correlação entre algumas do passado com as atuais (o Congresso das Metalúrgicas com a Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora em 1956) para, num delicado “puxão de orelhas”, insinuar que esse movimento anterior teve o mérito de não esquecer que havia uma história precedente e respeitá-la.⁷⁷²

⁷⁶⁹ SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, 10/11, 1998. p. 19-35.

⁷⁷⁰ Ibidem, p. 26.

⁷⁷¹ MACEDO, Op. cit., p. 252.

⁷⁷² Ibidem.

Em *Ser ou não ser feminista*, Montenegro denuncia logo no prefácio:

Preocupa-nos, outrossim, a importação de teorias, de modelos, de modismos, de acontecimentos postos à margem do contexto histórico, o que não contribui para a análise de nossa realidade [...].

Limitando-nos a essa preocupação, não acreditamos necessário nos referirmos à participação das mulheres brasileiras nas inúmeras lutas populares, da Colônia ao Império e aos primórdios da República, participação tão pouco conhecida, tão pouco estudada, mas que desmente uma afirmação tão corrente em nossos dias “pela primeira vez”...⁷⁷³

O filósofo italiano Antonio Gramsci certa vez afirmou que “uma geração pode ser julgada pelo mesmo juízo que ela faz da geração precedente”.⁷⁷⁴ Não se trata aqui de julgar geração, movimento sindical e muito menos o feminismo no Brasil, apenas apontar certas recorrências em visões sobre o passado na conformação de projetos e debates políticos do presente – seja no meio partidário, seja no meio acadêmico. As mulheres que despertaram a indignação de Ana Montenegro, assim como, de modo geral, as feministas dos anos 1960 e 1970⁷⁷⁵ não estavam apagando a luta das mulheres comunistas de forma deliberada, mas sim realizando uma prática muito comum quando ocorrem mudanças de geração que protagonizam algum movimento: a busca de legitimação alegando uma completa originalidade, uma ruptura com o passado.

A dinâmica e a temporalidade, tanto do feminismo quanto do novo/velho sindicalismo são parecidas: no caso do sindicalismo, uma geração se afirma como nova e, para isso, consciente ou inconscientemente, deslegitima o que veio imediatamente antes (através de conceitos e interpretações como o populismo, o “peleguismo”, a cooptação) e enaltece o que precedeu esse período estigmatizado (o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, enfatizando greves e a luta por direitos na Primeira República).⁷⁷⁶ No caso das mulheres, e das comunistas em particular, ocorreu algo similar: enquanto as lutas e organizações dos anos 1940 e 1950 foram eclipsadas, o feminismo (às vezes com aspas) da Primeira República foi

⁷⁷³ MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*, Recife Guararapes, 1981, p. 8.

⁷⁷⁴ In SANTANA, Op. cit., p. 19.

⁷⁷⁵ Maria Amélia de Almeida Teles, após longa retomada do histórico da luta das mulheres no Brasil desde o período colonial, elege o ano de 1969 (lançamento da obra de Heleieth Safioti) e 1975 (o ano internacional da mulher da ONU) como os principais momentos em que “as ideias feministas [...] vão começar a ter ressonância junto à opinião pública”. TELES, Maria A. A. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 114.

⁷⁷⁶ Sobre esses debates e movimentos historiográficos, ver BARTZ, Frederico Duarte. Os Diversos Matizes da Revolta: a ideia de Revolução Social através da historiografia do trabalho referente à Primeira República. *Revista História e Luta de Classes*, v. 13, p. 72-83, 2017.

valorizado, mesmo que para isso precisasse ser adjetivado (“bem comportado”, “possibilista”, “possível”).⁷⁷⁷

E aqui é importante atentar para mais um ingrediente que contribuiu para que muitas mulheres comunistas tenham sido ofuscadas por tanto tempo: o esquecimento ou negligência do próprio Partido Comunista com a história e a memória de suas militantes.⁷⁷⁸ Não falta bibliografia sobre o *Partidão*, e para todos os gostos: acadêmica, feita por militantes, por não militantes, sobre sua fundação, os rachas, a Ditadura... As mulheres ainda aparecem muito pouco. E como apontado na introdução, os textos de memórias, esmagadoramente masculinos, quase nunca mencionam as *camaradas*. Não é de se estranhar que várias das feministas dos anos 1960 e 1970 se pensassem absolutamente originais – é possível que muitas não conhecessem essa parte da história ou, diante das disputas políticas da época (feminismo pensado como liberal e burguês durante quase toda a primeira metade do século XX), de fato não considerassem a luta das mulheres comunistas como parte do feminismo brasileiro.

No entanto, espera-se que as vidas de Elisa, Julieta e Júlia tenham ajudado na compreensão dos caminhos e possibilidades de militância e atuação política feminina no Brasil entre os anos 1930 e 1960, situando-as como parte da história do comunismo e também do feminismo brasileiro. Segundo Chiara Bonfiglioli, as “definições e práticas de emancipação feminina são específicas de tempo e contexto e não podem ser separados de sua estrutura geopolítica circundante,”⁷⁷⁹ o que significa compreender os limites de uma militância feminista e comunista. Essas limitações poderiam ser tanto internas (a sociedade patriarcal, o machismo de dirigentes do PCB e a falta de acesso à educação e cultura associativa e militante por parte das mulheres brasileiras) quanto externas (tensões da Guerra Fria e o anticomunismo ancorado no moralismo e nos costumes, principalmente nos pós-Segunda Guerra). Mas isso não significa dizer que não houvesse em curso uma série de discursos e práticas que visassem à emancipação feminina. E esse projeto era coletivo, composto por muitas outras Elisas, Julietas e Júlias.

Ao analisar a relação entre mulheres e PCB, Rachel Soihet aponta uma ambiguidade:

⁷⁷⁷ Ver, por exemplo, PINTO, Op. cit.

⁷⁷⁸ Sobre o apagamento da militância de mulheres negras no PCB, ver ALVES, Iracéli da Cruz. Mulheres Negras, política e cultura do cancelamento no Brasil Republicano. In <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-politica-e-cultura-do-cancelamento-no-brasil-republicano/>> acesso em 12 fev 2021.

⁷⁷⁹ BONFIGLIOLI, Chiara. The First UN World Conference on Women (1975) as a Cold War Encounter: Recovering Anti-Imperialist, Non-Aligned and Socialist Genealogies. *FILAZOFIJA I DRUŠTVO*, n. XXVII (3), 2016, p. 522. Tradução minha, no original: “definitions and practices of women’s emancipation are time and context specific, and cannot be separated from their surrounding geopolitical framework”.

Por um lado, acentuavam a necessidade de fazê-las participar de forma mais incisiva das atividades partidárias, a fim de evitar que se aliassem às forças atrasadas e que assumissem concepções burguesas. Por outro lado, o movimento comunista oficial reservava às mulheres um papel subalterno, excluídas das funções politicamente mais relevantes, de maior poder decisório [...].⁷⁸⁰

Elisabeth Souza Lobo analisa de forma igualmente crítica a participação das mulheres nas lutas políticas do PCB. Estudando as diferentes associações e federações de mulheres que surgiram no período, a autora afirma:

Os programas das associações e da Federação centraram suas lutas nos bairros, para resolver os problemas locais; pela paz; contra a elevação do custo de vida; pelos direitos da mulher; pela defesa e proteção à infância. Essas lutas, embora representassem uma movimentação ativa, inseriam as mulheres fundamentalmente como colaboradoras das grandes causas nacionais, definidas de modo externo à vivência particular feminina e segundo a lógica da política estatal. [...] Embora tais temas pudessem, em princípio, abrir possibilidades para a participação de mulheres diversas, eles foram instrumentalizados na luta política definida segundo a lógica partidária.⁷⁸¹

Embora a síntese de Lobo e a advertência de Soihet sobre tais movimentos sejam precisas e importantes, uma abordagem biográfica permite matizar algumas dessas constatações – sempre levando em consideração as relações de poder assimétricas no interior do Partido. No caso da campanha e das propostas de Elisa é preciso destacar que pautas e lutas que marcaram sua vida até então estavam em pé de igualdade com as linhas do Partido. Se há uma defesa da paz e da democracia e da melhora dos bairros (função de uma vereadora), há também a defesa da criação de parques, escolas e bibliotecas infantis. Como vereadoras, tanto Júlia Santiago quanto Julieta Battistioli conseguiram realizar melhorias concretas em seus bairros e regiões de origem, além de terem conseguido verbas e moções de apoio para encontros, congressos e conferências das federações e associações femininas no período. Assim, cabe a provocação: será que não devemos inverter a afirmação de Lobo? A saber: embora tais temas pudessem, em princípio, ser instrumentalizados na luta política definida segundo a lógica partidária, eles abriram possibilidades para a participação de mulheres. Não por benevolência da direção partidária, mas justamente pela atuação destas e de outras mulheres ao longo do período.

⁷⁸⁰ SOIHET, Rachel. Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu* (UNICAMP: Impresso), v. 40, p. 1-195, 2013, p. 173.

⁷⁸¹ LOBO, Elisabeth Souza. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, Dominação e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 211-216, In LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

Albertina de Oliveira Costa, socióloga feminista e que viveu a experiência dos debates feministas no exílio, parece concordar com essa inversão:

Sim, fazia cafezinho, é verdade, mas viajava, ia falar, aprendeu a discutir, aprendeu a falar em público. Era secretária, fazia ata, mas aprendeu a fazer conchavo. Ah, aprendemos a fazer política. E tanto aprendemos e essas pessoas aprenderam que não existiu nesse trajeto que eu relatei de um feminismo que não fosse de esquerda. Ou seja, o feminismo situa-se no campo da esquerda.⁷⁸²

Tentando elaborar uma síntese acerca dessas contradições, Valentine Mercier chega à seguinte conclusão:

Os movimentos de mulheres daquela época [1940-1950], portanto, certamente não eram feministas no sentido em que os entendemos hoje, e alguns dos estudos existentes sobre as mulheres do PCB atestam a discriminação que algumas sofreram dentro do partido e do e o discurso moral que ele defendeu, pelo qual os movimentos femininos foram parcialmente conformados. Porém, não apenas os caminhos das militantes divergiam de acordo com suas experiências pessoais, mas as sociabilidades se teciam entre elas, como mulheres comunistas, e fora dos limites do partido. Nesse sentido, esse período nos parece essencial para compreender a formação de uma identidade de gênero politizada e as modalidades de emergência de uma consciência coletiva.⁷⁸³

A historiadora francesa Lousie Tilly, em importante artigo publicado no Brasil nos anos 1990, sugeriu que havia duas tarefas urgentes em relação à história das mulheres: “produzir não somente estudos descritivos e interpretativos, mas também estudos que resolvam problemas analíticos, e vincular as descobertas que decorrentes desses às questões gerais que há muito estão postas à história.”⁷⁸⁴ Poderíamos questionar por que a história das mulheres não faz parte das “questões gerais que há muito estão postas à história”, mas, em grande medida, tentou-se levar essas duas preocupações em conta no decorrer deste trabalho. Há aspectos descritivos e interpretativos das vidas aqui estudadas que lançam novas questões

⁷⁸² In ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precisa ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeios; FAPESP. 2013, p. 47-48.

⁷⁸³ MERCIER, Op. cit., Conclusão. Disponível em <<https://books.openedition.org/iheal/9067>> Acesso em 30 nov 2020. Tradução minha, no original: “Les mouvements des femmes de cette époque n’étaient ainsi très certainement pas féministes au sens où nous l’entendons aujourd’hui, et une partie des études existantes sur les femmes du PCB attestent de la discrimination que certaines subirent au sein du parti et du discours moral qu’il tenait, auquel les mouvements féminins étaient partiellement conformes. Cependant, non seulement les parcours des militantes divergeaient en fonction de leurs vécus personnels, mais des sociabilités se tissèrent entre elles, comme femmes communistes, et au-delà des limites du parti. En cela, cette période nous semble primordiale pour comprendre la formation d’une identité sexuée politisée et les modalités de l’émergence d’une conscience de groupe.”

⁷⁸⁴ TILLY, Louise. Gênero, História Social e História das Mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, pp. 29-62, 1994, p. 29.

à historiografia: os limites da experiência democrática brasileira, os sistemas eleitorais – e suas peculiaridades regionais – e o funcionamento interno do PCB puderam ser expostos sob prismas diferentes, sugerindo tanto respostas quanto questões novas.

Assim as vidas de Elisa, Julieta e Júlia podem ter ajudado a “modificar o quadro geral da história em seu conjunto”,⁷⁸⁵ evidenciando que a história das mulheres não se resume a um “compartimento” dentro de um quadro “geral”, e que, ao estudá-la, podemos tanto compreender novas dinâmicas de processos como a formação do feminismo e as possibilidades da militância comunista no Brasil, quanto lançar novos olhares sobre as tensões entre sujeito, agência e estrutura; classe, raça e gênero, etc. Espera-se que este trabalho tenha contribuído para evidenciar que todas essas questões se entrelaçam e assumem formas variadas de acordo com as experiências dos sujeitos em questão, que compõem diversas “pontas de icebergs”, e não uma pequena porção de mulheres excepcionais.

⁷⁸⁵ Ibidem, p. 30.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo da Câmara Municipal do Recife (ACMR)

Livro de Atas das Reuniões da Câmara Municipal (1947-1951)

Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP)

Anais da Câmara de Vereadores (1947-1948)

Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB)

Fundos Institucionais:

OFIDAS – Organização Feminina Israelita de Assistência Social

UNIBES – União Brasileira Israelita do Bem Estar Social

Núcleo de História Oral Gaby Becker:

Abramovich, Elisa. Brasil – Data Nasc.: 1/1/1900 [Trata-se de uma entrevista Fanny Abramovich e outras pessoas que falam de Elisa]

Abramovich, Francisco. Argentina – Data Nasc.: 7/9/1914 / Data Cheg.: 1915

Revista Aonde Vamos?

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Fundo DEOPS:

Dossiê Comunismo

Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE)

Folha do Povo (1946-1952)

Fundo DOPS:

Prontuário Funcional 28177

Prontuário Individual nº 1811 – Júlia Santiago da Conceição

Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre (BCMPA)

Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre (1948-1951)

Casa do Povo/ICIB

Projeto Memória e História Oral

Revista Apartes

Entrevista com Marina Sendacz em 27 de setembro de 2017.

Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP)

A Classe Operária (RJ, 1929-1947)

A Tribuna e Tribuna Gaúcha (RS, 1947-1952)

Folha do Povo (PE, 1945-1952)

Hoje (SP, 1945-1948)

Entrevistas online

Entrevista de Cida Pedrosa ao autor em 31 de julho de 2020. Via Google Meet.

Entrevista de Cláudia Parente ao autor em 28 de julho de 2020. Via Google Meet.

Entrevista de Clênia Leal Maranhão ao autor em 16 de dezembro de 2020. Via Whatts app.

Entrevista de Wendell Kettle ao autor em 16 de julho de 2020. Via Google Meet.

Hemeroteca Digital Brasileira e Biblioteca Digital Luso-Brasileira (HDB/BN BDLB)

Diário de Notícias (PE, 1951)

Diário de Pernambuco (PE, 1948-1959)

Jornal do Dia (RS, 1948)

Nossa Voz (SP, 1947-1961)

O Momento Feminino (RJ, 1947-1956)

Voz Operária (RJ, 1951)

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

CEHIBRA

Entrevista com Júlia Santiago da Conceição. Recife, 2/12/1983.

Biblioteca Blanche Knopf

Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre (MCMMPA)

Acervo Julieta Battistioli

NPH/UFRGS

Acervo João Batista Marçal:

A Voz do Trabalhador

Fundo DOPS:

Setor Estados (Rio Grande do Sul)

Bibliografia

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. O PCB e a questão feminina (1970-1979). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008, Florianópolis.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMEIDA, Natália Frizzo de. *Memória, História e Renovação Pedagógica O Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: USP, 2015.

ALTMAN, Max. In: CHARNIS, Cristina Catalina et all. *A VANGUARDA PEDAGÓGICA: o legado do Colégio Israelita Scholem Aleichem*. São Paulo: Lettera.doc, 2008

ALVES, Iracéli da Cruz. Mulheres Negras, política e cultura do cancelamento no Brasil Republicano. In <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-politica-e-cultura-do-cancelamento-no-brasil-republicano/>> acesso em 12 fev 2021.

_____. Nice Figueiredo, Momento Feminino e o debate feminista no Brasil. *SAECULUM*, v. 40, p. 265-288, 2019.

_____. Mulheres, PCB e Feminismos: disputas e tensões (1930-1937). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 435 – 452, dez. 2018.

_____. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História, Memória e Política. *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 107-140, 2017.

_____. *A Política no Feminino: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)*. Dissertação (Mestrado em História), UFES, Feira de Santana, 2015.

AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Araújo. *As esquerdas no Brasil v. 1: A formação das tradições (1889 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Archivos de historia del movimiento obrero. Buenos Aires, ano IV, n. 7, Setembro de 2015.

ARRUZZA, Cinzia. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

AVELINE, João. *Macaco preso para interrogatório: retratos de uma época*. Porto Alegre: AGE, 1999.

BANDEIRA, Andréa. Mulheres e Militância: a feminina nos espaços políticos de resistência à ditadura político-militar (Recife, 1964-1974). In: *Fazendo Gênero 9; diásporas, diversidades, deslocamentos*, 2010, Florianópolis-SC. Seminário Internacional *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2010. v. 1. p. 1-12.

_____. *Resistência Cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BARROS, Myriam Moraes Lins. Memória e Família. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. *História Social (UNICAMP)*, v. 14/15, p. 157-173, 2008.

_____. Os Diversos Matizes da Revolta: a ideia de Revolução Social através da historiografia do trabalho referente à Primeira República. *Revista História e Luta de Classes*, v. 13, p. 72-83, 2017.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BATALHA, Cláudio H.M.; DA SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de Classe*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BELL, Lawrence. Bitter Conquest: Zionists against Progressive Jews and the Making of Post-War Jewish Politics in Argentina. *Jewish History*, n. 17, 2003, p. 285-308.

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade da mulher na política*. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP: Campinas, 1995.

BERTONHA, João Fábio. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e luta de classes. In CARNEIRO, Maria L. T.; FRANZINA, Frederico C. E. *História do Trabalho e Histórias da Imigração*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2010.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

BEZERRA, Gregório. *Memórias (duas partes)*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BONFIGLIOLI, Chiara. The First UN World Conference on Women (1975) as a Cold War Encounter: Recovering Anti-Imperialist, Non-Aligned and Socialist Genealogies. *FILOZOFIJA I DRUŠTVO*, n. XXVII (3), 2016.

BOURDIEU, Pierre, A ilusão biográfica, In: AMADO, Janaína; e FERREIRA Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

BRAGA, Sérgio Soares. A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946. In *Princípios*, nº46, agosto/outubro de 1997.

BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco: 1956/1964*. Recife: Massangana, 1989.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

CAPDEVILA, Luc. Resistance civile et jeux de genre. *Annales de Betagne et des Pays de L'ouest*, 108(2):p. 103-128, 2001.

CARDOSO, Lourenço C. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud*, v. 8, p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, Maria L. T. A Imagem do Imigrante Indesejável. *Seminários*, São Paulo, v. 3, n. 3, Dezembro, p. 21-42, 2003.

CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *O PCB (1922 a 1943)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO JÚNIOR, Francisco; GARCIA, Eliane Rosa (Orgs.). *Adorável Camarada – Memórias de Julieta Battistioli*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

CASTELUCCI, Aldrin A. S. Agripino de Nazareth e o movimento operário na Primeira República. *Revista Brasileira de História*. vol.32 no.64 São Paulo Dec. 2012.

CAVALCANTI, Paulo. *A Luta Clandestina (O Causo eu conto como foi – memórias políticas, 4º Volume)*. Recife: Editora Guararapes, 1985.

_____. *Nos tempos de Prestes (O Causo eu conto como foi – memórias políticas, 3º Volume)*. Recife: Editora Guararapes, 1982.

_____. *O Causo eu conto como foi – memórias políticas, 2º Volume*. Recife: Editora Guararapes, 1980.

CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração – 1922-1972*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CLEMENTS, Barbara. Emancipation Through Communism: The ideology os Alexandra Michajlovna Kollontai. *Slavic Review*, n. 30, pp. 323-338, 1973.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2006, v. 10, p. 169-178.

CORRÊA, Larissa Rosa. Abono de Natal: gorjeta, prêmio ou direito? Trabalhadores têxteis e justiça do trabalho. *Esboços (UFSC)*, V. 13, n. 16, 2006.

COSTA, Hélio da. *Em Busca da Memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no Pós-Guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

CYTRYNOWICZ, Rony. Beyond the State and Ideology: Immigration of the Jewish Community to Brazil, 1937-1945. In LESSER, Jeffrey; REIN, Raanan. *Rethinking Jewish-Latin Americans*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2008.

DANTAS, Rodrigo César de Araújo. *Formação e dissolução da frente popular em Pernambuco: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955-1962)*. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2015.

DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp; 241-242.

DE HAAN, Francisca. "Continuing Cold War Paradigms in Western Historiography of Transnational Women's Organisations: The Case of the Women's International Democratic Federation (WIDF)," *Women's History Review* 19 (4): 547-73, 2010.

DELGADO, Lucília. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEUTSCH, Sandra Magee. Changing the Landscape. The Study of Argentine-Jewish Women and New Historical Vistas. In LESSER, Jeffrey; REIN, Raanan. *Rethinking Jewish-Latin Americans*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2008.

DEUTSCHER, Isaac. Quem é Judeu? In: *O Judeu Não-Judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

DIAS, Maria Odila. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DIETZ, Mary G. Citizenship with a Feminist Face: The Problem with Maternal Thinking. *Political Theory*, N. 1, Vol. 13, pp. 19-37, 1985.

DONERT, Celina. Women's Rights in Cold War Europe: Disentangling Feminist Histories. *Past and Present*, Supplement 8, pp. 178-202, 2013.

_____. Whose Utopia? Gender, Ideology, and Human Rights at the 1975 World Congress of Women in East Berlin. In *The Breakthrough: Human Rights in the 1970s*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2014.

DROPPA, Alisson. *Direitos Trabalhistas: legislação, justiça do trabalho e trabalhadores no Rio Grande do Sul (1958-1964)*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

DUARTE, Adriano Luiz. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, pp. 195-219 julho-dezembro de 2008.

_____. *Cultura Popular e Cultura Política no após-Guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese (Doutorado em História). Campinas, Unicamp, 2002.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil v. 1: A formação das tradições (1889 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *As esquerdas no Brasil v. 2: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: EDUFF/MAUAD, 2002.

_____(Org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, A. S.; LINS, M. S. As Questões de Gênero no interior do Partido Comunista do Brasil – PCB (1922-1947). *Temporalidades*, v. 7, p. 176-190, 2015.

FILHO, Fausto Salvadori. Ela não teve medo da vida. In *Revista Apartes*, março-abril de 2014.

FONTES, Paulo. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 33, p. 71-94, 2013.

FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina C. L.; PETERSEN, Sílvia R. F. *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense na Era Vargas*. Caxias do Sul, Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRACCARO, Gláucia. *Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRASER, Nancy. Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. *Debate Feminista*, março de 1993, pp. 23-58.

FRENCH, John. Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, Brazil 1945-47. *Hispanic American Historical Review*, n. 68, Duke University Press, 1988, p. 1-44.

GARCIA, Eliane Rosa. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947 – 1960)*. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS: Porto Alegre, 1999.

GARCIA, Marco Aurélio. O Gênero da Militância: notas sobre as possibilidades de uma outra ação política. *Cadernos Pagu*, (8/9), Unicamp, pp.319-342, 1997.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. O PCB na Assembléia Constituinte de 1946. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski. *Senhoras Progressistas e uma terra de crianças: a história da Associação Feminina Israelita Brasileira (1947) e da Colônia de Férias Kinderland (1952)*. Rio de Janeiro: edição da autora, 2007.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.

GRADSKOVA, Yulia. Women's international Democratic Federation, the 'Third World' and the Global Cold War from the late-1950s to the mid-1960s, *Women's History Review*, 2019.

GUY, Donna J. Women's Organization and Jewish Orphanages in Buenos Aires, 1918-1955. In LESSER, Jeffrey; REIN, Raanan. *Rethinking Jewish-Latin Americans*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2008.

HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Santa Cruz: Edunisc; Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

HALL, Michael M. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In CARNEIRO, Maria L. T.; FRANZINA, Frederico C. E. *História do Trabalho e Histórias da Imigração*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência. A saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Associação Humanitas; Itajaí: Ed. Univali, 2004.

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de Gênero. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (orgs.), *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. *Doña María: historia de vida, memoria y identidad política*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924 – 1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *Luta Subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

KONRAD, Diorge, A FORGS, a LEP e o Insetô Reacionário: a Negação da Política como Espaço da Luta Social (1933-1935). *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 2, p. 400-409, 2009.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019.

LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flower. Student movements and the making and remembering of 1968 in military Brazil*. Durham/London: Duke University Press, 2013.

LEÃO, Viviane Maria Zeni. *Mulheres e o imaginário comunista (uma nova história; uma história nova) 1945-1956*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, UFPR, 2003.

LESSNER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____. Un problema de escala. *Relaciones. Estudios de historia y sociedad*, vol. XXIV, núm. 95, verano, 2003, p. 279 – 288, El Colegio de Michoacán, México.

LOBATO, Mirta Zaida. *Historia de las trabajadoras em la Argentina (1869-1860)*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

_____. La mujer trabajadora em el siglo XX: un estudio de las industrias de la carne y textil em Berisso, Argentina, p. 17. In: RIVERA, Márcia. *Mujer, trabajo y ciudadanía*. Buenos Aires: CLACSO, 1995.

LOBO, Elisabeth Souza. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, Dominação e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 211-216, In LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: EDUNB, 1988.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI (Orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella – o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha: Anarquistas, Comunistas, Socialistas e Trabalhistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2008.

_____. *A Imprensa Operária no RS*. Porto Alegre: Educação do autor, 2004.

_____. *Comunistas Gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê!, 1986

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A Feminilização da Filantropia. *Gênero*, Niterói, v. 15, n.2, p. 13-28, 2015.

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: memórias de um metalúrgico*. Porto Alegre: s/e, 1989.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

_____. *De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, C. La trayectoria de las mujeres comunistas brasilenas: una historia sin contar. In: Adriana Valobra; y Mercedes Yusta. (Org.). *Queridas Camaradas – Historias iberoamericanas de mujeres comunistas*. Buenos Aires: Mino y Dávila Editores, v. 1, p. 91-112, 2017.

MENDEZ, Natália Pietra. *Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Uma Senhora de Respeito: a autoria feminista na escrita de Carmen da Silva (1919-1985). *Organon*, v. 28, p. 01-11, 2012.

MERCIER, Valentine. *Mouvements féminins et parti communiste au Brésil (1945-1961)*. Paris: Éditions l'IHEAL, 2020.

MIRANDA, Carlos A. C.. Questão Social e os Círculos Operários do Recife. *Clio (Revista do Programa de Pós Graduação Em História da UFPE)*, Recife, v. 16, p. 29-39, 1996.

MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*, Recife Guararapes, 1981.

MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil Vol. IV: Visões do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. As faces de Pagu.. *Revista de História (online)*, v. 51, p. 30-33, 2009.

_____. A solidão de Pagu. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *As esquerdas no Brasil v. 1: A formação das tradições (1889 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invasão do Mundo Público: Movimentos de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2015.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MUNAKATA, Kazumi, *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NUNES, Antônio Carlos Félix. *PC – Linha Leste*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

NUNES, Guilherme Machado. *“A Lei de Férias no Brasil é um aleijão” : greves e outras disputas entre Estado, trabalhadores/as e burguesia industrial (1925-1935)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

_____. Revendo a Conjuntura 1933-1935 em Porto Alegre através da vida de Policarpo Hibernon Machado. *Oficina do Historiador*, v. 9, p. 155-174, 2016.

O PCB e sua atuação nos anos 50: Waldir José Rampinelli entrevista Jacob Gorender. *Rev. Bras. Hist.*[online]. vol.23, n.45 pp.303-309.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. *Considerações sobre a política do PCB e as lutas sociais entre o fim do Estado Novo e o início do Governo Dutra*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFPE, Recife, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume/Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEDRO, Joana Maria. Viver o Gênero na Clandestinidade. In ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 9, n. 18, ago-set., pp. 9-18, 1989.

PETERSEN; Sívila R. F. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

PINTO, Céli R. J. *História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-13.

PORFÍRIO, Pablo F. A. *Pernambuco em Perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

QUADROS, Carlos Fernando de. *Jacob Gorender, um militante comunista: estudo de uma trajetória política e intelectual no marxismo brasileiro (1923-1970)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015.

RAGO, L. M.. *Entre a História e a Liberdade. Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. A experiência feminina do anarquismo no Brasil. In ARAÚJO, ANGELA M.C. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

REICHEL, Heloísa. J. (Org.). Vida e trabalho num bairro fabril: depoimentos. *Revista Anos 90 (UFRGS)*, Porto Alegre -RS, v. 2, p. 187-197, 1994.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. V. 15, n. 45 set/dez. 2010.

RIBEIRO, Guilherme L.. Corpo estranho: a incômoda presença do PCB na Assembleia Constituinte de 1946. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

RIBEIRO, Jayme. Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 261-283, Dec. 2008, p. 262 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862008000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Mai 2018.

RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Florianópolis: Garapuvu, 2001.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: "Não imagine que precisa ser triste para ser militante"*. São Paulo: Intermeios; FAPESP. 2013.

RODEGHERO, Carla S. Confrontos no pós-Guerra: o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. In *Revista História Hoje* (São Paulo), v. 3, p. 03-27, 2005.

RUSCHEL, Simone Pretto. *A Modernidade na Avenida Farrapos*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan-jun, 2006.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982.

SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, 10/11, 1998. p. 19-35.

SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SAVAGE, Mike. Espaços, Redes e Formação de Classe. *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 6-33.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzii: biografia de um militante revolucionário: de 1943 a 1984*. Porto Alegre: Libretos, 2017.

_____. Gilda e Lila: duas maneiras de ser mulher e comunista em Porto Alegre nas décadas de 1940 e 1950. *História Oral* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 9-32, 2006.

_____. *Em Busca da Terra da Promissão: a trajetória de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SILVA, Raquel Oliveira. O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947). In SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016.

SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Eduardo Ramires Pinheiro da. *Industrialização no nordeste do Brasil: a indústria têxtil em Pernambuco – 1940-1990*. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife, 1999.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____ ; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). IN: FERREIRA Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 101-140.

SILVA, Nauber G. *O "mínimo" em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 - c. 1968)*. Tese (Doutorado em História), UFRGS: Porto Alegre, 2014.

SOIHET, Rachel. Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 40, p. 1-195, 2013.

_____. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus*, Juiz de Fora, v. 9, n.1, p. 33-48, 2003.

_____ ; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando Direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: Anpuh, 2014.

_____. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 100-124, 2017.

TELES, Maria A. A. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.

SZUCHMAN, Esther. Língua e identidade: o iídiche e o hebraico no contexto histórico da educação judaica no Brasil. *Vértices* (São Paulo), v. 13, p. 50-72, 2012.

THOMPSON, E. P. . *A Formação da classe operária inglesa, II: A maldição de Adão*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TILLY, Louise. Gênero, História Social e História das Mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, pp. 29-62, 1994.

TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose. *Antropologia das sociedades complexas*. RJ: Zahar, 1999.

VERGARA, Moema de Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. *cadernos pagu*, v. 13, 1999, pp.223-251.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Ser “moreno”, ser “negro”: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 26, p. 409-428, 2013.

_____. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2013.

WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil. Gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

ZARCO, Abril. Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de la Plaza de Mayo. *Revista Punto Género*, n. 1, pp. 229-247, 2011.

ZEN, Erick R. G. *Imigração e Revolução: lituanos, poloneses e russos sob vigilância do DEOPS*. São Paulo: EDUSP, 2010.